

LEITURAS DE ECONOMIA POLÍTICA

EDIÇÃO ESPECIAL

ISSN 1415-6245

PATRONOS

Maria da Conceição Tavares,
João Manuel Cardoso de Mello,
Fernando A. Novais, Mario L.
Possas, Luiz Gonzaga de
Mello Belluzzo, Luciano Coutinho,
Wilson Cano, José Graziano da
Silva

CONSELHO EDITORIAL

Beatriz Macchione Saes, Bruno
Peregrina Puga, Carlos Henrique
Lopes Rodrigues, Ednalva Felix
das Neves, Francisco do O de
Lima Júnior, Guilherme Caldas
de Souza Campos, Ina Thomé
Picoli, Lucas Salvador Andrietta,
Luziene Dantas Macedo, Marcos
Bittar Haddad, Marina Sequetto,
Maurício Esposito, Paulo Daniel e
Silva, Vinícius Figueiredo Silva.
E-mail: leituras.economia@gmail.com

EQUIPE DE PRODUÇÃO

Editoração / Normatização
Célia Maria Passarelli

Revisão do Texto
Conselho Editorial

Capa
Bruno Aidar

Apoio Administrativo
Fátima de Lourdes Dias
Regina Voloch Santin
Fone/Fax: (019) 3289.2214
E-mail: posgrad@eco.unicamp.br

Divulgação e Assinaturas
Francisco Orlandini
Instituto de Economia da
Univ. Estadual de Campinas
Caixa Postal 6135
13083-970 – Campinas - SP
Fone: (019) 3521.5726
Fax: (019) 3289.1512
E-mail: public@eco.unicamp.br

SUMÁRIO

Editorial i

PRIMEIRA SEÇÃO: PANORAMA DE PESQUISAS CONSOLIDADAS E PERSPECTIVAS PARA NOVOS ESTUDOS

Os rumos das pesquisas sobre a história
econômica do Brasil
Flávio Azevedo Marques de Saes 3

Uma agenda nacional para o desenvolvimento
Wilson Cano 35

Sobre a matematização da Economia
Ana Maria Bianchi 75

A retomada do desenvolvimento e a
regulação do mercado do trabalho no Brasil
Paulo Baltar / José Dari Krein 91

Apontamentos gerais sobre a financeirização
mundial
Pedro Rozales R. Dominczak
Mauricio de S. Sabadini 125

Economia ecológica e valoração da natureza
Ademar Ribeiro Romeiro 149

SEGUNDA SEÇÃO: NOVAS AGENDAS DE PESQUISA E DESAFIOS PARA CENTROS EM FORMAÇÃO

Interiorização e interdisciplinaridade
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA)
Universidade Federal de Alfenas (Unifal – MG) 165

Graduação em ciências econômicas na Unifesp
Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN)
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp – SP) 179

Alguns aspectos do ensino e da pesquisa de
economia no Brasil
**Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências
Sociais Aplicadas (CECS)**
Universidade Federal do ABC (UFABC – SP) 193

Grupo de Estudos de Crítica da Economia Política GECEP/UFVJM Grupo de Estudos de Crítica da Economia Política (GECEP) Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM – MG)	211
Superpopulação relativa, dependência e desemprego estrutural no Brasil Núcleo de Pesquisa Econômica (NEPEC) Universidade Federal de Goiás (UFG – GO)	225
A agenda de pesquisa da missão do Ipea na Venezuela Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (DINTE) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	241

UNICAMP

Reitor
Jose Tadeu Jorge
Coordenadoria-Geral
Álvaro Crosta

INSTITUTO DE ECONOMIA

Diretor
Fernando Sarti
Diretor Associado
Marcelo Weishaupt Proni

Ficha catalográfica elaborada pelo Centro de Documentação – Cedoc
do Instituto de Economia da Unicamp

Leituras de Economia Política - n.1, set. 1995-
Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Instituto de Economia (IE).
23,5 cm.
Semestral
ISSN 1415-6245
Revista do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, editada sob a
responsabilidade de seus estudantes de Pós-Graduação.
A partir do número 2, o termo "ano" deixou de ser mencionado, passando a ser adotada,
somente, a numeração seqüencial dos fascículos.
Os números 6 e 7 acumulam os meses de junho e dezembro de 1998 e 1999, respectivamente.
O número 8 acumula os meses de junho e dezembro de 2000 e junho de 2001.
O número 9 acumula os meses de junho e dezembro de 2000 e junho de 2001
O número 10 acumula os meses de junho e dezembro de 2002 e junho de 2003.
O número 11 acumula os meses de dezembro de 2003 a dezembro de 2005.
O número 12 acumula os meses de janeiro de 2006 a dezembro de 2007.
O número 21 acumula os meses de dezembro de 2012 a julho de 2013.

1. Economia – Periódicos. I. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

CDD 330.5
CDU 33(05)

Consultoria e normalização bibliográfica:
Célia Maria Passarelli (CRB-8/1925)



UNICAMP

Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Economia <www.eco.unicamp.br> / <<http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/lep.html>>

Caixa Postal 6135 – CEP 13083-857 – Campinas, SP – Brasil

Fone: (019) 3521.5708 - Fax: (019) 3289.1512 - E-mail: public@eco.unicamp.br

EDITORIAL

É com satisfação que apresentamos ao leitor a Edição Especial, número 21, da revista *Leituras de Economia Política (LEP)*, autogerida pelos pós-graduandos do Instituto de Economia da Unicamp. Esta Edição Especial é voltada à discussão das “Perspectivas e Rumos do Ensino e da Pesquisa em Economia no Brasil”, na qual pretendemos, por um lado, contribuir para o debate sobre a economia em momento de grandes transformações da sociedade brasileira e, por outro, ao abrir um espaço para a reflexão crítica sobre essas transformações, reforçamos os objetivos da LEP já presentes desde o nosso primeiro número, quando afirmávamos que “os propósitos [da revista] circunscrevem-se numa perspectiva crítica e não-ortodoxa para a reflexão sobre a economia e a sociedade¹.”

Nos últimos dez anos, o governo federal adotou uma série de medidas visando promover a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de ensino superior e a interiorização das universidades federais, através do decreto que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007. As medidas, segundo o governo, tinham por objetivo reduzir as desigualdades sociais no país. Em termos concretos, a partir de 2003, foram criadas 14 universidades e mais de 100 novos *campi* e o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 para 237². Apesar dessa significativa expansão quantitativa, consideramos que é necessário fazer a reflexão e o debate das reais transformações do ensino e da pesquisa no Brasil. Houve de fato uma interiorização do ensino superior da rede federal, porém não se verificou um processo paralelo na pesquisa, que ainda é majoritariamente realizada nas capitais e no litoral, apresentando dificuldades concretas de realização nos novos *campi* das universidades federais. Ademais, observa-se em muitas destas universidades uma estrutura física precária e provisória, uma insuficiência do número de professores e técnicos administrativos,

(1) “Apresentação”. *Leituras de Economia Política*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto de Economia (IE), ano 1, n. 1, set. 1995.

(2) Informações referentes até o ano de 2011, retiradas do sítio <http://reuni.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2013.

além da sobrecarga e degradação das condições de trabalho, que comprometem em grande medida não apenas a pesquisa como o próprio ensino.

Para discutir esse novo cenário e as perspectivas do ensino e da pesquisa brasileiros em Economia, dividimos esta Edição Especial em duas seções. A primeira contou com a contribuição de professores dos centros já consolidados do país, que forneceram um panorama das pesquisas em diferentes áreas, apontando questões de relevância ou as perspectivas para novos estudos. A segunda foi destinada às contribuições de professores que estão participando da construção dos novos centros de ensino e pesquisa em Ciências Econômicas do país, que descreveram os desafios presentes e as novas agendas de pesquisa em desenvolvimento.

Na primeira seção, o artigo “Os Rumos das Pesquisas sobre a História Econômica do Brasil: Uma Breve Nota” de Flávio Saes apresenta elementos importantes para refletir sobre os efeitos da grande expansão da pesquisa científica nas últimas décadas. O autor contrasta a produção de pesquisas recentes em história econômica do Brasil com as interpretações “clássicas”, que exerceram grande influência sobre os pesquisadores da área. Ao fazê-lo, apresenta uma avaliação crítica da produção recente, já não mais preocupada em estabelecer conexões entre a história econômica e as questões do presente, tal como faziam as interpretações “clássicas”, cujos objetivos estavam intimamente relacionados com a promoção de transformações econômicas e sociais.

Wilson Cano, em “Uma Agenda Nacional para o Desenvolvimento”, também enfatiza a importância do comprometimento dos economistas com a superação dos problemas nacionais. Este, no entanto, como defende o autor, parece ter dado lugar, principalmente a partir de fins dos anos 1980, aos estudos “curtoprazistas”, preocupados com temáticas relacionadas ao câmbio, aos juros, à inflação, à região e à cidade competitiva. Visando suprir essa lacuna, o autor apresenta elementos para a compreensão dos principais problemas do subdesenvolvimento e dos desafios para a retomada do desenvolvimento e, por fim, apresenta as linhas gerais para a construção de um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

No campo da metodologia da economia, o artigo de Ana Maria Bianchi apresenta uma visão crítica sobre o processo de crescente matematização da economia, inclusive avaliando os efeitos desse processo no ensino da pós-graduação nos Estados Unidos, no qual parecem ficar comprometidos o desenvolvimento do espírito crítico e da reflexão, assim como, algumas habilidades como a comunicação oral e escrita. Outros elementos discutidos pela autora são a importância da comunicação entre economistas e a audiência não especializada, crucial para a formação do debate econômica, e a definição de objetos de pesquisa que tenham relevância para a economia real, ainda que não sejam suscetíveis ao tratamento formal.

Paulo Eduardo de Andrade Baltar e José Dari Krein em “A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado do trabalho no Brasil” estabelecem uma relação entre a dinâmica do capitalismo contemporâneo no Brasil e os desafios para a discussão de uma regulação pública do trabalho. Os autores destacam que de um lado o debate se concentra na defesa de uma estruturação do mercado de trabalho com implicações na qualidade das relações sociais, do outro lado está a afirmação dos negócios, que destaca a necessidade de maior flexibilização na contratação, no uso e na remuneração do trabalho. Concluem que esse debate polarizado se reflete no conteúdo e na forma das políticas públicas do trabalho e no modelo de desenvolvimento do país.

No trabalho “Apontamentos gerais sobre a financeirização mundial”, os Profs. Pedro Rozales R. Dominczak e Maurício de S. Sabadini propõem uma análise sobre alguns traços característicos do processo de financeirização da economia mundial ao longo das últimas décadas. Fundando-se no pensamento crítico e atual sobre os movimentos do capitalismo contemporâneo, o eixo condutor utilizado nesta contribuição da agenda de trabalho dos professores é a evidencia dos aspectos principais da financeirização e sua relação com a esfera produtiva do capital assinalando que o capital fictício e o capital especulativo parasitário são os pilares fundamentais da financeirização atual.

Por fim, Ademar Romeiro, no campo da economia ecológica, com o artigo “Economia Ecológica e Valoração da Natureza”, apresenta uma visão crítica da economia ambiental neoclássica, que, ao considerar os problemas ambientais como problemas de externalidade negativa, entende que a correta precificação

dos bens e serviços ecossistêmicos garante uma alocação eficiente pelas forças do mercado. Esta perspectiva, no entanto, desconsidera outras dimensões – sociocultural e ecológica – que não podem ser mensuradas a partir de métricas monetárias. Em relação à dimensão ecológica, o autor enfatiza a existência de risco de perdas irreversíveis potencialmente catastróficas. Tendo em vista essas questões, a economia ecológica apresenta uma forma alternativa de valorar os ecossistemas que pode ser relevante para a tomada de decisões.

A segunda seção se inicia com o artigo “Interiorização e interdisciplinaridade: desafios para a pesquisa em economia no contexto da expansão do ensino superior no Brasil”, o qual apresenta um breve panorama acerca das pesquisas realizadas no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), cujas atividades acadêmicas foram iniciadas em março de 2009. Para tanto, os professores Daniel Consentino e Thiago Gambi, autores do artigo, discutem o processo de interiorização do ensino superior e o desafio colocado pela interdisciplinaridade de seus cursos. Nesse contexto, os autores enfatizam os principais obstáculos encontrados no processo de consolidação das agendas de pesquisa no Instituto, que porventura, estão em construção, mediante temáticas promissoras, como a história e pensamento econômico, economia social e do trabalho, economia regional e urbana, economia industrial e economia agrícola.

Representando a Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, da UNIFESP campus Osasco/SP, Cláudia Tessari e Júlio Costa discutem no artigo “O curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)”, as diretrizes e linhas de pesquisa presentes nesta universidade, com especial enfoque aos primeiros anos de formação do curso e as características de seu corpo docente. Há um destaque para a problemática do desenvolvimento econômico, importante tanto para a definição das características das disciplinas como para a formação de linhas de pesquisa.

O artigo “Alguns aspectos do ensino e da pesquisa de Economia no Brasil”, referente às atividades desenvolvidas na Universidade Federal do ABC e escrito pelo professor Vítor Schincariol, evidencia o caráter interdisciplinar dos cursos da Universidade – os alunos de economia cursam, em um primeiro momento, as disciplinas do “Bacharelado em Ciências e Humanidades”, que

abrangem inclusive temáticas da física e da biologia. Essa estrutura, segundo o autor, tem refletido nas pesquisas em economia desenvolvidas no curso, ao colocar à frente problemáticas clássicas da análise social e econômica, questões relacionadas, por exemplo, ao impacto da atividade humana no planeta.

Em consonância com o debate crítico, o Grupo de Estudos de Crítica da Economia Política (GECEP), da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (FACSAE) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), através do artigo “Uma experiência de agenda de pesquisa na crítica da Economia Política”, escrito por Márcio Lupatini, Roberta Traspadini, Ellen Tristão, Janaína Elisa Patti de Faria, João César Souza Ferreira, Carlos Henrique Lopes Rodrigues, Thiago Marques Mandarino, se propõe a descrever a iniciativa bem sucedida de desenvolvimento de um grupo de pesquisas em uma universidade, com pouco mais de sete anos de fundação. Seguindo esta proposta, o GECEP desenvolve pesquisas na área da crítica da economia política com o objetivo de compreender tanto a dinâmica do capitalismo contemporâneo quanto as particularidades da formação econômica e social da América Latina e do Brasil. O grupo, organizado em seis linhas de pesquisa, já conta com substancial quantidade de publicações bibliográficas e um número considerável de pesquisadores dentre professores e estudantes.

O artigo “Superpopulação Relativa, Dependência e Desemprego Estrutural no Brasil” desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa Econômica (NEPEC), da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás (FACE/UFG), de autoria de Pedro Duarte, tem o intuito de compreender os fatores histórico-estruturais das relações de trabalho no Brasil. Tal núcleo foi formado com a finalidade de construir uma convergência em torno de uma linha de pesquisa geral, mas que, ao contrário do GECEP, ainda se encontra em fase inicial de formação.

Por fim, o artigo “A Agenda de Pesquisa da Missão do Ipea na Venezuela” visa apresentar as pesquisas desenvolvidas pelo escritório do Ipea em Caracas. Pedro Barros, autor do artigo, coloca em destaque a criação e a agenda de pesquisa em desenvolvimento por essa Missão, a qual busca fornecer informações para auxiliar nas políticas públicas de integração do Brasil com a região. É preciso salientar que, mesmo que não se enquadre nesse contexto de expansão do ensino

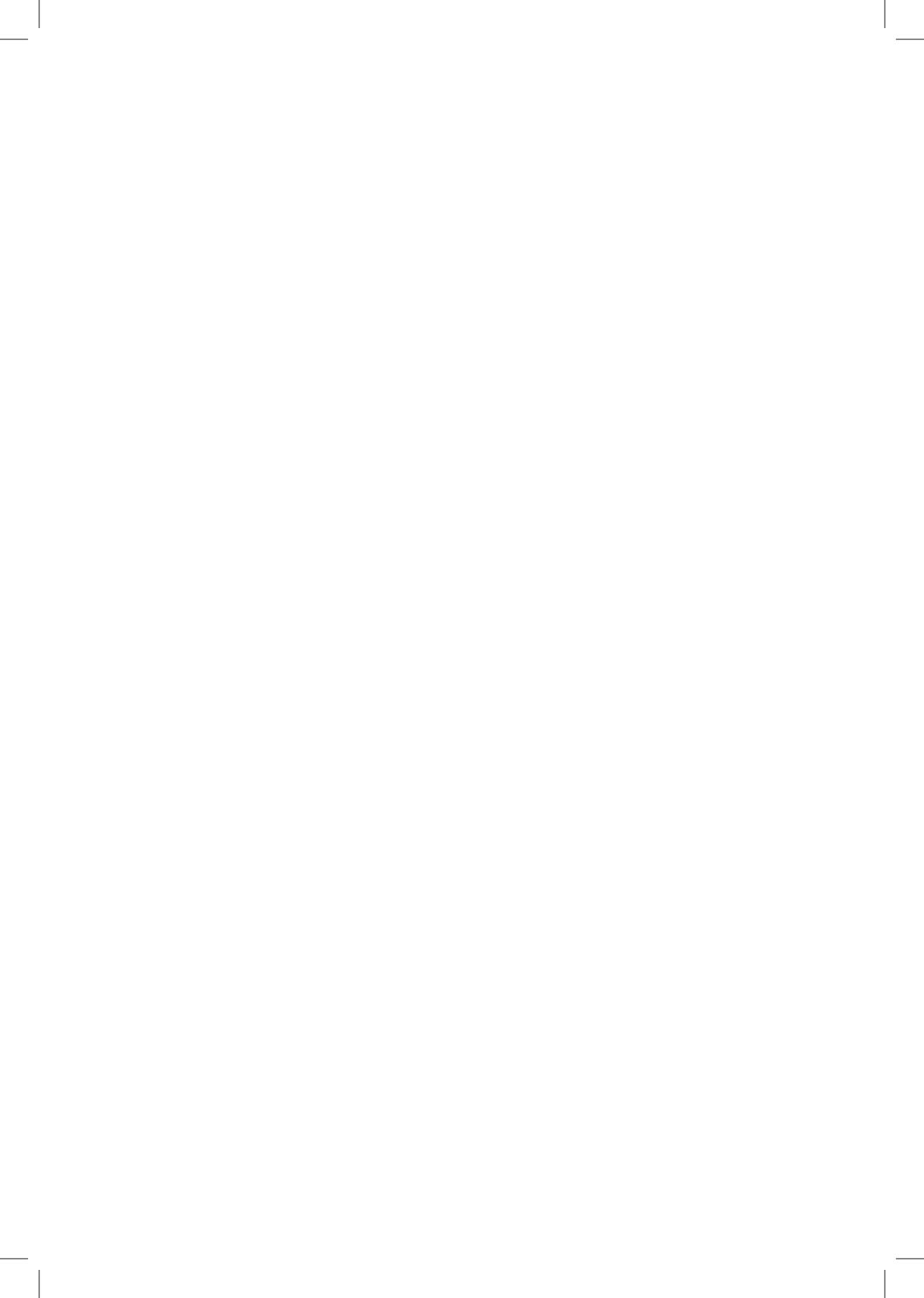
superior da rede federal, o trabalho é importante para a divulgação da pesquisa em economia realizada num cenário distinto das universidades brasileiras.

Como editores, gostaríamos de agradecer a todos os autores pela produção de artigos que certamente contribuirão para o debate e para a reflexão em torno das “Perspectivas e Rumos do Ensino e da Pesquisa em Economia no Brasil”. Finalmente, esperamos que o trabalho realizado pelo Conselho Editorial e pelos autores possibilite que esta Edição Especial da LEP reafirme nosso principal objetivo, que é o de contribuir para a reflexão de temas importantes para a sociedade, fomentando o debate acadêmico e a divulgação de pesquisas em diferentes áreas da economia.

O Conselho Editorial

PRIMEIRA SEÇÃO

**PANORAMA DE PESQUISAS
CONSOLIDADAS E PERSPECTIVAS
PARA NOVOS ESTUDOS**



Os rumos das pesquisas sobre a história econômica do Brasil: uma breve nota

Flávio Azevedo Marques de Saes ¹

Nesta nota não pretendemos fazer um amplo balanço da pesquisa sobre a história econômica do Brasil: no passado e no presente, a vasta produção sobre nossa história econômica exigiria domínio bem mais amplo do que temos dessa literatura. Nosso objetivo é bem mais modesto: trata-se de relembrar obras que exerceram profunda influência sobre os pesquisadores e também de identificar tendências recentes da pesquisa em seu diálogo com interpretações “clássicas” da história econômica do Brasil. Para tanto, procuramos, de um lado, expor as principais polêmicas a respeito de interpretações da história econômica do Brasil e, de outro, observar em que medida foram estabelecidas conexões entre a interpretação da história econômica e as questões do presente de modo que a história econômica pudesse fornecer elementos importantes para orientar ações que tivessem o objetivo de promover transformações econômicas e sociais. Uma breve revisão de alguns “clássicos” de nossa história econômica permitirá o confronto com tendências presentes na historiografia mais recente.

Desde a década de 1920 publicaram-se obras que os próprios autores definiram como de história econômica do Brasil. Victor Viana (1922), Lemos Brito (1923) e J. F. Normano (1938) são exemplos desses autores. Não devemos esquecer também o livro *Épocas de Portugal Econômico*, de João Lúcio de Azevedo (1928): embora seu objeto seja a economia portuguesa, em vários capítulos há referências à economia colonial brasileira².

Sem diminuir o significado dessas primeiras obras, podemos dizer que o estudo da história econômica do Brasil tem um marco fundamental no livro de Roberto C. Simonsen, *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, publicado em 1937. Engenheiro, industrial, fundador, em 1928, do Centro das

(1) Professor aposentado do Departamento de Economia da FEA-USP. E-mail: <famsaes@usp.br>.

(2) Uma análise minuciosa dos primeiros estudos sobre a História Econômica do Brasil e dos estudos sobre a historiografia econômica brasileira foi feita por Tamás Szmrecsányi (Szmrecsányi, 2004).

Indústrias do Estado de São Paulo, Simonsen tornou-se, nos anos 30, professor de História Econômica do Brasil na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (provavelmente, a primeira cadeira de história econômica dos cursos superiores no Brasil). Tanto pela pesquisa de fontes quanto pelo esquema interpretativo que apresenta (em parte inspirado na noção de ciclos já presente em João Lúcio de Azevedo), a obra de Simonsen destaca-se entre as primeiras de nossa historiografia econômica. Duas obras posteriores exerceram maior influência sobre as pesquisas de história econômica do Brasil: *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior (publicada em 1942) e *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado (de 1959). Essas três obras, mas especialmente as duas últimas, que denominaremos de “clássicos” de nossa historiografia econômica, foram referência fundamental para as pesquisas realizadas até a década de 1970, pois nelas havia uma preocupação comum: entender as raízes do atraso econômico e social do País – ou seja, do subdesenvolvimento brasileiro. Desse modo, a história era essencial não só para explicar o atraso, mas também para indicar formas de ação para superar o atraso.

A obra de Simonsen, acima referida, se insere nessa perspectiva de uma forma bastante peculiar. Embora dedicado à reconstituição da história colonial, em poucas linhas do final do livro, Simonsen expôs aquela que talvez fosse sua questão central. A obra procurou delinear os chamados ciclos da economia colonial (pau-brasil, açúcar, ouro, pecuária, coleta etc) para defender a tese de que cada ciclo esgotava as potencialidades desse tipo de economia primária. Em suma, ao final do ciclo nada (ou quase nada) restava da riqueza gerada por décadas (ou séculos) de trabalho, resultado que Simonsen atribuía ao caráter primário das atividades coloniais. Em consequência, somente outro tipo de atividade poderia reter e multiplicar a riqueza por ela gerada: essa atividade seria a indústria. O argumento de Simonsen é bastante simples: ao comparar o diferente nível de desenvolvimento brasileiro no começo do século XX com o dos Estados Unidos, Simonsen atribuía à indústria essa diferença; e acrescentava que a industrialização americana teria decorrido de uma política protecionista deliberada levada adiante naquele país após a independência, ao passo que no Brasil adotou-se uma política liberal, de certo modo imposta pela Inglaterra por meio do Tratado de Comércio de 1810, conclusão expressa neste breve e bastante conhecido trecho:

Não era essa, infelizmente, a política comercial que conviria a um país como o nosso, que apenas iniciava a sua economia independente. Tínhamos que abraçar, àquele tempo, política semelhante à que a nação norte-americana seguiu no período de sua formação econômica. Produtores de artigos coloniais, diante de um mundo fechado por “polícias coloniais”, tornamos, no entanto, campeões de um liberalismo econômico na América. E os resultados de tal política estão registados em nossa História Econômica. Parece-nos, porém, que até hoje ainda não soubemos aproveitar as lições desse passado (Simonsen, 1969, p. 406/6).

Portanto, em seu livro Simonsen transitava do passado colonial ao presente ao indicar o protecionismo como política a ser implementada no século XX, política que faltara no século XIX após a Independência. Em textos posteriores, Simonsen propunha o planejamento econômico com instrumento para definir as prioridades e para estabelecer os meios para promover o crescimento da economia³. No entanto, a mensagem fundamental de Simonsen era de que somente por meio da industrialização o Brasil poderia superar o atraso e a pobreza, noção que, à época, sofria forte oposição dos defensores do liberalismo econômico.

Embora por argumentos distintos dos de Simonsen, propostas de políticas industrializantes para promover o desenvolvimento se generalizaram após a Segunda Guerra Mundial, em especial na América Latina. Interessa-nos mostrar que algumas dessas propostas se valiam da experiência histórica para justificar a necessidade de industrialização. Um caso exemplar é o da CEPAL.

A CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – órgão da ONU, ao pensar o problema do subdesenvolvimento latino-americano, propunha uma política industrializante como base para o desenvolvimento latino-americano. Atribui-se ao economista argentino Raúl Prebisch, primeiro secretário-geral da CEPAL, a formulação da proposta da instituição que partia da análise da experiência histórica da economia latino-americana. O argumento fundamental ficou identificado como “tendência ao declínio da relação de trocas”: num mundo dividido entre economias centrais/ industrializadas e periféricas/primário-exportadoras, a relação de trocas (ou seja, a relação entre o preço das exportações e

(3) Essa proposta foi exposta por Simonsen em parecer apresentado ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial em 16-8-1944 e que deu origem ao conhecido debate com Eugênio Gudin (Simonsen; Gudin, 1977)

o das importações) seria declinante para os países primário-exportadores. Ou seja, ao longo do tempo, os preços das exportações de produtos primários tenderiam a se reduzir relativamente ao preço dos manufaturados exportados pelos países centrais; assim, os países periféricos precisariam exportar volumes crescentes de produtos primários (agropecuários ou minerais) para obter a mesma quantidade de produtos manufaturados. Em outras palavras, ficariam relativamente mais pobres por conta de sua especialização no comércio internacional e, desse modo, não lograriam superar o subdesenvolvimento⁴.

A experiência da Grande Depressão da década de 1930 na América Latina mostrou o caminho para romper o subdesenvolvimento: a crise do comércio internacional criou a possibilidade de “substituir importações” de manufaturados, dando início ou aprofundando um processo de industrialização que permitiu a várias economias latino-americanas sustentar elevadas taxas de crescimento em contraste com a recessão que atingia as economias centrais. Assim, a história das economias latino-americanas explicava seu subdesenvolvimento, mas também mostrava a possibilidade de superá-lo por meio da industrialização, rumo a um desenvolvimento nacional⁵.

(4) Para a CEPAL, a partir da Revolução Industrial, havia se definido uma clara distinção entre as economias nacionais inseridas na economia mundial: as economias centrais, aquelas que haviam passado pela Revolução Industrial, especializaram-se na produção de manufaturados; as economias periféricas se inseriram na economia mundial por meio da exportação de produtos primários. Dessa forma de especialização decorreria a tendência ao declínio da relação de trocas: nas economias centrais/industrializadas, havia tendência à rápida elevação da produtividade. Porém, isso não se transformava em declínio dos preços no comércio internacional por conta de algumas características das economias centrais: as empresas industriais, de grande porte, constituíam oligopólios, o que as permitia evitar a redução dos preços; além disso, os trabalhadores industriais já se organizavam em sindicatos que conseguiam reter, pelo aumento dos salários, partes do aumento de produtividade. Em contrapartida, nos países periféricos, a produção (principalmente a agrícola) era realizada por grande número de produtores, quase um mercado de concorrência perfeita; assim, por meio da competição entre os produtores, os ganhos de produtividade tendiam a ser transferidos para os compradores por meio de menores preços. Além disso, uma população abundante, desorganizada, impedia que os trabalhadores em atividades primárias lutassem para reter partes dos ganhos de produtividade. Desse modo, por meio do declínio da relação de trocas, os ganhos de produtividade da economia mundial tendiam a se concentrar nos países centrais, levando ao progressivo empobrecimento dos países periféricos (por isso, subdesenvolvidos). Em suma, a história – da constituição da economia mundial após a Revolução Industrial – explicava a origem do subdesenvolvimento e sugeria que a permanência enquanto economias primário-exportadoras significaria a perenização do subdesenvolvimento.

(5) O texto de Raúl Prebisch, “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais” (Prebisch, 2000), publicado como Introdução ao *Estudo Econômico da América Latina* de 1948, apresenta as principais ideias que ficaram identificadas com o pensamento da CEPAL.

No Brasil, a influência da CEPAL está presente num clássico da historiografia econômica – *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado (de 1959). Furtado foi economista da CEPAL e trabalhou com Prebisch em Santiago do Chile. No entanto, cabe notar que a obra de Furtado não é mera reprodução do esquema da CEPAL particularizado para o Brasil. Sua análise da economia colonial e de suas transformações no século XIX e no XX estabelece um quadro mais amplo, no qual se inserem algumas formulações típicas da CEPAL (como o impacto da Grande Depressão da década de 1930 sobre as economias periféricas a partir da noção fundamental da divisão da economia mundial entre centro e periferia).

A questão geral que conduz o texto de *Formação Econômica do Brasil* é a transformação de uma economia escravista numa economia de base industrial. Essa transformação é problemática porque a economia escravista, argumenta Furtado, apresenta forte rigidez estrutural: sua expansão se faz de forma extensiva (incorporando mais terra e escravos, mantidas as técnicas produtivas); e na fase de declínio, pela retração dos mercados e queda dos preços, não se altera a forma de produção. Se o declínio fosse prolongado, não haveria reposição dos equipamentos depreciados e dos escravos incapacitados para o trabalho: assim, reduzia-se a capacidade produtiva, mas mantinha-se a estrutura de produção.

Desse modo, alguma mudança só poderia ocorrer a partir de um fato externo à dinâmica própria da economia escravista. E esse fato foi o fim do tráfico escravo que impôs a busca de uma forma alternativa de força de trabalho. A transição do trabalho escravo para o assalariado (identificado por Furtado com a imigração europeia) levou à constituição não só de um mercado interno, mas principalmente de uma economia de mercado interno: uma economia em que os dois setores fundamentais (exportador e de subsistência) se inter-relacionam, propiciando a transferência de recursos de um para o outro, o aumento da produtividade da economia como um todo e ainda o surgimento de um processo multiplicador da renda. E nessa economia de mercado interno surge também a tendência ao desequilíbrio externo, tendência ausente na economia escravista uma vez que nesta a renda monetária, oriunda das exportações e concentrada nas mãos dos senhores de escravos, poderia, no máximo, se transformar num valor igual de importações. O desequilíbrio externo gerava tensões, inexistentes na economia escravista, que impunham reações para restaurar o equilíbrio (como a desvalorização da moeda nacional e as políticas de valorização do café).

Essa economia de mercado interno propiciou uma incipiente industrialização durante a Primeira República. No entanto, foi o exacerbado desequilíbrio externo inerente à crise da economia exportadora iniciada com a quebra da bolsa de New York, em 1929, e aprofundada com a Grande Depressão dos anos 30, que criou a oportunidade histórica para o início de um processo de industrialização: as restrições impostas às importações (expressas pela substancial desvalorização da moeda nacional), como resultado da própria crise do mercado internacional, geraram uma proteção para a produção nacional de manufaturados (permitindo a substituição de importações). Por outro lado, a política do governo em relação ao setor cafeeiro – a compra dos excedentes de café por meio de expansão do crédito, uma política keynesiana antes da Teoria Geral de Keynes - reduziu o impacto da crise sobre a renda interna; desse modo, preservou-se em grande medida a demanda por produtos manufaturados num momento em que as importações se tornaram mais caras em relação ao produto nacional. Nos termos de Celso Furtado, ocorreu o deslocamento do centro dinâmico da economia, antes situado na atividade exportadora (ou na demanda externa), para a produção voltada ao mercado interno, especialmente a manufatureira (ou na demanda do mercado interno) (Furtado, 1968, cap. XXXII).

A história da economia brasileira levou Furtado a conclusões que se projetavam sobre a época em que escrevia. Em particular, a experiência da década de 1930 afirmava a possibilidade de manter o crescimento da economia em meio à depressão mundial com base na demanda do mercado interno e na expansão da indústria. A mensagem implícita era de que para promover o desenvolvimento, a experiência dos anos 1930 sugeria ser imperioso romper com a especialização da economia brasileira com a produção primário-exportadora e que, para tanto, era fundamental a ação do governo. Em obra posterior – *A Pré-Revolução Brasileira* (publicada em 1962) – Furtado retomava a perspectiva histórica e indicava os desafios para o futuro. O balanço de séculos de produção primária para o mercado externo era claramente negativo:

O desenvolvimento econômico do Brasil, até fins da terceira década deste século [século XX], processou-se, basicamente, por indução de fatores externos. (...) Ao final da fase de desenvolvimento tipicamente colonial da economia brasileira, no primeiro quartel deste século, havíamos

economicamente ocupado grande parte do território nacional, mas também nos havíamos transformado na mais vasta área de subdesenvolvimento econômico, de povoamento recente, do mundo ocidental (Furtado, 1962, p. 107-108).

Em contraposição, afirmava:

É no segundo quartel do presente século que ocorre a descontinuidade do módulo histórico de nosso desenvolvimento. Essa descontinuidade marca, no Brasil, o encerramento da economia de tipo colonial. (...) Já agora a economia estava dotada de um elemento dinâmico próprio: os investimentos industriais apoiados sobre o próprio mercado interno. O crescimento passava, bruscamente, a projetar-se em duas direções. Cada novo impulso para a frente significaria maior diversificação estrutural, mais altos níveis de produtividade, maior massa de recursos para novos investimentos, expansão mais rápida do mercado interno, possibilidade de superar-se permanentemente.(...) A outra consequência, não menos importante para o destino da nacionalidade, foi a transferência, para o próprio território nacional, do centro principal de decisões relacionadas com a vida econômica do país (Furtado, 1962, p. 109-110).

Essas conclusões de Furtado, que emergem de sua interpretação da história econômica do Brasil, constituíam fundamento para a ação política, em especial para formular e implementar uma política de desenvolvimento. Além disso, se contrapunham aos argumentos liberais defendidos por grupos agrário-mercantis e ligados ao capital estrangeiro, grupos esses que advogavam a não intervenção do estado da economia em nome das “vantagens comparativas” que o Brasil teria pela especialização nas atividades primárias. E a ação política se tornara factível diante das próprias mudanças ocorridas na economia:

A nossa economia já não é comandada de fora para dentro, obrigando-nos a seguir, perplexos e impotentes, os ziguezagues de um destino de povo dependente. Temos em nossas mãos os instrumentos de autodeterminação que até há pouco eram apanágio de uns quantos povos privilegiados. E temo-los com uma consciência de sua efetividade, que há até bem pouco tempo nem mesmo esses povos possuíam (Furtado, 1962, p. 115).

Desse modo, a história econômica do Brasil indicava, para Furtado, os rumos que a política de desenvolvimento deveria seguir, mas também sugeria a

possibilidade de levar adiante essa política pelas mudanças na esfera do poder induzidas pelas próprias transformações da economia brasileira.⁶

A história econômica do Brasil também era, para Caio Prado Júnior, o ponto de partida para entender o presente e para pensar formas de ação para promover transformações econômicas e sociais. *Formação do Brasil Contemporâneo* (com o subtítulo Colônia) – publicada em 1942, exerceu grande influência nos estudos posteriores de nossa história econômica pela concepção da economia e da sociedade colonial apresentada por Caio Prado. Essa concepção indicava as raízes de problemas econômicos e sociais que permaneciam no século XX e ainda hoje é objeto de polêmicas na historiografia econômica brasileira (como exposto mais adiante). Em outra obra - *A Revolução Brasileira*, de 1966 – Caio Prado expôs de modo mais explícito a conexão entre as raízes históricas da sociedade brasileira, os problemas econômicos e sociais do momento em que escrevia e suas propostas de mudanças. Aliás, esta obra tornava clara a polêmica entre Caio Prado e a esquerda vinculada ao Partido Comunista Brasileiro em torno da concepção do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, conseqüentemente, das estratégias políticas da esquerda tendo em vista seu objetivo último – a revolução socialista.

No PCB, de orientação soviética, predominava o que por vezes se denominou do “paradigma evolucionista”. Todas as “nações” deveriam passar, em sua história, pelos estágios: comunidade primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo. No caso do Brasil do século XX, assistia-se à transição do feudalismo ao capitalismo: na área rural, predominava o “latifúndio feudal” sustentado pelo trabalho de um campesinato em situação de dependência. O latifúndio feudal seria um aliado político do capital estrangeiro por interesses comuns vinculados ao comércio de exportação; em contrapartida, nas cidades, uma indústria nascente seria a base da burguesia (industrial) nacional. No plano político, a aliança entre o latifúndio feudal e o capital estrangeiro (imperialismo) enfrentaria a oposição da burguesia nacional, pois esta desejava impedir a concorrência estrangeira no mercado interno. Além disso, o mercado interno era

(6) Em obras posteriores, a perspectiva de autodeterminação foi matizada pelas noções de modernização e dependência que, por sua vez, questionavam a possibilidade de um desenvolvimento autônomo que conduzisse à homogeneização social. A forma – dependente – de inserção da economia brasileira na economia mundial condicionava o padrão de desenvolvimento produtivo e implicava a manutenção de elevada concentração de renda, seja pelo próprio padrão produtivo, seja pelas pressões políticas dele decorrentes (Furtado, 1974; 1992).

limitado pela presença de relações feudais (ou semifeudais) no campo. Nessa perspectiva, as camadas populares e as esquerdas deveriam estabelecer uma aliança com a burguesia nacional tendo em vista liquidar o latifúndio feudal e combater o imperialismo, a fim de promover uma revolução burguesa e instaurar plenamente o capitalismo no Brasil. Dentro do paradigma evolucionista, esse era um passo prévio necessário para a etapa seguinte – a do socialismo. Assim, a concepção geral da evolução da sociedade e a particular forma de entender a história da sociedade brasileira levaram à adoção dessa postura política pelo PCB⁷.

Caio Prado Júnior discordava amplamente dessa postura a partir da sua compreensão da natureza e do desenvolvimento da sociedade brasileira desde o momento inicial da colonização.

Qual era a concepção da economia colonial formulada por Caio Prado? A colonização da América se inscreveu no processo de expansão comercial da Europa: isso define o que Caio Prado chama de “sentido da colonização”:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (Prado Jr., 1969, p. 31).

O sentido da colonização – ou seja, produzir mercadorias para o comércio europeu – permite a Caio Prado definir as características econômicas da colônia portuguesa na América, sintetizadas no trinômio: monocultura, grande propriedade e trabalho escravo. Portanto, a economia colonial apresenta caráter marcadamente mercantil e os grandes proprietários, mesmo enquanto senhores de escravos, tinham como objetivo o lucro. Para Caio Prado,

(7) A exposição acima limita-se a um esquema muito simplificado da concepção do desenvolvimento do capitalismo no Brasil pelas esquerdas e, em particular, pelo PCB. Em especial, não nos referimos aos estudos de historiadores usualmente identificados com essa concepção – como Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães – que não se restringem a esse esquema muito geral, tema que é explorado em profundidade por Vieira (2008).

...com a substituição definitiva e integral do trabalho escravo pelo livre, achou-se presente no Brasil o conjunto dos elementos estruturais componentes do capitalismo (Prado Jr., 1977, p. 96).

Ou seja, a economia colonial já se caracterizaria como capitalista, ainda que um “capitalismo incompleto” que, com as mudanças ocorridas durante o século XIX (Independência, fim do tráfico internacional de escravos, imigração, abolição do escravismo), assumiu plenamente seu caráter capitalista. Essa concepção entrava em choque com a das esquerdas, pois

Os polos principais da estrutura social do campo brasileiro não são o “latifundiário” ou “proprietário senhor feudal ou semifeudal” de um lado, e o camponês de outro; e sim, respectivamente o empresário capitalista e o trabalhador empregado, assalariado ou assimilável econômica e socialmente ao assalariado (Prado Jr., 1977, p. 105).

Mais importante do que a divergência quanto às categorias eram as implicações políticas dessa divergência. Caio Prado entendia que a proposta da esquerda que propugnava uma aliança das classes populares com a burguesia nacional contra o latifúndio feudal e o imperialismo era desprovida de sentido: nem a aliança entre proprietários de terra e capital estrangeiro, nem a oposição da burguesia nacional aos proprietários de terra e ao capital estrangeiro podiam ser admitidas.

Os grandes proprietários de terra – uma burguesia agrária – tinham, exceto em alguns ramos, escassas relações com o capital estrangeiro; e mesmo em ramos como a cafeicultura e a pecuária era mais provável a existência de conflitos do que de identidade de interesses. Assim, uma aliança dos proprietários rurais com o capital estrangeiro contra a burguesia (industrial) nacional parecia pouco provável. Acresce que também essa burguesia nacional não se opunha à grande propriedade e ao capital estrangeiro. Na verdade, nas áreas mais dinâmicas era possível observar a mobilidade do capital entre a propriedade rural e os investimentos urbanos: fazendeiros se tornaram industriais, comerciantes e banqueiros e empresários urbanos não raras vezes adquiriram propriedades rurais. Ou seja, a hipótese de distinção (e oposição) entre os latifundiários feudais (para Caio Prado, uma burguesia agrária) e a burguesia industrial seria equivocada inclusive nesse plano. Do mesmo modo, Caio Prado recusava a hipótese de conflito

entre a burguesia (industrial) nacional e o capital estrangeiro (imperialismo). Na verdade, o ingresso do capital estrangeiro teve a “melhor das acolhidas” pela burguesia, pois potencializou suas atividades: investimentos em infraestrutura (como estradas de ferro e energia elétrica) beneficiaram a agricultura, o comércio de exportação e a indústria e não se caracterizaram como concorrentes do capital nacional. Assim, Caio Prado recusava, a um tempo, a distinção entre o latifúndio feudal e a burguesia nacional (entende existir uma burguesia ao mesmo tempo rural e urbana⁸) e o conflito entre uma burguesia nacional e o imperialismo. Conseqüentemente, a proposta do PCB de aliança entre classes populares e burguesia nacional para combater o latifúndio feudal e o imperialismo, ao se fundar numa visão histórica equivocada, só poderia conduzir a um rotundo fracasso político. Em suma, a hipótese de uma revolução democrático-burguesa, liderada pela burguesia (industrial) nacional com o apoio das classes populares era inviável pelo fato de essa pretensa burguesia nacional não existir como tal: como parte de uma burguesia (rural e urbana simultaneamente) não demonstrava qualquer oposição à grande propriedade rural e ao capital estrangeiro.

Portanto, se essa revolução (democrático-burguesa) brasileira não indicava um caminho politicamente possível, qual seria o rumo da revolução brasileira para Caio Prado?

Por um lado, indica que a “grande tarefa” proposta na revolução brasileira era a “elevação dos padrões materiais e culturais dos trabalhadores do campo sobre os quais ainda pesa, de forma brutal, a velha tradição escravista” (Prado Jr., 1977, p. 97). Por outro, entende que a realidade brasileira da época em que escrevia (1966) expressava “uma situação transitória entre, de um lado, o passado colonial e o momento em que o Brasil ingressa na história como área geográfica ocupada e colonizada com o objetivo precípua de extrair dessa área produtos destinados ao abastecimento do comércio e mercado europeus; e doutro lado o futuro, já hoje bem próximo, em que essa mesma área e seu povoamento, afinal nacionalmente estruturados, comportarão uma organização e sistema econômico voltados essencialmente e fundamentalmente para a satisfação das necessidades dessa mesma população que a ocupa, e capazes de assegurar a essa população um

(8) Caio Prado reconhece a existência de uma cisão no interior da burguesia entre uma burguesia ortodoxa (cuja atividade se voltava ao mercado) e uma burguesia vinculada ao que ele denomina “capitalismo burocrático” que se alimentava dos negócios realizados com o Governo (Prado Jr., 1977, p. 122).

nível e plano de existência consentâneos com os padrões de civilização e cultura de que participamos” (Prado, 1977 Jr., p. 81-82).

Essa transição, do passado colonial ao futuro “nacional”, exprimiria a “dinâmica e o sentido profundos da História” e constituiria o próprio processo da revolução brasileira marcado por etapas decisivas no século XIX (Independência, fim do tráfico internacional de escravos, imigração e abolição do escravismo), mas que propunha, no século XX novas ações. Tratava-se de superar remanescentes do sistema colonial brasileiro (que “ainda se fazem vivamente sentir”): o tipo de relações de produção e trabalho vigentes na agropecuária brasileira e as condições materiais e morais da população trabalhadora; o caráter originário da economia brasileira (voltada à produção para o mercado externo), base para a penetração e dominação imperialista no Brasil (Prado Jr., 1977, p. 86). Portanto, o programa da revolução brasileira deveria propor ações principalmente nessas duas direções.

Em relação ao trabalhador rural, por entender que esse trabalhador era “empregado” e não camponês, Caio Prado recusava a hipótese de que a luta pela terra (contra o latifúndio feudal) fosse sua demanda fundamental (exceto em áreas muito específicas do país). Suas demandas se dirigiam a melhores condições de trabalho e de remuneração, o que demandava formas de organização e mobilização. No entanto, pela história e pelas condições de trabalho, a capacidade de organização do trabalhador rural era limitada (embora movimentos já observados principalmente em Pernambuco mostrassem seu potencial). Assim, sua mobilização dependeria de orientação vinda de fora: para Caio Prado, essa orientação deveria vir do proletariado urbano que se ligava ao rural por suas origens e também por sua posição social. Desse modo, o programa da revolução brasileira deveria, nesse aspecto, apressar a organização sindical dos trabalhadores (Prado Jr., 1977, p. 173-178).

Em relação ao imperialismo (visto como a sequência do sistema colonial), a revolução brasileira deveria promover a eliminação dos empreendimentos internacionais uma vez que eles tenderiam a preservar o sentido original da colonização: produção para o mercado externo e não para atender às necessidades da própria população. A ação anti-imperialista deveria começar enfrentando uma das consequências do imperialismo: o recorrente déficit externo da economia

brasileira e, para tanto, caberia instituir o monopólio das transações externas do Brasil⁹.

Desse modo, pela crítica à concepção do PCB do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Caio Prado indicava o caminho da revolução brasileira a partir do sentido geral da transformação da economia colonial brasileira e dos remanescentes do sistema colonial que restringiam essa transformação. Como para Celso Furtado, a perspectiva histórica era decisiva para orientar as ações presentes no sentido das transformações desejadas.

As obras de Caio Prado e de Celso Furtado consolidaram o interesse por alguns temas da História Econômica do Brasil: o caráter exportador da economia colonial; características e desenvolvimento das diferentes economias exportadoras regionais; a questão do trabalho escravo e a importância da transição do trabalho escravo para o trabalho livre; as condições para o surgimento e o desenvolvimento da indústria e os efeitos da crise de 1929 e da Grande Depressão sobre a economia brasileira; características e desenvolvimento do capitalismo no Brasil são alguns desses temas. Inúmeros estudos, principalmente das décadas de 1960 e 1970, reafirmaram, qualificaram ou contestaram as teses centrais das interpretações de Prado e de Furtado. A seguir, fazemos referência a dois focos de polêmicas nas obras desses autores.

A análise de Furtado sobre o impacto da Grande Depressão da década de 1930 na economia brasileira foi objeto de controvérsias. A noção de que a crise da economia exportadora fora a oportunidade histórica para o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira foi contestada, por exemplo, por Carlos Manuel Peláez. Em relação aos argumentos de Furtado, negava, com base em alguns dados quantitativos, que a política de defesa do café tivesse como fundamento a expansão do crédito, recusando o caráter “keynesiano” dessa política do governo; afirmava ainda que a recuperação da economia se dera pelo aumento de exportações, principalmente de algodão. Evidentemente, além da questão empírica, havia nos argumentos de Peláez um fundamento teórico-ideológico: tratava-se de recusar o papel positivo da política do governo e de insistir na

(9) As ações a serem empreendidas no processo da revolução brasileira, como propostas por Caio Prado, são longamente expostas e discutidas nos capítulos V, VI e VII do livro *A Revolução Brasileira*. Aqui limitamo-nos a indicar algumas dessas ações tendo em vista evidenciar a conexão entre a perspectiva histórica e as propostas de intervenção na realidade presente.

importância das “vantagens comparativas” do Brasil no comércio internacional para o crescimento da economia na década de 1930. É claro, tratava-se da defesa da teoria econômica ortodoxa e do liberalismo diante de uma visão a um tempo keynesiana e cepalina (Peláez, 1968).

Essa polêmica, centrada na década de 1930, foi generalizada na historiografia: tratava-se de discutir se uma conjuntura expansiva das exportações era favorável ao crescimento industrial ou, ao contrário, se era nos períodos de crise das exportações que a indústria encontrava melhores condições para crescer. Suzigan, em ampla revisão, organizou esse debate sobre a industrialização em torno de duas vertentes: A “teoria dos choques adversos” e a “ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações”. Também trata de duas outras interpretações: a “ótica do capitalismo tardio” e a “ótica da industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo”. Por entender que nenhuma delas adere plenamente às evidências históricas, sugere uma interpretação alternativa fundada na “teoria do crescimento econômico induzido por produtos básicos” (Suzigan, 1986, cap. 1). Como notamos acima, as polêmicas sobre a industrialização brasileira tinham um pano de fundo teórico-ideológico pois posições diferentes procuravam justificar posturas mais intervencionistas e protecionistas diante de defensores de políticas liberais, no quadro mais geral das propostas de políticas de desenvolvimento para o Brasil.

As contribuições de Caio Prado também foram objeto de polêmicas. Sua crítica às teses do PCB foi reforçada por outros autores, em especial no que diz respeito à existência de uma burguesia nacional. No entanto, a matriz interpretativa prevalecte nessa discussão não era propriamente a de Caio Prado. Foi em torno da concepção da economia colonial, e de suas implicações, que surgiram polêmicas mais duradouras em torno da obra de Caio Prado.

Suas proposições sobre a economia colonial foram aprofundadas por Fernando Novais. Caio Prado afirmara que a economia colonial fora uma obra do capital mercantil metropolitano: sua estrutura e seu funcionamento atendiam às necessidades de obtenção de lucro daquele capital mercantil. O caráter da economia colonial – voltada para fora e fundada na grande propriedade, na monocultura e no trabalho escravo – respondiam aos objetivos do capital mercantil metropolitano. Fernando Novais foi adiante e situou a colônia no

quadro do antigo sistema colonial da era mercantilista e este no processo de transição do feudalismo ao capitalismo. O “sentido profundo da colonização” definiria o sistema colonial como peça fundamental da acumulação primitiva de capital. Portanto, a estrutura da economia colonial – o trinômio de Caio Prado: grande propriedade, trabalho escravo e monocultura – decorreria da posição da colônia nesse processo. O monopólio de comércio (o exclusivo metropolitano) e o tráfico de escravos seriam os elementos centrais da exploração da colônia pela metrópole, pois permitiriam a extração do excedente colonial. Desse modo, como peça fundamental para a acumulação primitiva de capital, a colônia tinha sua estrutura e sua dinâmica determinadas “de fora”, ou seja, por sua função no sistema em que estava incluída (Novais, 1979, cap. II).

Contestando a hipótese de Caio Prado, reforçada por Fernando Novais, de que a estrutura e a dinâmica da economia colonial eram determinadas pela esfera comercial, Ciro Cardoso e Jacob Gorender trataram a economia colonial com base na noção de modo de produção, em que o trabalho escravo assume posição central. Tratava-se de criticar o que Gorender denominava de “circulacionismo” (o primado da circulação sobre a produção). É claro, a demanda externa era uma condição para a existência da economia colonial. No entanto, para Gorender, a produção de mercadorias tropicais para o mercado externo só seria viável com base na *plantation*, ou seja, na grande propriedade escravista. A noção subjacente é que há correspondência entre forças produtivas e relações de produção: às forças produtivas necessárias para a produção e exportação de produtos tropicais em grande escala corresponde o trabalho escravo (ou seja, somente com trabalho escravo seria possível, na situação histórica de então, produzir mercadorias tropicais em grande escala para o mercado internacional). Além disso, no desenvolvimento da economia colonial (em outros termos, na determinação de sua estrutura e de sua dinâmica) o crucial não seria o comportamento do mercado externo e sim as relações de produção, ou seja, o trabalho escravo. Em outros termos, tratava-se de um modo de produção com uma lógica própria de desenvolvimento (o modo de produção escravista colonial), cujas leis Gorender procurou estabelecer. Desse modo, Gorender e Cardoso rompiam com a noção implícita nas obras de Furtado e de Prado de que a economia brasileira fosse, desde a época colonial, capitalista (Cardoso, 1973; Gorender, 1978).

Essa questão – do desenvolvimento do capitalismo no Brasil - também ocupou a produção historiográfica dos anos 60 e 70. Se para alguns, a economia brasileira, desde a colônia, sempre foi capitalista (porque o objetivo dos senhores de escravos era o lucro ou porque a economia brasileira, desde a colônia, estava inserida numa economia mundial capitalista), para outros apenas no século XIX se poderia admitir a emergência do capitalismo no Brasil. Em artigo de 1960, ao tratar das condições sociais da industrialização, Fernando Henrique Cardoso situava na produção cafeeira do Oeste paulista o momento em que se criaram as condições típicas do capitalismo. Fim do escravismo, imigração, colonato como trabalho assalariado, industrialização fariam parte desse quadro. Inúmeras pesquisas foram realizadas em torno desse tema; dois exemplos de como se tentou situar esses temas num processo de constituição do capitalismo no Brasil são os textos de Sérgio Silva (Silva, 1976) e de João Manuel Cardoso de Mello (Mello, 1982). Embora referindo-se a uma realidade mais ampla – a da América Latina – Faletto e Cardoso (em livro publicado originalmente em 1967) definiam algumas características do capitalismo na região – capitalismo dependente – e expunham suas implicações políticas:

Ao apontar a existência de um processo de expansão capitalista na periferia, fazemos uma dupla crítica. Criticamos os que esperam uma estagnação permanente nos países dependentes subdesenvolvidos, derivada de um constante declínio na taxa de lucro ou da “estreiteza dos mercados internos”, que supostamente funcionam como obstáculo intransponível para o avanço capitalista. Mas criticamos também aqueles que esperam um desenvolvimento capitalista das economias periféricas, para solucionar problemas tais como a distribuição de propriedades, pleno emprego, melhor distribuição de renda e melhores condições de vida para a população. (...) Seria irrealista (senão apologético) acreditar que a existência de um processo efetivo de desenvolvimento capitalista nas economias periféricas eliminaria problemas e conflitos sociais aí existentes. Desenvolvimento, neste contexto significa o progresso das forças produtivas, principalmente através da importação de tecnologia, acumulação de capital, penetração de empresas estrangeiras nas economias locais, números crescentes de grupos assalariados e intensificação da divisão do trabalho. É realista imaginar uma alteração na arena onde se desenrolam as lutas, ou o desdobramento de questões que suscitam tais conflitos. Não é realista imaginar que o desenvolvimento capitalista resolverá problemas básicos para a maioria

da população. Ao fim, o que deve ser discutido como alternativa não é a consolidação do Estado e a realização plena do “capitalismo autônomo” mas sim a sua superação. A questão relevante, então, é como construir caminhos para o socialismo (Faletto; Cardoso, 1985, p. 29-30).

Embora não fosse propriamente uma obra de história econômica, *Dependência e Desenvolvimento* é um exemplo típico de como a perspectiva histórica (no caso, a formação do capitalismo na América Latina) era o fundamento para se chegar a propostas de ação no presente: embora Cardoso e Faletto admitissem que, em situações de dependência, industrialização e desenvolvimento capitalista fossem possíveis, concluíam que não se chegaria ao efetivo desenvolvimento social. Daí o apelo dos autores para uma alternativa socialista, alternativa presente em muitos estudos identificados com a noção de dependência¹⁰. Assim, uma análise com perspectiva histórica, feita por dois sociólogos, apontava na direção do futuro, induzindo ampla reflexão e agudas polêmicas em torno das “teorias” da dependência.

Esta inserção da história econômica na discussão das urgentes questões atuais a tornava objeto de interesse que ultrapassava o âmbito estrito dos profissionais da disciplina, adquirindo relevância no debate das grandes questões nacionais. A proposta de articular pensamento e ação atraía a atenção para os estudos de história econômica. Parece plausível afirmar que, a partir de algum momento dos anos oitenta do século XX, esta articulação começou a se desfazer. Não nos propomos a identificar com rigor as razões dessa mudança, mas é possível indicar algumas evidências nessa direção¹¹.

Nos anos setenta, começou a progressiva expansão dos cursos de pós-graduação com a produção de pesquisas acadêmicas sobre temas de história econômica. Este tipo de pesquisa não era novo, porém estava restrito a algumas universidades e se caracterizava menos por “grandes interpretações” do que

(10) Este trecho foi retirado da introdução à edição norte americana da obra e reproduzido em Sorj, Cardoso e Font (1985).

(11) Entre as razões não acadêmicas para tanto não se pode esquecer o ambiente repressivo instalado com o regime autoritário de 1964 que limitou a liberdade de expressão em torno a inúmeras questões de ordem econômica, política e social.

por pesquisas monográficas com base em fontes primárias¹². O aumento do volume de pesquisas, a partir de 1970, respondeu não só à instalação dos cursos de pós-graduação, mas também à progressiva obrigatoriedade de realização de dissertações e teses para o ingresso e a progressão na carreira universitária. Além do crescimento quantitativo, houve significativos avanços em termos de métodos e técnicas de pesquisa e de exploração de fontes primárias originais¹³. No entanto, grande parte das pesquisas realizadas nos cursos de pós-graduação tinha como referência os textos “clássicos” de nossa historiografia econômica e procurava explorar, com base em pesquisas empíricas, hipóteses implícitas naquelas obras.

Entendo que ao longo dos anos oitenta se processou significativa mudança na orientação geral das pesquisas. Diversos fatores parecem ter contribuído para esse resultado. Embora de forma pouco articulada, procuro arrolá-los a seguir.

Na área de História, desde o fim dos anos 1960, tiveram crescente importância as críticas à Escola dos Annales (da época e Braudel) e à historiografia marxista, vertentes mais influentes até então. A ascensão da Nova História, especialmente depois de 1968, reduziu o interesse pelos temas clássicos de história econômica¹⁴. Na área de Economia, os anos oitenta propuseram, no Brasil, questões urgentes – como inflação/hiperinflação, dívida externa, déficits públicos, etc. – questões que afastaram muitos economistas dos temas relacionados ao desenvolvimento, temas esses que, com frequência, os levavam à história econômica. A crescente influência da teoria econômica de inspiração neoclássica, para a qual a história não é relevante, também reduziu o espaço para a história econômica entre os economistas. Algumas correntes da história econômica que tiveram maior espaço na academia norte-americana – como a New Economic History e a Nova Economia Institucional – não foram matrizes

(12) Um exemplo é o da Universidade de São Paulo: em 1934 foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e, nela, o curso de Geografia e História que contou com a colaboração de professores estrangeiros, entre outros Fernand Braudel e Pierre Monbeig. Teses de doutorado em História Econômica foram defendidas já nos anos quarenta, por exemplo, por Alice Canabrava, Mafalda Zemella e Olga Pantaleão. Na década de 1950, essa tendência se difundiu por outros estados, a exemplo de Francisco Iglésias em Minas Gerais. Embora estejamos omitindo muitos outros historiadores que se dedicaram à história econômica nesses anos, o número de obras produzidas nas universidades era relativamente pequeno e seu caráter, em geral, era monográfico, mesmo quando inspiradas por interpretações mais gerais da história econômica do Brasil.

(13) Convém lembrar que o desenvolvimento da informática, em especial da microcomputação nos anos 80, ampliou substancialmente a capacidade de processamento de dados quantitativos coletados em fontes primárias, viabilizando inúmeras pesquisas com perfis quantitativos.

(14) Sobre a crítica à Escola dos Annales e à historiografia marxista, Cardoso (1997).

para número expressivo de pesquisas no Brasil. Em suma, as grandes questões que preocupavam os estudiosos de nossa história econômica foram ofuscadas por novos problemas ou foram tratadas sob perspectiva bastante distinta.

É claro, a história econômica não desapareceu; talvez seu espaço tenha se tornado mais restrito, embora, em termos absolutos, tenha havido expressivo crescimento do número de pesquisas. No entanto, poucas pesquisas mantiveram a preocupação presente nas “grandes interpretações” (como as de Caio Prado e de Celso Furtado) que, em maior ou menor medida, voltavam ao passado para pensar o futuro e as ações para transformá-lo.

Desse modo, algumas linhas de pesquisa se afirmaram desde os anos oitenta; quando referidas às interpretações clássicas de nossa história econômica tratava-se, ao menos parcialmente, de contestá-las. Limitamo-nos a indicar aqui duas linhas, ciente de que estamos omitindo outras igualmente importantes.

A exploração de fontes primárias até então pouco trabalhadas (como levantamentos populacionais de âmbito local, inventários, escrituras etc.) foi o ponto de partida empírico de uma vertente de pesquisa que, por vezes, é denominada de demografia histórica. Essas pesquisas frequentemente apresentaram resultados que contrariavam teses clássicas, como as de Caio Prado Júnior a respeito da concentração da riqueza (expressa pelo domínio da grande propriedade escravista na economia colonial). Iraci Costa, um dos mais prolíficos pesquisadores dessa vertente, expressa o sentido da crítica às teses de Caio Prado. Após lembrar “o avanço observado nas últimas décadas com respeito ao conhecimento de nosso passado econômico, político e social” afirma seu propósito:

...a partir do reconhecimento da importância do modelo de Caio Prado Júnior...nos abalçamos a questioná-lo e a propor algumas soluções com as quais visamos a repensá-lo de sorte a contribuirmos para o estabelecimento de uma visão apta a integrar, criticamente, os novos raciocínios e os achados mais recentes decorrentes do referido avanço de nossos conhecimentos históricos (Costa, 2010, p. 78-79). E justifica tal objetivo pois haveria ...uma grave limitação ... no aludido modelo [de Caio Prado Júnior], qual seja: a de pensar a constituição da economia brasileira como uma mera projeção imediata do capital comercial no plano da produção (Costa, 2010, p. 79).

O que há de novo nos conhecimentos históricos que deveria levar à superação do modelo de Caio Prado? Costa identifica algumas vertentes temáticas inseridas nessa perspectiva: emergência de população dita ‘redundante’, características demográficas e econômicas dos não proprietários de escravos, estrutura de posse de cativos e policultura de gêneros básicos (Costa, 2010, p. 86). Estes elementos não teriam sido reconhecidos ou considerados relevantes por Caio Prado. Vejamos brevemente do que se trata (Costa, 2010, p. 95).

– emergência de população “redundante”: “efetivos não necessários à reprodução das condições econômicas dominantes” que surgem principalmente a partir do declínio das atividades principais (como o do açúcar no século XVII e do ouro no final do XVIII);

– não proprietários de escravos: vinculados a atividades não relacionadas imediatamente com a produção de bens de exportação; dependiam da mão de obra familiar e compunham parcela majoritária da população livre; a expansão do comércio exterior também abria oportunidades para os não proprietários de escravos.

– estrutura de posse de escravos: “afora casos tópicos em que predominavam maciçamente os grandes escravistas, tomada em seu conjunto, a economia brasileira, *grosso modo*, conheceu, nos mais variados setores e quadrantes, situações em que coexistiam pequenos, médios e grandes proprietários” (Costa, 2010, p. 95).

– policultura de gêneros básicos: a produção de gêneros alimentícios destinados ao mercado interno se deu de formas diversas, desde a produção escravista relativamente grande, a pequenos e médios proprietários com poucos escravos ou apenas com a mão de obra familiar e ainda a pequenos proprietários que vendiam no mercado seus eventuais excedentes.

Estes elementos justificariam a crítica ao modelo de Caio Prado que comportaria tanto um “viés exportador” quanto um “viés latifundista” (Motta; Costa, 1995). Ou seja, Prado teria se concentrado na análise da “grande exploração” fundada na grande propriedade (latifúndio), na monocultura e no trabalho escravo, cuja produção se voltava para a exportação, e não teria considerado a relevância de outros elementos da economia e da sociedade colonial. A crítica ao “viés exportador” sustentava que:

...as articulações presentes na sociedade brasileira sobrepujavam largamente um mero empreendimento dirigido pelo capital comercial e imediatamente voltado para o mercado mundial e dele totalmente dependente. Nesse sentido tratava-se de uma economia com expressivos traços de integração endógena e que comportava uma gama diversificada de atividades produtivas votadas para o atendimento de suas próprias necessidades, dando –se também processos internos de acumulação. Disso decorria a geração, na órbita doméstica, de condições que permitiam um espaço econômico relativamente autônomo vis-à-vis a economia internacional e o capital comercial, espaço econômico esse ao qual, ademais, deve-se atribuir expressivo contributo no que tange à formação da renda e do produto (Costa, 2010, p. 96).¹⁵

Ao “viés exportador” se agregava o viés latifundista, ou seja, o de entender que o essencial da economia colonial se passava na grande propriedade. Costa rejeita essa hipótese ao lembrar, por exemplo, a presença de não proprietários de escravos (consequentemente, sem grandes propriedades):

Faziam-se presentes em todas as culturas, mesmo nas de exportação, vinculavam-, se às lidas criatórias, ao fabrico e/ou beneficiamento de bens de origem agrícola e compareciam com relevo nas atividades artesanais”. E acrescenta: “Suas apoucadas posses, é evidente, limitavam e condicionavam sua presença, a qual, não obstante, não pode ser negada nem deve ser subestimada (Costa, 1992, p. 111).

(15) Escrevendo em 1942 (portanto, há cerca de 70 anos com os limitados recursos de pesquisa disponíveis à época), Caio Prado não ignorava esses desenvolvimentos, mesmo que lhes desse menor relevo do que o autor em pauta; “Não há na realidade modificações substanciais do sistema colonial nos três primeiros séculos de nossa história.(...) Em certos aspectos, ele naturalmente se complica, surgindo elementos novos, ou pelo menos tendências que alteram a simplicidade inicial do quadro que traçamos de uma colônia produtora de alguns gêneros destinados ao comércio da metrópole. O fato elementar do crescimento da população já constitui por si só um fator de transformação, porque determina a constituição e o desenvolvimento do mercado interno, e com ele, de um setor econômico propriamente nacional, isto é, orientado já não exclusivamente para a exportação, mas para as necessidades do país. Este setor vai ganhando em importância e tende a se tornar, de um elemento subsidiário de expressão mínima e desprezível no conjunto da economia brasileira, numa parte ponderável dela, e que por si só, sem a dependência de um outro setor que lhe dê vida e o impulse, exprime alguma coisa.É verdade que aquele crescimento é muito mais quantitativo que qualitativo; no alvorecer do século passado, a massa da população brasileira ainda é constituída por escravos ou recém-egressos da escravidão; ou então por indivíduos deslocados, sem posição econômica e social definida e fixa, essencialmente instáveis” (Prado Jr., 1969, p. 125).

Luna, Costa e Klein entendem que esses novos elementos permitiram a “revisão das interpretações historiográficas preexistentes, de sorte a dar-se uma efetiva superação de nossos conhecimentos sobre a evolução da sociedade brasileira”. Mas admitem que “Não se trata ainda, diga-se desde logo, do estabelecimento de uma nova perspectiva global, de um novo “paradigma” (Luna; Costa; Klein, 2009, p. 9).

Pires e Costa procuraram caminhar na direção de um novo paradigma ao elaborarem o conceito de capital escravista-mercantil (Pires; Costa, 2010, cap. 2 e 3). Esta seria outra forma de capital (além daquelas enunciadas explicitamente por Marx: capital comercial, capital usurário e capital industrial). Tratar-se-ia efetivamente de capital – pois é um valor que se valoriza – “porém, uma forma específica de existência do capital pois calcada na produção de mercadorias com base no escravismo” (Pires; Costa, 2010, p. 15). O surgimento do capital escravista-mercantil envolve alguns pressupostos: a) existência prévia do escravismo e de fontes supridoras de escravos; b) ausência de alternativas válidas do ponto de vista econômico à utilização da mão de obra escrava; c) existência de mercados para as mercadorias produzidas com a mão de obra escrava; d) existência de indivíduos que fornecessem a mão de obra cativa (por captura e venda ou por compra e revenda) e de indivíduos que visassem valorizar valor com base na exploração da mão de obra escrava (Pires; Costa, 2010, p. 25).

A existência do capital escravista-mercantil não exclui o papel desempenhado pelo capital comercial no processo de constituição da colônia: a ele coube o financiamento, o fornecimento de mão de obra africana, de bens de consumo e de produção europeus e o monopólio da comercialização da produção colonial no mercado mundial. Desse modo, o capital escravista-mercantil dependia do capital comercial para se comunicar com o mercado externo (Pires; Costa, 2010, p. 22-23).

Entendem os autores que a forma capital escravista-mercantil era compatível com o desenvolvimento de uma “vida econômica relativamente autônoma”, mas que esta decorreu do capital escravista-mercantil pois

sua presença [do capital escravista-mercantil] condicionava toda a economia, bem como as relações estabelecidas no processo de produção, projetando-se ademais, na vida social e política do Brasil. Disso deve-

se inferir que os segmentos sociais e econômicos não vinculados imediatamente ao escravismo também se viam influenciados e, em larga medida, determinados, sobretudo no que tange à definição dos limites do espaço econômico em que lhes era dado atuar, pelo capital escravista-mercantil (Costa, 2010, p. 104).

Entendemos que as proposições de Iraci Costa (reforçadas por inúmeras pesquisas com resultados similares aos seus) podem ser organizadas em torno de três eixos: 1) exploração de fontes primárias com evidências que escapavam ao trinômio grande propriedade-trabalho escravo-monocultura; 2) crítica às interpretações clássicas, em especial a de Caio Prado, que não incluíam em sua estrutura elementos como pequenos proprietários de escravos e não proprietários, produção de gêneros para o mercado interno etc.; 3) proposição do conceito de capital escravista-mercantil como núcleo articulador de grande propriedade-pequena propriedade, produção para exportação-produção para o mercado interno etc.

Embora esse papel articulador do capital escravista-mercantil seja sugerido, a articulação entre os diversos elementos não parece estar suficientemente esclarecida. Em particular, qual a relação entre o capital mercantil metropolitano (do qual depende o capital escravista mercantil para se comunicar com o mundo externo) e o capital escravista-mercantil e qual o grau de autonomia das atividades voltadas ao mercado interno (em especial as não escravistas) diante do capital escravista-mercantil e, por consequência, do capital mercantil metropolitano. Em suma, estaríamos mais próximos de Caio Prado para quem o capital mercantil metropolitano tudo determina “de fora” ou de Jacob Gorender para quem o escravismo é o elemento estruturante da economia colonial?¹⁶ Como Costa, Luna e Klein admitem que não se chegou a um novo paradigma, entendemos que o esforço de articulação entre os resultados empíricos e a perspectiva teórica

(16) Em seu texto, Pires e Costa, embora recusem a noção de modo de produção escravista colonial, recorrem várias vezes a Gorender para caracterizar a lógica da economia colonial (ou do capital escravista-mercantil). Por outro lado, apesar da crítica a Caio Prado – que admitiria que a economia colonial seria a projeção do capital mercantil metropolitano na esfera da produção – consideram que o capital escravista mercantil dependeu do capital mercantil metropolitano para se comunicar com o mundo externo (o que nos leva a pensar em que medida essa dependência poderia se projetar sobre a própria estrutura da economia colonial). Creio que há aqui, como em outros tantos autores, uma dificuldade em estabelecer uma relação precisa entre o interno e o externo nas economias coloniais (como nas periféricas, dependentes etc.).

propostos nesta vertente deva esclarecer o alcance e os limites da abordagem aí delineada.

Uma segunda vertente recente de pesquisa em história econômica do Brasil também se funda na exploração sistemática de fontes primárias. No entanto, sua crítica à historiografia “clássica” extrapola as conclusões de ordem empírica, pois se associa às críticas dirigidas às principais correntes de historiadores dos anos 1950 e 1960 (principalmente na Europa). O núcleo desta corrente pode ser encontrado em trabalhos de João Fragoso e de Manolo Florentino, por vezes identificada com título do livro conjunto dos dois autores: *Arcaísmo como projeto*.

No artigo “História Econômica” inserido no livro *Domínios da História*, Fragoso e Florentino iniciam o texto com uma frase incisiva: “A História Econômica agoniza”! Como evidência da agonia, indicam a redução do número de artigos dedicados às conjunturas e estruturas econômicas na revista *Annales* depois de 1968 e também a redução de teses e dissertações de história econômica nos cursos de pós-graduação em história no Brasil. Situam essa redução no quadro mais geral da crítica à escola dos *Annales* e à historiografia marxista que dominaram a história econômica nos anos 50 e 60 na França e na Inglaterra. Apesar de diferenças em suas abordagens, essas correntes aproximavam-se, pois

Em termos gerais, o que os unia era a preocupação com a longa duração e a ênfase nas estruturas econômico-sociais para a compreensão das sociedades, *locus* privilegiado para a compreensão até mesmo da política e da cultura. (...) daí derivava a constante preocupação com a utilização de fontes propícias à quantificação e à seriação (Fragoso; Florentino, 1997, p. 56)

O foco de sua crítica se dirige à história quantitativa, em especial à chamada história serial, que pretendia construir quadros explicativos a partir da observação de regularidades em séries longas de dados (por exemplo, de preços). Admite-se que, nesse procedimento, não se teria a compreensão do papel do acaso e de comportamentos como os conflitos e as negociações. No entanto, Fragoso, em texto mais recente, reavalia essa postura crítica, pois entende que “a apreensão de tais conflitos e solidariedades como características da vida dos grupos sociais pressupõe o estudo de regularidades daqueles fenômenos”, condição para elaborar teorias e explicar o porque dos conflitos e do acaso no cotidiano dos grupos sociais (Fragoso, 2002, p. 4).

Um comentário de Florentino e Fragoso sobre alguns historiadores econômicos dos anos 50, 60 e 70 do século XX permite situar o sentido geral da crítica à historiografia econômica de então e a alternativa julgada plausível:

[Pierre]Vilar e [Witold]Kula, clássicos dos anos 50 e 60, mas também [Ivan]Berend, quase vinte anos depois, apontam para a construção de uma história econômica sutil e complexa, sempre referida a uma totalidade. Embora especializados (mais Kula e Berend do que Vilar), não seria difícil encontrar em seus estudos referências antropológicas e culturais – e não apenas como recursos retóricos mas sim como suportes de análises econômicas (Fragoso; Florentino, 1997, p. 64).

Ou seja, a crítica a uma história econômica estritamente quantitativista ou economicista estaria em ignorar que outras esferas da sociedade – em especial, a cultura – podem ser essenciais para compreender a própria economia. Em suma, a mensagem dos autores é de que conceitos derivados da antropologia devem ser incorporados à história econômica.

No Brasil, uma história estritamente quantitativa, nos moldes da história serial ou da New Economic History norte-americana, não teve maior expressão. Desse modo, a análise crítica da historiografia econômica brasileira, na perspectiva desses autores, caminha em outra direção: ela se funda, como dissemos, na exploração de fontes primárias, mas também procura incorporar elementos antropológicos para a compreensão de processos econômicos. O livro *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840* (Fragoso; Florentino, 2001), é um exemplo dessa postura. A partir da crítica ao entendimento de que a economia colonial tinha o sentido fundamental de criar e transferir excedentes para o capital mercantil metropolitano, os autores procuram explicar as razões do surgimento de um forte setor mercantil na Colônia. Na verdade, a transferência de excedentes se realizava, mas para permitir “a manutenção de uma estrutura parasitária, consubstanciada em elementos como a hipertrofia do Estado; a hegemonia dos Grandes da aristocracia que, direta ou indiretamente viviam dos recursos do Ultramar; e o sustento de categorias sociais como o fidalgo-mercador e de sua contrapartida, o mercador-fidalgo” (Fragoso; Florentino, 2001, p. 43). Os autores admitem que, por prevalecerem valores não-capitalistas, a ascensão na hierarquia social exigia tornar-se membro da aristocracia. Desse modo, elementos mercantis

desviavam recursos obtidos no comércio para “atividades de cunho senhorial” que permitissem sua aristocratização. E concluem afirmando que “o arcaísmo era, isto sim, um verdadeiro projeto social, cuja viabilização dependia, no fundamental, da apropriação das rendas coloniais” (Fragoso; Florentino, 2001, p. 52).

A estratégia da Metrópole – de apropriação apenas das rendas derivadas do fluxo comercial entre Brasil e Portugal – deixou espaço para que um capital mercantil da Colônia controlasse outros fluxos comerciais: o tráfico de escravos com a África e o comércio de alimentos no interior da Colônia, base sobre a qual estabelece sua hegemonia. Isso explica porque os grandes comerciantes constituíssem a elite colonial. Mas essa elite colonial – mercantil em sua origem – também é imbuída do ideal aristocratizante (herança do ideal ibérico) e por isso, investe em terras/escravos e imóveis urbanos, recriando a estrutura agrária escravista e as próprias relações de poder. Como resultado, reiterava-se a concentração da renda e da riqueza, reafirmando a natureza excludente da sociedade.

A evidência apontada pelos autores se refere ao Rio de Janeiro no fim do século XVIII e na primeira metade do XIX; porém, entendem que a recriação da exclusão é inerente à sociedade brasileira:

Concentração e diferenciação parecem, portanto, imunes às distintas conjunturas econômicas, tanto aquelas próprias da escravidão quanto as do capitalismo deste final do milênio: é o mais forte ponto de contato entre a elite contemporânea e as elites de outras épocas. E agregam:

Trata-se de um padrão que não se restringe ou se esgota no mercado, pois tem na cultura – especialmente na cultura política – um momento fundamental (Fragoso; Florentino, 2001, p. 235-236).

Nesse passo, Fragoso e Florentino recuperam, ao menos em parte, a preocupação dos clássicos da historiografia ao sugerirem que cabe ao historiador explicar a desigualdade:

Mais importante do que constatar a permanência das fortes desigualdades sociais ao longo de quinhentos anos de Brasil é compreender que, nesses séculos, a sociedade brasileira viveu mudanças (em suas relações sociais, nas formas de acumulação, no perfil de suas elites etc.), porém o fosso entre os mais ricos e os mais pobres permaneceu. Cabe, portanto, ao

historiador, estudar os diferentes mecanismos – econômicos, culturais etc. – que resultaram nesse fosso. E nisso a pesquisa econômica teria um papel decisivo, com suas séries de preços e faixas de fortuna (Fragoso, 2002, p. 22).

Fragoso (2002) delinea brevemente as diferentes estratégias prevaletentes em vários momentos da história brasileira pelas quais as elites reiteravam a exclusão social da massa da população e a desigual distribuição de renda. No entanto, nessa perspectiva a reprodução da desigualdade e da exclusão não parece ter qualquer fundamento econômico e social “estrutural” que pudesse ser objeto de uma ação transformadora. Assim, se há a aproximação com a preocupação dos “clássicos” de nossa historiografia econômica, não se vislumbra de que modo o historiador poderia, por meio de seus estudos, propiciar alguma forma de intervenção na realidade.

Creio que é chegado o momento de ensaiar um balanço do exposto até aqui. Ao observar a produção sobre a história econômica do Brasil (muito além do que foi brevemente explorado nesta nota) uma conclusão é indiscutível: houve substancial ampliação da pesquisa empírica, pois inúmeras fontes primárias foram e continuam sendo reveladas e exploradas, acervos documentais passaram a ser organizados possibilitando revelar realidades até então desconhecidas e até mesmo ocultas pelas fontes predominantes (em especial as fontes oficiais). O uso de recursos técnicos (em especial da informática) e o domínio de técnicas de pesquisa mais avançadas têm gerado resultados importantes. Portanto, é fundamental ressaltar o avanço que houve na historiografia econômica pelo notável desenvolvimento dos instrumentos de pesquisa.

No entanto, entendo que a esse exponencial crescimento do conhecimento empírico não correspondeu um ganho significativo para a compreensão de nossa história econômica, entendida enquanto um processo amplo que pode ser objeto de interpretações que nos tragam até os problemas presentes da sociedade brasileira. De que modo a existência de inúmeros proprietários de poucos escravos ou não proprietários de escravos interfere na forma de expansão da agricultura brasileira? É possível identificar uma extensa camada de pequenos proprietários rurais que tenha um papel decisivo nos rumos da agricultura? E de que modo o mercado interno, já identificado na época colonial, se situa em relação ao

processo de industrialização? É possível substituir o clássico debate entre teoria dos choques adversos e industrialização liderada pela industrialização por outro em que o mercado interno (antes de 1930) seja responsável pela industrialização? Em suma, é possível substituir as interpretações clássicas por outras que, partindo da economia colonial, nos permitam entender o Brasil hoje (e todas as suas mazelas)? Creio que não (ou pelo menos que ainda não).

Mas esta não parece ser uma dificuldade apenas da história econômica. Penso que, de modo geral, as ciências sociais brasileiras estariam sofrendo algo semelhante. Marco Aurélio Nogueira (2001) nos ajuda a entender o que vem ocorrendo. Permito-me transcrever longamente o pensamento deste cientista político ao se referir às mudanças ocorridas na produção da ciência (em especial a social) no Brasil na segunda metade do século XX:

Em cinco ou seis décadas, a ciência se “democratizou” no Brasil. Não se disseminou de maneira equilibrada pelos diversos grupos sociais e regiões do país, muito ao contrário, mas certamente passou a envolver massas crescentes de pessoas, jovens sobretudo, acompanhando a marcha da expansão do ensino superior e a progressiva afirmação de uma cultura que valoriza a escolaridade e a formação continuada. Houve “democratização”, também, no sentido de que se passou a produzir ciência em um número muito maior de centros e instituições, distribuídas nacionalmente. Com isso, a produção científica cresceu de modo impressionante, e continua a crescer de modo mais impressionante a cada dia. Hoje, há muito mais informações soltas no ar e os conhecimentos são apropriados por muito mais gente. Dominamos mais dados, publicamos mais livros e artigos, organizamos mais encontros científicos, pesquisamos mais e mais sistematicamente, e nossa história, nosso passado e nossas especificidades como sociedade nacional estão muito mais transparentes. (...) Em suma, crescemos e avançamos categoricamente, seja em termos de produção de conhecimentos (pesquisa), seja em termos de reprodução e distribuição (escolas).(...) Acontece, porém, que apesar de tanto avanço e progresso intelectual, há um flagrante mal-estar nos circuitos da produção e difusão de idéias e conhecimentos. Vivemos com a sensação de que falta algo, de que tanta informação e tanta gente envolvida na ativação do pensamento não estão sendo suficientes para gerar mais conhecimento efetivo, quer dizer, mais sabedoria e maior capacidade de compor visões de conjunto, articulações superiores e conexões ricas de sentido, a partir das quais se

descortinem cenários reveladores de nossa experiência coletiva. Ficamos mais modernos em termos teórico-metodológicos, dominamos recursos intelectuais bem mais sofisticados, temos uma formidável rede de instituições produtoras de conhecimentos, a produção científica cresceu de modo impressionante, mas vemos o país real escapar a todo momento dos esquemas conceituais que mobilizamos para explicá-lo. Estamos mais fortes para abordar a realidade, mas acabamos prisioneiros de um modo de pensar que dá mais valor aos enquadramentos (à metodologia, seria possível dizer) e aos detalhes que às perspectivas abrangentes, históricas e totalizantes. Pensamos mais e de modo sempre mais tecnicamente correto, mas empurramos as utopias (os valores, as ideologias, os programas de ação) para fora do campo do pensar. Ficamos além, ou aquém, das paixões. Em suma, sabemos mais a respeito de mais coisas, mas temos enormes dificuldades para alcançar sínteses que expliquem de fato o Brasil e abram – justamente porque alcançam explicações efetivas – perspectivas mais consistentes de intervenção e construção do futuro (Nogueira, 2001, p. 57-59).

Eu não conseguiria expressar melhor do que Marco Aurélio Nogueira a forma pela qual vejo o atual estágio da nossa historiografia econômica; não sei se o leitor compartilha de minha sensação. É inegável que nosso conhecimento da história brasileira ampliou-se enormemente nas últimas três ou quatro décadas. No entanto, parece faltar algo quando se estabelecem polêmicas entre historiadores econômicos. Acredito que falte exatamente o que movia Simonsen, Prado e Furtado: a reflexão histórica como instrumento para pensar o presente e agir sobre a realidade.

Talvez para alguns, ou para muitos, ao historiador não caiba, do ponto de vista da ciência histórica, este tipo de conexão entre passado, presente e futuro; para outros, em especial para certas correntes de economistas, a própria conexão entre passado e presente seria irrelevante. De nossa parte, entendemos que a legitimação social da história econômica passe exatamente por esse caminho trilhado pelos clássicos de nossa historiografia. Um caminho penoso que precisa ser recuperado e atualizado por meio da articulação da pesquisa histórica com as divergentes perspectivas teóricas e ideológicas que inevitavelmente se cruzarão nesse caminho.

Não diria que a história econômica agoniza: pelo menos no Brasil, o empenho de inúmeros pesquisadores na descoberta de fontes, na exploração de arquivos, na elaboração de teses, dissertações e artigos mantém viva a história econômica pelo constante fluxo de novos conhecimentos. Mas o sentimento de que ela agoniza talvez se justifique por ter se fechado no ambiente acadêmico e ter perdido visibilidade ao abandonar a perspectiva de voltar ao passado para pensar o presente e nele intervir. E o presente nos oferece inúmeras questões que podem e devem ser pensadas historicamente.

Certamente, a postura de pesquisador aqui defendida não goza de consenso na profissão. Muitos dirão que falta a ela “legitimidade” científica. Mas a uma história econômica que fique restrita a discussões no interior do ambiente estritamente acadêmico não faltará “legitimidade” social? Creio que ao retomar a tradição de nossa história econômica de levar à sociedade temas, problemas e propostas que sejam significativos para um público mais amplo, nosso ofício poderá superar a “agonia” em que aparentemente se encontra já há algum tempo.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, João Lúcio. *Épocas de Portugal Económico*. 4. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1978.

BRITTO, Lemos. *Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia do Brasil, 1923.

CARDOSO, Ciro Flamarion. El Modo de Producción Esclavista Colonial em América Latina. In ASSADOURIAN, C.S. *Modos de Producción en América Latina*. Córdoba: Cuadernos Del Pasado y Presente, 1973.

_____. História e paradigmas rivais. In CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, F. H.; FALETTO. Repensando *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. In SORJ, B., CARDOSO, F. H.; FONT, M. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia Miúda: um estudo sobre os não proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992.

COSTA, Iraci Del Nero da. Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior. In: PIRES, J. M.; COSTA, I. N. (Org.). *O capital escravista mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2010.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. História econômica. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____; _____. *O arcaísmo como projeto*. 4. ed. Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. Para que serve a História Econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. *Estudos Históricos*, n. 29, 2002.

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *Formação econômica do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

LUNA, F. V.; COSTA, I.; KLEIN, H. S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.(Apresentação).

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOTTA, J. F.; COSTA, I. del Nero da. A formação econômica e social do Brasil sob nova ótica. *Informações FIPE*, n. 183, dez. 1995.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Como pensar o Brasil? *Lua Nova*, n. 54, 2001.

NORMANO, J. F. *Evolução econômica do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1975.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

PELÁEZ, Carlos Manuel. A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, n. 1, mar. 1968.

PIRES, Júlio M.; COSTA, Iraci. O capital escravista mercantil. In: PIRES, J. M.; COSTA, I. (Org.). *O Capital Escravista Mercantil e a Escravidão nas Américas*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2010.

PRADO, Caio (Jr.). *Formação do Brasil Contemporâneo*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

_____. *A revolução brasileira*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000. v. 1, p. 69-136.

SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 6. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

_____; GUDIN, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. *Nova Economia*, v. 14, n. 1, p. 11-37, jan./abr. 2004.

VIANA, Victor. *História da formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. Interpretações da Colônia: leitura das contribuições de Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães. *História Econômica & História de Empresas*, v. XI, n. 1, p. 29-61, jan./jun. 2008.

Uma agenda nacional para o desenvolvimento ¹

Wilson Cano ²

Resumo

O artigo discute a alienação “curtoprazista” que contaminou a maior parte dos economistas, na academia, no governo e as próprias lideranças empresariais nos últimos 30 anos, e sugere uma reflexão prévia para que se possa formular um novo projeto nacional de longo prazo para a economia brasileira. Sugere uma primeira reflexão, histórico-teórica, sobre questões cruciais que afetam a compreensão sobre os principais problemas do subdesenvolvimento. Uma segunda, para apontar os principais desafios para uma retomada do desenvolvimento, e uma terceira, para formular as linhas gerais de uma ampla pesquisa que nos permita atualizar o diagnóstico e estruturar – na parte final do texto –, o sentido e os pontos básicos que deveriam orientar a construção de um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, fora dos marcos do neoliberalismo.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Economia brasileira; Estado Nacional.

Introdução

Não passará despercebido, a um futuro estudioso da historiografia macroeconômica recente latino-americana, e em especial da brasileira, a drástica mudança qualitativa e quantitativa da formulação da política econômica e dos estudos e pesquisas, em termos gerais, setoriais e regionais, a partir de fins da década de 1980. A “*Crise da Dívida*”, a *inflação crescente*, os muitos *Planos de Estabilização*, a *Guerra Fiscal* e o *Poder e o Desenvolvimento Local* dominaram aquela produção, e a maior parte dos economistas e acadêmicos abandonou suas preocupações de longo prazo, de crescimento e desenvolvimento, tornando-se “curtoprazistas”, centrando sua produção, sobre o *câmbio*, os *juros*, a *inflação*, a *região e a cidade competitiva*. A partir da década de 1990, sobressairam, em especial, os estudos sobre finanças, metas de inflação e produto potencial e equivocadas análises sobre o Produto Interno Bruto (PIB) municipal, onde pontificaram a modelística e uma alta dose de estéril econometria. É óbvio que,

(1) Este texto foi submetido a publicação na *Revista Tempo do Mundo*, do Ipea, em 15 de julho de 2010.

(2) Professor titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

para isto, foram muito importantes mudanças verificadas no Estado, mormente no desenho e no estreito manejo de sua política econômica.

Muito contribuíram para isso, as principais circunstâncias que envolveram a economia internacional, entre as quais, não se pode deixar de lembrar, além da *estagflação* da década de 1970, a reestruturação econômica e tecnológica internacional, a *globalização e o neoliberalismo*, o desastre das economias socialistas – principalmente o da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) – e a expansão e transformação de grande parte da economia asiática, que dominaram as décadas de 1980 e de 1990, e que só recentemente, a partir do “efeito China” (após 2002), pareceram prenunciar algumas novas mudanças. Não se pode ignorar, sobretudo, a radical mudança na geopolítica internacional, que da bipolaridade passou para a unipolaridade e que, só após a crise que se iniciou em 2007, nos EUA, passou de novo a fomentar dúvidas, desafios e discussões em termos de suas estruturas de poder.

Assim, se na década de 1980 a maior parte dos economistas se omitiu para com os problemas do longo prazo e do desenvolvimento, ou seja, do futuro do país, fez pior a partir da de 1990, ao declarar seu credo ao neoliberalismo. Da omissão passaram à participação ostensiva nesse mar de equívocos, nesse fatal esquecimento de que somos subdesenvolvidos – e não “emergentes”, como disseram os neoliberais. Não se podem esquecer os “equívocos” crassos cometidos na política de privatização, ou dos quase US\$ 200 bilhões que torramos, entre 1995 e 2002, com nossa “inteligente e eficiente” política cambial. Se, entre 1990 e 2002, o presidencialismo ocultou o poder de fato do Banco Central, devemos ter em conta que, após essa data, esse poder foi ostensivamente dado a público. Esse Estado e esses economistas acabaram por aceitar como inevitáveis a desnacionalização, a desindustrialização e a continuidade do poder de fato do sistema financeiro.

Mas esses comportamentos não se restringiram à análise e à política econômica. Também copiaram, mais uma vez, muito do ruim que se produziu na teoria: o papel das reformas neoliberais – o Consenso de Washington –, o neoinstitucionalismo, o neoestruturalismo, os modelos de convergência internacional, a maior parte dos modelos de crescimento endógeno e muitas das “novas teorias” do desenvolvimento. De desenvolvimentistas de ontem,

passaram a inimigos do elevado crescimento; de industrialistas, passaram a aceitar a reprimarização de nossa pauta exportadora. Trocaram a estratégia do protecionismo necessário, pela estultice da abertura internacional dos mercados de *commodities*, em troca de nosso imprescindível mercado interno de manufaturados. E, mais curioso ainda, se esforçaram para ampliar o Mercado Comum do Sul (Mercosul), ao mesmo tempo em que endossaram a contraditória ideia do *regionalismo aberto*, “missão impossível” do novo pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

De 2003 a 2008, novos fatos marcantes, com a vitória eleitoral de um partido (Partido dos Trabalhadores – PT) que tinha por bandeira o progressismo e o desenvolvimentismo, mas que continuou a praticar parte da mesma política macroeconômica do governo anterior: superávit fiscal, câmbio valorizado, juros elevados, crédito curto, salvo o do “crédito sem risco”, em que consiste o chamado crédito consignado a trabalhadores e aposentados. Só depois de 2006-2007 é que o crédito público (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) de longo prazo apresentou crescimento mais expressivo, alimentando uma pequena expansão da taxa de investimento. Este, por sua vez, antes centrado na indústria, passou a se concentrar mais em serviços e em projetos para exportações de produtos primários e semimanufaturados. Reconheçamos, como muito positiva, a nova postura do Estado para com a Petrobras – notadamente com as atitudes frente ao pré-sal –, e a criação de um Fundo Soberano³.

O governo parece entender como *inevitável* a política de juros elevados e câmbio baixo, o que impossibilita melhor proteção ao mercado interno, desestimula o investimento, e, ainda, diminui a competitividade das exportações industriais. No intuito de fortalecer a grande empresa nacional e torná-la internacionalmente mais competitiva, o governo vem praticando uma política de “agigantamento” de algumas dessas empresas, financiando inclusive seus investimentos privados no exterior, pensando com isso aumentar sua competitividade externa. Para isso, talvez tenha se espelhado, como exemplos externos, nos famosos conglomerados do Japão e da Coreia do Sul, criados e fortalecidos, contudo, em outro momento histórico e sob outras condições internacionais; no plano interno, nos casos da Petrobras – empresa estatal – e da Vale – privatizada, mas ainda com presença

(3) A Lei n.11.887 de 24 de dezembro de 2008 cria e dispõe sobre estrutura, fontes de recursos e aplicações do Fundo Soberano do Brasil.

e certo poder do Estado –, ambas operando recursos naturais sob controle oligopólico e amparadas com o crédito do BNDES.

Contudo, o momento atual é de grande incerteza na economia internacional e o risco de novas desnacionalizações e de inadimplência sobre várias outras empresas atendidas, não está afastado. Na área de *commodities*, e salvo raras exceções, o resultado desse esforço é muito difícil, tendo em vista a estrutura internacional de grandes empresas e conglomerados. Na área industrial, essa política é ainda mais complexa, tanto porque os grupos e empresas são ainda maiores, como pela desindustrialização e desnacionalização que sofremos e, ainda, pela política de aprofundar a globalização de nossa economia. Por outro lado, estamos empregando parte de nossos modestos recursos de financiamento de longo prazo para crescer o PIB e o emprego de outros países⁴.

Cabe lembrar que o Estado não está cobrando dessas empresas nenhuma meta econômica de produção ou exportação, e nem está exigindo nenhuma garantia legal dessas empresas, no sentido de não permitir a transferência de seus controles para o capital estrangeiro. Mesmo quando existe um controle – como no caso da Vale –, o desastre não tem sido evitado: recentemente ela encomendou 3.000 vagões ferroviários à China, quando poderia fazê-lo à indústria nacional e agora mesmo vendeu o controle de suas minas e plantas (91% da Alunorte, 81% da Cia. Alumina do Pará e 51% da Albrás), do segmento de alumínio para a norueguesa Norsky Hydro, negócio que atingiu a soma de US\$ 4,9 bilhões⁵. Por outro lado, esse agigantamento para fora ao mesmo tempo cria maiores vínculos, decisões e interesses externos, cabendo perguntar até onde tais interesses não serão os predominantes e os vinculados com a nação, os menores⁶.

Também no plano interno há decisões estranhas, como por exemplo o leilão recente para a construção da hidroelétrica de Belo Monte, vencido por um consórcio constituído por empresas privadas e públicas, sendo que estas

(4) O Banco Central estima que os investimentos no exterior de empresas nacionais em 2010 (US\$ 15 bilhões) triplicará em relação a 2009. Cf. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. B3, 23 mar. 2010.

(5) Cf. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. B12, 3 maio 2010.

(6) A propósito, este importante tema foi objeto de ampla reportagem (*A reestruturação do capitalismo brasileiro*) da Revista IHU *on line*, de 23 de março de 2010, com 7 importantes entrevistas de intelectuais brasileiros, onde se podem ver algumas advertências sobre essa política oficial. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1269344192.3207pdf.pdf>.

lideram o projeto mas entrarão com 49,98% do capital e o BNDES com 80% do financiamento, além de participação estimada em 30% por fundos de pensão de instituições públicas. Cabe perguntar com que recursos contribuirão efetivamente as empresas privadas participantes do consórcio? Fica assim a dúvida sobre se isto não seria uma forma de privatização graciosa de recursos e ativos públicos. Mais ainda, a recente decisão de capitalização da Eletrobrás se deve a que estratégia? Seria a de baratear o preço de geração e de forçar a baixa dos atuais preços ao usuário, majoritariamente praticados por empresas privadas?

Mais recente ainda é o anúncio da “ressurreição” da Telebrás, para ampliar a rede de *banda larga* para acesso à Internet, com o objetivo de aumentar a inclusão social. A questão é que a ligação dessas redes com os domicílios será feita por empresas privadas, ficando, como sempre, o lucro, com elas, e os custos com o Estado. Só em locais onde a empresa privada não se interessar, é que a Telebrás fará o atendimento direto ao público. São questões importantes para as quais a opinião pública pouco ou nada sabe.

Destaquemos também que o novo governo teve coragem para ativar algumas políticas sociais, como a da renda mínima (Bolsa Família), da elevação do salário mínimo real e da instituição do crédito consignado aos trabalhadores e aposentados, que culminaram em criar estímulos para o mercado interno. Além das intenções políticas, colaborou para isto o crescimento maior do PIB – notadamente nos setores exportadores e de consumo –, alentado por essas políticas e pelo chamado “efeito China”. Este, embora tenha dinamizado as exportações de *commodities*, ampliou ainda mais a regressão que sofremos em nossa pauta exportadora, cujo conteúdo de manufaturados, que em 1985 havia alcançado os 55%, estagna até 2000, e a partir daí regride, para atingir cerca de 43% em 2009 e 41% em janeiro-maio de 2010!

Essa nova ideologia e os cortes de verbas públicas para pesquisas – notadamente as coletivas – também afetaram, da mesma forma, a produção de estudos e pesquisas na academia: “curtoprazismo”, câmbio, juros, inflação, neoinstitucionalismo, globalização, precificação da questão ambiental, neoestruturalismo e modelagem “desenvolvimentista” foram os temas predominantes. A academia como um todo foi afetada, embora tenha conseguido preservar, pelo menos em parte, algumas de suas tradicionais linhas de pesquisa.

Decorridos 20 anos da importação do neoliberalismo, seus efeitos mais perversos – insegurança, violência, desnacionalização, maior vulnerabilidade externa, baixo crescimento, deterioração das relações de trabalho, deficientes saúde e educação, corrosão e corrupção política etc. – são hoje mais graves, mas mais percebidos e sentidos por parte da sociedade. E isto nos tem estimulado a rever nossas atitudes e nosso trabalho, a repensar o sentido do subdesenvolvimento e do papel do Estado. Daí que têm sido oportunos, recentes eventos que têm estimulado a reflexão na academia, através de crescente número de seminários que têm discutido essa problemática e nosso papel na formulação de novas propostas de pesquisa e de construção de alternativas para a política econômica nacional. Tais esforços estão também sendo realizados por outras instituições, como a Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro (Corecon-RJ) e inclusive por órgãos governamentais, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Em abril e maio de 2010, foram feitos depoimentos de economistas de renome, tanto aqui quanto no exterior, no sentido de que esta crise do capitalismo, embora não seja ainda a “crise final”, representa contudo a possibilidade de profundas modificações do sistema, como o retorno à regulamentação financeira e maior eficácia no combate à especulação. Disseram ainda que a crise representaria um “esgotamento da conturbada forma a que chegou a financeirização no capitalismo”. Contudo, os fatos mais recentes derrubam esse otimismo, como tento mostrar mais adiante⁷.

Tendo em vista que a crise, a meu juízo, pode se alongar e aprofundar, e como venho defendendo, desde 1990, a ruptura com o modelo neoliberal e a retomada do Estado Desenvolvimentista, entendo que não se pode ficar “Esperando Godot...”. Assim, o objetivo deste texto, e concernente com o que expus em dois recentes seminários, é o de discutir e propor o conteúdo do que deveria ser uma nova Agenda de Pesquisa Macroeconômica, tendo como meta final examinar aqueles que seriam os *Principais Desafios para o Brasil*, ou seja, o preparo de um diagnóstico macro que nos permita formular com mais concreção, uma Agenda para um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. É necessário

(7) Ver subseção 3.1.

esclarecer que ao propor esse exame Macro, não estou desconsiderando o plano Micro. É óbvio que, da elaboração de uma Agenda Macro, deverá decorrer, logicamente, uma enorme bateria de questões que, necessariamente só podem ser pesquisadas e melhor esclarecidas junto a empresas, lideranças de empresários, consultores e outras instituições. Mas insisto isto só poderá ocorrer após a elaboração da Agenda Macro.

O preparo e execução desses esforços, contudo, não é tarefa simples, dado que o país se encontra em crise desde 1980 e não apenas, como muitos pensam, em 2008-2009. São, portanto, 30 anos de atraso em investimentos, tecnologia, reformas sociais e outras questões, que constituem um novo embaraço de problemas complexos que exigem muita reflexão para seu mais completo entendimento. Por outro lado, é preciso repor algumas ideias que foram afastadas, como a do Planejamento e do necessário papel ativo do Estado, e trazer de volta aqueles que se afastaram delas e do entendimento do que é uma economia subdesenvolvida.

Este texto compreende ainda quatro partes. A primeira tenta repor a necessidade de uma discussão prévia, teórica e histórica, sobre a questão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. A segunda tenta indagar sobre quais seriam nossos principais desafios macroeconômicos e políticos. A terceira propõe aquilo que julgo serem nossos principais temas de pesquisa. A quarta esboça as linhas principais que deveriam constituir uma Agenda para um novo Programa Nacional de Desenvolvimento.

1 Algumas questões teóricas e históricas que devem anteceder essa discussão

1.1 Desenvolvimento, subdesenvolvimento e Estado Nacional

Lembremos que não há, na história econômica do capitalismo, nenhum caso de país que tenha se desenvolvido sem o concurso expressivo de seu Estado Nacional. E esse papel, no plano interno, cumpriu-se via indução, estímulos, incentivos fiscais, cambiais e financeiros, compras governamentais, pesquisa e desenvolvimento tecnológico etc. No plano externo, ele se traduz na defesa de sua moeda nacional, de sua força armada e sua diplomacia. Nos casos da Alemanha e do Japão, a forte presença do Estado nacional foi inquestionável. No caso inglês,

por razões ideológicas, há quem o credite ao mercado, mas não podemos ignorar a constituição das bases institucionais, militares, comerciais e materiais criadas pelas duas revoluções inglesas do século XVII; da força naval britânica, de sua moeda, de sua diplomacia e da sustentação de seu Imperialismo e Colonialismo.

Também no caso dos EUA, o Estado foi crucial não só para o alargamento das bases do mercado nacional, como o Homestead Act – a maior reforma agrária do mundo no século XIX –, a legislação, a guerra civil para extinguir a escravidão e os estímulos para a constituição dos grandes trustes e cartéis do fim do século XIX (os trustes financeiros, ferroviários e industriais), sua força militar internacional – onde se enquadra seu complexo industrial-militar e que sustenta o imperialismo norte-americano, além de sua moeda e sua diplomacia.

Salvo os conhecidos casos de desenvolvimento capitalista que surgiram entre fins do século XVIII e o XIX, pode-se lembrar as exceções: i) a reconstrução do Japão e da Alemanha, ao final da Segunda Guerra Mundial: no caso, foi um “desenvolvimento a convite”, feito pelos EUA, via ocupação militar e para atender aos seus mais diretos interesses; ii) os casos da Coreia do Sul e de Taiwan, e mais recentemente a China, também “a convite dos EUA”, e que contaram, no plano interno, com forte presença e ação de seus Estados Nacionais.

Embora todos os atuais países desenvolvidos tenham tido uma longa trajetória marcada por fortes injustiças sociais, desigualdades etc., à medida que consolidaram seus processos de industrialização e urbanização, reduziram fortemente aqueles constrangimentos sociais, mesmo que à custa de fortes movimentos sociais contestatórios e reivindicativos, mas todos com a chancela do Estado. A consolidação da URSS, a “Crise de 1929” e a nova geopolítica internacional emanada do pós-guerra constituíram fortes acicates para esse processo.

1.2 Desenvolvimento: economia e política

Em termos muito gerais, ideias e objetivos de crescimento, emprego e melhoria de vida, comungam interesses dos diferentes segmentos sociais (classes, regiões, setores etc.). Mas quando se explicita que *desenvolvimento* significa não só crescimento, mas mudanças estruturais que exigem distintas formas de tributação, de apropriação e distribuição da renda e de alocação do excedente,

os **conflitos sociais** emergem e o economista precisa entender que essa questão transcende a economia e se insere fortemente no campo da política e da sociologia.

Cultura, história e poder são questões fundamentais a serem examinadas nos processos de desenvolvimento e constituem ferramentas úteis ao economista, para a reflexão necessária ao equacionamento e enfrentamento daqueles conflitos. É fundamental, por exemplo, o exame prévio das estruturas de poder (nacionais, regionais, setoriais, de classe etc., sem o que o economista dificilmente pode atuar em sua tarefa de diagnóstico e de formulação de política econômica. Isto não significa compactuar com determinadas estruturas, mas conhecê-las para refletir sobre possibilidades de contornar aqueles conflitos.

1.3 O desenvolvimento é possível para todos os povos?

Não, nos ensinou Celso Furtado, mostrando que o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento e sim, constitui um processo histórico, criado a partir da forma como fomos inseridos na economia capitalista internacional, como produtores de matérias-primas e alimentos e compradores de manufaturados; como uma economia colonial e, na maior parte dos casos, escravista, características que demarcaram nossa herança histórica e nossas estruturas de poder.

Explicou-nos também as questões nevrálgicas do subdesenvolvimento: a má distribuição de renda, fixando determinado perfil da demanda e da estrutura da oferta, e os grandes desequilíbrios estruturais: no balanço de pagamentos, na estrutura fiscal e tributária e no financiamento de longo prazo, além de colossal subemprego e inflação latente.

As estatísticas internacionais mostram, que salvo raras ou episódicas exceções, os países subdesenvolvidos apresentam taxas positivas e médias de crescimento, e que nossos indicadores sociais tornaram-se menos sofríveis do que no passado, mas que não só persistem enquanto médias estatísticas nacionais, como continuam a revelar profundas desigualdades entre os membros de suas populações. Essas estatísticas, contudo, mostram claramente que, embora nossa renda *per capita* tenha crescido, a distância entre ela e a dos países desenvolvidos aumentou: no início da década de 1960, as rendas (medidas em US\$ correntes) da Argentina, Brasil e Índia equivaliam, respectivamente, a 38%, 22% e 6% da dos

EUA, enquanto em 2006 elas passaram a ser, na Argentina e Brasil de 13%, e na Índia de ínfimos 1,8%!⁸

Isto também nos permite concluir pela pouca ou nenhuma utilidade das construções teóricas neoclássicas sobre os chamados “modelos de convergência” e da maior parte das chamadas “novas teorias do desenvolvimento” e de seus modelos de crescimento endógeno. Com nossa história aprendemos que podemos crescer e amenizar nossos males, mas não atingir os padrões dos países desenvolvidos. Sempre haverá um hiato, principalmente qualitativo, entre nós e eles, que tem crescido expressivamente nos últimos três séculos.

1.4 Herança histórica

Nossos grandes Mestres nos ensinaram que os países subdesenvolvidos padecem de processos históricos cumulativos que, em muitos casos, sedimentam efeitos perniciosos sobre nossa economia e sociedade:

i) a herança de nossa formação subdesenvolvida, a partir da colonização e instituição da escravidão, e nossa inserção no comércio internacional, com o que, até a “Crise de 1929”, fomos apenas primário-exportadores;

ii) entre 1930 e 1980, nos sentíamos trilhando o caminho do desenvolvimento e da soberania nacional, período que não só nos proporcionou a urbanização e a industrialização, mas também a oportunidade de transformar o Estado Nacional, pô-lo a serviço do desenvolvimento, e aspirar a níveis maiores de vida. Porém, desde 1980, quando ingressamos na “década perdida” e em seguida no neoliberalismo, já perdemos 30 anos e caberia perguntar, de forma pessimista, se a partir desse momento “o sonho não acabou”, ou, de forma otimista, se seria possível retomarmos nossas atitudes positivas para com o desenvolvimento, ainda que nos marcos de uma economia subdesenvolvida;

iii) a herança do regime militar de 1964-1985, do qual não só herdamos colossal dívida externa, mas uma profunda deterioração da

(8) As fontes são os relatórios anuais do Banco Mundial e da Organização Econômica para a Cooperação e o Desenvolvimento (OECD).

qualidade da vida urbana, da educação e saúde públicas e de corrosão das instituições políticas nacionais;

iv) a “década perdida” dos 1980, que superpôs àquela herança anterior os efeitos perversos da chamada “Crise de Dívida”;

v) o legado neoliberal que carregamos desde o final dos anos de 1980. Sobre isto, lembro que em 1997 adverti que a dinâmica do novo modelo e a política econômica dele decorrente nos impossibilitavam obter, de forma persistente, elevadas taxas de crescimento do PIB e do emprego. Mostrei ainda, que aquele modelo não só rebaixava nossa taxa de acumulação como deteriorava o investimento, em termos qualitativos. Expliquei, naquele momento, que isso decorria dos efeitos da abertura desregrada, da valorização cambial, da privatização e da desnacionalização, que aprofundou o déficit de transações correntes, somente suportável via crescente e persistente financiamento externo, o que, como se sabe, é impossível⁹.

Entre 2002 e 2008, quando a economia conseguiu atingir taxa média de crescimento mais alta do que a de 1980 a 2002, a falsa euforia tentou disseminar a ideia de que havíamos “retomado o crescimento”. Contudo, poucos se dão conta de que as novas bases em que se deu essa “retomada”, por meio do “efeito China” e do crescimento do consumo familiar, embora possam resultar taxas mais altas num período, não podem garantir a permanência da bonança comercial e financeira externa e interna, para manter um crescimento alto e persistente.

Não indagam sobre o nível e a qualidade estrutural do investimento. Nem se preocupam com a desindustrialização: basta ver a forte regressão dos manufaturados em nossa pauta exportadora¹⁰, a forte elevação dos déficits comerciais de produtos industriais de média a alta tecnologia¹¹, ou, ainda, a acentuada queda da participação da indústria de transformação no PIB, a qual, depois de passar de cerca de 19% na década de 1950 para 36% na de 1980, regride violentamente para 19% na de 1990 e para 15,6% os anos 2000. Da crise atual, apregoam que já passou, iludidos por taxas positivas de crescimento, sem

(9) Ver Cano (2000), para a constatação dessa afirmação teórica e os resultados macroeconômicos para a média da América Latina e os específicos a 7 países estudados.

(10) Sobre as determinações internas dessa regressão, ver Pires de Souza (2010).

(11) Sobre esse específico atraso tecnológico, ver Alem (2009).

aquilatar sua continuidade e as principais mudanças estruturais envolvidas, como as do investimento, do emprego, da produção industrial e do comércio exterior.

2 Quais são os nossos principais desafios?

Como em 1930, mas não sob as mesmas circunstâncias e estruturas, nos defrontamos, de novo, com severa crise internacional, para a qual são grandes as dúvidas sobre sua efetiva superação a curto prazo¹². No plano interno, a melhora de vários indicadores econômicos tem proporcionado, aos muito otimistas, um verdadeiro “céu de brigadeiro”, no sentido de que a crise já teria passado e teríamos retornado a um novo ciclo de alto crescimento, estimado entre 5,5% e 7,3% (Banco Central) para 2010. Contudo, o mau desempenho da balança comercial, do déficit em transações correntes, o pequeno aumento na taxa de inversão e a estrutura do investimento industrial não estimulam, aos cautelosos, a mesma visão. Nossa cautela é reforçada, no plano externo, pela demora da recuperação dos EUA e pela reincidência da crise na Europa Ocidental.

Mas são justamente os momentos de crise que melhor possibilitam mudanças mais significativas nas estruturas políticas e nas possibilidades de formulação de novas políticas econômicas. Novas, no sentido de que procurem defender a economia da crise que lhe afeta, e que possibilitem um olhar para o longo prazo e mudar a rota até então seguida. No nosso caso, a rota em questão tem sido a de uma política econômica que, nos seus fundamentos principais, tem sido solidária com o neoliberalismo. Como se verá adiante, minha proposta é de ruptura com essa Ordem Neoliberal, para que possamos reassumir, com a soberania necessária, nossos destinos.

Lembremos que, na “Crise de 1929”, ganhamos alguns graus de liberdade no manejo da política econômica, com o que abandonamos a economia liberal, construímos um Estado desenvolvimentista, ousamos desenhar alguns objetivos econômicos de longo prazo e construímos políticas nacionais de desenvolvimento¹³. Ousamos perseguir uma rota para nós então desconhecida: a de transitar de uma economia primário-exportadora liberal para uma de franca

(12) As principais razões (conhecidas até o final de 2009) para essa incerteza estão resumidas em Cano (2009). Mais adiante, adiciono novos fatos recentemente dados a público.

(13) Ver a respeito Cano (2007a).

intervenção do Estado, como caminho único para a industrialização. Certamente, embora esse caminho tenha sido abandonado, não será impossível tentar recuperá-lo e atualizá-lo.

Mas para isso, são muitos os desafios que devemos enfrentar. Examinemos sucintamente aqueles que julgamos serem os principais, na órbita da economia, não ignorando, contudo, que sua resolução esbarra ou pode esbarrar em sérios constrangimentos políticos externos e internos.¹⁴

2.1. Desafios externos

1) Embora a política externa pós-2002 tenha mudado para melhor, abrindo novos horizontes políticos ao país, a política comercial brasileira, a despeito de mais atuante, exige novas atitudes de negociação, mais objetivas e radicais, notadamente com países como a China, Rússia e Índia, dadas as transformações e o papel estratégico crescente que essas economias passaram a ter no cenário internacional e em suas relações com o Brasil;

2) Será necessária uma (difícil) negociação com a China, dado que “os tempos são outros”. Ela já saiu na dianteira das nações, tentando reverter sua principal forma de crescimento, para o âmbito de seu mercado interno. Os “negócios da China” cresceram fortemente, em preços e em quantidades, e nos últimos anos, não só converteram a América Latina em sua principal supridora de commodities, mas também substituíram parte das exportações de manufaturados do México, da América Central, e também do Brasil, para o mercado norte-americano.

3) Ela ensaia agora, em vários países subdesenvolvidos, a repetição do papel britânico do século XIX, criando novos mercados para seus produtos industriais e grandes empórios para adquirir commodities baratas. A propósito, a estatal chinesa State Grid recentemente comprou, por US\$ 1,7 bilhão, de empresas espanholas, 7 plantas energéticas no Brasil e antes disso a China já havia comprado, por US\$ 1,2 bilhão, parte da Itaminas (de Eike Batista), para a construção da Siderúrgica de Porto do Açu. Por outro lado, o grupo Votorantim firmou acordo de US\$ 400 milhões (parte de US\$ 2,6 bilhões do investimento

(14) Ver, Cano (2007B) para detalhes desses grandes constrangimentos e desafios. O Ipea produziu recentemente uma coletânea sobre esses problemas, organizada por Cardoso Jr (2009).

total futuro) com os chineses, para a venda da Sulamericana de Metais e uma mina de ferro, de onde estima exportar 25 milhões de toneladas/ano de minério, algo como 20% de suas compras atuais no Brasil. Será que, além disso, também perderemos o mercado africano para a China?

4) A crise atual já mostrou sinais inequívocos. A forte queda do preço do petróleo retirou parte do grande e recente entusiasmo sobre nosso etanol e biocombustíveis. Mostrou também o quanto instável pode ser o mercado do álcool de cana de açúcar, dadas as vicissitudes do mercado de açúcar. Poderá ainda conter, provavelmente, a expansão de nossa fronteira agrícola nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, que, além dos efeitos renda-emprego, também diminuiria os fluxos migratórios que para lá se dirigiam, encaminhando-os para São Paulo, ou aumentando os bolsões de pobreza nordestinos.

5) A oportunidade que se abre para que o Brasil altere os rumos da política econômica e de suas relações externas exige uma decisiva ação de liderança na América do Sul. Para isso, é imprescindível imprimir um ritmo mais veloz e mais responsável no processo de integração regional.¹⁵ Mas isso também esbarra em alguns problemas sérios:

i) derrotados em seu projeto Área de Livre Comércio das Américas (Alca), os EUA optaram por “comer pela borda do prato”, assinando Tratado de Livre Comércio (TLC) com vários países da América Central, com o Chile, Colômbia e Peru, enfraquecendo as possibilidades efetivas de uma vigorosa ampliação do Mercosul;

ii) cabe lembrar que boa parte das recentes perdas de nossos mercados externos de manufaturados se deu principalmente em nossos três maiores mercados externos – o dos EUA, o da União Europeia e o da Argentina – cabendo portanto urgentes gestões para tentar recuperá-las;

iii) o México, que antes de assinar o North American Free Trade Agreement – Nafta (1994) já tinha no mercado americano o destino de 65% de suas exportações, ampliou-o para cerca de 85%. Além disso, sua participação no Nafta lhe impôs uma abertura e uma “soldagem” com a economia dos

(15) Há que reconhecer a expressiva mudança das atitudes do governo atual, no plano das relações externas, com uma crescente presença brasileira no cenário internacional, em especial na América Latina.

EUA, deslocando, portanto, a maior parte de seus interesses que tinha para com o resto da América Latina, notadamente os do Cone Sul;

iv) a integração com os demais países da América do Sul – na órbita da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) – contudo, se pensada exclusivamente em termos de “mercado”, não proporcionará efeitos grandiosos, uma vez que os blocos regionais constituídos por países subdesenvolvidos apresentam baixas participações do comércio intrabloco (5% a 15%) em relação às suas exportações totais. Assim, para que essa cifra cresça e represente realmente uma fonte importante de expansão para suas nações, é preciso muito mais do que pensar apenas em “mercado” ou em “saldos positivos”;

v) no que tange à integração física ora em marcha, é preciso distinguir entre os investimentos tipo “corredor de exportação”, para encurtar o caminho de nossas commodities para o Oceano Pacífico, e aqueles que realmente possam agilizar os rumos da integração e desenvolvimento da região;

vi) mas a crise também afeta, pelo lado do financiamento, a consecução e o cronograma dessas obras. Por outro lado, e paradoxalmente, a própria descoberta brasileira de petróleo e gás no pré-sal da Bacia de Santos poderá inviabilizar o importante projeto do gasoduto norte-sul, da Venezuela à Argentina;

vii) ainda com relação ao pré-sal, é bom lembrar as advertências recentemente feitas pelo Prof. Ildo Sauer (Universidade de São Paulo – USP), sobre o fato de que parte dessas jazidas se encontra na área das “200 milhas”, não reconhecida por vários países, entre os quais os EUA. A propósito, até onde a recente (2008) reativação da IV Frota (Sul) Naval dos EUA não constitui já uma atitude preventiva e ameaçadora? O vazamento de petróleo no Golfo do México ameaça o território norte-americano (mas não só ele) com grande desastre ecológico, e isto poderá desencadear fortes pressões dos EUA sobre essa atividade em águas profundas, mesmo nacionais. Nesse desastre, aliás, já impuseram à petroleira British Petroleum, a pesada multa de US\$ 20 bilhões;

viii) nos episódios do golpe de Estado em Honduras (2009) e do terremoto no Haiti (2010), as atitudes dos EUA, em parte “ambíguas”,

resultaram, no primeiro caso, em colocar no corner o papel do Brasil, como protagonista da solução daquele problema. No segundo, onde o Brasil até recentemente tinha um contingente militar de 1.300 pessoas e liderava as ações do corpo de força de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), os EUA agiram bem rápido, ocupando e controlando o aeroporto de Porto Príncipe e enviando uma força militar de cerca de 11.000 soldados, muito mais do que o contingente total (7.000) da ONU. Obviamente, não permitirão que outros países exerçam liderança ali, na vizinhança da República Dominicana, de Cuba e da Venezuela. A mobilização “humanitária” para o Haiti compreendeu ainda um grande porta-aviões, 33 aviões e muitos navios;

ix) lembremos ainda das pressões exercidas pelos EUA no Conselho de Segurança das Nações Unidas, impondo sérias sanções ao Irã, bloqueando a maior parte do acordo pouco antes assinado entre aquele país, o Brasil e a Turquia, sobre o urânio enriquecido.

2.2 Desafios internos

1) Nossa perversa herança social mostra grande deterioração da saúde pública, educação, habitação, saneamento, transporte urbano, além da disseminação da violência social. Em 2000, acumulávamos um déficit habitacional de 7,8 milhões de domicílios, dos quais 87% são de famílias cuja renda é de no máximo 3 salários mínimos. Projetado esse déficit para os próximos 20 anos, ele saltaria para 25,8 milhões de domicílios. Os investimentos necessários a zerar esse déficit total situam-se em torno de R\$ 235 bilhões¹⁶.

Em 2007, o déficit em saneamento básico, em termos de atendimento de serviços de água, representava 19% dos domicílios brasileiros. Em esgoto sanitário, nossa situação é calamitosa. São atendidos apenas 40% dos domicílios. Embora a coleta do lixo atenda 91% da população, 60% do lixo é acumulado a céu aberto. Para a solução dos problemas de saneamento, nos próximos 20 anos seriam exigidos investimentos no valor de R\$ 226 bilhões.

(16) Todos os dados sobre investimentos estimados foram obtidos nos volumes I, IV e V de *Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento*, executado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasília, 2008.

Mas onde a perversidade de nossa crise e de nosso subdesenvolvimento mais se manifesta, em todas as regiões, é na área da saúde pública, notadamente nas principais doenças infecto-parasitárias, independentemente da concentração produtiva regional. Delas, a Região Sul é a menos afetada, e as maiores incidências concentravam-se, em 2003-2004, nas seguintes regiões (% no total nacional, entre parênteses): *Dengue*, Norte (17), Nordeste (52), Sudeste (14), Centro-Oeste (15); *Leishmaniose Visceral*, Norte (16), Nordeste (55), Sudeste (23), Centro-Oeste (6); *Malária*, Norte (95), Nordeste (3); *Hanseníase*, Norte (22), Nordeste (39), Sudeste (19), Centro-Oeste (15); *Tuberculose*, Norte (9), Nordeste (29), Sudeste (45), Centro-Oeste (4), Sul (11).¹⁷

Daí que, em Saúde, o montante exigido seria de R\$ 1.096 bilhões e, em Educação, R\$ 783 bilhões. Em transporte urbano, os investimentos são estimados em R\$ 1.500 bilhões.

2) Nos setores de infraestrutura, a situação não é mais amena: em energia e transportes, o país precisaria de investimentos totais de cerca de R\$ 1.300 bilhões.

3) A soma desses investimentos estimados, em termos médios anuais dos próximos 20 anos, situar-se-ia em torno de R\$ 269,3 bilhões, o que equivaleria a cerca de 85% do montante anual do Investimento total nacional, ou a 14% do PIB anual.¹⁸ É impossível atender todas essas demandas ao mesmo tempo, ainda mais se mantivermos a atual política econômica, a desregulamentação adotada e a abertura desregrada.

Ressalte-se que o setor produtivo também carece de muitos recursos, dado o atraso tecnológico que acumulamos nestes 30 anos de crise e 20 anos de neoliberalismo, notadamente nos compartimentos mais complexos de equipamentos e de eletrônica, onde fomos mais afetados pela desindustrialização. Embora tenham sido elaborados vários programas de **Política Industrial**,¹⁹ os constrangimentos causados pela política macroeconômica têm tolhido seu

(17) Dados obtidos em 1/7/2007, na página eletrônica do Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde.

(18) A preços de 2004 e percentuais relacionados ao PIB de 2004.

(19) Sobre a Política Industrial no período 2003-2010, ver Cano e Gonçalves (2010)

sucesso, haja vista o quase abandono da política setorial desse segmento e, pecado maior, o de não implantarmos nenhuma fábrica moderna de chips. Para se ter uma ideia prática deste problema, basta lembrar que nosso déficit comercial externo de chips em 2009 somou US\$ 3,3 bilhões.²⁰

Assim, uma tomada de atitude que pretenda enfrentar esses enormes problemas econômicos e sociais teria de criar uma estratégia nacional, consubstanciada em dois planos:

i) a estratégia deveria mapear os principais conflitos de interesses decorrentes dessa decisão. Para tanto, há que desenhar uma verdadeira “engenharia política”, para produzir uma nova concertação política nacional, que possa equacionar os conflitos entre os distintos segmentos sociais do país;

ii) dado que o montante de recursos para investimentos é muito grande em relação às possibilidades concretas de financiamento interno e externo, há que fazer uma reforma tributária e fiscal para que se possa elevar a taxa de investimento. Ainda assim, será necessário priorizar e escalonar no tempo e no espaço esses gastos, pois “não haverá recursos para todos e para tudo, ao mesmo tempo”.

Essa estratégia deverá estar respaldada pela definição clara de quais são os objetivos principais para o país e seu povo, e pela decisão de retomar os mecanismos de controle nacional para o exercício da política econômica.

Isto, evidentemente, exigirá a formulação e rápida implantação de reformas, de verdadeiras mudanças em prol dos interesses nacionais. Como indicadores maiores dessas reformas, deverão estar explicitamente focadas a maximização do emprego e da poupança de divisas e forte diminuição dos juros sobre a dívida interna, para abrir espaço na inflexível fiscalidade de hoje.

Nesse sentido, como meio para amenizar parte desses conflitos, caberia envidar esforços para que as previsões (nem as pessimistas nem as mais otimistas) do pré-sal se confirmem, e que uma fração substancial de seu excedente possa ser

(20) Aliás, durante a negociação (2007) com o Japão, para adotarmos seu sistema HD para a nossa TV Digital, o governo anunciou que, daquela negociação, resultaria a implantação de uma fábrica de *chips* no Brasil, promessa que não vingou. É verdade que o governo federal está implantando, há 10 anos, uma pequena fábrica de *chips*, no Rio Grande do Sul, cujos equipamentos, datados do ano 2000, foram doados pela norte-americana Motorola. Essa planta iniciaria sua produção efetiva nos próximos meses.

alocada para financiar boa parte daqueles investimentos. Seria uma boa alternativa de uso de recursos escassos, notadamente num país no qual o investimento público foi drasticamente reduzido, em que os juros da dívida pública absorvem cerca de 6% do PIB e a política fiscal ortodoxa impõe um superávit fiscal elevado, justamente para pagar esses juros.

4) Em termos regionais, também temos novos problemas a enfrentar. Se bem que houve uma modesta convergência estadual da renda per capita e uma desconcentração agrícola e industrial, os problemas regionais mais graves – os sociais – não tiveram melhoria substancial. Ocorre que, com a crise fiscal e o comprometimento orçamentário com os juros, as verbas para o atendimento regional encolheram, a formulação e implementação de políticas de desenvolvimento regional também definharam, assim como as instituições regionais de desenvolvimento não conseguem reencontrar seu sentido original.

Na chamada luta política pela sobrevivência regional, pouco restou aos entes subnacionais (Estados e Municípios), além de intensificarem uma suicida Guerra Fiscal entre todos os territórios, dando ao capital privado recursos escassos que deveriam ser dados ao povo²¹.

3 Principais temas centrais para a Agenda de Pesquisas

É preciso entender que nos defrontamos com os problemas de duas crises. A atual, internacional, que eclodiu em meados de 2007 e que ainda mantém um quadro de incerteza quanto à sua recuperação, e a estrutural, que nos assola desde 1980, e que embora tenha alterado parte de sua estrutura – a dívida externa pública, por exemplo –, acumulou efeitos perversos e difíceis de superar. Assim, a itemização da proposta de linhas de pesquisa deverá ser antecedida pela das duas crises.

3.1 A crise atual²²

Sua natureza é mais complexa do que as anteriores – notadamente a de 1929 –, face ao aprofundamento da globalização, à grande desregulamentação

(21) Sobre a guerra fiscal, ver a recente tese doutoramento de Cardoso (2010). Sobre a questão regional no período pós 1970, ver Cano (2008).

(22) Em Cano (2009), discutem-se essa crise e seus principais efeitos sobre o Brasil e a América Latina.

financeira ocorrida desde fins da década de 1970 e à exacerbação do domínio do sistema financeiro internacional. Embora sua eclosão tenha se dado na economia internacional, como epicentro nos EUA, ela repercutiu desigualmente por todos os países. Assim, há que analisá-la nos planos externo e interno.

3.1.1 No plano internacional

Há muitas incertezas sobre a reforma financeira dos EUA e sobre a crise na União Europeia. Com efeito, lei recentemente (junho de 2010) aprovada pelo Congresso dos EUA criou uma agência de proteção ao consumidor, para melhor regular hipotecas, empréstimos e outras práticas financeiras; um conselho de supervisão sobre risco sistêmico, que ampliaria a autoridade do Federal Reserve sobre as grandes instituições financeiras; e regras para que liquidação de instituições financeiras não se façam com ônus para os contribuintes. Contudo, são medidas que não atingem nem corrigem, com a necessária profundidade, a liberalidade comandada pelo capital financeiro.

Por outro lado, a última reunião (27 de junho de 2010) do G20 financeiro, foi no mínimo frustrante para aqueles que acreditavam que haveria uma concordância geral para a imposição de regras duras ao sistema financeiro. A Europa, notadamente pela voz da Alemanha, pediu uma ação coordenada para que os países fizessem um “saneamento” de suas finanças públicas entre 2011 e 2013 – as velhas políticas recessivas – e que também impusessem tributos que coibissem operações financeiras de elevado risco. Mas a sugestão recessiva, além das promessas da Inglaterra e da França, não entusiasmou muitos países europeus.

Por sua vez, os EUA, embora concordassem retoricamente com isso, votaram contra, alegando que caberia a cada país decidir sobre isso. O Brasil acompanhou os EUA, alegando que a tributação ao nosso sistema financeiro já era elevada e a regulação atual era suficiente para controlá-lo. Curiosamente, a criação de um imposto mundial sobre os fluxos financeiros internacionais fazia parte das bandeiras eleitorais do PT, pelo menos até 2002.

Assim, essa proposta ficou “a ver navios”, mostrando que de fato não há poder político internacional para aquele disciplinamento. Ou seja, o capitalismo continua empurrando a crise para frente. Contudo, isso aumenta a incerteza

sobre o final da crise, e, ao contrário, ameaça a instauração de uma “recessão programada” na Europa, que além de abalar ainda mais o euro, poderia se irradiar mundo afora, alongando e aprofundando a crise, que poderia se converter em depressão.

Nossas pesquisas e reflexões deverão também procurar entender melhor as seguintes questões:

i) há graves problemas pendentes nos EUA: o mercado de valores tem enorme incerteza quanto à possibilidade de melhor precificação do “lixo tóxico” remanescente; ainda são incertas a forma e a fonte do financiamento dos déficits fiscais dos EUA em 2010-2012; e a especulação no mercado de derivativos parece ter retornado;

ii) além disso, os dados sobre o estouro da dívida e do orçamento público da Grécia, Portugal, Irlanda, Espanha e Itália, são graves, sendo o da primeira, o pior, inclusive por ter feito operações de financiamento com o banco Goldman Sachs, fraudando sua verdadeira situação perante a União Europeia. Esses fatos não só abalaram o euro, mas trouxeram ainda maior intranquilidade sobre o futuro próximo da União Europeia, de sua economia e das próximas políticas de crédito e de juros. O total de financiamentos dessas dívidas com bancos são estimados em cerca de US\$ 1,5 trilhão e esse fato e o retorno da especulação financeira geraram um alerta do Bank for International Settlements (BIS), sobre a possibilidade de retorno da recessão europeia. Nesse sentido, várias medidas recessivas (corte do gasto público, elevação dos juros, corte de salários etc.) já tomadas, são indício de um inevitável prolongamento da crise. Uma provável elevação dos juros na União Europeia e uma contração de seus fluxos financeiros externos aos países subdesenvolvidos seriam ruins para nós e nos contaminaria rapidamente;

iii) a China poderá assumir um papel de “locomotiva” na economia internacional? Ela se comportará como o Império Britânico no século XIX, tentando ampliar sobremodo suas áreas fornecedoras de produtos primários, barateá-los e expandir ainda mais seus mercados externos de manufaturas?

iv) quais as principais razões para o fraco desempenho de nossas recentes exportações de produtos industriais, notadamente de *manufaturados*, e de que forma poderemos superá-lo?

v) quais serão as possibilidades de maior integração na América do Sul e como poderemos ampliar seus hoje limitados efeitos econômicos?

3.1.2 No plano nacional, há que indagar e refletir sobre o seguinte:

i) se nos atermos aos dados oficiais do PIB, eles mostram uma recuperação a partir do segundo semestre de 2009. A produção da indústria de transformação, ainda que em 2009 tenha sido 7% inferior à de 2008, desacelera sua queda a partir do último trimestre, mas só em abril de 2010 recupera o patamar pré-crise, mantendo ainda alguns indicadores abaixo dele. Os dados mostram, contudo, certa desaceleração do crescimento e os setores mais afetados foram os dos ramos mais complexos, em sua maior parte os de bens de capital, que foram duramente afetados na década anterior. Ou seja, estamos regredindo nossa estrutura industrial. Assim, se quisermos readquirir competitividade externa, temos de alterá-la, reestruturando o investimento e acelerando a incorporação de progresso técnico.

Nosso atual déficit de comércio com produtos industriais de média-alta e de alta tecnologia passou de US\$ 18 bilhões para US\$ 23 bilhões e nosso superávit com os de baixa tecnologia passou de US\$ 11 bilhões para US\$ 35 bilhões²³. Em eletrônicos, nosso déficit comercial em 2008 atingiu a cifra de cerca de US\$ 23 bilhões!

Nossa capacidade inovadora é baixa, como constata o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), afirmando que do total de 4,4 milhões de empresas, só 6.000 realizam atividades de P&D (Pesquisa & Desenvolvimento), e a razão disso reside na fragilidade de nossa política industrial. Mostra ainda o IEDI que do total de recursos públicos incentivados para isso, 61% provém da Lei de Informática e significam, na realidade, subsídios para manter as empresas que ainda restaram no restante do país, para compensar os elevados incentivos fiscais concedidos a empresas da Zona Franca de Manaus²⁴. Não se trata, portanto, de política de Ciência & Tecnologia (C&T) e, sim, de manutenção de atraso.

(23) Cf. Alem (2009).

(24) Cf. reportagem do *O Estado de S.Paulo*, de 8 de fevereiro de 2010, São Paulo, p.B5.

A crise que atingiu o setor automobilístico (queda de 12,4% entre 2008 e 2009) não se deveu exclusivamente ao mercado interno: entre 2005 e 2008, enquanto aumentamos a produção em cerca de 900 mil veículos, nossas exportações se reduziram em cerca de 400 mil. Ou seja, parte dessa crise se deveu, muito mais, à política de valorização cambial do que a problemas do mercado interno. No entanto, esse setor foi o mais beneficiado pelas políticas de combate à crise, tendo recebido os maiores financiamentos e grandes reduções de impostos.

Também jogaram papel importante nessa *recuperação* outros setores incentivados em termos fiscais e creditícios, como o de bens duráveis de consumo de *linha branca*, materiais de construção e a própria construção civil. Contudo, ao final de janeiro de 2010 findaram os incentivos para *linha branca* e ao final de março findou o benefício para os demais produtos incentivados (exceto para materiais de construção) e em meados de maio o comércio de bens de consumo duráveis já acusava pontos negativos. Em abril e maio de 2010, já se apresentavam na mídia indicadores isoladas de contração de produção e de vendas em alguns setores. No momento (junho/2010), a indústria automobilística reivindica ao governo, a redução permanente do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os veículos “flex” (álcool-gasolina), que já prorrogou, até 31 de dezembro de 2010, os incentivos a caminhões, caminhonetes e tratores.

Porém, a recuperação em processo não poderá se sustentar, por muito tempo, apenas no Consumo Familiar. Este, além da expansão do crédito acima citada, cresceu, graças principalmente ao crédito consignado concedido pelos bancos e à duplicação do prazo médio de financiamento (de 17 para 31 meses), e, ainda, a uma pequena melhora da renda decorrente das políticas sociais, alargando assim a capacidade de endividamento familiar, que já teria atingido mais de 40% da renda familiar anual do trabalho. Cabe perguntar que limite teria isto, dado que se estima que a inadimplência aumente nos próximos meses. Cabe também lembrar que o desemprego industrial teve alta recorde em 2009 e, portanto, a recuperação do emprego total (todos os setores) que se observa a partir do segundo semestre de 2009 se deve basicamente ao setor serviços, onde, como se sabe, proliferam ocupações informais e de baixa remuneração.

Os dados do comércio exterior de 2009 comparados com os de 2008 não apresentaram recuperação: as exportações totais acumularam queda de -22,7% e as de manufaturados caíram ainda mais (-27,3%), enquanto as importações totais caíram -26,2%, e mais não caíram, devido à forte valorização cambial. Os resultados só não foram piores, graças à duplicação dos preços do açúcar e ao expressivo aumento das quantidades exportadas de várias *commodities*, como o açúcar, milho, soja, alumínio, celulose e suco de laranja.

Somente a partir do segundo semestre houve melhoria de vários preços, o que permitiu que em janeiro-maio de 2010, relacionado com o de 2009, as exportações subissem 28,7% e; as importações, 40,2%; relacionado com o de 2008, entretanto, as exportações cresceram apenas 0,1% e; as importações, 4,7%, com o que o saldo comercial definiu, somando no mesmo período de 2010, apenas US\$ 5,6 bilhões. Isto é preocupante, pois no primeiro quadrimestre, remetemos em termos líquidos com remessas de lucros, juros e compras de serviços, -US\$ 16,7 bilhões, resultando um déficit em transações correntes de -US\$ 14,5 bilhões²⁵. Esta última cifra está sendo estimada, para o ano de 2010, em torno de -US\$ 50 bilhões a -US\$ 60 bilhões! O quadro piora ainda mais, dado que, no mesmo período, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) está 11% menor do que em 2009. Temeroso de um desastre, o governo lançou em maio, um “pacote de bondades” para o setor exportador, que consiste em redução de impostos e tarifas, ampliação de crédito e na criação de Fundo Garantidor do Comércio Exterior, na esperança de, com isso, anular o perverso efeito da valorização do câmbio.

ii) mas que sustentação e capacidade de transformação estrutural pode ter uma recuperação calcada nesses incentivos à expansão do consumo familiar, no fraco desempenho exportador e numa modesta taxa de investimento? Para criar mecanismos mais seguros para a elevação da demanda efetiva, é necessário não só mover acentuadamente a taxa de investimento para cima, mas alterar sua composição estrutural. Mas na órbita pública, a despeito do aumento de investimentos neste primeiro semestre de 2010, e mesmo com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), são magros os recursos para

(25) Conforme o Banco Central, as remessas de lucros passaram de US\$ 3,3 bilhões em 2000 para US\$ 33,8 bilhões em 2008!

isso, e na privada é grande a incerteza para o investimento na infraestrutura e na indústria de transformação.

Recordemos, contudo, que nossa taxa de inversão, que subira de 20% na década de 1960 para 25% na seguinte, despencou com a crise da dívida, caindo ainda mais a partir da adoção das políticas neoliberais, para cerca de 16%, situando-se na média de 18% no triênio 2006-2008. Mas além desse problema quantitativo, há outro, qualitativo: é que sua estrutura mudou, dela fazendo parte crescente, serviços e outros segmentos, e menos da indústria de transformação. Aqui reside parte substancial do atraso em C&T acima apontado.

Por exemplo, nos investimentos industriais estimados pelo BNDES para 2008-2011, a construção residencial teria participação de 44,1%, a infraestrutura 19,1% e o restante da indústria 36,8%. Contudo, da fatia industrial, os ramos de energia e mineração perfazem 68,2%, o automotivo 7,8% e as *commodities* industriais 19,8%, enquanto os compartimentos estratégicos – ou que deveriam sê-lo –, como eletroeletrônica, fármacos e *software* somam apenas 4,9%²⁶. Nas previsões para 2010-2013, embora o volume total estimado cresça, a estrutura dos investimentos projetados pouco se altera²⁷.

iii) dados esses fatos, como se defender da volta da China comprando mais produtos primários e sendo ainda mais agressiva nas exportações industriais aos países subdesenvolvidos? E como acelerar a integração econômica sul-americana?

iv) por outro lado, essa *recuperação* não altera o quadro macro de médio e longo prazo: baixo crescimento médio, juros altos, continuidade da reprimarização da pauta exportadora etc. Poderemos, em 2010, crescer algo em torno de 5,5% (segundo as estimativas correntes), mas, sem alterar esse quadro, não obteremos uma recuperação sustentada, com taxas elevadas e persistentes, e retomando a industrialização;

(26) Ver a respeito, Torres Filho e Puga (2009).

(27) Ver, BNDES (2010).

v) ainda mais, uma “recuperação” assim distorcida e não sustentada desvia as preocupações com o longo prazo e diminui as oportunidades para alterações estruturais da política econômica atual;

vi) dizem os otimistas que não teremos maiores problemas com nossas contas externas, não só pelos elevados superávits comerciais que vínhamos obtendo, como pelos grandes fluxos de investimentos externos que entraram nos últimos anos, que não só aumentaram nossas reservas para mais de US\$ 200 bilhões, como também tornaram nossa dívida externa pública líquida, negativa.

Mas cabe lembrar algumas questões relevantes. Nossos saldos comerciais subiram entre 2003 e 2007, quando atingem US\$ 40 bilhões, mas caem para cerca de US\$ 25 bilhões no biênio 2008-2009; desaceleraram no último trimestre de 2009 e tornaram-se reduzidos neste início de 2010, sendo as previsões, mantida a política de valorização cambial, ruins. Os gastos com serviços e rendas (notadamente remessa de lucros e de rendimentos de títulos públicos) cresceram fortemente, dada a situação internacional, com o que o saldo em transações correntes, quase nulo em 2007, saltou em 2008 e 2009, respectivamente, para -US\$ 28 bilhões e -US\$ 24 bilhões e, como sugerido, há previsões ainda piores para 2010.

Esse déficit tem sido coberto com sobras: pelo forte aumento, desde 2003, de investimentos diretos, que atingiram US\$ 45 bilhões em 2008, mas despencaram para US\$ 26 bilhões em 2009; e pela enxurrada de investimentos em carteira, que, dos US\$ 5 bilhões de 2005, atingem US\$ 48 bilhões em 2007, quase zeram em 2008 e alcançam US\$ 41 bilhões em 2009. É fato que a dívida externa pública, que era de US\$ 88 bilhões em 2005 cai para US\$ 69 bilhões em junho de 2009, mas a privada, nas mesmas datas, saltou de US\$ 82 bilhões para US\$ 130 bilhões, com o que a dívida total (incluindo os financiamentos entre empresas) aumentou, dos US\$ 188 bilhões em 2005 para US\$ 270 bilhões em junho de 2009. Considerando-se que o capital externo em 31/8/2009 possuía US\$ 212 bilhões em ações e títulos de renda fixa, e que estes, diante de certas circunstâncias, podem ser liquidados em 24 horas, não vejo razão para muito otimismo, diante do colossal aumento do passivo externo.

vii) a atual exacerbação de mercado de valores, que se mostra pelos índices da Bovespa, decorre, em sua maior parte, daquele enorme investimento em ações e títulos de renda fixa feito pelo capital estrangeiro, face não só à débil situação do mercado internacional – baixos preços dos ativos, juros reais negativos, debilidade do dólar, entre outros fatores – mas, principalmente, a magnanimidade dos juros e do câmbio nacionais. Mas isto parece estar chegando ao fim do apogeu, com a queda do Índice Bovespa nos últimos meses e, se estourada essa bolha, não é difícil prever a explosão dos juros e do câmbio. Que faremos, em termos de política macroeconômica, diante desse possível quadro?

viii) e ainda, diante de um provável recuo dos fluxos financeiros internacionais, que atitudes o Estado poderá tomar para reorganizar e reorientar o crédito interno público e privado de longo prazo?

3.2 A crise estrutural (de 1980 a hoje)

A crise estrutural é um processo cumulativo: sobre suas origens se amalgamam novos fatos políticos e econômicos transcorridos durante todo esse processo. A ela se juntam e superpõem distintas dinâmicas, de expansão e de crise. A ela se agregam os efeitos da crise atual. Daí decorrem maiores dificuldades e maior trabalho de pesquisa para seu melhor entendimento.

Dado que há maior disponibilidade de estudos sobre a economia internacional das últimas três décadas, não vejo a necessidade de aqui detalhá-los. Mas é necessário lembrar que sua análise é indispensável para que possamos cumprir nossa tarefa. No plano interno, é imprescindível o conhecimento do “estado das artes”, ou seja, a necessidade de se fazer um diagnóstico amplo em termos de espaço, setores e de temas e questões nacionais e regionais.

Cabe lembrar, inicialmente, que a crise estrutural, que também contém a crise atual, corresponde, grosso modo, ao período de 1980 a hoje, de baixo crescimento, e sua periodização deve ser subdividida nos seguintes momentos:

i) o da década de 1980, que corresponde a um período de alta inflação, baixo crescimento, crise fiscal e financeira do Estado e do balanço de pagamentos;

ii) o de 1989-2002, que não só acumula os problemas do período anterior, como amplifica alguns deles e cria novos. Privatizações, abertura comercial, desregulamentação financeira e valorização cambial são as principais marcas do período. A inflação seria contida a partir de julho/1994 (Plano Real), mas à custa de quintuplicar em termos reais a dívida pública interna, valorizar sobremodo o câmbio – com o que torramos US\$ 200 bilhões entre 1995 e 2002 – e colocar os juros reais em níveis absurdos. Com os processos de negociação com o governo federal, das dívidas estaduais e municipais, a crise fiscal se alastra pelos entes subnacionais, derrubando o investimento público a patamares irrisórios. O mercado de trabalho, que já vinha se deteriorando no período anterior, amplia o desemprego aberto e o precariza ainda mais;

iii) o de 2002 a 2008, que contempla a recuperação do comércio internacional – “efeito China”²⁸. O PIB teve taxas médias de crescimento mais altas do que no período anterior, graças: a) à grande expansão das exportações de *commodities*; b) ao aumento do crédito consignado – notadamente pelos bancos públicos, e basicamente ao consumo familiar –, que é quase sem risco para os banqueiros; c) ao final do período, a uma expansão do crédito público de longo prazo (BNDES), que proporcionou certo alento na taxa de investimento. A absurda taxa real de juros e as condições do mercado internacional favoreceram a vinda de amplos fluxos financeiros, ampliando o investimento externo, notadamente em serviços (financeiros, principalmente) e na especulação no mercado de valores. O lado mais positivo da política econômica foi o das políticas sociais, com a considerável expansão do programa de renda mínima (Bolsa Família) e do salário mínimo real, que diminuiram os níveis de pobreza e indigência, bem como colaboraram no alento ao consumo familiar;

iv) o posterior ao final de 2008, que abarca a crise atual, e que contém grande número de incertezas, tanto internas quanto externas, como as acima apontadas.

(28) Deve-se entender que o “efeito China” não se resume apenas ao efeito expansivo (direto e indireto) das exportações de *commodities*, derivado ao aumento do crescimento real da economia chinesa e do comércio mundial, porque esse efeito também se insere num movimento internacional de especulações financeiras sobre títulos e *commodities*, que culminaram na crise internacional eclodida em meados de 2007.

Os efeitos cumulativos da crise maior se refletem nas estruturas econômicas, sociais e políticas. Se projetam na radical mudança do orçamento e do peso, nele, dos juros e na altíssima regressividade da elevada carga fiscal; na deterioração das políticas nacionais e regionais de desenvolvimento; na desindustrialização. Refletem-se, enfim, no atraso tecnológico, da infraestrutura econômica e da social.

Cabe dar especial ênfase no que tange às estruturas produtivas: abertura e crise alteraram profundamente a estrutura da produção e do investimento industriais. Estes fatos, mais a crise fiscal e a deterioração das políticas de longo prazo, levaram os Estados e Municípios à guerra fiscal, distorcendo o processo de desconcentração produtiva (“espúria”) regional. O “efeito China” estimulou fortemente as exportações mundiais de *commodities* e isto impeliu grande expansão de nossa fronteira agrícola e mineral, agravando sobretudo a questão ambiental e a própria urbanização do país.

Especificamente sobre a urbanização, devo lembrar as advertências que fiz desde a década de 1980, sobre a descuro no planejamento urbano, a menor atenção dada aos investimentos sociais e de saneamento básico e os efeitos da própria política nacional de habitação herdada do regime militar, que proporcionaram notável aumento da especulação urbana e que agravariam, mais tarde, os atuais desastres urbanos²⁹. Isto resultaria numa urbanização “caótica e explosiva”, periferezando ao extremo o proletariado, ocupando espaços impróprios (morros, alagados, áreas de preservação etc.), o que conduziria nossa vida urbana a um sério desastre, como, lamentavelmente, estamos assistindo nos últimos tempos. O que estamos vendo no momento é um deplorável discurso de dirigentes políticos, atribuindo esses desastres, exclusivamente aos “desequilíbrios da natureza”, tentando isentar-se daquela responsabilidade.

3.3 Itemização de uma proposta de pesquisas

Como conclusão desta seção, cabe tão-somente listar os principais itens que deverão comportar a Agenda de Pesquisa, advertindo, contudo, que esta é uma lista sumária e que comporta muitos outros itens e desdobramentos de alguns:

(29) Cf. Cano (1989).

1) principais transformações estruturais dos grandes setores produtivos (agricultura, indústria mineral, indústria de transformação, construção civil e serviços) e principais segmentos da infraestrutura; atrasos tecnológicos, déficits de oferta, desindustrialização e produtos estratégicos;

2) principais efeitos nacionais e regionais da expansão das fronteiras agrícola e mineral;

3) programas de execução de reforma agrária e seus principais efeitos;

4) desconcentração regional da produção industrial e da infraestrutura e seus principais efeitos econômicos, ambientais, políticos e sociais;

5) principais alterações no mercado de trabalho;

6) principais mudanças no processo de urbanização;

7) avaliação do déficit (atual e dos próximos 20 anos) habitacional e de saneamento básico;

8) grandes alterações demográficas, migrações inter-regionais e condições sociais da população;

9) revisão crítica da distribuição de renda no Brasil, em especial quanto às rendas da propriedade;

10) principais transformações estruturais do comércio exterior: principais produtos, destino e preços;

11) finanças públicas: efeitos da guerra fiscal; aumento da regressividade fiscal;

12) principais transformações do sistema nacional de financiamento público e privado; a crescente “privatização” do sistema público e o financiamento de longo prazo; principais efeitos perversos sobre a macroeconomia;

13) aprofundamento do estudo da economia internacional, sobre seu atual momento e principais tendências prováveis;

14) exame dos principais efeitos, avanços e recuos na integração econômica da América do Sul.

4 Principais linhas para um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento

Os otimistas radicais acreditam, à luz de alguns dados econômicos positivos e de suas impressões, que “a crise já passou” e que, a partir de 2010, trilharíamos um novo ciclo de crescimento, cuja taxa, estimam, seria de pelo menos 5% anuais, sem indagar da qualidade desse crescimento, isto é, que mudanças estruturais ele traria. Para estes, pouco sentido há em pensar num novo projeto nacional de desenvolvimento. Outros, não tão otimistas, mas também crentes nessa retomada e no mercado, enxergam pelo menos a urgente necessidade de retomar não só o crescimento, mas também a competitividade industrial, seriamente abalada. Para estes, é necessário uma estratégia com esse objetivo, “desenvolvimentista”.

Para os críticos, contudo, isto é necessário mas é apenas parte do que deveria constituir o novo projeto, que teria de ter, como vetor político central, o ataque frontal às nossas desigualdades maiores e uma verdadeira estratégia de retomada da industrialização, e com vistas a um crescimento econômico melhor ambientalmente sustentado. É nisto que consiste a formulação desta **proposta**.

O que quero insistir ainda mais, é que o modelo atual, além de estar divorciado da industrialização, é incapaz de manter taxas anuais de crescimento, **elevadas e persistentes a longo prazo**. Repassemos, mais uma vez, essa questão.

4.1 A inconsistência do modelo neoliberal

Na macroeconomia que funcionou entre 1994 e 2002, a política de estabilização foi o carro-chefe e estava lastrada no câmbio fortemente valorizado, na taxa de juros real altíssima e na base fiscal que assegurava o pagamento de juros sobre a dívida pública interna, que somavam em torno de 8% do PIB. Com isso, o resultante desequilíbrio das contas externas se traduziu num déficit de transações correntes acumulado (entre 1995 e 2002) de cerca de US\$ 200 bilhões.

Quanto mais crescia o PIB, mais cresciam os gastos líquidos (em serviços e pagamentos de renda) em moeda externa e, assim, a consistência do modelo era dada pela presunção da continuidade de grandes e crescentes fluxos de entrada de capitais externos. Mas essa continuidade, como se sabe, não existe, dadas as circunstâncias da economia internacional: crises, flutuações da taxa de juros,

ciclos nos mercados de valores etc. Contra a opinião dos economistas oficiais, discuti esse fato em 1997, mostrando que o modelo era incapaz de garantir uma taxa anual alta e persistente a longo prazo. As crises cambiais internas e externas de 1995, 1998, 1999 e 2001 vieram demonstrar a realidade e a taxa de crescimento média do PIB de 1989 a 2002 (2%) foi tão medíocre quanto a da década de 1980³⁰.

Em 2003, mais um crescimento pífio: 0,6%. De 2003 a 2008, o crescimento médio (4,5%) voltou a subir, amparado aos crescentes fluxos de entrada de capitais externos, que garantiram o elevado gasto cambial e ainda permitiram forte recomposição de reservas. O crescimento mais alto, contudo, esteve lastrado no forte incremento das exportações (“efeito China”) e no consumo familiar, mas sem recuperar a taxa de investimento. Com a crise (2008-2009), paradoxalmente, ampliamos ainda mais o passivo externo líquido, dada a situação do mercado internacional, a generosa taxa de juros e o paraíso em que se converteu o mercado financeiro, com o que a entrada de capital externo multiplicou-se sobremodo, mormente para o mercado de valores. O resultado acumulado entre 2002 e 2009 não é alvissareiro, com a taxa média anual do PIB tendo sido cerca de 3,2%. Mas agora, neste início de 2010, quando os fluxos externos encolheram, volta-se a vislumbrar a ameaça de um agravamento do desequilíbrio cambial e de por em dúvida a continuidade da taxa de crescimento.

Porém, repetamos, há outra questão mais grave, que é a forma de crescimento destes anos recentes. Além do consumo familiar, foram as exportações que impeliram a alta do PIB³¹. Mas estas foram predominantemente de produtos primários e embora o investimento tenha crescido alguns pontos, encontra-se ainda em nível muito baixo (cerca de 18% do PIB). Mas não se trata apenas de elevar a taxa de investimentos: ela muito provavelmente subirá (conforme as previsões do BNDES) ainda em 2010-2012, por força de inversões que estão sendo priorizadas pelo PAC, pela Copa do Mundo de 2014 e pelas Olimpíadas de 2016, além das programadas pelo pré-sal.

(30) Ver, pesquisa e análise realizada sobre o neoliberalismo nos principais países da América Latina e no Brasil em 1997 e publicada em Cano (2000).

(31) Na verdade, a recuperação da economia em fins de 2009 se deve mais aos incentivos fiscais e creditícios concedidos aos setores mais atingidos, a maior parte deles terminaria sua vigência no primeiro trimestre de 2010 e o governo prorrogaria vários deles.

Não sou contrário, é óbvio, ao aumento das exportações de *commodities*; nem, muito menos, ao aumento do consumo familiar e do crédito. O que critico é que o investimento pouco se move para cima e, além disso, pouco dele tem como destino a indústria de transformação – salvo para as processadoras de exportações. Desnecessário é repetir aqui problemas já apontados, como o da desindustrialização, da reprimarização da pauta exportadora, da insuficiente oferta de infraestrutura e do atraso em ciência e tecnologia.

Há vários economistas que não apenas pensam que essa reprimarização é benéfica, como também pensam que a industrialização não é mais importante como foi. Alguns chegam mesmo a enaltecer o “modelo australiano”. Parecem ignorar a diferença entre a “desindustrialização” daquele país e a nossa desindustrialização; as diferenças entre um país desenvolvido, cuja renda *per capita* é de US\$ 44 mil com um subdesenvolvido, cuja renda é de apenas US\$ 7 mil, cifra da qual deveríamos descontar a elevada valorização cambial que a infla em dólares; e que temos nove vezes mais habitantes.

Cabe adicionar que o atual tipo de crescimento, além de destruir empregos industriais, é mais gerador de empregos terciários, onde predominam as ocupações de menor renda e qualificação, sendo, portanto, ruim também para a urbanização, que continuará ampliando ainda mais o chamado “inchaço urbano”, com o que não reduziremos o desemprego oculto. Por outro lado, recordemos que esse crescimento tem limites estreitos, diante da possibilidade de descontinuidade dos atuais recursos externos e da expansão do crédito ao consumo.

Entre os conflitos políticos que sofremos no Brasil, está o que divide aqueles que almejam um crescimento alto e justo e aqueles que professam pela “estabilidade a qualquer custo”. Bastaram alguns sinais de recuperação e de promissoras estimativas de que cresceríamos a 5% (ou mais) a partir de 2010, e as costumeiras vozes de sempre reivindicaram e já obtiveram a retomada da alta dos juros, mas ainda insistem no controle do crédito e na manutenção do superávit fiscal, “para evitar ou conter a alta da inflação”. O Banco Central, já em fevereiro, tomou medidas para retomar os anteriores níveis de recolhimento compulsório de meios de pagamento junto aos bancos e que será ampliado a partir de julho de 2010. Em maio a taxa Selic anual subiu de 8,75% para 9,5% e em junho, para 10,25%, e essa taxa deverá subir ainda mais. Por outro lado, o

governo já anunciou o corte de R\$ 10 bilhões no Orçamento Geral da União. Com isso, e o fim da maior parte dos incentivos criados durante a crise, a economia já mostrava, a partir de abril, sinais de desaceleração, diante do que o governo, paradoxalmente, estendeu a vigência dos incentivos fiscais. Ou seja, assistiremos, de novo, e “em plena festa”, a mais uma *aterrissagem forçada* do vôo da galinha?

4.2 Linhas resumidas de uma nova Agenda de Desenvolvimento³²

Esta proposta parte de um pressuposto de ordem geral, que é o da necessidade iniludível de readquirir o manejo mais soberano de nossa política econômica, e para isto, não há como fugir à questão da ruptura com o modelo atual. Ela se faz sumamente necessária, sem o que não poderemos pensar nem tomar as decisões necessárias para atingir nossas metas de crescimento e desenvolvimento social. É preciso, portanto, retomar nossa perdida soberania econômica.

Obviamente, o desenho e a implementação de um novo Projeto deverão ser precedidos de uma estratégia de transição, que permita, no tempo mais curto possível, implantar o novo projeto nacional, ou seja, um novo modelo de crescimento, com redistribuição social da renda e de ativos.

Dada a complexidade da crise econômica e social do Brasil e seus maiores constrangimentos internos e externos, bem como a pluralidade de tensões e reivindicações de classes/setores/ regiões/temas, seria impossível optar por um único e determinante vetor produtivo de crescimento, seja o conhecido “drive exportador” ou o do “mercado interno de massas”.

A exclusiva opção interna afetaria fortemente a capacidade de gasto público dos próximos 20 anos com os recursos demandados, ante o acúmulo de investimentos públicos e privados necessários e não realizados. Esse vetor também não evitaria o crescimento de importações de equipamentos e insumos

(32) Desde 1990 venho tentando construir uma proposta desse tipo, bem mais detalhada do que a aqui, é apresentada. Ver essa proposta em Cano (2007B), de onde esta subseção foi resumida. Entre outras propostas e discussões sobre o tema, ver: Gentil e Messenberg (2009), Magalhães (2009), Sicsú e Castelar (2009), Sicsú e Miranda (2009) e Velloso e Albuquerque (2010). A Revista *Isto É*, de 7 fev. 2010, publicou entrevista do ministro Samuel Pinheiro Guimarães da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, apresentando alguns tópicos do que deverá ser proximamente divulgado pelo governo, como o *Plano Brasil 2020*.

– além de serviços e rendas externas –, que poderiam se chocar com as restrições externas.

É bom lembrar que, dadas as condições da economia internacional, seria impossível expandir ainda mais nossas exportações, para fazer frente à demanda de importações. Muito menos, para que pudéssemos transformar nossas exportações na principal variável determinante da renda e do emprego³³.

Isso requereria uma produção industrial de alta qualidade, especializada e em grande quantidade, o que demandaria expressivas importações de bens e de tecnologia. Como atenuante, poder-se-ia selecionar determinados setores menos demandantes de importações (ou altamente geradores de exportações), mas, ainda assim, será muito difícil diversificar e dinamizar nossas exportações, como é necessário.

Não é difícil deduzir que qualquer dos dois vetores acima nos coloca problemas sérios de financiamento de longo prazo, interno e externo e, eventualmente, de inflação e de balanço de pagamentos. Mais ainda, é preciso ter claro que o crescimento possível com qualquer deles, isoladamente, é insuficiente para dar conta do problema do emprego e, muito menos, de nossa crise social.

Isso significa que é necessário definir uma estratégia que não tenha peso excessivo num vetor isolado, e que utilize “de tudo um pouco”. Ela contemplaria vários setores ao mesmo tempo, priorizando a atualização tecnológica de segmentos estratégicos, escalonando no tempo o uso dos recursos mais escassos (câmbio e finanças públicas). Mesmo uma combinação “ótima” de setores/tempo/espço não evitará maiores necessidades de importações e isto, mais o acesso a tecnologias modernas, pressionaria nossa capacidade de pagamentos internacionais, obrigando-nos a reforçar uma política de exportações.

A alternativa aqui proposta priorizará o vetor do mercado interno, via crescimento com distribuição de renda, que use e amplie nosso mercado de massas. As principais atividades contempladas seriam: o setor habitacional, priorizando no tempo o segmento popular; o saneamento básico; educação, cultura e saúde públicas; e bens de primeira necessidade.

(33) A versão mais detalhada sobre esta proposta (Cano, 2007B) inclui um apêndice com algumas considerações sobre as dificuldades para se ampliar as exportações, mantido o atual quadro de origem-destino do comércio exterior brasileiro.

O segundo principal vetor seria o da produção para exportações industriais, sem descuidar, obviamente, das exportações de commodities. Ele requer uma rigorosa e oportuna seleção estratégica para recuperar o que perdemos em termos de “produtos e mercados possíveis” e, a médio prazo, a seleção de produtos de maior valor agregado e de maior conteúdo tecnológico, para diversificar a pauta e nossos mercados externos.

Não ignoro que os propósitos acima e as reformas abaixo itemizadas poderão desencadear conflitos externos (EUA, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, bancos internacionais e outros) e internos (elites nacionais e regionais, partidos políticos, parte dos empresários, sistema financeiro, alguns sindicatos etc.) o que implica, necessariamente, a prévia construção de um novo e difícil pacto de poder político. Este pacto terá de passar por negociações entre *partidos, classe trabalhadora, empresariado, regiões e setores*, exigindo acurado e afinado preparo político para tal. Sem isto, é difícil pensar em opções dentro dos limites da democracia.

É sumamente importante lembrar que estas reformas precisam ser implantadas de forma escalonada, de acordo com as prioridades fixadas, com a complexidade dos constrangimentos externos e internos e algumas em desdobramentos de curto, médio e longo prazo. Finalmente, apresento o conjunto resumido de ações de políticas (de curto, médio e longo prazo) e de reformas estruturais e institucionais necessárias à execução da nova agenda³⁴:

- *reforma do Estado*: para maior agilização administrativa; readequação e requalificação do funcionalismo público, remontagem do sistema nacional de planejamento e que permita a reintrodução da capacidade seletiva de priorização;
- estudar e propor *pautas especiais* de exportação e importação que poderão ser criadas, via acordos especiais, para maior integração comercial com a América Latina e outros países periféricos, principalmente com os três outros países “continentais”, a China, a Índia e a Rússia. Estas pautas teriam caráter complementar entre o Brasil e esses países, expandindo trocas

(34) Esta relação das reformas reproduz, quase integralmente, as apresentadas em Cano (2007b).

de produtos cujas vendas dificilmente poderiam ingressar (ou crescer) nos demais mercados;

- equacionamento do *serviço da dívida externa e do passivo externo*, para compatibilizar tanto um orçamento cambial que ampare a retomada do investimento e do crescimento, quanto, principalmente, condicionar nossa capacidade de amortizá-los, às disponibilidades cambiais e fiscais;

- equacionamento da *dívida pública interna*, para a melhor adequação das contas públicas ao crescimento econômico acelerado, e contenção da pressão estrutural, exercida sobre a taxa de juros. Dado que as três esferas de governo encontram-se financeiramente comprometidas, esse equacionamento deverá abranger a todas essas instâncias;

- *reforma fiscal e tributária progressiva*, que possa readequar as contas públicas, os níveis regionais e locais de competências, simplificar o sistema tributário nacional e que dê, em suma, as condições financeiras exigidas por um Estado moderno, eficiente e socialmente justo. Deverá ser prioritário o combate à atual guerra fiscal;

- a questão do financiamento de longo prazo, principalmente para infra-estrutura e indústria pesada e de maior complexidade tecnológica, a despeito de esforços recentes de forte ampliação do crédito de longo prazo por parte dos bancos públicos – notadamente pelo BNDES – constitui talvez a questão mais crucial de nossa política econômica, haja vista a enorme dimensão de suas necessidades e a limitação de suas atuais fontes. Assim, é imprescindível reestruturar o *sistema financeiro nacional* para dificultar a especulação, fortalecer o mercado de capitais e solucionar nosso estrutural estrangulamento do financiamento de longo prazo;

- *reformas sociais (agrária, abastecimento, urbana, saúde pública, previdência social, educacional e ambiental)*, projetadas tanto para ataques emergenciais aos problemas dos mais carentes quanto para se atingir toda a sociedade, numa perspectiva de longo prazo;

- *reforma da empresa*, para que possa se adequar aos novos requisitos administrativos, produtivos, financeiros e sociais, e que permita maior transparência de seus resultados, de sua eficiência e de seu papel social numa sociedade moderna e mais justa.

Referências bibliográficas

ALEM, A. C. *Uma reflexão sobre as restrições ao crescimento econômico brasileiro: uma abordagem alternativa à do produto potencial*. In: GENTIL, D. L.; MESSEMBERG, R. P. *Crescimento econômico: produto potencial e investimento*. Brasília: Ipea, 2009.

BNDES. *Visões do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, n.81, 21 maio 2010.

CANO, W. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 9, n. 1, jan./mar. 1989.

_____. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp, 2000.

_____. Brasil: é possível uma reconstrução do Estado para o desenvolvimento? *Revista do Serviço Público de 1937 a 2007*, Edição Especial, Brasília/DF, Escola Nacional de Administração Pública (Enap), p. 59-69, 2007a.

_____. *Agenda para un nuevo Proyecto Nacional de Desarrollo*. In: VIDAL, G.; GUILLÉN, R. A. *Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización*. México: Clacso-Unam-Red Celso Furtado, 2007b.

_____. *Desconcentração produtiva regional no Brasil (1970-2005)*. São Paulo: Unesp, 2008.

_____. América Latina: notas sobre a crise atual. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 18, n.3 (37), dez. 2009.

_____; Gonçalves, A. L. *Política industrial do governo Lula* (Texto solicitado pelo Corecon-RJ, para livro a ser editado em 2010).

CARDOSO, S. *Guerra fiscal no Brasil e alterações das estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990*. Tese (Doutoramento)–Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, fev. 2010.

CARDOSO Jr, J. C. (Org.). *Desafios ao desenvolvimento brasileiro: contribuições do Conselho e Orientação do Ipea*. Brasília: Ipea, 2009.

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia). *Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento*. Brasília, 2008.

GENTIL, D. L.; MESSEMBERG, R. P. *Crescimento econômico: produto potencial e investimento*. Brasília: Ipea, 2009.

GUIMARÃES, S. P. Entrevista à Revista *Isto É*, 27 fev. 2010, sobre o Plano Brasil 2020.

IHU *on line*. A reestruturação do capitalismo no Brasil. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, n. 322, 23 mar. 2010. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/>. Acesso em: 27 mar. 2010.

MAGALHÃES, J. P. A. O que fazer depois da crise: a contribuição do desenvolvimentismo keynesiano. *Contexto*, Rio de Janeiro, 2009.

PIRES DE SOUZA, F. E. *Da reativação da economia ao crescimento de longo prazo: a questão da competitividade e do câmbio*. In: VELLOSO, J. P. R.; ALBUQUERQUE, R. C. de. Na crise, esperança e oportunidade, desenvolvimento como sonho brasileiro. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2010.

SICSÚ, J.; CASTELAR, A. (Org.). *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.

_____; MIRANDA, P. (Org.). *Crescimento econômico: estratégias e Instituições*. Brasília: Ipea, 2009.

TORRES Filho, E.; PUGA, F. P. *Panorama dos investimentos na economia brasileira para 2008-2011*. In: GENTIL, D. L.; MESSENERG, R. P. *Crescimento econômico: produto potencial e investimento*. Brasília: Ipea, 2009.

VELLOSO, J. P. R.; ALBUQUERQUE, R. C. de. Na crise, esperança e oportunidade, desenvolvimento como sonho brasileiro. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2010.



Sobre a matematização da Economia

Ana Maria Bianchi ¹

Este artigo, aqui pela primeira vez dado a público na forma impressa, nasceu em 1995, na forma de seminário apresentado na Universidade de Brasília e, no ano seguinte, na Universidade Federal Fluminense.

Quando um autor se debruça para reler um trabalho escrito há quase vinte anos experimenta certa ansiedade, não só porque se questiona sobre a atualidade de seu conteúdo, como também porque se prepara para a possibilidade de uma mudança de opinião. Será preciso pedir que esqueçam o que escrevi?

No caso em tela, a resposta a essa pergunta é negativa. Defendo a atualidade do tema e, mais ainda, lamento que sua discussão não mereça hoje maior espaço nos manuais de metodologia econômica. Decidi, portanto, preservar o núcleo do artigo original, acrescentando-lhe considerações inspiradas pela literatura mais recente. Espero com isso contribuir para este número especial de *Leituras de Economia*, que em boa hora se volta para as perspectivas e os rumos do ensino e da pesquisa em Economia no Brasil.

Durante o longo intervalo de tempo que separa este artigo de sua primeira versão, não houve uma reversão da tendência de matematização apontada, ao contrário, ela acentuou-se ainda mais. No campo da metodologia econômica, como reflexo de uma mudança de atitude mais geral, as críticas ao processo amainaram. A busca de um conjunto único de regras, capaz de diferenciar definitivamente a boa da má ciência econômica, revelou-se um empreendimento frustrado, e a preocupação dos estudiosos foi canalizada para a tarefa de entender melhor a prática efetiva dos economistas, investigando sua retórica e, principalmente, reconstituindo sua origem na história das ideias (Bianchi, 2011). No tocante ao processo de matematização, o tom combativo dos trabalhos pioneiros de D. N. McCloskey (1985) e Philip Mirowski (1989) cedeu lugar ao esforço de identificar as origens e causas desse movimento intelectual.

(1) Professora Titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

Não há consenso na literatura sobre o momento preciso em que tal processo começou. A literatura mais antiga (Mirowski 1991) aponta dois pontos importantes no tempo: 1870, com o surgimento da teoria neoclássica e o ingresso na profissão de uma coorte de cientistas e engenheiros treinados em física; e 1925-35, período marcado por uma mudança significativa no estilo discursivo de importantes periódicos especializados. Já as pesquisas mais recentes localizam a origem do processo no período que se inicia durante a 2ª Guerra Mundial (Backhouse, 1998, p. 1849; Blaug 2003, p. 145, Klein, 2012). A matematização da economia, que tem sido designada de ‘virada de modelagem’ (*modelling turn*), é definida como uma revolução formalista, que consagrou o estilo analítico uniforme que caracteriza a teoria econômica contemporânea. O movimento é associado a esforços de guerra nos Estados Unidos. Ele nasceu ainda durante a 2ª Guerra e ganhou força no período da Guerra Fria, com participação ativa dos órgãos de segurança nacional, sob cujo patrocínio diferentes modelos matemáticos foram concebidos, inicialmente para fins bélicos.

No século XX, a história da matematização remete ao ingresso na profissão de teóricos com formação matemática, como John von Neumann e Oskar Morgenstern, que em 1947 lançaram o livro pioneiro de teoria dos jogos. Doze anos depois, a contribuição de Gérard Debreu à análise axiomática do equilíbrio também é bastante enfatizada pela literatura (Blaug, 2003, p. 146, Kesting; Vils, 2004, p. 283). No caminho trilhado pela teoria econômica, o uso da matemática e a adoção do formalismo desenvolveram-se em franca simbiose, firmando-se como abordagem paradigmática². O movimento atraiu para as fileiras da profissão cientistas com conhecimentos avançados de matemática, e consagrou um estilo discursivo que ainda hoje prevalece.

Minha intenção neste artigo é defender uma posição crítica em relação a essa ampla mudança na forma de expressão da economia. As questões que me motivaram a escrevê-lo podem ser assim formuladas:

(i) Está correta a decisão tomada pela ciência econômica, no período recente, de conferir uma dose sensivelmente maior de conteúdo matemático e formal a suas teorias?

(2) Essa combinação entre matemática e formalismo não é automática, uma vez que a matemática não é sempre e necessariamente formal (Backhouse, 1998, p. 1850-1851).

(ii) Qual o custo real desse processo, comparativamente a seus retornos? Sua intensidade é adequada, ou terá o processo ido longe demais, como questionam alguns críticos?

(iii) Como esse processo afeta a interlocução dos economistas com a sociedade e com os formuladores de política econômica?

Para enfrentar as questões enunciadas, a análise deve desenvolver-se em dois âmbitos, interno e externo. Enquanto os argumentos do primeiro grupo dizem respeito à própria estrutura do processo de teorização, o segundo remete ao contexto social mais amplo em se dá o processo de construção e difusão da teoria. Entendo que as ideias e sua evolução no tempo são melhor compreendidas quando se investiga o ambiente social e institucional em que vieram à luz. Dessa forma, a análise feita a partir deste segundo ângulo busca apoio na sociologia da profissão de economista³.

Antes de dar sequência ao artigo, porém, é importante definir em que consistiu, em linhas gerais, a matematização da economia. Ela é aqui entendida como um processo amplo, que envolveu a adoção de noções e técnicas provenientes da geometria, álgebra, teoria dos conjuntos, topologia e outros campos da matemática na argumentação dos economistas. Disso resultou a uniformidade do estilo analítico que caracteriza a teoria atual, e que, de resto, parece tão bem adequada ao destaque que o mercado financeiro assume na economia real.

Nas sessões que se seguem faço inicialmente uma espécie de balanço das presumidas vantagens e desvantagens da matematização da economia. Olho em seguida para os desdobramentos do processo sobre a formação das novas gerações, com foco no ensino de pós-graduação. Na sessão seguinte discuto os reflexos do processo sobre os estilos expositivos adotados pelos economistas na comunicação com dois tipos de público, especializado e leigo. Termino com algumas considerações de ordem geral, de caráter normativo.

As vantagens da matematização da economia

Desde seus tempos de economia política, a economia singularizou-se no conjunto das ciências sociais por sua afinidade natural com a matemática. Não

(3) A esse respeito, v. Fourcade (2005).

é difícil entender porquê: seu objeto combina admiravelmente com esse tipo de linguagem, pois fala sobre quantidades, preços, mercados, dinheiros, processos de ascensão e queda, curvas, equilíbrios. Enquanto as demais ciências sociais lidam com palavras, a economia mexe com símbolos e números. As primeiras mostram habilidade na articulação de conceitos, enquanto a última destaca-se pela destreza com que converte leis teoricamente deduzidas ou empiricamente observadas em símbolos e fórmulas⁴.

A linguagem matemática consiste essencialmente em uma taquigrafia. Suas principais qualidades decorrem imediatamente desse caráter: Beleza, Simplicidade, Consistência, Lógica, Generalidade, dentre as mais importantes.

As vantagens do uso da matemática têm sido assim descritas: (i) clarificar problemas conceituais; (ii) construir os fundamentos lógicos da teoria, explicitando seus pressupostos; (iii) padronizar terminologias e métodos; (iv) permitir o desenvolvimento de uma visão geral, altamente abstrata; (v) funcionar como engenho de descoberta, ou uma espécie de ‘bomba de intuição’, conferindo rigor às simples intuições; (vi) pelo mesmo mecanismo, conferir objetividade a conteúdos; (vii) estabelecer as condições analíticas do problema; (viii) encontrar os supostos mínimos necessários à análise do mesmo (Backhouse 1998; Katzner 1991).

Dado este conjunto de vantagens, a matemática e a formalização fortalecem o entendimento e a própria intuição da economia. Para o prêmio Nobel Gerard Debreu (1991), ela torna explícitos os pressupostos da teoria e permite ajuizar a extensão em que se aplicam a uma dada situação. Sua notação possibilita o raciocínio axiomático, e assim estabelece bases potencialmente fecundas para novos caminhos de pesquisa. Não é um mero acidente, diz Debreu, o fato de que o uso da matemática venha crescendo na teoria econômica, pois

(4) É verdade que nas últimas décadas o método da economia vem exercendo verdadeiro fascínio sobre ciências sociais como a sociologia e a ciência política, que passaram a emular os procedimentos da primeira, incorporando uma dose crescente de noções e técnicas matemáticas. Tal processo é descrito com desconfiança na literatura das ciências sociais, mas sua intensidade não me parece ter sido capaz de sobrepor-se a uma atitude secular de distância deliberada da matemática. Para usar a notação de Hirsch, Michaels e Friedman (1987), os pesquisadores das demais ciências sociais ainda não parecem ter sucumbido à sedução dos “modelos limpos” dos economistas, e conservam as “mãos sujas” do trabalho de pesquisa de campo.

ela implica aumento de conhecimento; muito embora não garanta, adverte, que a ‘verdade’ só possa aparecer nessa roupagem.

Outro argumento evocado em prol da matematização apoia-se na constatação de avanços significativos em programas de pesquisa muito influentes que seguiram por esse caminho. Sem os recursos da matemática seria impensável o progresso analítico dos modelos de equilíbrio geral, bem como a solução de muitos problemas tratados em diferentes especialidades: problemas típicos de teoria dos jogos, crescimento econômico, ciclos, entre outros. Programas de pesquisa de forte presença no cenário atual não teriam vindo à luz do dia sem uma roupagem matemática. Na verdade, como aponta Boumans (2004, p. 272-273), a matematização da economia não se deu porque teorias previamente existentes, verbalmente expressas, foram traduzidas para esse tipo de linguagem. Seu desenrolar consistiu em uma nova prática de pesquisa econômica, associada a um estilo diferente de argumentação, inseparável da modelagem matemática.

As desvantagens da matematização da Economia

Embora seus adeptos constituam uma facção crescentemente minoritária no ambiente dos economistas, existem os que condenam a velocidade e a extensão do processo de matematização da economia. Um argumento invocado por esse grupo é o fato de que o processo cria barreiras à entrada e à permanência na profissão de indivíduos sem uma formação matemática avançada. O domínio dessas habilidades impõe um alto preço de entrada no campo científico, criando uma clivagem radical entre especialistas e leigos (Caroll 2006, p. 583). Ao mesmo tempo, ele se converte em crivo primordial de competência, tolhendo o espaço de outras formas de discurso econômico (Prado 1994, p. 18). Alegam também os críticos que a matematização pode acarretar a perda de talentos valiosos para a profissão, ao mesmo tempo em que favorece o ingresso na área de profissionais habilitados em matemática mas com capacidade de expressão oral e escrita deficiente, mal preparados nas disciplinas de ciências humanas.

Este argumento é basicamente externo, mas pode ser complementado por uma análise da estrutura interna da linguagem matemática, que difere da linguagem natural. Embora seja possível converter expressões matemáticas para uma linguagem literária, sem prejuízo de seu entendimento, o inverso não se

aplica pois, comparada à linguagem natural, a matemática tem viés reducionista. (Para dar um exemplo extremo, faz muito pouco sentido dizer: Seja Hamlet igual a H e Macbeth igual a M.⁵). Os heterodoxos combinam em sua crítica à matematização o questionamento dos pressupostos fundamentais da teoria neoclássica, tais como racionalidade perfeita e agentes maximizadores que alocam seus recursos da melhor forma possível, atingindo o equilíbrio (Guerrini, 2002, p. 5). Mas mesmo economistas neoclássicos tem reservas quanto à intensidade da matematização recente da economia. Aponta-se o risco da teoria matematizada ser incapaz de espelhar o mundo ou sugerir políticas adequadas para enfrentar os problemas da economia real. Paul Samuelson, que teve um papel importante no desencadeamento do processo de matematização, usou o termo “economia de Papai Noel” para referir-se a modelos matemáticos com pressupostos extremamente fortes e empiricamente irrealistas (apud Hands, 2013, p. 2). Para Robert Solow (2001), a forma matematizada da economia não se justifica por si mesma, pois trata-se de uma disciplina aplicada, que se destaca exatamente pelo fato de ajudar a entender e talvez resolver os problemas concretos com os quais nossas sociedades se confrontam. Se for incapaz de cumprir esse papel, não há sofisticação matemática que dê jeito.

Harcourt (1993) considera que a matemática é uma maneira adequada de falar sobre certas coisas, mas adverte que ela não consegue falar sobre todas as coisas. No mínimo, o economista que usa uma linguagem matemática deve ter consciência daquilo que está deixando de lado ao pensar nesses termos.

A força da linguagem matemática advém de sua capacidade de abstrair da estrutura interna da teoria algumas relações básicas, tornando-as explícitas. Mas é ao mesmo tempo uma fraqueza, pois pode desviar a atenção da complexidade efetiva das variáveis envolvidas e da teoria que a partir delas é construída. Quando uma teoria supõe estar solucionando um problema ela pode estar, de fato, em nome da formalização, varrendo as dificuldades para debaixo do tapete.

Um bom exemplo do risco de se subestimar a complexidade da tarefa de construção teórica pode ser encontrado na história da matemática, e envolve o problema da auto-referencialidade. Longe do que possa parecer aos leigos, o campo da matemática tem abrigado controvérsias substanciais, pois, como

(5) Tomei a expressão emprestada de Boulding (1995).

qualquer outro, esse tipo de conhecimento é produto de determinado contexto intelectual (Weintraub, 1998, p. 1845). O surgimento de geometrias não-euclidianas é emblemático, pois enunciados matemáticos até então tomados como absolutos foram relativizados. Na década de 1930, o teorema da incompletude de Gödel levou os matemáticos à conclusão de que uma teoria não pode ser validada em seu próprio âmbito. Aliás, qualquer sistema filosófico ou matemático é necessariamente incompleto, e contém proposições “indecidíveis”, que não podem ser provadas verdadeiras ou falsas em seu particular contexto axiomático.

McCloskey (1991) é um dos mais ardorosos críticos da matematização da economia. Ele relata como, fascinados pelas virtudes da matemática, os economistas tomaram-se de amores pelos “teoremas de existência”. Estes consistem na afirmação de que um ente qualquer existe, sem fornecer qualquer prova disso. O exemplo típico seria o raciocínio ‘*as IF*’ à Milton Friedman – “existe um abridor de latas na ilha deserta”.

McCloskey defende ainda que, durante a transformação operada pelo processo de matematização, o espírito do departamento de matemática passou a reinar no departamento de economia. Os economistas atravessaram as ruas do campus, em busca do auxílio de seus colegas matemáticos. Até aí, tudo bem. Só que se esqueceram de voltar uma vez concluído seu aprendizado. Permaneceram flutuando no “hiperespaço dos mundos possíveis”, contaminados pelos valores intelectuais do departamento de matemática, esquecidos de seu compromisso com a realidade empírica sobre a qual constroem sua teoria⁶.

Cortar os canais de comunicação com a sociedade é uma decisão particularmente arriscada, num campo do conhecimento que desde sua primeira hora esteve comprometido com a missão de prescrever receitas práticas. A necessidade de evitar esse risco pode ser defendida com um argumento pragmático. Para atender a seus compromissos e permanecer no mercado, os

(6) McCloskey agrupa os argumentos contrários à formalização da economia em três categorias: (i) não sobra tempo para estudar filosofia ou história, para ler cientistas sociais importantes, ou mesmo economistas não matemáticos como James Buchanan ou Douglas North; (ii) a formalização criou barreiras à entrada para profissionais com perfil de ciências humanas; (iii) que tipo de progresso foi feito na economia desde a revolução formalista? O que sabemos sobre política econômica, sobre o funcionamento de mercados particulares, que não sabíamos décadas atrás? O terceiro argumento é apelidado de ‘Where is the beef?’, ou seja, quais foram os reais ganhos da matematização?

economistas devem estar atentos àquilo que o consumidor deseja, e este pode não estar disposto a aprender matemática avançada para conseguir decifrar o que seus conselheiros lhe dizem. Um alto nível de formalização aumenta a dificuldade de se acompanhar a literatura, diminuindo proporcionalmente o número de leitores de cada texto.

Nesse ponto convém analisar duas dimensões do problema apontado: o ensino de economia e os estilos adotados no processo de comunicação com a sociedade. Vamos a elas, nesta ordem.

O ensino

No final da década de 1980, a preocupação com as mudanças no processo de formação das novas gerações de economistas foi objeto de um seminário de especialistas especialmente convocados. A American Economic Association montou um comitê integrado por economistas de prestígio, como Alan Blinder, Anne Kruger, George Stigler, Joseph Stiglitz, Kenneth Arrow, Olivier Blanchard, Robert Lucas e T. Paul Schultz.

O comitê, cujas conclusões foram publicadas no *Journal of Economic Literature* de setembro de 1991, recebeu a incumbência de analisar o estado das artes no ensino de economia nos Estados Unidos. Preocupou-se assim em identificar eventuais lacunas no ensino de economia, potencialmente decorrentes de descuido em relação aos vínculos entre os ferramentais, tanto teóricos quanto econométricos, e os problemas do mundo real. No desenvolvimento dos trabalhos, esta preocupação foi melhor qualificada graças ao levantamento de dados empíricos sobre as condições do ensino de graduação e de pós-graduação, este último analisado por W. Lee Hansen (1991).

Hansen investigou o mercado de trabalho dos economistas e o tipo de treinamento recebido em seu programa de doutorado. Constatou que, nos Estados Unidos, o mercado de trabalho desse profissional é principalmente acadêmico, pois são em sua maioria absorvidos como docentes, dentro e fora dos departamentos de economia. Concluiu também que, enquanto o doutorado em economia enfatiza principalmente habilidades analíticas e matemáticas, o mercado de trabalho valoriza habilidades deixadas em segundo plano, que são a criatividade e a capacidade de comunicação, oral e escrita.

A partir da análise de Hansen, o Comitê da American Economic Association analisou o processo de seleção ao doutorado, e viu indícios de que ele estaria criando barreiras para candidatos que tinham dificuldade em entender topologia elementar, sem impor a mesma resistência àqueles incapazes de resolver exercícios de aplicação elementares. A coisa funcionava mais ou menos assim: (i) por um lado, os candidatos que durante sua graduação elegeram a economia como área de concentração (*major*) vinham se dirigindo majoritariamente para programas de doutorado em outras áreas do conhecimento; (ii) por outro lado, os programas da área de economia vinham absorvendo um número crescente de candidatos com formação de outras áreas, muitos deles estrangeiros.

Um ponto curioso destacado no relato do Comitê é que a falta de conexão entre o conteúdo daquilo que é ensinado no doutorado e os problemas do mundo real não se verifica apenas nas disciplinas teóricas básicas que os alunos devem seguir quando entram no doutorado - ela persiste também nas disciplinas aplicadas. Há uma preocupação generalizada, entre alunos e professores, de que as disciplinas de campo não aplicam a teoria ao mundo real ou à análise de dados empíricos.

É importante reforçar aqui uma das mais importantes conclusões do Comitê, quanto à dificuldade que teria o futuro profissional de recuperar habilidades que foram postas em segundo plano durante o doutorado. A criatividade, por exemplo, tão necessária na confecção da tese e posteriormente na carreira, não reaparece depois do período de créditos como que por um passo de mágica. A tese, cuja elaboração é apontada como o “buraco negro” do doutorado, vinha sendo feita em um ritmo progressivamente mais lento nos Estados Unidos. Essa constatação levou o Comitê a destacar a dificuldade que os alunos enfrentavam na hora de realizar um trabalho individual independente, de um lado, e sua falta de habilidade de comunicação, de outro.

O trabalho do Comitê incluiu uma sondagem específica no mercado de trabalho não acadêmico para doutores em economia nos Estados Unidos. Quando solicitados a avaliar estes profissionais, os empregadores não acadêmicos deram notas elevadas para habilidades matemáticas, analíticas e computacionais, notas menores para espírito crítico, e ainda menores para habilidades ligadas a capacidade de comunicação oral e escrita, condução de pesquisa empírica e outras úteis à aquisição de conhecimentos sobre o mundo real.

Dois estilos

Alguns anos após a divulgação do trabalho do comitê organizado pela American Economic Association, o *Economic Journal* publicou as conclusões de um seminário convocado para discutir os prós e os contras da matematização da economia. O artigo de Paul Krugman (1998) abre esse número especial da revista, no papel de defensor da matemática. Ele rebate as críticas ao processo, que atribui a pessoas externas à área (*outsiders*), e defende a relevância para a economia real de boa parte das contribuições dos economistas de maior prestígio⁷.

Mas o que interessa aqui expor é a apreciação que Krugman faz daquilo que denomina de ‘estilo marshalliano’ de discurso econômico, que privilegia exposição verbal e intuição, em contraposição à modelagem formal. Estava Marshall certo em seus famosos conselhos a respeito do descarte da matemática na economia uma vez findo o processo de teorização, indaga Krugman? Embora sejam bastante conhecidos, vale a pena reproduzir aqui os conselhos de Marshall: (i) Use a matemática como uma taquigrafia, e não como instrumento de investigação; (ii) Mantenha-a até completar seu trabalho; (iii) Traduza-a para o inglês; (iv) Ilustre com exemplos que sejam importantes na vida real; (v) Queime a matemática; (vi) Se não tiver sucesso na quarta etapa, queime a terceira.

Para avaliar a pertinência da admoestação de Marshall, Krugman distingue dois componentes: o processo de chegar a uma nova ideia e o processo de comunicá-la. No primeiro aspecto, o autor discorda de Marshall. Segundo ele, a matemática não seria apenas uma ferramenta para verificar a consistência interna de uma teoria qualquer, ela seria também uma ‘bomba de intuição’, da seguinte forma: os economistas começam com uma ideia vaga, enquadram-na em um modelo e em seguida desenvolvem esse modelo como forma de testar suas intuições. Na análise do equilíbrio geral, por exemplo, a construção de modelos seria uma arma poderosa para testar a intuição, e permitiria refutar concepções equivocadas a respeito do impacto de novos competidores (as economias emergentes) sobre a renda real de economias já estabelecidas. Modelos matemáticos dariam assim conta de manter o foco em noções obtidas por pura intuição, testando sua correção.

(7) O autor parece ter revisto essa posição depois da crise de 2008, quando reclamou do excesso de confiança depositada pelos economistas em modelos esteticamente atraentes, apresentados em vistosa roupagem matemática (Krugman 2009).

Quanto aos conselhos de Marshall sobre o processo de comunicação das ideias, Krugman considera-os adequados quando a audiência que o economista tem em vista é constituída por leigos –“uma audiência inteligente, escolarizada e de não-economistas” (p. 1835). Mas tudo depende da audiência, e os economistas profissionais deveriam também estar atentos para a necessidade de comunicação com seus pares. Esta segunda instância é essencial para estimular o debate de ideias dentro da comunidade especializada, pois, ao divulgarem seus achados em periódicos especializados, os economistas ensinam-se uns aos outros a respeito de seu trabalho, permitindo que seus pares observem pontos falhos e mesmo aprendam a usar suas técnicas.

O cerne da crítica de Krugman a Marshall é o fato de que este recomenda a adoção de um único estilo para a comunicação com dois públicos bastante diferentes, o especializado e o leigo, o dos economistas e o dos estudantes. Queimar a matemática, como afirmava seu quinto conselho, não é uma ação adequada do ponto de vista do público especializado, que precisa justamente checar a correção do desenvolvimento formal do raciocínio a que está sendo exposto.

Por outro lado, Krugman lamenta que não haja uma quantidade suficiente de economistas fazendo o que Marshall fazia, que era tornar seus escritos acessíveis e persuasivos para uma audiência mais ampla. Concordo bastante com ele, neste particular. Falar com a audiência não especializada é uma missão crucial para o economista, inclusive do ponto de vista da formação das novas gerações. Não que o economista deva adotar um único estilo expositivo, pois esta competência não deve ser desenvolvida de forma individualizada. Ela é uma atribuição coletiva. Cabe à comunidade de economistas como um todo a preocupação com a construção de pontes mais efetivas entre o teórico da academia, o executor de política econômica e o cidadão comum, que dela se beneficia ou sofre com seus erros. Vou mais longe. O público de não-economistas não só deve ser exposto a uma linguagem mais acessível, como também merece ser ouvido. Mesmo sem ter competência para examinar a sustentação matemática de um argumento, pode e deve participar do debate econômico.

Conclusões

A matematização da economia não foi moda passageira, que findará sem deixar rastro. Independentemente das reações negativas que possa ter desencadeado, ela veio para ficar, e as vantagens potenciais do emprego da matemática na ciência são inegáveis.

Para resumir em alguns parágrafos as conclusões extraídas da argumentação acima começo por dizer, parafraseando Harcourt (1993), que, se é verdade que a matemática é uma maneira adequada de expressar certos conteúdos da economia, não é menos verdade que ela é incapaz de falar sobre todos os seus conteúdos. Como seria de se esperar, o uso dessa ferramenta tem privilegiado a análise daqueles temas mais suscetíveis ao tratamento formal, o que pode levar os economistas a definir seu objeto de pesquisa sem ter em conta sua relevância para a economia real. Na macroeconomia das expectativas racionais por exemplo, o foco é colocado nas propriedades dos modelos, e não nas propriedades da realidade empírica que se pretende investigar (Klein, 2012).

Como já mencionado, modelos matemáticos estão sujeitos ao problema da auto-referencialidade, e assim correm o risco de se descolarem da realidade que pretendem exprimir e buscarem sua justificativa em si mesmos. Dado o atrativo que a beleza formal exerce sobre o público especializado, parte da explicação para o crescente emprego da matemática na economia pode ser encontrada em razões de natureza estética, que não são justificativas suficientes.

A formalização alimenta-se de si própria, como afirma Hodgson (2001). Ignorar seus limites pode sedimentar uma atitude em que só se abre espaço para aquilo pode ser expresso matematicamente. Nessa inversão de prioridades, o estoque disponível de técnicas passa ditar a teoria a ser usada (Backhouse, 1998, p. 1852). Segue-se que, embora a formalização seja útil, ela deve contida dentro de limites razoáveis do ponto de vista de uma realidade complexa, que comporta sistemas abertos e processos não-estacionários e não-ergódicos (Chick, 1998, p. 1859; Hodgson, 2013). Na qualidade de ferramenta, a própria matemática é um campo heterogêneo, que disponibiliza um elenco de conteúdos, nem todos igualmente pertinentes à natureza dos problemas sobre os quais os economistas se debruçam.

Além disso, se é verdade que nem todo economista precisa desenvolver seus talentos para comunicar-se com diferentes públicos, essa tarefa deve ser assumida pela comunidade de economistas em seu conjunto. O estilo expositivo necessário para atingir um público não-especializado requer canais adequados para tornar os resultados da pesquisa acadêmica acessíveis ao mesmo, cujas demandas também devem ser capazes de ouvir.

No tocante ao ensino, a tentativa de suprimir a pluralidade que existe na própria ciência constitui uma postura dogmática, que encontra sua razão de ser no questionável desejo de que o ensino seja uma instância de reprodução de determinadas matrizes teóricas e formatos metodológicos particulares (Soromenho, 2001, p. 6). Infelizmente, essa postura tem prevalecido, nos últimos tempos.

Finalmente, o recurso à matemática não deve retirar do economista a capacidade de reflexão e o espírito crítico, marcas registradas do pensamento intelectual, sem as quais qualquer instrumento se corrompe. A economia é uma ciência social com enorme potencial para fazer diferença, mas a aplicação acrítica de determinados métodos e a adoção de uma linguagem única constriam severamente suas potencialidades.

Referências bibliográficas

- BACKHOUSE, Roger. If mathematics is informal, then perhaps we should accept that economics must be informal too. *The Economic Journal*, n. 108, p. 1848-1858, Nov. 1998.
- BIANCHI, A. M. O método na economia: desenvolvimentos recentes, questões e reflexões. In: DUARTE, P. G.; ZILBER, S. D.; GUILHOTO, J. M. (Org.). *O Brasil e a ciência econômica em debate*. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 2, p. 123-136.
- BLAUG, Mark. The formalist revolution of the 1950s. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 25, n. 2, p. 145-156, Jun. 2003.
- BOULDING, Kenneth E. The limitations of mathematics: an epistemological critique. In: SEMINAR IN THE APPLICATION OF MATHEMATICS TO THE SOCIAL SCIENCES, University of Michigan, Dec. 15., 1955.

BOUMANS, Marcel. Models in economics. In: DAVIS, J.; MARCIANO, A.; RUNDE, J. *The Elgar Companion to Economics and Philosophy*. Edward Elgar Publishing Ltd., 2004. p. 260-282.

CAROLL, Patrick. Science of science and reflexivity. *Social Forces*, v. 85 n. 1, p. 583-585, Sept. 2006.

CHICK, Victoria. On knowing one's place: the role of formalism in economics. *The Economic Journal*, n. 108, p. 1859-1869, Nov. 1998.

DEBREU, Gerard. The mathematization of economic theory. *The American Economic Review*, v. 81, n. 1, p. 1-7, Mar. 1991.

FOURCADE, Marion. The sociology of economics. In: BECKERT, J.; ZAFIROVSKI, M. (Ed.). *International Encyclopedia of Economic Sociology*. London: Routledge, 2005.

GUERRINI, A. W. De salto alto na corda bamba – teoria neoclássica, racionalidade e equilíbrio. *Informação Assimétrica*, ano 8, n. 5, p. 4-6, Nov. 2002.

HANDS, D. W. The individual and the market: Paul Samuelson on (Homethetic) Santa Claus Economics. *ERN History of Economics eJournal*, v. 8, n. 21, p. 1-32, 2013. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2287261>.

HANSEN, W. Lee. The education and training of economics doctorates: major findings of the executive secretary of the American Economic Association's Commission on Graduate Education in Economics. *Journal of Economic Literature*, 29, p. 1054-1094, Sept. 1991.

HARCOURT, G. C. Mathematics: what should non-mathematicians know? Jesus College, Cambridge, Science and the Human Dimension Conference, Sep. 1993.

HIRSCH, Paul; MICHAELS, Stuart; FRIEDMAN, Ray. 'Dirty hands vs clean models': is sociology in danger of being seduced by economics? *Theory and Society*, v. 16, p. 317-336, 1987.

HODGSON, G. M. Como a ciência econômica chegou a este estado? *Informação Assimétrica*, v. 1, n. 1, p. 7-8, 2001.

_____. On the complexity of economic reality and the history of the use of mathematics in economics. *Filosofia de la Economía*, v. 1, n. 1, p. 25-45, 2013.

KATZNER, D. W. In defense of formalization in economics. *Methodus*, v. 3, n. 1, jun. 1991.

KESTING, P.; VILKS, A. Formalism. In: DAVIS, J. B.; MARCIANO, A.; RUNDE, J. (Ed.). *The Elgar Companion to Economics and Philosophy*. Edward Elgar Publishing Ltd., 2004. p. 283-298.

KLEIN, Judy. *The rules of war and the development of economics*. Institute for New Economic Thinking, Aug. 27, 2012.

KRUGMAN, P. Two cheers for formalism. *The Economic Journal*, 108, p. 1829-1836, Nov. 1998.

_____. How did economists get it so wrong? *New York Times*, Sept. 6, 2009.

McCLOSKEY, D. N. *The rhetoric of economics*. The University of Wisconsin Press, 1985.

_____. Economic science: a search through the hyperspace of assumptions? *Methodus*, v. 3, n. 1, Jun. 1991.

MIROWSKI, P. *More heat than light: economics as social physics*. New York: Cambridge University Press, 1989.

MIROWSKI, P. The when, the how, and the why of mathematical expression in the history of economic analysis. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, p. 145-157, Winter 1991.

PRADO, E. F. S. A expansão da matemática na economia. *Informações Fipe*, p. 16-18, maio 1994.

SOLOW, Robert. L'économie entre empirisme et mathématisation. *Le Monde*, Jan. 3, 2001.

SOROMENHO, J. E. Autismo e pluralismo. *Informação Assimétrica*, n. 1, ano 1, 11 nov. 2001.

WEINTRAUB, E. Roy. Controversy: axiomatisches mibveständnis. *The Economic Journal*, 108, p. 1837-1847, Nov. 1998.



A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado do trabalho no Brasil ¹

Paulo Baltar ²
José Dari Krein ²

Resumo

O artigo estabelece uma relação entre a dinâmica do capitalismo contemporâneo no Brasil e os desafios para a discussão de uma regulação pública do trabalho. O debate no Brasil considera os seguintes aspectos: 1) as mudanças no capitalismo contemporâneo vêm apresentando implicações desfavoráveis à regulação pública do trabalho e à ação coletiva dos trabalhadores; 2) a retomada do crescimento da economia possibilitou redefinir os termos do debate do trabalho no Brasil; 3) a crise atual coloca em discussão a possibilidade de o Estado ter um papel mais ativo no desenvolvimento da economia; 4) as tendências demográficas vêm aumentando o peso da PEA adulta, o que traz implicações para o funcionamento do mercado de trabalho. As posições se localizam entre dois polos: 1) a defesa de uma estruturação do mercado de trabalho com implicações na qualidade das relações sociais; 2) a afirmação dos negócios, que destaca a necessidade de maior flexibilização na contratação, no uso e na remuneração do trabalho.

Palavras chaves: Trabalho; Regulação; Economia e desenvolvimento; Flexibilização.

Abstract

The paper establishes a relationship between the dynamics of contemporary capitalism and the discussion on the challenges for public regulation of labor in Brazil. Its starting point is the fact that the terms of this debate change along with changes in the organization of production, the dynamics of the economy and in the political context. Current controversies on labor markets and labor relations in Brazil highlight the following issues: 1) Changes in contemporary capitalism have had adverse consequences for the public regulation of labor and worker's collective action. 2) The resumption of economic growth enabled the terms of discussion about labor in Brazil to be redefined; 3) The current crisis calls into question the State ability to have a more active role in developing the economy. 4) Demographic trends have increased the share of adults in the labor force, a fact that has implications for the functioning of the labor market. The arguments used in

(1) Artigo originalmente publicado no *Caderno CRH*, v. 26, n. 68, ago. 2013, e gentilmente cedido à LEP para compor esta edição especial. O original está disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000200005&lng=pt&nrm=iso>.

(2) Professores do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisadores do Cesit.

those debates range between two poles: 1) the defense of a structuring of the labor market that has implications for the quality of social relationships, 2) the simple statement of continuing with business as usual, without worrying about the social implications, stressing the need of greater flexibility in hiring, using and paying workers.

Keywords: Labor; Regulation; Economy; Development; Flexibilization.

Introdução

As discussões sobre mercado e relações de trabalho no Brasil envolvem velhas e novas questões. As velhas questões referem-se a história do trabalho no país, em que o processo de assalariamento não constituiu um sistema universal de direitos. A proteção social tem sido uma realidade apenas para segmentos da sociedade, dado o excedente estrutural de força de trabalho, o significativo número de trabalhadores sem registro em carteira profissional, o elevado contingente de autônomos sem acesso à seguridade social e a expressiva fração da população ativa trabalhando sem remuneração em negócios de outros membros da família. Ou seja, o mercado de trabalho assalariado é pouco estruturado e a proteção social ainda está em construção. As questões novas do debate sobre trabalho e proteção social decorrem da forma como o Brasil se inseriu recentemente no processo de globalização e internacionalização das atividades produtivas e de como as mudanças provocadas pela abertura econômica e financeira redefiniram a agenda de discussão sobre mercado e relações de trabalho.

O impacto inicial da abertura da economia sobre o emprego foi muito forte. Devido a crise da dívida externa na década de 1980, o consumo foi contido, o investimento diminuiu, a importação restringiu-se a um mínimo e o país ficou fora da construção das cadeias internacionalizadas de produção de bens manufaturados. Ao abrir-se ao comércio e a finança internacional em um momento de grande interesse por aplicações financeiras em mercados emergentes, o desempenho da economia foi beneficiado aumentando o consumo e diminuindo a inflação, com forte aumento de importações de bens manufaturados. A valorização da moeda nacional ajudou a baixar a inflação, mas acentuou os efeitos destrutivos da abertura sobre a produção manufatureira doméstica, rompendo elos das cadeias produtivas existentes e o país continuou fora das principais cadeias internacionalizadas de bens manufaturados. As crises financeiras dos mercados emergentes (México em 1994/1995, países da Ásia em 1997, Rússia em 1998 e Brasil em 1999) agravaram

a deterioração do mercado de trabalho porque levaram o governo a estabelecer uma taxa de juros elevada e a conter a atividade econômica.

O aumento do desemprego aberto, a redução do emprego formal, principalmente nas grandes empresas, a ampliação do número de assalariados sem carteira profissional, notadamente nas empresas menores e no serviço doméstico remunerado, a elevação da participação das pessoas ativas no trabalho por conta própria e no trabalho não remunerado, dominaram a agenda de debates sobre mercado e relações de trabalho na década de 1990. A posição de resistir à inserção passiva na globalização com uma interferência estatal mais firme na economia para ter uma melhor evolução do emprego e da renda do trabalho foi vencida pela posição que enaltecia os efeitos de uma abertura brusca e indiscriminada para acirrar a competição e promover a eficiência no uso dos recursos existentes. O predomínio dessa posição restringiu a agenda de discussões sobre mercado e relações de trabalho à questão da adaptação das normas e instituições à abertura da economia, sob o argumento de que essas normas e instituições teriam sido construídas para uma economia fechada e estariam prejudicando a incorporação dos efeitos virtuosos da abertura sobre a concorrência e um melhor uso dos recursos.

A abertura comercial e financeira, entretanto, expôs o país às vicissitudes do sistema financeiro globalizado, marcada pela instabilidade da década de 1990, quando se incorporou os diversos mercados emergentes. A alternância de fortes entradas e saídas de capital perturbou o funcionamento da economia brasileira, motivando intensas flutuações nas taxas de juros e de câmbio e agravando os efeitos da abertura sobre o emprego e a renda do trabalho. Na visão predominante, porém, o mau desempenho do emprego e da renda do trabalho foi atribuído à inadequação das normas e instituições, que regem a contratação, o uso e a remuneração da força de trabalho, que não estariam induzindo a um comportamento apropriado de trabalhadores e empregadores, prejudicando os efeitos da abertura e de maior eficiência no uso dos recursos.

Os equívocos desta posição nos debates sobre mercado e relações de trabalho no Brasil tornaram-se evidentes quando a situação internacional ficou mais favorável às exportações, a partir de 2003. O crescimento do PIB levou a um aumento do emprego formal, diminuindo a participação na absorção das pessoas

ativas do emprego sem carteira profissional e dos trabalhos por conta própria e não remunerado. Neste quadro de melhora do mercado de trabalho, a queda da inflação foi acompanhada de um aumento do poder de compra da renda do trabalho. Tudo isso ocorreu sem mudanças nas normas e instituições que regem a contratação, o uso e a remuneração do trabalho.

Em um ambiente político mais favorável aos trabalhadores, os efeitos positivos, do melhor desempenho da economia sobre o emprego e a renda do trabalho foram ampliados pela valorização do salário mínimo e pela implementação de um amplo conjunto de políticas sociais. Entretanto, as mudanças recentes na organização da produção, que tendem a maior desverticalização e flexibilidade, colocam uma série de desafios novos a serem enfrentados pela regulação pública do trabalho. O equacionamento adequado desses problemas foi prejudicado pelos acontecimentos da década de 1990. O mau desempenho do mercado de trabalho e o quadro político existente enviesou a discussão sobre regulação do trabalho. A crise mundial recolocou a questão da necessidade de interferência estatal para construir uma economia mais sólida e poder ter uma melhor evolução do emprego e da renda do trabalho. redefinição da agenda de debates sobre mercado e relações de trabalho no Brasil é o objeto deste artigo.

O texto contém três partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte é apresentado brevemente o padrão mais regulado de relações de trabalho dos países desenvolvidos e as alterações que ocorreram no centro do capitalismo, a partir da reorganização da economia mundial após a crise da década de 1970. Este quadro de mudanças constituiu um ambiente desfavorável às ações coletivas dos trabalhadores, em consequência da descentralização³ e flexibilização das relações de trabalho. A segunda parte aborda as mudanças na economia brasileira a partir da inserção na globalização. Foi nesse contexto que a agenda da descentralização e flexibilização das relações trabalho foi introduzida no debate nacional. O quadro de crescente desemprego foi agravado pelo aumento da ilegalidade na contratação da força de trabalho. Os termos do debate, então, foram marcados pelo mau desempenho do emprego e da renda do trabalho. A posição que predominou privilegiou a questão das mudanças nas

(3) Descentralização das relações de trabalho, em que a determinação das condições de contratação, uso e remuneração do trabalho tende a ser realizada no âmbito das empresas em detrimento das negociações gerais por setor econômico.

normas e instituições que regem a contratação, o uso e a remuneração da força de trabalho. A terceira parte, finalmente, trata da redefinição dos termos desse debate com a volta do crescimento econômico e melhora dos indicadores do mercado de trabalho. As mudanças na organização da produção colocam desafios para a regulação pública do trabalho, que precisa ser capaz de fazer com que essas novas tendências não resultem em precarização das condições de emprego, permitindo dar continuidade à melhoria dos indicadores do mercado de trabalho.

1 Capitalismo contemporâneo: implicações desfavoráveis aos trabalhadores

As implicações desfavoráveis aos trabalhadores das mudanças observadas no capitalismo desde meados da década de 1970 são ressaltadas pelo contraste com o que se verificou nos países desenvolvidos, especialmente da Europa, ao longo dos anos 1950 e 1960 quando ocorreu um círculo virtuoso de avanços na economia e no social. Nesse círculo virtuoso de avanços econômicos e sociais destacou-se a atuação de estados nacionais, apoiando o desenvolvimento da produção de bens, a construção de grandes aparelhos de prestação de serviços em área como educação, saúde e seguridade social e a constituição de uma regulação pública do trabalho⁴. (Oliveira, 1994).

O desenvolvimento de sistemas nacionais de produção de bens, acarretando aumentos expressivos de produtividade, foi fundamental para viabilizar a ampliação do consumo privado e público de bens e serviços. Nesse avanço dos sistemas nacionais de produção, o comércio com outros países desempenhou papel complementar, acentuando os ganhos de produtividade e mantendo relativo equilíbrio nos aumentos de exportação e importação. Para esse desenvolvimento da produção nacional com equilíbrio no comércio com outros países foi importante a estabilidade, em nível adequado, das taxas de câmbio entre as moedas dos diferentes países (Belluzzo, 2004).

O desenvolvimento da produção de bens e serviços ocorreu com crescente participação dos serviços na absorção de força de trabalho e na apropriação da renda. A construção e utilização dos grandes aparelhos de prestação de serviços

(4) Por regulação pública do trabalho compreende-se que a determinação das regras e normas que regem a relação de emprego é realizada pelo Estado e/ou pela negociação coletiva entre os agentes sindicais de trabalhadores e empregadores. Em contraposição, há a regulação privada, em que a determinação realiza-se pelo mercado ou pelo poder discricionário do empregador (Krein, 2006; Dedecca, 1999).

sociais (educação, saúde e seguridade social) foram fundamentais para a existência de baixas taxas de desemprego da população ativa nos anos 1950 e 1960 (Gimenez, 2003).

O crescimento do PIB - bem acima do crescimento do emprego - e a ampliação da carga tributária, fizeram o aumento da arrecadação dos impostos acompanhar as despesas do Estado, evitando déficit fiscal e aumento da dívida pública.

Além da ampliação do consumo público de bens e serviços, houve aumento do consumo privado. A segurança proporcionada pelo acesso aos serviços públicos, pelo pleno emprego e pelos aumentos no poder de compra da renda do trabalho, apoiado pela regulação pública do trabalho, levaram as famílias a antecipar as compras de bens de consumo, através do endividamento. O baixo nível das taxas de juros e o aumento de renda no ciclo de vida das pessoas facilitaram a ampliação do grau de endividamento das famílias e a manutenção de baixos níveis de inadimplência. A regulação pública do sistema financeiro, procurando preservar baixas taxas de juros, foi fundamental para que os financiamentos não somente do consumo, mas também da produção e do investimento ocorressem em moedas nacionais e com prazos e taxas adequadas.

A atuação dos Estados nacionais foi, então, fundamental para o círculo virtuoso de avanços sociais na Europa depois da Segunda Guerra Mundial. A ordem econômica, constituída depois de *Bretton Woods* e em meio da guerra fria, permitiu expressivo grau de autonomia de ação aos Estados Nacionais. Na Europa, essa capacidade de ação autônoma do Estado Nacional se materializou positivamente para o avanço econômico e social constatado, porque coalizões políticas domésticas respaldaram aquela atuação, mesmo quando se sucederam governos articulados por diferentes forças políticas (Belluzzo, 2004).

Uma vez completadas as construções dos sistemas nacionais de produção e dos aparelhos de prestação de serviços sociais, os ritmos do investimento e do crescimento do PIB tenderam a diminuir, problematizando a continuidade do círculo virtuoso do pós-guerra. Na culminação dessa onda de crescimento e antes do seu arrefecimento, os protestos sociais, do final da década de 1960, evidenciaram a insatisfação, principalmente de uma juventude bem mais educada do que a geração anterior, com os valores e padrões de comportamento que

se consolidaram em uma sociedade de massa mais regulada e burocratizada. Simultaneamente, houve uma deterioração nas relações entre estados nacionais que levou a uma ruptura da ordem internacional construída a partir de *Bretton Woods*.

A desaceleração do PIB em meio a crescente desordem internacional, acompanhada do aumento de preços das *commodities* - destacando-se a quadruplicação do preço do petróleo -, levou ao aumento do desemprego e da inflação, minando, na década de 1970, a base das coalizões políticas que sustentaram a ação dos Estados Nacionais nas décadas anteriores. A desordem internacional abalou a hegemonia americana no concerto das nações ocidentais. A maneira como os Estados Unidos reagiram ao enfraquecimento de sua hegemonia, no final dos anos 1970, impulsionou a globalização financeira e internacionalização da produção, em meio a importantes avanços técnicos e mudanças na organização da produção de bens e prestação de serviços (Belluzzo, 2004).

A nova ordem internacional que resultou da reafirmação da hegemonia dos Estados Unidos através da globalização financeira e internacionalização do sistema de produção reduziu para a maioria dos países o grau de autonomia de ação dos Estados Nacionais. Em particular, a facilidade de deslocamento entre países de fundos aplicados no mercado financeiro instabilizou as taxas de câmbio das moedas dos países e o comércio entre nações tornou-se desequilibrado e deixou de ser mero complemento do desenvolvimento de sistemas nacionais de produção.

O déficit de comércio dos Estados Unidos impulsionou a internacionalização da produção de bens manufaturados, especialmente o desenvolvimento da produção asiática, inicialmente no Japão e posteriormente na Coreia do Sul, Taiwan, na China e em outros países. A Ásia tornou-se o grande fornecedor mundial de produtos manufaturados, contribuindo para a redução de seus preços relativos e ajudando a manter baixa a inflação.

Em outros países que não os asiáticos e seus fornecedores de matéria prima, o PIB passou a crescer de forma mais lenta e a carga tributária deixou de aumentar. A arrecadação de impostos, então, reduziu o ritmo de ampliação. As despesas do Estado continuaram aumentando em ritmo forte com a ampliação e diversificação das demandas por serviços sociais, através das alterações na

composição etária da população, das mudanças na estrutura familiar devido à crescente participação feminina no mercado de trabalho, do aumento do desemprego, da diminuição do nível e ampliação da dispersão dos salários e da proliferação de reivindicações vindas de novos movimentos sociais. Os recursos públicos se mostram insuficientes para atender as demandas e cresceram os déficits fiscais. A dívida pública aumentou e as despesas financeiras dos Estados agravaram o déficit do fisco.

Os problemas de financiamento do Estado foram inicialmente contornados pelo crescimento dos mercados financeiros com a globalização. Nesse contexto, a inflação diminuiu e o crescimento do PIB mostrou-se muito irregular e com tendência de ser relativamente pouco intenso. A taxa de desemprego continuou elevada e aumentou a fração de ocupações não submetidas a regulação pública do trabalho. Esta por sua vez, tendeu a descentralizar, voltando-se para questões mais pontuais ao nível da relação de emprego, notando-se uma diferenciação de condições de trabalho e de remuneração dos trabalhadores. (Mattos, 2009).

As mudanças na absorção da população ativa e na regulação do trabalho são manifestações de um contexto econômico de maior instabilidade, menor crescimento e ampliação da exposição à concorrência internacional. Nestas condições, os empregadores passaram a reivindicar maior liberdade de ação, o que facilitou a prevalência das teses neoliberais e sua difusão na sociedade e no aparelho do Estado.

A demanda pela liberdade do capital para determinar as condições de contratação, uso e remuneração do trabalho ocorreu em simultâneo a uma desverticalização da produção de bens e serviços, em um quadro de intenso avanço das tecnologias de informação e comunicação. A financeirização da economia obrigou a racionalizar a produção, visando a aumentar a rentabilidade do capital aplicado, mantendo somente os ativos estratégicos para o desenvolvimento da empresa e recorrendo mais intensamente a serviços de terceiros. (Braga, 2009)

No contexto dessa reorganização econômica e em um quadro político desfavorável aos trabalhadores organizados, ocorreram transformações na regulação do trabalho, reforçando a tendência de flexibilização e de descentralização das condições de contratação, uso e remuneração do trabalho. O capitalismo globalizado é mais instável e acirra a competição. A empresa

reclama por maior liberdade de ação para poder competir, exigindo mais e comprometendo-se menos com o bem estar de seus empregados (Sennett, 1999; Uriarte, 2000; Krein, 2007).

A demanda empresarial por liberdade de ação ocorreu em um contexto de desverticalização da produção. Paradoxalmente, com a globalização financeira e internacionalização da produção, fusões e aquisições de empresas levaram a uma estruturação mundial da competição, com estratégias que consideram o conjunto de mercados nacionais e não mais cada um deles separadamente. Cada unidade da empresa, entretanto, mantém somente os ativos estratégicos para o seu desempenho e recorre a serviços de terceiros. A busca da flexibilidade e a descentralização dificultaram ações coletivas mais amplas dos trabalhadores e corroeram as bases da regulação pública do trabalho, que se consolidaram no pós-guerra nos países desenvolvidos.

Esses efeitos da reorganização da economia afetaram os empregados permanentes e temporários. Quanto aos permanentes, os empregadores buscaram a flexibilidade funcional, ampliando sua liberdade para determinar os elementos centrais da relação de emprego, tais como a alocação de tarefas, a jornada e a remuneração do trabalho.

A liberdade para alocar a força de trabalho refere-se a determinação sem amarras das funções a serem exercidas pelos empregados, exigindo mais polivalência. A tendência é exigir multifuncionalidade dos empregados permanentes, controlando suas atividades por meio de metas e projetos, definidos pela empresa, debilitando a relação entre profissão, tarefas a realizar e remuneração, marcadas no passado por negociação coletiva mais ampla de contratos de trabalho, frequentemente envolvendo a interferência do Estado.

A remuneração do trabalho tendeu a ser mais variável, ficando cada vez mais vinculada ao desempenho do trabalhador, individualmente ou em pequenos grupos na empresa. Programas de participação nos lucros e/ou resultados e remuneração por comissão passaram a ser uma prática corrente nos segmentos empresariais mais dinâmicos. Com isso, esvaziou-se a determinação da remuneração por negociação coletiva mais ampla. (Freyninnet, 2006).

A regulação do tempo de trabalho também tendeu a ficar mais flexível e adaptada as peculiaridades da empresa, com a modulação da jornada e o descanso não coincidindo necessariamente com os fins de semana. A tendência tem sido afastar-se da jornada padrão de 8 horas por dia e 5 dias por semana, que contribuiu para estruturar as políticas públicas e a vida das pessoas em sociedade. Atualmente prevalece o interesse das empresas, que ajustam a jornada de acordo com suas necessidades. O tempo de trabalho não se separa mais tão claramente do tempo livre das pessoas e os trabalhadores tendem a ficar mais conectados ao trabalho, mesmo fora dele. (Dedecca, 1999)

A flexibilidade funcional dos empregados permanentes diz respeito ao núcleo estratégico da empresa. A empresa exige o envolvimento desses empregados na vida da organização, aumentando o desgaste emocional decorrente da pressão por resultados, em uma situação econômica marcada pela instabilidade e acirramento da competição entre empresas. As consequências referem-se tanto a insegurança quanto ao futuro profissional como a proliferação de novas doenças profissionais. (Barreto, 2003).

Para a maior parte dos empregados, entretanto prevalece a flexibilidade quantitativa, em que a empresa contrata para a prestação de serviços específicos e o contrato dura tanto quanto a necessidade desses serviços. A variedade de situações tem levado a uma ampla diversidade de contratos (a termo, part time, temporário, subcontratados, especial para segmentos da força de trabalho, etc...), aumentando expressivamente a heterogeneidade dos assalariados. Essa heterogeneidade é alavancada pelo avanço da subcontratação e crescente uso de terceiros. Freyssinnet (2006) mostrou como essas novas modalidades de contratação proliferaram na Europa desde os anos 1980. Assim, a flexibilização quantitativa proporciona graus adicionais de liberdade às empresas, ao facilitarem o ajustamento do “volume do pessoal empregado às flutuações da demanda por seus produtos”. A pressão da concorrência por maior racionalização da produção leva simultaneamente a ampliar a flexibilidade funcional dos empregados permanentes e a flexibilidade quantitativa dos empregados temporários. Nos dois casos, se aumenta a intensificação do trabalho, acentuando a redução do custo da produção (Leal Filho, 1994, p.39). A flexibilidade quantitativa é ainda mais importante em setores de atividade com expressiva sazonalidade. Em todo

caso, a atividade das empresas tende a ser mais instável, em decorrência da maior instabilidade da demanda dos produtos e do próprio acirramento da competição entre empresas. O elevado desemprego no quadro político hegemônico desfavorável aos trabalhadores organizados tem diversas implicações: 1) aumenta a pressão das empresas sobre os empregados permanentes para que obtenha melhores resultados; 2) amplia a fração de postos de trabalho correspondentes a empregos temporários; 3) incrementa as diferenças entre os empregados permanentes e temporários. Essa segmentação da classe trabalhadora atinge mais contundentemente os jovens e as mulheres.

A desverticalização da produção e a flexibilização do trabalho foram acompanhadas de outros dois fenômenos com efeitos desfavoráveis a situação dos trabalhadores. De um lado, a ampliação e diversificação das demandas de proteção social não foram acompanhadas pela elevação dos recursos necessários para o atendimento dessas demandas. Uma parte dessas demandas foi canalizada para o sistema privado de proteção social, que se desenvolveu como desdobramento do sistema financeiro (por exemplo, os planos de saúde e fundos de pensão). De outro lado, os sindicatos tiveram dificuldades para encaminhar soluções aos novos problemas trabalhistas, notando-se uma redução do poder de barganha dos sindicatos na maioria dos países (Baglioni, 1994). No pós-guerra, a contratação coletiva do trabalho foi parte de um processo virtuoso de estruturação mais ampla da sociedade, contribuindo para evitar que a heterogeneidade dos empregos gerados se refletisse em amplas diferenças de renda do trabalho e estilos de vida dos trabalhadores.

As leis do trabalho, o sistema de proteção social e os sindicatos interagiram positivamente no pós-guerra, ajudando a dar legitimidade à atuação do poder público a favor do desenvolvimento do sistema nacional de produção de bens e serviços. Esta construção política da regulação pública do trabalho fez com que a compra e venda da força de trabalho fosse bastante diferente de uma bolsa de mercadoria⁵. Oliveira (1994) acrescenta que a regulação pública das relações de trabalho e a elevação do padrão de vida dos assalariados são testemunho de que foi possível encaminhar positivamente a luta de classe, compatibilizando o lucro das empresas com a melhora de condições de vida dos trabalhadores.

(5) Nas palavras de Esping-Andersen (Hyman, 2005) houve uma ‘desmercantilização’ da força de trabalho.

A desregulação da economia, o acirramento da concorrência e a hegemonia política neoliberal, colocaram a agenda de flexibilização do trabalho invertendo a lógica de regulação pública anteriormente prevalecente nos campos econômico, político e trabalhista. De fato, os anos 1980 representaram uma ruptura da regulação social do mercado e das relações de trabalho, procurando restabelecer o livre arbítrio dos empregadores na contratação e na determinação das regras de uso e remuneração da mão-de-obra. (Krein, 2007 e Dedecca, 1999).

A flexibilização do trabalho não somente colocou em xeque o padrão de relações de trabalho construído no pós-guerra, mas descortinou uma perspectiva de fortalecimento da lógica de mercado na contratação de força de trabalho, que tem se tornado mais parecida a uma bolsa de mercadoria⁶.

2 Inserção brasileira na globalização

A maneira como o Brasil se inseriu na globalização agravou os efeitos desfavoráveis aos trabalhadores trazidos com as mudanças na organização da produção, promovidas pelo acirramento da competição, levando à internacionalização de importantes cadeias produtivas. As vendas dos produtos finais dessas cadeias internacionalizadas foram as que apresentaram maior ritmo de crescimento no capitalismo contemporâneo, sendo expressão do avanço técnico que permitiu a criação de uma série de novos produtos. A crise da dívida externa e o modo como ela foi enfrentada paralisou a acumulação de capital no país, que ficou defasado diante das grandes mudanças ocorridas na organização de bens, ao longo da década de 1980.

A internacionalização dessas importantes cadeias de produção de bens fez com que o desempenho das economias nacionais abertas ao comércio e às finanças entre países, dependesse muito da evolução de suas exportações, mesmo quando estas são relativamente pequenas em comparação com o consumo e o investimento. Para usufruir plenamente da redução de custo que a internacionalização da produção de bens trouxe é necessário que o país tenha capacidade para ampliar as suas exportações, de modo a manter sólido o balanço

(6) A visão de que a humanidade estava caminhando para um processo de “desmercadorização” da força de trabalho, na expressão de Esping-Andersen (1990), perdeu sentido, pois tem havido uma fragilização do sistema de proteção social e da contratação coletiva do trabalho. (Hyman, 2005)

de pagamentos. O contexto pós-abertura, em que a ampliação do consumo e do investimento - que continuam sendo os principais determinantes de crescimento do PIB- acarreta forte aumento da importação. Além disso, o financiamento internacional da economia implica expressivos déficits na conta renda financeira do balanço de pagamentos (Baltar, 2003).

A entrada na globalização de modo a favorecer o país exigia a promoção do desenvolvimento de seu sistema de produção de bens, que tinha ficado defasado na década de 1980, de modo a garantir as possibilidades de ampliação da exportação e de competição com a importação, para que esta última não aumentasse desproporcionalmente, fazendo com que um expressivo crescimento do PIB pudesse ocorrer com um balanço de pagamento sólido. Isto não foi feito. As cadeias internacionais de produção de bens foram estruturadas por grandes empresas transnacionais. A liberalização da importação no Brasil foi indiscriminada e sem exigir dessas grandes empresas contrapartida na exportação de produtos manufaturados pelo país. Além disso, a entrada de capital não foi controlada e permitiu-se a valorização da moeda nacional, que dificultou ainda mais o desenvolvimento da produção e a capacidade de exportação e de competição com a importação (Santos, 2013).

Na realidade, a entrada na globalização foi precipitada e passiva, porque foi usada para reduzir a inflação, que tinha ficado muito alta com a crise da dívida externa e o modo como ela foi enfrentada. A ilimitada importação barata de produtos manufaturados, coberta pela entrada de capital, ajudou a baixar a inflação, mas agravou os efeitos da falta de ação do poder público para desenvolver o sistema de produção de bens de modo a ampliar a exportação e evitar o aumento desproporcional da importação.

Além disso, o país ficou muito exposto a instabilidade do sistema financeiro internacional. A crise do México, logo depois da implantação do Real, ameaçou a eficácia do plano de estabilização, que dependia da preservação do nível da taxa nominal de câmbio. Para evitar o aumento da taxa de câmbio, com a fuga de capital, o governo aumentou a taxa de juros, prejudicando todos que usavam o crédito em moeda nacional, particularmente o próprio governo que precisa administrar o refinanciamento da dívida pública. Imobilizado pelo ônus do refinanciamento da dívida pública com altas taxas de juros e sem mais contar com

as empresas estatais que foram privatizadas, o Estado brasileiro perdeu grande parte de sua capacidade para coordenar a realização dos investimentos públicos e privados necessários para ampliar a infraestrutura e desenvolver o sistema produtor de bens e para viabilizar o crescimento continuado da economia. O PIB cresceu lentamente, a taxa de investimento pouco aumentou e houve déficit no comércio com outros países, agravando o déficit de conta corrente do balanço de pagamentos, associado basicamente às contas de serviços e especialmente dos serviços financeiros.

A produção industrial foi especialmente prejudicada e sua inter-relação com a prestação de serviços é fundamental para a geração de empregos de melhor qualificação e renda. A escassa criação desses empregos foi um aspecto importante do agravamento das consequências deletérias gerais das novas formas de organização da produção sobre os trabalhadores. As novas formas de organização da produção dificultaram a construção de empregos de nível de renda intermediário e também fizeram proliferar os empregos de baixo nível de renda. Já os efeitos da maneira como o Brasil entrou na globalização limitaram também o surgimento de empregos de alta renda. (Quadros, 2008; Baltar, 2003).

As repercussões negativas da inserção do Brasil na globalização sobre os trabalhadores aparecem na condição de atividade da população, na posição das pessoas na ocupação e no tipo dessas ocupações. (Baltar et al., 2010) O crescimento da população economicamente ativa (PEA) continuou muito intenso ao longo da década de 1990. A crescente participação na atividade econômica das mulheres adultas foi a principal responsável pela continuidade desse crescimento da PEA, pois o declínio do crescimento demográfico que vem ocorrendo desde o final da década de 1960, já estava começando a reduzir o contingente de população que alcança a idade ativa. A economia brasileira não gerou oportunidades para ocupar essa crescente população ativa e a taxa de desemprego no final da década ficou mais do que o dobro da que prevaleceu no final da década anterior (Pochmann, 2001; Santos, 2013).

O emprego na agropecuária diminuiu ao longo da década de 1990 apesar da expressiva ampliação da produção. A elevação da produtividade e mudanças na composição da produção por tipo de bens agrícolas explicam essa redução na geração de oportunidades de emprego neste setor de atividade. No conjunto

das demais atividades da economia a ocupação de pessoas aumentou, porém em ritmo bem menor do que no passado, menor inclusive do que a década de 1980, quando a crise da dívida paralisou a economia brasileira. A produção dessas atividades não-agrícolas continuou com um medíocre crescimento e os setores com produtos suscetíveis de comércio com outros países, seja exportação ou importação, perderam capacidade de geração de emprego e renda, em consequência da globalização. Foi notável a redução do emprego nas grandes empresas, especialmente as da indústria de transformação, construção civil, serviços de utilidade pública, finanças e transporte. Nem toda a redução do emprego nas grandes empresas foi eliminação pura e simples de postos de trabalho. Foi intensa a contratação de serviços de terceiros que deslocou emprego das grandes empresas para as menores, além de provocar a ampliação do trabalho por conta própria. O crescimento do emprego continuou expressivo no comércio, em serviços de apoio às empresas e nas atividades sociais do tipo educação, saúde, previdência e assistência social. (Baltar, 2003)

O crescimento do emprego em estabelecimento econômico, entretanto, foi muito pequeno, proporcionalmente bem menor do que ampliação do emprego no serviço doméstico remunerado e no trabalho por conta própria. Além disso, o número de empregadores também aumentou muito com a proliferação de pequenas empresas. Essas mudanças na composição das oportunidades para ocupar a PEA em atividades não-agrícolas foram acompanhadas de forte redução na proporção dos empregos formalizados em conformidade com a legislação trabalhista. (Baltar, 2003)

A proliferação de empregos que desrespeitam as leis do trabalho foi uma manifestação peculiar dos anos 1990, evidenciando os efeitos deletérios sobre os trabalhadores da inserção brasileira na globalização e teve a ver com um relaxamento na imposição dessas leis, por um governo que estimulou a iniciativa privada, diante de um quadro de forte estreitamento do mercado de trabalho e com uma PEA que continuou aumentando fortemente. (Baltar, 2003)

No sistema brasileiro de relações de trabalho, as leis são muito importantes na definição das regras e normas que estabelecem a relação de emprego e proteção social. A legislação é detalhada, mas o empregador tem muito liberdade para dispensar força de trabalho e, no caso dos empregos onde é elevada a rotatividade,

os salários podem ser alterados em função das empresas, sem desrespeitar a legislação. Nesses empregos de alta rotatividade não se acumula tempo de serviço e, portanto, o montante da indenização ao dispensado é relativamente pequena.

Não obstante, a proliferação de pequenos negócios na década de 1990 foi acompanhada de crescente ilegalidade, com ausência do registro da empresa no CNPJ e o não cumprimento das leis do trabalho e da previdência social. A ilegalidade prejudicou os trabalhadores e a arrecadação de impostos e contribuições sociais, mas a reação do poder público não foi impor a lei, mas criar um sistema (SIMPLES) que não somente simplificou, mas também diminuiu os encargos trabalhistas das micro e pequenas empresas (MPE). Os efeitos desse sistema na formalização das MPE e de seus contratos de trabalho aumentou somente depois que o governo de orientação neoliberal teve que reforçar a arrecadação de impostos e contribuições sociais, quando foi obrigado a obter superávit de arrecadação em relação às suas despesas não financeiras, para absolver no orçamento uma parte importante dos juros pagos pela crescente dívida pública.

Ocorreram nos anos 1990 diversas iniciativas governamentais para promover alterações pontuais nas leis do trabalho e da previdência social. Essas mudanças pontuais proporcionaram ainda mais liberdade de ação aos empregadores na contratação e na definição da jornada e da remuneração. Ampliaram-se as possibilidades do contrato temporário, para além das excepcionalidades previstas na legislação anterior, criou-se o contrato por tempo determinado, antes proibido pela legislação e facilitou-se a contratação como pessoa jurídica (PJ) - que não contrata nenhum empregado -, além de facilitar a existência de cooperativas de mão-de-obra. Quanto à jornada de trabalho, se permitiu o trabalho aos domingos no comércio e se instituiu o banco de horas para facilitar a modulação da jornada trabalhada, evitando o pagamento de adicional por horas extras. Finalmente quanto à remuneração proibiu-se a indexação dos salários e se facilitou o uso da remuneração variável que não é considerada salário e, portanto, varia mais facilmente e nelas não incidem os encargos trabalhistas. Além dessas mudanças pontuais na legislação, se tentou sem êxito, alterar o conjunto da legislação trabalhista ao estabelecer que o negociado pelas partes prevalecesse sobre o determinado pela legislação. (Krein, 2007).

Num quadro de desemprego e ilegalidade das relações de trabalho e com uma posição do governo relutante na imposição da lei e promovendo alterações

visando a dar maior liberdade de ação aos empregadores, observou-se uma tendência da negociação coletiva se descentralizar, predominando acordos por empresas em relação à convenção coletiva. Nesses acordos por empresa tendeu a prevalecer uma estratégia defensiva de fazer concessões procurando preservar os empregos existentes ou buscando compensar a dificuldade da negociação salarial na convenção por acordos de participação nos lucros e resultados.

O quadro se modificou e ficou mais desfavorável aos trabalhadores quando, depois da crise da Ásia e da Rússia, o Real se desvalorizou no início de 1999, gerando como consequência o aumento da inflação e a diminuição do poder de compra dos salários. A fuga de capital provocada pela repercussão no mercado financeiro internacional das crises dos mercados emergentes paralisou o crescimento do PIB e aumentou o desemprego. Sem crescimento do PIB, com aumento do desemprego e da inflação, os reajustes da grande maioria das categorias profissionais não conseguiram impedir a queda no poder de compra dos salários. O governo, entretanto, aumentou o valor do salário mínimo acima da inflação, de modo que a queda da renda do trabalho ocorrida entre 1999 e 2004 foi acompanhada pela redução nas diferenças de renda entre os trabalhadores.

O aumento do poder de compra das remunerações mais baixas já vinha ocorrendo desde meados da década de 1990, acompanhando a elevação do valor do salário mínimo e o aumento da idade das pessoas nessas ocupações de baixa remuneração. Apenas em categorias ocupacionais de renda muito baixa como o emprego agrícola sem carteira, o trabalho familiar na prestação de serviços para as indústrias de calçados e confecções no nordeste e empregos domésticos sem carteira de trabalho de pessoas muito jovens não foram beneficiados pelo aumento no valor do salário mínimo que aconteceu desde 1995 e que se encontrava em um nível muito baixo.

Na década de 1990, entretanto, a posição predominante no debate sobre o trabalho no Brasil deu como dado a continuação do lento crescimento da economia e centrou a discussão na necessidade de redefinir as regras e normas que regem a relação de emprego para dar liberdade de ação às empresas (Krein; Santos; Nunes, 2011). Os aumentos do desemprego e da ilegalidade dos contratos de trabalho evidenciaram a deterioração do mercado de trabalho. Para aqueles que opinam não haver alternativa a uma inserção passiva na globalização, duas

posições diferentes sobressaíram quanto à agenda de problemas a ser enfrentada na área trabalhista. Uma dessas posições (Pastore, 1995 e Zylbertjan, 1988) destacou a necessidade de acabar com a rigidez provocada pelas regras que regulam a relação de emprego, que no Brasil são fortemente marcadas por um arcabouço legal muito detalhado que estabelecem direitos e obrigações, deixando pouco espaço de adaptação em negociação direta das partes da relação de emprego. Ou seja, conforme essa posição, as leis teriam que ser modificadas para permitir maior flexibilidade na contratação, uso e remuneração do trabalho. Empresas e empregados teriam mais liberdade para se adaptar a realidade da economia globalizada e de produção internacionalizada. A empresa pagaria estritamente pelas horas trabalhadas e não teria tanto encargos associados a contratação de mão-de-obra e o salário pela hora trabalhada seria negociado diretamente pelas partes em função das circunstâncias enfrentadas pela empresa, levando em conta as dificuldades de recrutamento e de adaptação dos trabalhadores aos postos de trabalho. Nessa perspectiva, portanto, a agenda é a de desconstrução das leis do trabalho, deixando para as partes a negociação dos contratos sem previsão dos mecanismos que viabilizassem uma contratação coletiva, mesmo que estritamente ao nível do local de trabalho.

A outra posição (Camargo; Amadeo, 1996), que também valoriza o efeito da abertura da economia no sentido de liberar a iniciativa privada e intensificar a competição, achando inconveniente uma interferência pública para melhorar o desempenho da economia e geração de emprego e renda, destaca na raiz do aumento do desemprego e da ilegalidade dos contratos de trabalho, problemas de adaptação das empresas ao acirramento da competição, que não estaria induzindo comportamentos adequados de patrões e empregados na direção de um maior compromisso no local de trabalho, que favoreceriam o aumento da produtividade e da competitividade. Esta posição tem uma opinião diferente sobre o arcabouço legal determinante das normas de contratação, uso e remuneração do trabalho. A lei não impediria a liberdade de ação da empresa, mas aspectos importantes do arcabouço legal tendem a induzir comportamentos inadequados de trabalhadores e empregadores, prejudicando aquele compromisso favorável à produtividade e à competitividade. Assim, por exemplo, FGTS e seguro-desemprego generoso e com base em impostos estimulam comportamentos oportunistas de trabalhadores e empregadores, contribuindo para a existência de um regime de trabalho em

que se evita, o ônus de uma seleção mais criteriosa na contratação à custa da duração dos vínculos de emprego, em prejuízo da adaptação dos trabalhadores às características dos postos de trabalho e ao desenvolvimento de compromissos favoráveis à produtividade. A lei pressupõe que os contratos de trabalho tem duração indefinida e impõe penalidades e indenizações pela ruptura dos contratos, mas a reclamação dos direitos na Justiça do Trabalho pressupõe o desligamento dos empregados e a morosidade da Justiça termina estimulando acordos das partes, que negociam o montante das indenizações. O próprio sindicato, mantido com recursos decorrentes de impostos e contribuições obrigatórias, não é induzido a buscar uma verdadeira representação dos empregados, cujo emprego e remuneração pressupõem a competitividade do empregador.

As duas posições mencionadas destacam as virtudes da abertura no sentido de promover a iniciativa privada e a competição e se levaram a resultados negativos de emprego e renda foi porque o ambiente legal e institucional não se mostrou adequado para uma resposta positiva de empresas e empregados aos estímulos do acirramento da competição. O debate então deveria se centrar na necessidade de modificar o arcabouço legal e institucional. Uma terceira posição (Cardoso, 1999), menosprezada ao longo da década de 1990, destacou a própria maneira como se fez a abertura da economia na globalização financeira e internacionalização da produção e não os condicionantes legais institucionais do comportamento de empregadores e empregados na contratação, uso e remuneração do trabalho. As mudanças na organização da produção, com lento crescimento do PIB, aumentaram o desemprego e a ilegalidade dos contratos de trabalho e as alterações pontuais no arcabouço legal institucional apenas agravaram a precariedade do trabalho. (Krein; Santos; Nunes, 2011)

3 A redefinição dos termos do debate sobre trabalho no Brasil com a retomada do crescimento econômico em 2004

A maneira como o Brasil fez a abertura deixou a economia extremamente dependente da situação internacional em termos de finanças e comércio. Assim, as crises da Ásia e da Rússia em 1997 e 1998 provocaram fuga de capital, deteriorando ainda mais a situação do mercado de trabalho como mostra a elevação da taxa de desemprego e a queda expressiva do poder de compra da renda do trabalho entre 1998 e 2003. O desemprego aumentou com a queda na

taxa de crescimento do PIB. A combinação de aumentos do desemprego e da inflação provocou uma diminuição substantiva do poder de compra da renda do trabalho. (Baltar et al., 2008).

A situação se reverteu completamente com os efeitos sobre a economia brasileira do crescimento da demanda e aumento dos preços internacionais das *commodities*, a partir de 2003. O crescimento do PIB ficou mais forte, a inflação diminuiu, cresceu muito o emprego formal e recuperou-se o poder de compra da renda do trabalho. Fortes aumentos do valor do salário mínimo e reajustes das categorias profissionais maiores do que a inflação fizeram com que a elevação do poder de compra da renda do trabalho acontecesse com diminuição das diferenças entre trabalhadores. Foi a primeira vez, desde 1960, que um aumento substantivo da renda do trabalho ocorreu com diminuição do índice de GINI. O crescimento do PIB, a diminuição do desemprego, o aumento do poder de compra da renda do trabalho e a queda da inflação e tudo isso ocorrendo com ampliação das reservas internacionais em relação à dívida externa do país, criaram um clima na economia brasileira em que as famílias passaram a se endividar para ampliar o consumo, apesar das elevadas taxas de juros, e os bancos atenderam essa maior demanda de crédito. O intenso crescimento do consumo foi fundamental para o bom desempenho da economia brasileira e a melhora dos indicadores do mercado de trabalho desde 2004. (Baltar et al., 2008)

Esse quadro de crescimento da economia e de melhora dos indicadores do mercado de trabalho redefiniu os temas da agenda de debates na área trabalhista. A melhora nas condições de funcionamento da economia brasileira, permitida pela expansão das exportações, viabilizou a simultaneidade de intensos aumentos de emprego e de salários com redução da inflação, contrariando opiniões pessimistas que costumam relacionar inversamente os níveis de emprego e salário e diretamente o aumento dos salários e inflação. Essa simultaneidade de indicadores positivos da produção, do emprego, do salário e dos preços ocorreu sem qualquer alteração mais substantiva do arcabouço legal institucional que determinam as condições de uso, contratação e remuneração do trabalho, mostrando a precipitação das conclusões das duas vertentes predominantes do debate da área trabalhista nos anos 1990 que minimizaram o papel de tentar influir nas condições de funcionamento da economia, destacando exclusivamente

as alterações no arcabouço legal institucional da regulação pública do trabalho, adequando-o enviezadamente às mudanças na organização da produção de modo a facilitar a flexibilização do trabalho e a liberdade de ação das empresas.

A experiência dos anos 1990 e 2000 mostrou que os temas relevantes da discussão sobre regulação do trabalho são muito afetados pela maneira como evoluíram a produção, os preços, o emprego e os salários. As transformações na organização da produção, com sua internacionalização nos anos 1990 colocam problemas novos para a regulação pública do trabalho ao apontar para uma ampliação, como mencionado, da flexibilidade funcional e quantitativa. Nas condições políticas e de mercado de trabalho em que essas transformações ocorreram, na década 1990, a flexibilização foi sinônimo de precarização do trabalho, resultando em simples ampliação da liberdade de ação da empresa em um contexto desfavorável aos trabalhadores. No entanto, em uma situação política e de mercado de trabalho mais favorável aos trabalhadores, como nos anos 2000, os problemas novos decorrentes das mudanças na organização da produção poderão se enfrentados pela regulação pública (leis e contratos coletivos) de um modo que não resulte em precarização do trabalho e, ao contrário, contribua para uma melhor estruturação do trabalho assalariado diante das novas tendências na organização da produção. (Krein; Santos; Nunes, 2011)

Uma das principais alterações na organização da produção foi o crescente uso de terceiros (terceirização). A terceirização coloca sérios problemas e tem sido uma fonte de precarização do trabalho. Em uma situação econômica mais favorável é possível realizar um debate mais relevante a cerca da terceirização. Esse debate tem pelo menos os seguintes aspectos: que atividades podem ser terceirizadas; proibição da atividade que seja simplesmente a alocação de mão-de-obra por parte de outra empresa; a representação dos terceirizados seja a mesma que a dos empregados da empresa e, portanto, que ambos sejam protegidos pelo mesmo instrumento normativo e; responsabilidade solidária da contratante em relação a contratada, caso não sejam respeitados os instrumentos normativos. A regulamentação da terceirização deveria garantir essas condições no uso de terceiros para evitar que conduza à precarização do trabalho.

As mudanças na organização foram acompanhadas pela proliferação de novas formas de contratos de trabalho. Algumas dessas formas de contratação não

aparecem como relação de emprego, ou seja, a relação de emprego fica disfarçada: o uso abusivo de estagiários substituindo profissionais, as falsas cooperativas de trabalho, empregados contratados como autônomos ou pessoa jurídica. Essas modalidades de contratação buscam burlar a legislação vigente para diminuir despesas, constituindo fraudes que devem ser duramente reprimidas. No caso das contratações em que aparece o vínculo de emprego, destacam-se os diferentes tipos de contratos temporários (setor público e privado), por obra certa, safra, por prazo determinado. O que chama atenção é a ampliação da frequência e continuidade destes tipos de contratos. No caso das fraudes é preciso fortalecer os instrumentos de fiscalização e as punições. No caso das contratações temporárias é preciso melhorar sua regulamentação para evitar os abusos de contratos temporários em relação de emprego que poderia ser mais duradora.

As mudanças na organização da produção têm levado a uma diminuição do corpo permanente dos empregados da empresa, intensificando a flexibilidade funcional dos permanentes e a flexibilidade quantitativa dos demais. Para muitos empregados o próprio local de trabalho fica indefinido como no caso do teletrabalho. Além da proliferação dos contratos atípicos se observa a continuidade de altas taxas rotatividade dos contratados por tempo indefinido. A rotatividade é agravada pela inexistência ou pela inoperância de mecanismos contra a dispensa imotivada e a debilidade da organização dos trabalhadores no local de trabalho. O fortalecimento desses mecanismos e organizações é fundamental para a redução da rotatividade que prejudica uma melhor adaptação da força de trabalho às peculiaridades dos distintos postos de trabalho.

A internacionalização da produção coloca a necessidade de uma ampla revisão do sistema de impostos e contribuições para a seguridade social. Nesse contexto se coloca a questão da desoneração da folha de salários de modo a não penalizar a produção que gera mais emprego sem prejudicar a arrecadação de recursos públicos. A discussão refere-se explicitamente à forma de cobrar os impostos e não a magnitude da carga tributária, hoje em 35% do PIB, sendo fundamental para consolidação das políticas sociais definidas na Constituição Federal de 1988.

As mudanças na organização da produção têm implicado em aumentos tão expressivos de produtividade que se coloca a discussão de como aproveitar

esse avanço em termos de favorecer o bem estar da população. Nesta perspectiva se pode fazer uma contraposição entre ampliar o consumo privado de bens e serviços, ampliar os serviços públicos ou reduzir a jornada de trabalho em sentido amplo, que envolve não apenas a jornada diária e semanal, mas também as férias e feriados, a aposentadoria, o retardamento da entrada dos jovens no mercado de trabalho. A opção na forma de como aproveitar os ganhos de produtividade tem diferentes implicações na regulação do trabalho. Por exemplo, a ampliação dos serviços públicos coletivos exigirá maior carga tributária. A opção de reduzir jornada e produção de bens e serviços tem implicações no sentido de diminuir a utilização de recursos naturais com benefícios ecológicos.

As mudanças na organização da produção, com tendência de flexibilização e descentralização tem implicado em intensificação do trabalho com efeitos deletérios sobre a saúde dos trabalhadores. O debate deste assunto é extremamente importante para informar a regulação pública do trabalho e ampliar as políticas de proteção social.

A tendência de flexibilidade funcional tem sido acompanhada do aumento do peso da remuneração variável e constituído formas diferenciadas de organização da jornada de trabalho (modulação, turnos, escalas). Estas duas tendências têm provocado uma enorme diversidade de situações entre os trabalhadores, problematizando a própria existência da regulação pública do trabalho, que terá que contemplar a remuneração variável e a organização da jornada para delimitar a variedade de situações dos trabalhadores que dificulta a regulação pública do trabalho.

As atuais tendências de flexibilização e de descentralização da produção colocam desafios para a regulação pública do trabalho, que terá que aperfeiçoar as normas, desde o marco legal até os apoios para fortalecer as instituições (públicas/estatais e entidades classistas), que produzem e fazem cumprir as normas do trabalho. Neste particular, hoje é mais necessário do que nunca o fortalecimento da organização dos trabalhadores no local de trabalho.

Desde modo, uma evolução mais favorável aos trabalhadores da produção, emprego, salários e preços permitiu colocar de modo mais adequado as novas questões que devem ser enfrentadas pela regulação pública do

trabalho, levantadas pelas tendências de mudanças na organização da produção. Essa evolução da produção, emprego, salário e preços ocorreu sem mudanças significativas na forma de inserção do país na economia mundial, mas esta última se comportou de modo mais favorável ao desempenho econômico do país. Esta realidade vem se modificando a partir da crise mundial.

A melhora nos indicadores do mercado de trabalho no Brasil vem ocorrendo desde 2004 e não foi interrompido pela crise mundial. Com reserva internacional e com pouca dívida indexada ao dólar, a reação do governo ao impacto inicial da crise foi eficaz. A desvalorização do Real em vez de piorar melhorou as contas públicas, ao aumentar o valor em reais das reservas internacionais. Dispondo de recursos, o governo pode agir para amortecer o impacto da crise. Reduziu temporariamente impostos indiretos sobre produtos, manteve a programação dos investimentos públicos, continuou aumentando o salário mínimo e fortaleceu os bancos públicos para que pudessem compensar a retração dos privados no atendimento da demanda de crédito.

O PIB caiu somente 0,3 em 2009 e aumentou 7,5% em 2010. A intensidade da recuperação fez o novo governo, em 2011, atuar no sentido de conter a atividade da economia. Isto prejudicou a continuação dos investimentos públicos e a sustentação do crescimento do consumo. Diante desse quadro e dada a incerteza da situação internacional, o investimento privado que tinha se recuperado fortemente em 2010 perdeu muito do seu ímpeto. O crescimento do PIB foi de somente 2,7% em 2011, evidenciando os efeitos da estratégia de conter o ritmo da recuperação neste ano. O governo, então, procurou reanimar a economia, mas o resultado foi muito menor do que o observado em 2010 e o crescimento do PIB foi somente 0.9% em 2012. Os estímulos determinados pelo governo contiveram a desaceleração do consumo, mas não impediu a queda do investimento que em 2012 foi menor do que 2011.

Existe um relativo consenso de que atualmente um crescimento mais forte do PIB requer a ampliação da taxa de investimento. O país não pode contar mais com uma evolução favorável dos termos de troca do comércio internacional que favoreceu o desempenho da economia brasileira em 2007 e 2008. Atualmente é preciso aumentar a produtividade da economia para continuar melhorando a condição socioeconômica da população e isto requer investimento em

infraestrutura e no fortalecimento da competitividade da produção manufatureira existente no país.

A crise mundial prejudicou a atividade econômica nos países desenvolvidos e acirrou a competição internacional pela demanda de produtos manufaturados. A sustentação do crescimento do consumo no Brasil tem provocado um forte aumento da importação de produtos manufaturados em detrimento da produção doméstica, que chegou a diminuir em 2012. O déficit de comércio exterior com produtos manufaturados que tinha ficado muito grande em 2008 multiplicou por 2,5 em 2011 e se repetiu em 2012.

O comércio internacional de produtos manufaturados é em grande medida no interior das próprias empresas transnacionais. O Brasil ficou fora das cadeias de produção internacionalizadas e mesmo onde não é grande essa internacionalização, as empresas multinacionais têm optado por importar partes e componentes da matriz ou de outras filiais onde apresenta grande capacidade ociosa em vez de investir na ampliação da capacidade de produção instalada no Brasil. Esse movimento comercial reflete a estratégia das matrizes para enfrentar os efeitos da crise mundial e se mostrou pouco afetado pelo aumento da taxa de câmbio no Brasil. É preciso reverter esse movimento, negociando com as empresas investimentos no Brasil, como pré-condição para o acesso ao crescente mercado doméstico (Sarti; Hiratuka, 2011).

A desaceleração do PIB em 2011 e 2012 mostrou as dificuldades encontradas para aumentar a taxa de investimento no quadro de crise mundial. A partir de então existe um debate na sociedade brasileira sobre o papel do Estado para aumentar a taxa de investimento. Por um lado, o governo tem tomado uma série de medidas para estimular o investimento, tais como: a redução da taxa básica de juros, a elevação da taxa de câmbio, a redução do preço da eletricidade, a criação de empresas estatais para coordenar os investimentos privados em infraestrutura realizados por meio de concessões, entre outros. Por outro lado, é crescente a crítica a essas ações por parte dos setores conservadores e neoliberais, estabelecendo, em articulação com a grande mídia, um contraponto na perspectiva de reduzir o papel estado e ampliar a liberdade de ação da iniciativa privada. É um embate que começa com o PAC e o fortalecimento dos bancos públicos, a partir de 2006. Essa é uma questão vital para a retomada do desenvolvimento da economia brasileira.

A política econômica, entretanto, tem conseguido preservar a melhora nos indicadores do mercado de trabalho, amortecendo a desaceleração que tem ocorrido no crescimento do consumo. Esse cresceu em média 5,4% ao ano em 2007 e 2008, manteve a média de 5,5% ao ano em 2009 e 2010 e se ampliou em média 3,2% ao ano em 2011 e 2012.

A comparação dos períodos 2003/2008 e 2008/2012 mostra que o crescimento do PIB desacelerou da média de 4,8% ao ano para 2,6%. A desaceleração do crescimento da população ocupada calculada pela PME/IBGE foi menor ao passar da média anual 2,7 para 2.1%. O PIB por pessoa ocupada aumentou mais em 2003/2008 do que em 2008/2012, mas o poder de compra da renda média do trabalho continuou aumentando, apesar do aumento da inflação. O aumento nominal da renda média do trabalho foi maior do que inflação. Contribuiu para isto tanto a ampliação dos serviços que explicam o aumento do emprego, apesar da desaceleração do PIB, quanto o enorme déficit de comércio externo de produtos manufaturados.

O déficit de comércio externo de produtos manufaturados foi coberto pelo superávit de *commodities*, mas ocorreu expressivo déficit de conta corrente de balança de pagamento por causa dos serviços, especialmente a remessa de lucros e dividendos. O déficit de conta corrente foi coberto por entrada de capital, especialmente investimento direto estrangeiro. Porém a continuidade desta situação exigiria manter forte aumento das exportações, que até agora tem ocorrido com os altos preços das *commodities*. Estes provavelmente não reverterão no futuro próximo, mas não continuarão aumentando com tanto vigor como no passado recente.

Portanto, a continuação da melhora nos indicadores no mercado de trabalho pressupõe o aumento da taxa de investimento, que aceleraria o crescimento do PIB e aumentaria mais fortemente o PIB por pessoa ocupada. O governo tem atuado nesta direção com mencionado acima. É, entretanto, fundamental para o aumento da taxa de investimento a ampliação dos investimentos públicos e a negociação com as empresas multinacionais para que ampliem o investimento no Brasil e moderem a importação de partes e componentes de seus produtos. O crescimento mais vigoroso do PIB viabilizaria o crescimento mais robusto do consumo, ajudando a preservar o crescimento do número de pessoas ocupadas e mantendo a taxa de desemprego relativamente baixa.

A PME indica que o número de desempregados que tinha atingindo o equivalente a 19,2% dos empregados assalariados em 2003 diminuiu para 11,3% em 2008 e alcançou 7,5% em 2012. A taxa da rotatividade do emprego assalariado formal é 4,5% ao mês. Para aumentar em 2% o emprego em um ano é preciso contratações mensais da ordem de 4,7% do total do emprego assalariado. A existência de um número de desempregado equivalente a 7,5% do emprego assalariado não parece indicar que a economia esteja operando em pleno emprego.

As empresas que estão aumentando o emprego não reclamam da dificuldade de encontrar trabalhadores disponíveis, mas sim da inadequação dos trabalhadores às características dos postos de trabalho. Esse tipo de problema não tem tanto a ver com a baixa taxa de desemprego quanto reflete a existência de altas taxas de rotatividade no emprego.

As empresas alegam que alta rotatividade reflete a inadequação dos trabalhadores disponíveis para os postos de trabalho. Porém, esse problema é reflexo da desestruturação do mercado de trabalho, devido principalmente à excessiva liberdade de ação dos empregadores que além de pagar mal frente a sofisticação já alcançada do aparelho produtivo existente no país, dispensa o empregado logo que já não precisa dele. Não tem que justificar a ninguém a causa da dispensa, bastando indenizar o dispensado, sendo que essa indenização é pequena para quem não tem como acumular tempo de serviço.

A rotatividade no emprego aumenta quando melhora o mercado de trabalho por iniciativa dos empregadores e dos próprios empregados. Isto coloca problemas no recrutamento e esses problemas ficam ainda mais graves com as tendências demográficas que vêm alterando substancialmente a composição da população brasileira por idade.

No passado enquanto a industrialização provocava forte crescimento do PIB e intensa expansão do mercado de trabalho, a elevada rotatividade no emprego renovava constantemente a força de trabalho assalariada. A parcela de empregados jovens continuava muito grande, realimentada por rápido crescimento da população, que com baixa escolaridade entrava precocemente no mercado de trabalho. Os jovens transitavam por empregos sem vínculo estável e com a idade encontravam crescentes dificuldades de recolocação, tendendo a ser expulsos do mercado de trabalho. Isto provocava uma alta fração da PEA adulta em trabalhos

por conta própria. O adulto expulso do mercado de trabalho tinha que inventar um negócio próprio tivesse ou não condição para fazê-lo. Isto provocava uma dispersão de renda do trabalho por conta própria que era ainda maior do que a dos salários dos empregados.

A população jovem está diminuindo e o aumento de sua escolaridade tem levado a adiamento da entrada no mercado de trabalho. Isto tem mudado rapidamente a composição da PEA por grupo de idade. Uma força de trabalho assalariada mais adulta é menos maleável, tendendo a aumentar as reclamações dos empregadores quando a inadaptação dos trabalhadores disponíveis às características dos seus postos de trabalho.

O que deve ser corrigido é a alta rotatividade no emprego, estruturando o trabalho assalariado, com as pessoas se vinculando a determinados postos de trabalho. O momento oportuno para essa correção de rumo é justamente quando a economia está crescendo e ampliando o mercado de trabalho. Não tem sentido a proposta de conter a atividade da economia na espera que melhore a oferta de trabalho. Ao contrário, uma economia crescendo cria as condições necessárias para construir o seu mercado de trabalho.

Não nos parece adequado aumentar o montante da indenização visando reduzir a rotatividade. É mais eficaz fortalecer os instrumentos institucionais de controle da dispensa imotivada. A exigência de ter que justificar a dispensa perante um inspetor do trabalho ou um sindicato significa uma rigidez, mas nesse caso é, justamente, a extrema flexibilidade que está prejudicando o funcionamento do mercado de trabalho.

Quando se trata da inadaptação da força de trabalho aos postos de trabalho muito remetem o problema ao baixo nível de qualificação profissional. Alguns chegam a pensar que esse baixo nível de qualificação profissional tem a ver com baixo grau de escolaridade da força de trabalho. Esse tipo de questionamento, entretanto, diz respeito a uma pequena parcela da força de trabalho assalariada, que é altamente especializada e relativamente bem remunerada. A inadequação dos empregados aos postos de trabalho é uma questão muito mais ampla e atinge também postos de trabalho que não têm tantas exigências de qualificação profissional.

Para essa grande maioria, o problema principal é a alta rotatividade que impede a fixação dos trabalhadores no entorno de determinados postos de trabalho, que ajudaria os assalariados a se adaptarem às características dos empregos existentes. Caso isso acontecesse, as empresas passariam a contar com empregados profissionalmente melhor capacitados e os trabalhadores teriam melhores condições para se organizar e construir posições de barganha na perspectiva de reivindicar coletivamente uma melhor participação nos aumentos de produtividade, reduzindo as enormes taxas de exploração que ocorrem no Brasil.

A continuidade da melhora do mercado de trabalho pressupõe aumentar a taxa de investimento, o crescimento do PIB e o aumento da produtividade do trabalho, na indústria e nos serviços funcionalmente relacionados ao desenvolvimento da indústria. Isto provavelmente aumentará a fração da força de trabalho que é mais especializada e melhor remunerada. Nesse caso, será fundamental estruturar o conjunto da força de trabalho assalariado, reforçando os mecanismos institucionais que reduzem a rotatividade e promovem aumentos mais generalizados da renda do trabalho (salário mínimo e reajustes das categorias profissionais) para que o aumento do poder de compra da renda do trabalho prossiga com redução das diferenças entre os trabalhadores.

Considerações finais

A experiência dos países desenvolvidos mostrou a importância da regulação pública do trabalho para estruturação da sociedade e o bem estar coletivo da população. Essa experiência ressaltou não somente os efeitos positivos da construção da regulação pública do trabalho, mas também os efeitos deletérios da perda de eficácia desta regulação. De um lado, a regulação pública do trabalho, junto com a proteção social, estruturou a compra e venda da força de trabalho de modo a contribuir para estabilizar e reforçar a tendência de crescimento da produção e do emprego. De outro lado, mudanças contemporâneas no capitalismo desafiaram a regulação pública do trabalho e a ação coletiva dos trabalhadores. A perda de eficácia desta regulação ajudou a reforçar a instabilidade e a redução da tendência de crescimento da produção e do emprego, implicando em desemprego e aumento das diferenças socioeconômicas entre os trabalhadores.

A globalização financeira e a internacionalização da produção de bens e serviços estão no cerne das transformações contemporâneas no capitalismo. A organização da produção se modificou com tendência a descentralização e flexibilização do trabalho. O quadro político gestado pela predominância do neoliberalismo não somente promoveu essas mudanças, mas também ajudou a ampliar o impacto desfavorável na regulação pública do trabalho, que em vez de moldar as mudanças de maneira a evitar a precarização das relações de emprego, reforçou esses efeitos, apoiando a liberdade de ação dos empregadores para se adaptarem ao ambiente de acirramento da competição.

A maneira como o Brasil entrou na globalização financeira e internacionalização da produção reforçou os efeitos deletérios sobre a regulação pública do trabalho. O oportunismo de aproveitar a globalização para diminuir rapidamente a inflação prejudicou o fortalecimento da economia na perspectiva de aumentar a exportação e a competitividade da produção doméstica diante da importação. O Brasil que não tinha participado da internacionalização das cadeias de produção, continuou fora delas e com um sistema de produção voltado fundamentalmente para o mercado doméstico.

O desempenho da economia brasileira em termos de crescimento do PIB e inflação ficou muito dependente da situação do comércio e das finanças internacionais. Na década de 1990, o comércio e as finanças internacionais foram desfavoráveis ao desempenho da economia brasileira e aumentou muito o desemprego e a ilegalidade dos contratos de trabalho.

No debate sobre trabalho duas posições básicas se confrontaram: (1) a que valoriza os efeitos da abertura da economia, aumentando a competição entre empresas e advogando por uma mínima interferência estatal e; (2) a que destaca a importância desta última interferência para fortalecer a economia nacional, o que é particularmente importante diante da abertura que expõe essa economia à competição internacional. A primeira posição avalia o marco regulatório em função dos estímulos ao comportamento de empregadores e empregados, contribuindo de modo consistente para o uso eficiente dos recursos diante do aumento da competição provocado pela abertura. Deste ponto de vista, a flexibilidade do trabalho seria parte de uma acomodação da maneira de realizar os negócios sob intensa competição internacional, permitindo o aproveitamento das

oportunidades existentes. A segunda posição, ao contrário, destaca a interferência do poder público para garantir a regulação pública do trabalho na perspectiva de que as oportunidades de negócios sejam mais amplas e aproveitadas de um modo que ajude a construir relações de trabalho que contribuam para uma estruturação melhor da sociedade, legitimando a atuação do Estado.

O comércio e a finança internacional favoreceram o desempenho da economia brasileira na primeira década dos anos 2000. Sem grande interferência estatal para fortalecer a economia nacional foi possível um crescimento mais forte do PIB, gerando mais empregos formais, a inflação diminuiu e a renda do trabalho aumentou. Um quadro mais favorável aos trabalhadores reforçou a melhora nos indicadores do mercado de trabalho e intensificou o crescimento do PIB. Destacaram-se o aumento do valor do salário mínimo, os reajustes das categorias profissionais acima da inflação e a implementação de um sistema de proteção social em conformidade com os ditames da Constituição Federal de 1988.

A melhora dos termos de troca do comércio exterior do país, favorecida pelos preços internacionais das *commodities*, desempenhou um papel análogo ao correspondente aumento da produtividade, sem que tivesse havido um aumento mais substantivo da taxa de investimento. No auge do crescimento, em 2007 e 2008, a produção industrial chegou a aumentar em ritmo significativo, apesar da explosão de produtos manufaturados. A ampliação do consumo e do investimento deu oportunidade para desenvolver a produção mais competitiva com importações. A crise mundial que atingiu o Brasil no final de 2008 mostrou que o quadro internacional deixou de ser tão favorável ao desempenho da economia brasileira. É então necessário fortalecer a economia, ampliando a taxa de investimento para que o aumento da produtividade permita a continuação da melhora dos indicadores do mercado de trabalho e o PIB volte a crescer mais forte em benefício do conjunto da população brasileira. Isto, entretanto, pressupõe o aperfeiçoamento da regulação pública do trabalho de modo a impedir que as mudanças na organização da produção levem a uma precarização do trabalho. A retomada do crescimento com maior taxa de investimento e o maior aumento da produtividade devem aumentar a proporção de ocupações

mais especializadas e melhor remuneradas. Neste contexto é fundamental melhorar a regulação pública para reduzir a rotatividade, elevar o salário mínimo e ter reajustes das categorias profissionais compatíveis com a maior produtividade, evitando que a ampliação da fração de ocupações mais especializadas resulte em aumento da dispersão dos salários.

O momento que o país atravessa é crucial na definição das possibilidades de desenvolvimento futuro da economia e da sociedade. As posições no debate se localizam entre dois polos: 1) a defesa de uma estruturação do mercado de trabalho com implicações na qualidade das relações sociais; 2) a afirmação dos negócios, que destaca a necessidade de maior flexibilização na contratação, no uso e na remuneração do trabalho. O embate dessas posições na sociedade se reflete no conteúdo e na forma das políticas públicas do trabalho e no modelo de desenvolvimento do país. Nesta avaliação mais ampla não é possível desvincular a discussão da regulação ou estruturação do mercado de trabalho das questões centrais que definem qual será o modelo de desenvolvimento do país.

Referências bibliográficas

ABRAMO, L. *Mercado de trabajo, flexibilización y nuevas formas de regulación*. Campinas: Unicamp. IE. Cesit, jul. 2000. (Cadernos do Cesit, n. 29).

ARAÚJO, A. M.; OLIVEIRA, R. V. El sindicalismo en la era de Lula: entre paradojas y nuevas perspectivas. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, 2011.

BAGLIONI, G. As relações industriais na Europa nos anos 80. In: OLIVEIRA, C. A. et al. (Org.). *O mundo do trabalho: crise e mudanças no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994. p. 49-106.

BALTAR, P. E. A. *O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90*. Tese (Livre-Docência)–Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____ et al. *Moving towards decent work*. Labour in the Lula government: reflections on recent Brazilian experience. In: Global Labour University Working Papers, v. 9, 2010.

_____ et al. Evolução do mercado de trabalho e significado da recuperação do emprego formal nos anos recentes. In: DEDECCA, C. S.; PRONI, M. W. *Políticas públicas e trabalho*. Campinas: Unicamp. IE, 2008. p. 29-52.

BARBOSA, N.; PEREIRA DE SOUZA, J. A. A inflexão de Governo Lula. Política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E.; GARCIA, M. A. (Org.). *Brasil entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Boitempo & Ed. Perseu Abramo, 2010. p. 57-110.

BARRETO, M. *Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações*. São Paulo: Editora Educ, 2003.

BELLUZZO, L. G. de M. *Ensaio sobre o capitalismo no século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BRAGA, J. C. S. Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças. *Estudos Avançados*, v. 23, p. 89-102, 2009.

AMADEO, E.; CAMARGO, J. M. Instituições e o mercado de trabalho no Brasil. In: CAMARGO, José Márcio (Org.). *Flexibilização do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 47-94.

CARDOSO, A. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.

CARDOSO, A. M. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO JR., J. C. As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 10, ABET, Salvador. 2007.

DEDECCA, C. *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Campinas: Unicamp. IE, 1999. (Coleção Teses).

DIEESE. O balanço das negociações salariais em 2010. São Paulo: Dieese, 2011. (Estudos e Pesquisas, n. 55).

_____. *Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho*. São Paulo: DIEESE, 2011a.

FILGUEIRAS, V. *Estado direito do trabalho no Brasil: regulação do emprego entre 1988 e 2008*, 2012. 473 f. Tese (Doutorado)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

GIMENEZ, D. M. *A política de emprego no século XX e o significado da ruptura neoliberal*. São Paulo: Annablume, 2003.

HYMAN, R. Europerização ou erosão das relações laborais? In ESTANQUE, E. et al. *Mudanças no trabalho e ação sindical: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

KREIN, J. D. *As tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005*. 2007. 334f. Tese (Doutorado)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

KREIN, J. D.; SANTOS, A. L.; NUNES, B. Balanço do governo Lula: avanços e contradições. *Revista ABET*, v. X, n. 2, p. 30-54, jul./dez. 2011.

LEAL FILHO, R. de S. *Tendências recentes nos mercados de trabalho: limites das propostas de flexibilização e regulamentação*. Dissertação (Mestrado em Economia)–Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

MATTOS, F. *Flexibilização do trabalho: sintomas da crise*. São Paulo: Annablume, 2009. 270p.

PAEZ, C. S.; SANTOS, A. L. Diverging paths in development: Brazil and Mexico. In: *Crisis: Causes, prospects and alternatives. International Journal of Labour Research*, v. 3, issue 1, p. 115-132, 2011.

PASTORE, J. *A flexibilidade do trabalho*. São Paulo: LTr, 1994.

POCHMANN, M. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

QUADROS, W. *A evolução recente da estrutura social brasileira*. Campinas, Unicamp. IE, 2008. (Texto para Discussão, n 148).

SANTOS, A. L. *Trabalho em pequenos negócios no Brasil*. São Paulo: LTr; Campinas: Cesit/IE, 2013.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. *Desenvolvimento industrial: oportunidades e desafios futuros*. Campinas, Unicamp. IE, 2011. (Texto para Discussão, n 187).

URIATE, O. E. *La flexibilidad*. Montevideo (Uruguay): Fundación de Cultura Universitaria, 2000.

ZYLBERSTAJN, H. *A reforma do mercado de trabalho e a Convenção 87*. São Paulo: FEA/USP e FIPE, 1998. Mimeografado.

Apontamentos gerais sobre a financeirização mundial

Pedro Rozales R. Dominczak ¹
Mauricio de S. Sabadini ²

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é o de apontar alguns traços característicos do processo de financeirização da economia mundial ao longo das últimas décadas. Para tanto, indicaremos, em primeiro lugar, alguns aspectos da financeirização e sua relação com a esfera produtiva do capital. Em seguida, apontaremos, de forma resumida, o debate entre os defensores e críticos dos chamados “teóricos da financeirização” e, finalmente, assinalaremos que o capital fictício e o capital especulativo parasitário são, a nosso ver, os pilares fundamentais da financeirização atual.

Palavras-chave: Financeirização; Capital fictício; Capital especulativo parasitário.

Abstract

The main objective of this work is to point out some characteristic traits of the financialization process of worldwide economy throughout the last decades. To this end, we will indicate, firstly, some aspects of financialization and its relation with the capital's productive sphere. Then, we will point out, briefly, the debate between the defenders and critics of the so called “theorists of financialization” and, finally, we will mention that fictitious capital and parasitic speculative capital are, in our opinion, the fundamental pillars of present financialization.

Keywords: Financialization; Fictitious capital; Parasitic speculative capital.

Classificação JEL: F30, G10, P10.

Introdução

É inegável o fato de que o sistema capitalista mundial nas quatro últimas décadas passou por significativas mudanças. O período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, com traços de acumulação fordista, proporcionou crescimento

(1) Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Este artigo corresponde aos primeiros resultados, ainda parciais, da dissertação de mestrado deste referido autor. Correio eletrônico: <pedro_los@yahoo.com.br>

(2) Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tutor do grupo PET Economia/UFES (SESU-MEC). Correio eletrônico: <mauricio.sabadini@ufes.br>

relativamente contínuo nas economias centrais e conseguiu certa estabilidade por basicamente trinta anos (Duménil; Lévy, 2003). Porém, a crise desse padrão de crescimento já começava a se manifestar no final da década de 1960 e um dos indicadores dessa mudança se deu por uma aguda manifestação de queda nas taxas de lucro em algumas economias centrais. Segundo Coggiola e Martins (2006, p. 62), “[...] a taxa de lucro passou, entre 1973 e 1982, nos EUA, de 18,8% para 4,2%; no Japão, de 35,0% para 14,3%; na Alemanha, de 14,1% para 8,1%; na Inglaterra, de 6,6% para 0,6%”.

Cabe mencionar, antes de tudo, algumas outras transformações ao longo deste período histórico: desregulamentação e abertura dos mercados nacionais (tanto dos países centrais quanto dos periféricos); aumento da esfera financeira do capital; desregulamentação nas relações de trabalho; incorporação e inovação tecnológica e dissolução do bloco socialista, com a concomitante expansão do capital e das relações capitalistas naqueles países.

Assim, os primeiros países a assistir algumas dessas transformações foram os Estados Unidos e o Reino Unido, já na década de 1970. Neles, teria ocorrido um aumento exponencial da esfera financeira em relação à esfera produtiva. Esse aumento da parte financeira do ciclo global seria decorrente do papel cada vez mais importante que assumiu a forma funcional autonomizada do capital conhecida como capital a juros³.

De acordo com Chesnais (1998b, p. 258), teria se desenvolvido um novo “regime de acumulação predominantemente financeirizado” no qual o capital financeiro⁴ teria sido reconfigurado dando lugar às instituições não-bancárias (principalmente fundos de investimento) que “fazem frutificar” o capital em sua

(3) Para Nakatani e Sabadini (2010, p. 77), o capital portador de juros “[...] segundo Marx, executa as funções de: diminuir as taxas de circulação do dinheiro graças à concessão do crédito (seja pela falta de dinheiro em uma grande parte das transações, seja pela aceleração do movimento dos meios de circulação); acelerar o processo de reprodução ou permitir o crescimento da especulação, separando as compras das vendas; e reduzir os custos e as barreiras ao tempo de produção e circulação capitalista”.

(4) A nosso ver, não existe o conceito de capital financeiro em Marx. Como afirmam Klagsbrunn (1992) e Harvey (1990), a edição francesa do livro III d’*O Capital* traduziu erroneamente o capital de comércio de dinheiro (Geldhandlungskapital) como capital financeiro, provocando problemas teóricos. De fato, o termo surge em Hilferding (1985) e se dissemina na obra de autores clássicos como Lênin, Hobson, Rosa Luxemburgo, dentre inúmeros outros. Para uma leitura sobre o conceito de capital financeiro, consultar: Pinto (1994) e Sabadini (2012).

forma-dinheiro, como apregoava Marx. O que motiva a especulação não é mais a vantagem de uso deste ou daquele bem, ou a “transformação do mesmo ou a transferência de um mercado para outro”, mas sim, a “previsão de mudança nos preços”.

Na análise de Marx, o ciclo de rotação do capital industrial⁵ (D – M – D’) contém, dentro de si, três momentos distintos correspondendo cada um deles a uma *forma funcional do capital*; e em cada uma dessas formas irá se especializar um grupo de capitalistas. Esse processo de especialização produz uma *autonomização* das formas funcionais. Ao capital acumulado que se realiza financiando a produção, Marx denomina de *capital portador de juros*⁶; ao capital produtor de mercadorias, nomeia de *capital produtivo*; e, por fim, o capital que realiza a venda das mercadorias, como *capital comercial*. Este último desdobra-se em capital comércio de mercadorias e capital comércio de dinheiro.

Com o avanço da divisão social das funções, e com a especialização de uma fração da burguesia na atividade de adiantar dinheiro para, por hipótese, financiar a produção de mercadorias e sua venda em larga escala, é que surge uma considerável parcela de capital que, em um estágio mais avançado de autonomização, se multiplicará no ciclo global, mas que no futuro se tornará sem base real, “irreal”. Marx chega à conclusão de que a condição para a especialização burguesa no ramo do adiantamento de dinheiro é que exista uma

(5) “O capital que ao longo do seu ciclo adota e abandona suas sucessivas *formas funcionais* (capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria) chama-se *capital industrial*. Esse conceito se opõe a *capital comercial* e *capital a juros* e não a capital agrário. Num primeiro momento o conceito é tratado como se todas as funções fossem cumpridas pelo mesmo empresário. Assim o conceito de capital se confunde com o de *capital industrial*. Em seguida, Marx explicita que as diversas formas funcionais se *autonomizam* devido à divisão social das tarefas entre os capitalistas. As funções do capital-dinheiro, do capital-produtivo e capital-mercadoria podem ficar entregues, cada uma delas, a empresas especializadas. Quando uma forma funcional do *capital industrial* se autonomiza, ela se converte de forma funcional em capital autônomo. Assim o capital-mercadoria converte-se em *capital comercial*; o capital-dinheiro em *capital a juros*; e o capital-produtivo em capital produtivo” (Carcanholo; Nakatani, 1999, p. 291).

(6) Sobre a característica do capital portador de juros autonomizado, Paulani (2011, p. 65) diria que: “[...] o capital se autonomiza de si mesmo. O princípio lógico que preside seu movimento de valorização salta de si para se difundir por todas as transações. Portanto, já não precisa ele se prender às exigências pesadas e maçantes da valorização produtiva”. Reforçando o fato de que, mesmo ligado ao capital produtivo (e ao capital comercial), esta forma funcional (capital a juros) está fundada na valorização D – D’, ao menos para o prestamista, deixando às “exigências pesadas e maçantes da valorização produtiva” (D – M – D’) ao capital produtor de mais valia.

enorme quantidade de dinheiro acumulada enquanto tesouro – já na condição de capital, ainda não realizado como investimento (Paulani, 2011, p. 64). Sem que existam as condições concretas, um fenômeno não pode se realizar. Esse capital, quando investido, adquire a qualidade de produzir lucro. Seu valor de uso passa a ser, justamente, essa capacidade de produzir lucro. Segundo Marx (2008, v. 5, p. 397):

O dinheiro, portanto, que se afasta do dono por algum tempo, passando de suas mãos para as do capitalista ativo não é dado em pagamento nem vendido, mas apenas emprestado; só é cedido sob a condição de voltar, depois de determinado prazo, ao ponto de partida, e ainda de retornar como capital realizado, positivando seu valor de uso de produzir mais-valia.

Este capital a juros tem a qualidade inerente de ser, potencialmente, um financiador da produção de mercadorias. Sua fração, sob a forma de juros, é obtida através da dedução de parte da mais-valia produzida pelo capital produtivo ou da parte do lucro do capital comercial – que também advém da mais-valia⁷.

Acreditamos que este fenômeno que se inscreve em um processo de especialização das atividades econômicas e produz a autonomização das formas funcionais do capital é um dos principais sob os quais se assenta a atual fase do capitalismo “dominada” pelas finanças. Para expressar essa dinâmica, várias expressões, com características diferentes, foram cunhadas ao longo das últimas décadas, tais como: globalização financeira, mundialização financeira, financeirização, dentre outras.

Para nós, trata-se, por isso, de um novo momento da acumulação capitalista, de uma fase do capitalismo contemporâneo que se assenta sob características diferenciadas, com forte interferência do capital fictício. Mas, quais seriam as principais características deste novo momento? Quais as causas que teriam impulsionado o gigantesco aumento da esfera financeira? Se vivemos em uma fase do capitalismo com forte influência financeira, em que consiste a financeirização, termo que aqui adotamos? Qual o seu relacionamento com a esfera produtiva? Ela contribuiu para o desenvolvimento da acumulação capitalista

(7) De acordo com Marques e Nakatani (2009, p. 30): “[...] a posse do capital-dinheiro concede a seu proprietário, no momento do empréstimo, direito à parte do lucro do capital comercial ou industrial, o que se consubstancia sob a forma de juros”.

ou pode ser considerada como refratária ao desenvolvimento e a expansão do capitalismo?

Sem ter, naturalmente, a pretensão de aprofundar todos estes aspectos, nosso objetivo principal aqui é o de apontar alguns traços característicos do processo de financeirização da economia mundial ao longo das últimas décadas. Partimos da hipótese de que a expansão da esfera fictícia passa a ser um elemento fundamental no seio das atuais mutações do capital. Essa expansão, ao mesmo tempo em que se autonomiza no ciclo global, pressiona e intensifica o capital produtivo, aumentando o grau de exploração da força de trabalho. O entendimento desse processo deve-se dar, portanto, a partir da compreensão da natureza dialética do capital.

1 As causas da financeirização

Lapavistas (2009, p. 32-33) nos indica que a financeirização seria decorrente de três aspectos principais. Em primeiro lugar, derivada do baixo crescimento da produtividade desde meados da década de 1970. Em segundo, das transformações no processo de trabalho decorrentes das mudanças tecnológicas, das transformações nas regulações sobre o trabalho e das elevadas taxas de desemprego no período. Por fim, um último aspecto a ser considerado é que a financeirização é decorrente, também, do fato de que a produção e o comércio mundial estariam submetidos nesta nova fase à dominação de empresas multinacionais surgidas de fusões e aquisições. Assim, deslocou-se a capacidade produtiva global do ocidente para regiões de crescimento mais dinâmico como a China.

Chesnais (1998a, p. 12) insere-se na mesma perspectiva, ao indicar que teríamos ingressado em uma nova fase do capitalismo a partir da década de 1960. Ele nos indica que o processo de desregulamentação dos mercados nacionais que se acentuou nestas últimas décadas foi decorrente, predominantemente, das transformações ocorridas na esfera financeira. A liberalização adotada inicialmente nos Estados Unidos e Reino Unido, entre 1979 e 1987, possibilitou a criação de um espaço financeiro mundial que teria três características: (i) seria fortemente hierarquizado, tendo o sistema financeiro dos Estados Unidos o papel dominante (graças ao dólar e às grandes dimensões dos mercados de bônus e

ações desse país); (ii) teria um *vácuo* de instâncias de supervisão e controle e; (iii) teria sua unidade garantida pelos “operadores financeiros” em diferentes graus nos diferentes “compartimentos” (ações, obrigações e câmbio, etc.).

Assim, o desencadeamento de uma nova fase na acumulação capitalista mundial seria atravessado por três períodos que corresponderiam aos “choques financeiros” desde a década de 1970 (Chesnais, 1998b, p. 250-251). Na primeira fase, que teria início ainda na década de 1960 e se estenderia até 1980, haveria uma “integração indireta do mercado de eurodólares” e teria se assistido a uma “evolução do sistema financeiro norte-americano rumo às finanças diretas e à liberalização financeira”. As crises deste período começam a atingir bancos nos EUA (Franklin National) e na Europa (Herstatt). O Japão e os “novos países industrializados” não sofrem diretamente nesta “fase”.

Um segundo momento iniciou-se em 1980, estendendo-se até 1985. Aqui se assiste a uma alta brutal dos juros, abertura dos mercados nacionais e desregulamentação financeira, e a passagem à securitização da dívida pública. Mais bancos são atingidos nos EUA, ainda que a Europa sofra “repercussões limitadas da crise da dívida do Terceiro Mundo sobre os [seus] bancos [...]”. O México não consegue pagar sua dívida (1982), seguido por Brasil e Argentina. O crédito quase cessa para a América Latina entre 1983 e 1986 (Chesnais, 1998b, p. 250-251).

Por fim, um terceiro período teria se iniciado em 1986 e se estenderia até meados da década de 1990. Nele, teriam sido acentuados os “mecanismos dos mercados financeiros” (Chesnais, 1998b, p. 251) e outros novos mercados seriam incorporados a este espaço financeiro mundial. Neste período aumenta o número de bancos que vão à falência, bem como a ajuda para salvá-los. Entre eles, ressaltamos os casos do Bank Texas Dallas (1987), First City Bank de Houston (1988), First Republic (1986 e 1988). Algumas corretoras também vão à falência e ocorre o *crash* da Bolsa de Wall Street (1987). Na Europa desaba o mercado imobiliário (1990) e nota-se “grandes dificuldades dos bancos na Suécia e Noruega”, eclodindo na França (1994). O mercado imobiliário do Japão também é atingido, seguido da quebra do mercado acionário. Ali muitos bancos começam a passar por dificuldades. O México volta a sofrer com a crise dos mercados de títulos e ações, com a desvalorização brutal do peso (entre dezembro

de 1994 e janeiro de 1995). Essa crise também atinge Argentina e Brasil e abala os “mercados emergentes” (Chesnais, 1998b, p. 251).

Duménil e Lévy (2003, p. 23-24) também concordam que vivemos uma nova fase do capitalismo. Esse processo teria atravessado também três períodos, mas que não seriam coincidentes com os que são propostos por Chesnais. No primeiro, “ao longo dos anos 1970” a “[...] queda da rentabilidade do capital ocasionara uma redução drástica das distribuições de rendimentos; a inflação diminuía as taxas de juros reais (ou seja, corrigidas pela inflação) a próximo de zero”.

No segundo período, no final desta mesma década (de 1970), a taxa de juros sobe sem precedentes, a gestão das firmas foi redirecionada para atender aos interesses dos acionistas e os lucros foram distribuídos entre as finanças. A bolsa que estava em queda, começa a subir a partir de então. Esses ajustes prolongam os efeitos sobre o desemprego e são operados no “coração da crise estrutural” (EUA, Reino Unido, França e Alemanha).

Por fim, no terceiro período, iniciado em meados dos anos 1980, a rentabilidade do capital continua crescendo e amplia-se o estrito controle sobre os salários e o custo do trabalho em geral, fazendo com que a drenagem de renda para as camadas superiores assumisse proporções consideráveis. Assim, é que,

no plano nacional e internacional, a finança se atribuía os meios para adquirir a plena liberdade de ação: as moedas fluíam segundo o capricho dos mercados e o capital reencontrava a livre mobilidade que ele havia, em parte, perdido desde o final da Segunda Guerra Mundial, compreendendo as restrições contidas nos acordos de Bretton Woods. Nessas evoluções, os Estados Unidos (ou melhor, a finança estadunidense) ocupam uma posição hegemônica, que os libera de vários dos constrangimentos que continuam a pesar sobre outros países capitalistas avançados (Duménil; Lévy, 2003, p. 24).

Essas análises indicam que as transformações na economia mundial neste período (das últimas quatro décadas até hoje), teriam decorrido, sobretudo, de uma conjugação de fatores: da queda na taxa de lucro nos países centrais, da liberalização dos mercados que, por sua vez, contribuiu para o exponencial crescimento da parcela financeira destes países centrais (EUA, Reino Unido,

França, Alemanha e Japão), bem como da desregulamentação nas relações de trabalho.

Como indicamos anteriormente, Marx (2008, v. 5), no livro III, já havia sugerido que o desenvolvimento do capital a juros contribui para a acumulação produtiva⁸. São várias as passagens em que o autor dá claras indicações de que, quando analisamos a totalidade do ciclo global, o “capital portador de juros só se afirma como tal à medida que o dinheiro emprestado é realmente transformado em capital e se produz um excedente, do que o juro é uma parte” (Marx, 1984, p. 285).

Ademais, o capital portador de juros (ou simplesmente capital a juros) é uma forma de capital pretérita⁹. Assim, o capital a juros mantém estreita relação com o capital produtivo na medida em que o juro é dedução de parcela da mais-valia produzida pelo capital produtivo. Em contrapartida, ambas as formas funcionais do capital (quando autonomizadas), mantêm, entre si, uma “autonomia relativa”. Vejamos.

A melhor prova da autonomia com que, nos primeiros períodos do modo capitalista de produção, o juro se apresentava perante o lucro, e o capital produtor de juros, perante o capital industrial, é o fato de só se descobrir – graças a Massie, seguido de Hume –, em meados do século XVIII, que o juro é apenas parte do lucro bruto, tendo sido necessária essa descoberta (Marx, 2008, p. 500).

É de se refletir também sobre o movimento de determinação da taxa de juros apresentado por Marx e sua relação com a taxa de lucro. Marx apresenta, ao longo dos capítulos 23, 24 e 25 do Livro III, passagens no mínimo curiosas e que nos levam a questões controversas.

Primeiramente, o autor nos indica o aspecto “qualitativo” da taxa de juros¹⁰ considerando que o juro é uma parcela da mais-valia que é “embolsada”

(8) Nesse sentido, em especial, julgamos correta a posição de Cipolla e Pinto (2010, p. 23) de que “[...] grande parte da acumulação monetária é um reflexo da acumulação real”.

(9) “Ora, historicamente, o capital produtor de juros, forma pronta e acabada, tradicional, e o juro (forma secundária conclusa da mais-valia produzida pelo capital) já existiam muito antes de haver o modo capitalista de produção e as correspondentes concepções acerca de capital e lucro” (Marx, 2008, p. 499).

(10) “Sob o aspecto *quantitativo*, o juro é mais-valia, proporcionada pela nua propriedade do capital, pelo capital em si, embora o proprietário esteja fora do processo de reprodução; é mais-valia que o capital rende, dissociado de seu processo” (Marx, 2008, p. 500).

pelo capital a juros e “desembolsada” pelo capital produtivo. Em seguida, e de forma gradativa, Marx nos indica que a taxa de juros, com o crescimento da divisão do trabalho que acompanha o desenvolvimento das forças produtivas, ganha uma autonomia aparente em relação à taxa de lucro média. O capital a juros embolsa a parcela que lhe cabe como juro advindo da mais-valia e o restante aparece como lucro do empresário. Vejamos:

[...] a taxa de juro – embora dependa da taxa geral de lucro – é determinada de maneira autônoma e, além disso, se revela – como o preço de mercado das mercadorias – relação fixa, uniforme e sempre dada, apesar de todas as oscilações, contrastando com a taxa fluida do lucro. Se o capital todo estivesse nas mãos dos capitalistas industriais, não existia juro nem taxa de juro. A forma autônoma assumida pela divisão quantitativa do lucro gera a divisão qualitativa. O que, numa comparação, distingue o capitalista industrial do capitalista financeiro é apenas o lucro do empresário, o excedente do lucro bruto sobre o juro médio, que graças à taxa de juro se revela grandeza empírica dada. E o que o distingue do capitalista industrial que emprega capital próprio em vez de emprestado é somente a circunstância de este embolsar o juro, na qualidade de capitalista financeiro, em vez de desembolsá-lo. Nos dois casos, a parte do lucro bruto destacada do juro constitui para o capitalista industrial lucro de empresário, e o próprio juro, mais-valia que o capital por si mesmo rende e que renderá, portanto, sem aplicação produtiva (Marx, 2008, p. 500-501).

Por fim, Marx chega mesmo a afirmar que:

O capital produtor de juros é o capital-*propriedade* em face do capital-*função*. E, enquanto não funciona, o capital não explora os trabalhadores nem está se opondo ao trabalho.

Primeiro, dado o lucro médio, a taxa do lucro de empresário é determinada não pelo salário, mas pela taxa de juro, variando na razão inversa desta.

Segundo, o capitalista ativo deriva o direito ao lucro de empresário e, portanto, o próprio lucro de empresário, não de sua propriedade sobre o capital, mas da função do capital oposta à destinação em que existe como propriedade inerte (Marx, 2008, p. 503).

Evidentemente, sabemos que essas afirmações não podem ser descontextualizadas e que a possível autonomia da taxa de juro não é absoluta,

apenas relativa, ocorrendo, portanto, na dimensão da aparência. De todas as formas, ela é um dos elementos sobre os quais se assenta a “autonomia relativa” do capital a juros, e principalmente do capital fictício, sobre o capital produtivo e o capital comercial. Essa autonomia relativa da forma funcional do capital a juros e as formas de capital derivadas dele, tais como o capital fictício e o capital especulativo parasitário, encontram-se na base do que, para nós, fundamenta a atual fase do capitalismo, qual seja, a especulação financeira.

2A financeirização e sua relação dialética com a esfera produtiva

O desenvolvimento das forças produtivas condiciona a divisão social do trabalho e aumenta a especialização e a divisão do trabalho, tanto *entre* as classes sociais, quanto no *interior* delas. Assim, no livro III, ao tratar do capital de comércio de dinheiro, forma do capital comercial autonomizado deste, Marx refere-se à divisão social das funções entre a classe burguesa. Vejamos:

A divisão do trabalho faz que [...] operações técnicas, condicionadas pelas funções do capital, sejam tanto quanto possível executadas para toda a classe capitalista por uma categoria de agentes ou capitalistas como funções exclusivas, ficando concentradas em suas mãos. Há aí divisão do trabalho em duplo sentido, como acontece com o capital mercantil. Aquelas funções se tornam negócio especializado, e porque se efetuam como negócio especializado concernente ao mecanismo financeiro de toda a classe, concentram-se, são exercidas em grande escala; ocorre nova divisão de trabalho nesse negócio especializado, por se repartir em diversos ramos independentes entre si e por se aperfeiçoarem as condições de trabalho desses ramos (grandes escritórios, numerosos contadores e caixas, adiantada divisão de trabalho). Pagamentos, recebimentos de dinheiro, operações de compensação, escrituração de contas-correntes, guarda do dinheiro etc., todas essas operações técnicas, separadas dos atos que as tornam necessárias, transformam em capital financeiro [sic] o capital nelas adiantado (Marx, 2008, p. 423).

E continua:

As diferentes operações que, ao se tornarem autônomas convertidas em negócios especiais, dão origem ao comércio de dinheiro resultam das diversas destinações do próprio dinheiro e de suas funções, que também o capital na forma de capital-dinheiro tem de exercer (Marx, 2008, p. 423).

Neste sentido, entendemos que o ciclo de rotação do capital é uma unidade contraditória que atravessa várias fases, nas quais um mesmo capital aparece sob várias *formas*. Mas que, com a divisão social das funções e com o desenvolvimento das forças produtivas que a condiciona, as várias formas sob as quais o capital se apresenta vão se autonomizar, ainda que mantenham estreitas relações de submissão e dominância entre si¹¹. Neste sentido, já podemos indicar que ao sugerirmos a “autonomia relativa” da esfera financeira não estamos retirando a centralidade do trabalho e, como consequência, negando a teoria do valor-trabalho de Marx. Pelo contrário, a crescente autonomização financeira aprofunda e intensifica a exploração da força de trabalho, necessária inclusive para remunerar as frações ligadas às finanças. Por suas contradições internas, a sobrevivência do capitalismo só é possível pelo aumento da precarização e intensificação do trabalho. Aqui reside a necessária compreensão dialética das fases funcionais do ciclo global.

Ocorre que algumas análises prendem-se ao fato de que o capital produtivo teria a dominância na totalidade da reprodução capitalista sobre as outras formas funcionais do capital dado que o próprio Marx teria explicitado esse fenômeno nos *Aditamentos d’O Capital*, como segue:

As formas – o capital comercial e o capital gerador de juros – são mais antigas que a oriunda da produção capitalista, o capital industrial, a forma fundamental das relações de capital regentes da sociedade burguesa e com referência à qual as outras formas se revelam derivadas ou secundárias [...] E é por isso que o capital industrial, no processo do seu nascimento, tem primeiro de subjugar aquelas formas e convertê-las em funções derivadas ou especiais de si mesmo. Encontra, ao formar-se e ao nascer, aquelas formas mais antigas [...]. *Onde a produção capitalista se desenvolveu na amplitude de suas formas e se tornou o modo dominante de produção, o*

(11) De acordo com Carcanholo e Nakatani (1999, p. 291-292), existiria certa confusão entre o conceito de *capital industrial* e o de *capital produtivo*. Esse seria uma forma funcional autonomizada daquele. Vejamos: “Num primeiro momento o conceito [*de capital industrial*] é tratado como se todas as funções fossem cumpridas pelo mesmo empresário. Assim o conceito de *capital* se confunde com o de *capital industrial*. Em seguida, Marx explicita que as diversas formas funcionais se *autonomizam* devido à divisão social das tarefas entre os capitalistas. As funções do capital-dinheiro, do capital-produtivo e capital-mercadoria podem ficar entregues, cada uma delas, a empresas especializadas. Quando uma forma funcional do *capital industrial* se autonomiza, ela se converte de forma funcional em capital autônomo. Assim o capital-mercadoria converte-se em *capital comercial*; o capital-dinheiro em *capital a juros*; e o capital-produtivo em capital produtivo”.

capital produtor de juros está sob o domínio do capital industrial, e o capital comercial é apenas uma figura do capital industrial, derivada do processo de circulação. Ambos têm de ser antes destruídos como formas autônomas e antes submetidos ao capital industrial. Emprega-se a força (o Estado) contra o capital produtor de juros, reduzindo-se pela coerção a taxa de juros [...] Mas este é um estilo que pertence aos estádios menos desenvolvidos da produção capitalista. O verdadeiro meio do capital industrial para subjugar o capital produtor de juros é a criação [...] do sistema de crédito”. (Apud Carcanholo; Nakatani, 1999, p. 293-294, grifo nosso).

Essa dominância do capital produtivo sobre as outras formas de capital foi um elemento necessário para a conformação da sociedade capitalista quando a sociedade feudal estava em dissolução. Como indicado acima, Marx, quando afirma que “[...] o capital produtor de juros *está* sob o domínio do capital industrial, e o capital comercial é apenas uma figura do capital industrial, derivada do processo de circulação”, não quer dizer que esta seja uma característica a-histórica válida para qualquer formação social capitalista. Pelo contrário, Marx utiliza o termo “*está*” justamente para mostrar que naquele período de formação do capitalismo, a forma conhecida como capital produtivo passava a dominar e colocar sob seu jugo as outras formas funcionais do capital, mais antigas que este.

E, se aprofundarmos a análise, notamos que ainda que se tornem “formas funcionais autônomas”, permanece o “entrelaçamento” entre elas, dado que uma única empresa pode *não* cumprir funções específicas de *apenas* uma das formas funcionais do capital. Vejamos:

Assim, o *capital industrial*, entendido como síntese global e abstrata da circulação de três formas autônomas de capital (o *capital a juros*, o capital produtivo e o *capital comercial*), é o mesmo conceito de capital, mas em um nível mais concreto de análise. Mesmo assim o conceito de *capital industrial* não é capaz de dar conta de toda a complexidade da realidade concreta. Uma unidade de capital (sob o controle de um único empresário ou de uma única empresa) não cumpre exclusivamente a função autonomizada de *capital produtivo*, ou somente a de *capital comercial*, ou ainda a de *capital a juros*. É provável que cumpra diferentes funções e não necessariamente de um único *capital industrial*. Assim, a operação de um capital individual só pode ser entendida como realizando parcial ou totalmente diversas funções e funcionando como entrelaçamento da

circulação de mais de um *capital industrial*. Dessa maneira, estaremos muito mais próximos da complexidade do real (Carcanholo; Nakatani, 1999, p. 292).

É nesse âmbito, marcado pela autonomização, ainda que relativa, do capital a juros, atrelado à sua atual dominância sobre as outras formas de capital, que devemos compreender as outras formas de capital derivadas do capital a juros e que Marx já havia dado indicações em *O Capital*. Saltemos agora ao entendimento do que seja o capital fictício e o capital especulativo parasitário, e qual o papel que cumprem na atual fase financeirizada do capitalismo.

3 O capital fictício e o capital especulativo parasitário: fundamentos da financeirização mundial atual

Primeiramente, acreditamos que o capital fictício é uma categoria central para a interpretação do atual momento pelo qual atravessa a economia capitalista. E o seu correto entendimento, a partir do que propôs Marx no livro III d'*O Capital*, é de fundamental importância para a atualidade, mesmo que à época de Marx a esfera financeira não tinha a mesma proporção que tem hoje.

Por isso, levando em consideração o processo de autonomização do capital, concordamos com a ressalva que nos fazem Carcanholo e Sabadini (2009, p. 42): “Em primeiro lugar, devemos esclarecer que o capital a juros que financia a produção ou a circulação, e capital fictício, são coisas totalmente diversas, ainda que o segundo nasça como consequência da existência do primeiro”. Na verdade, pode, por vezes, o capital fictício aparecer sob a forma de capital portador de juros, – nesse caso transformando-se, assumindo outra forma –, quando financia a produção ou a circulação de mercadorias. Mas a condição necessária para isso é a existência de outro conjunto de capitais que abandona a função de adiantar dinheiro e começa a se valorizar no espectro da ficção.

É no processo de valorização $D - D'$, onde a riqueza se multiplica aparentemente sem a relação direta com a produção, é que se generaliza essa forma ainda mais mistificada, mais fetichizada do capital, o capital fictício. Se ele se difunde e assume importância ainda maior a partir das transações nos chamados mercados financeiros, *locus* central das crises capitalistas contemporâneas, então estaríamos diante de um quadro onde o capital fictício assume uma importância central, jamais presenciada na história do capitalismo.

Para uma melhor caracterização do que se pode chamar de esfera financeira, valemo-nos, também, da categoria de capital especulativo parasitário que, de acordo com Carcanholo e Nakatani (1999, p. 285), pode ser entendido da seguinte maneira:

O capital especulativo parasitário resultaria da conversão da forma autonomizada do *capital a juros* ou *capital portador de juros* quando este ultrapassa os limites do que é necessário para o funcionamento normal do *capital industrial*. Sua lógica especulativa própria chega a contaminar até mesmo as funções produtivas, autonomizadas ou não, e, assim, o que constituía *capital industrial* converte-se em *capital especulativo*. Este, como síntese dialética do movimento de suas formas funcionais, tem o *capital especulativo parasitário* como pólo dominante (Grifo dos autores).

Assim, quando tratamos da esfera especulativa, estamos falando de um capital que “ultrapassa os limites”, se é que eles existem, necessários ao funcionamento do capital industrial e de suas formas funcionais.

Sua característica básica está no fato de que ele não cumpre nenhuma função na lógica do *capital industrial*. É um capital que não produz mais-valia ou excedente-valor e não favorece nem contribui para a sua produção. No entanto, ele se apropria de excedente e o exige em magnitude crescente. Sua lógica é a apropriação desenfreada da mais-valia, ou melhor, do lucro (o lucro especulativo); realiza assim, ou pelo menos pretende fazê-lo, os anseios derivados da própria natureza íntima do capital: o não compromisso com o valor-de-uso e, apesar disso, a autovalorização. Ele conduz ou pretende conduzir a contradição valor/valor-de-uso ao extremo do seu desenvolvimento, isto é, teoricamente à destruição do valor-de-uso (Carcanholo; Nakatani, 1999, p. 301).

Notamos, com isso, que no interior da esfera financeira as formas do capital a juros autonomizadas deste, tais como o capital fictício (termo já grafado por Marx) e o capital especulativo parasitário, passam, cada vez mais, a ter proeminência sobre as outras formas de capital.

Contudo, no âmbito de alguns dos trabalhos que atualmente têm se dedicado ao estudo da financeirização¹², existem significativas diferenças interpretativas entre os autores que concordam (ou não) com a existência de uma nova fase financeirizada. E em alguns deles notamos também mudanças na forma de compreensão do uso de determinadas categorias. Apenas recentemente, por exemplo, Chesnais (2010a) passaria a dar mais ênfase ao capital fictício, em relação ao capital a juros, no interior do que chama de “regime de acumulação predominantemente financeirizado”.

Ao mesmo tempo, nem todos concordam que vivemos em uma nova fase do capitalismo onde se poderia falar de um “capitalismo parasitário” ou de forte influência do capital fictício, uma fase, digamos, de dominância da esfera financeira do capital. Por isso, atribui-se aos “teóricos da financeirização”¹³ algumas características em suas interpretações que merecem um tratamento mais cuidadoso para a devida compreensão do momento pelo qual atravessa o capitalismo contemporâneo. Em primeiro lugar, confere-se a esses “teóricos da financeirização” que, em si, constitui um conjunto diverso e heterogêneo de pesquisadores (heterodoxos e marxistas em sua maioria), mais que uma unidade de pensamento, mas uma “escola teórica” na qual o objeto comum (a reprodução do capital dominada sob o signo das finanças) teria produzido os mesmo diagnósticos e, como consequência, os mesmos apontamentos e “soluções”, fato este que não necessariamente corresponde a realidade. Em seguida, atribui-se a eles um ecletismo que associa uma matriz marxista com fortes resquícios keynesiano, indicação essa que também não leva em consideração a utilização diferenciada de categorias teóricas em suas análises.

(12) Apesar da existência de inúmeros outros, citamos aqui, a título de ilustração, apenas alguns autores que se dedicaram ou estão se dedicando a este tema: Harvey (1990, 1996), Braga (1993), Chesnais (1996; 1998a; 1998b; 2005; 2010a; 2010b), Duménil e Lévy (2003), Lapavistas (2009), Carcanholo e Nakatani (1999; 2001), Germer (1995), Carcanholo e Sabadini (2009); Carcanholo (2006a; 2006b; 2013), Marques (2010), Marques e Nakatani (2009; 2013), Paulani (2009; 2011), Prado (2013a, 2013b).

(13) Uma série de artigos críticos tem sido produzida acerca das análises caracterizadas como a dos “teóricos da financeirização”. Entre eles estão os trabalhos de Cipolla (2010), Katz (2011), Astarita (2008), Bonnet (2002), Katz (2002). Da mesma maneira, entre eles também não se pode dizer que há uma unidade nas interpretações, pelo contrário. Mas, em todos eles percebe-se a recusa à interpretação de que a atual fase seja dominada pelas finanças e que os mencionados teóricos da financeirização teriam combinado conceitos marxistas a uma interpretação presa à matriz keynesiana, fato este que julgamos parcialmente correto devido ao fato, como já afirmamos, da existência de diferenças leituras teóricas entre os denominados “teóricos da financeirização”, ainda que compartilhem de uma mesma perspectiva crítica.

Embora exista esta recusa da ideia de um distanciamento crescente entre a esfera financeira e a esfera produtiva, acreditamos que esse é um fenômeno que têm tido uma amplitude cada vez maior no capitalismo contemporâneo. Marques (2010, p. 4), por exemplo, referindo-se à configuração do atual momento do capitalismo, entende que,

essa nova configuração resultou em um baixo padrão de acumulação (enquanto norma), na manutenção de elevadas taxas de desemprego, na redução dos salários, precarização das relações de trabalho (aumento da intensidade do trabalho, contrato por prazo determinado, ausência de direitos trabalhistas e sociais, trabalho noturno, contrato por prazo determinado, ausência de direitos trabalhistas e sociais, trabalho noturno, trabalho em fins de semana, entre outros), e transferência de plantas para os países do Leste Europeu, anteriormente sob a influência da antiga URSS, e mesmo para a China e outras nações em que o custo da força de trabalho é irrisório. Então, o capitalismo hoje se apresenta como um regime de baixa acumulação (em outras palavras, de baixas taxas de investimento¹⁴ e de crescimento¹⁵) e elevado nível de lucro (Grifos nossos).

Sem dúvida alguma acreditamos que esse distanciamento tem seus limites, bastando para isso verificar as crises recentes do capital que se manifestaram na esfera financeira. Ao mesmo tempo, não dá para desconsiderar o crescimento exponencial dos ativos financeiros em relação aos investimentos produtivos ao longo das últimas décadas¹⁶. E é aí que reside a contradição, dialética por si

(14) Para Duménil e Lévy (2003, p.18), “uma das expressões mais evidentes da crise estrutural dos anos 1970 e 1980 foi o aumento exagerado da onda de desemprego. Essa onda foi comum à Europa e aos Estados Unidos, embora mais importante e duradoura na Europa. [...] Essa onda se formou por volta de 1975-1985, levando a taxas de desemprego próximas a 10%, que se estabilizaram durante a segunda metade dos anos 1980, mas tardaram a desaparecer na Europa. A causa fundamental desse aumento de desemprego foi a diminuição da acumulação do capital (do investimento) e do crescimento da produção”.

(15) Para termos ideia das baixas taxas de crescimento na atualidade, vejamos os seguintes dados referentes ao período posterior à crise manifestada em 2008: “A economia mundial cresceu 1,33%, em 2008, -2,25%, em 2009, 4,34%, em 2010 e 2,71%, em 2011. Nos Estados Unidos (EUA), após a retração de 2008 e 2009, com taxas de crescimento do PIB de -0,36% e -3,53% respectivamente, a ligeira recuperação de 2010 (3,02%) foi seguida de nova retração em 2011, com uma taxa de crescimento de apenas 1,70%. [...] O desempenho na área do Euro foi pior nesses anos, em particular em alguns países como a Grécia, Portugal, Espanha, Itália e Irlanda” (Marques; Nakatani, 2013, s.p.).

(16) De acordo com a revista Carta Capital (12 de junho de 2013), em 2011, no mundo, a soma das finanças e dos derivativos atingia a marca dos 904 trilhões de dólares, enquanto o PIB mundial chegava a 70 trilhões. Ou seja, o tamanho da esfera financeira em relação ao PIB era quase 13 vezes maior. Em 2003 a diferença era menor, mas já bastante considerável. O total das finanças e dos derivativos era de 321 trilhões de

só, entre a produção da riqueza pela via do trabalho e a apropriação financeira e criação de lucros fictícios (Carcanholo; Sabadini, 2009). Neste sentido, o capitalismo não se sustenta pela via dos ganhos advindos da especulação financeira, mesmo que essa característica seja dominante no período recente. Várias mudanças acontecem concomitantemente com a dinâmica especulativa do capital. Observemos as políticas neoliberais, a reestruturação produtiva e a busca incessante pela extração de mais-valia absoluta, relativa e extra, a precarização e a intensificação do trabalho, dentre inúmeras outras, todas ligadas diretamente ao aumento da exploração da força de trabalho. Assim, a centralidade da teoria do valor-trabalho em Marx se impõe numa relação dialética com a natureza das fases do capital industrial, em especial com o capital fictício.

Mas, ao mesmo tempo, acreditar que o distanciamento entre as esferas real e financeira seja totalmente condicionado pela valorização produtiva do capital (D...M (P)...D') seria, a nosso ver, insuficiente para entender a dinâmica do capitalismo contemporâneo. Como afirma Chesnais (2010b, p. XIII), “a ‘autonomia’ da finança só pode ser relativa. A acumulação ‘financeira’ é, por sua vez, distinta da acumulação propriamente dita (de capital constante e de capital variável) e é, em última instância, totalmente dependente dela”.

Nesse sentido não é possível afirmar que a esfera financeira seria o lócus “*exclusivo*” da “geração de fatos, a partir dos quais estariam sendo deflagrados os movimentos e as transformações do capitalismo”, como nos indica Katz (2011, p. 74) ao referir-se aos “teóricos da financeirização”. Vários autores que tratam a financeirização tem a clareza destes fatos. Carcanholo e Sabadini (2009, p. 58-59), por exemplo, afirmam que “nossa concepção de que o futuro da sociedade, enquanto sobreviva como capitalista, implica elevação do grau de exploração dos trabalhadores e de crescimento absoluto da miséria em amplas camadas da população, deriva diretamente da teoria marxista do valor, entendida adequadamente”, ou seja, para se manter resta ao capitalismo intensificar a exploração do trabalho.

dólares, enquanto que a soma do PIB mundial chegava a 37 trilhões. De acordo com a matéria a análise era de que “[...] na última década em particular verificou-se um tremendo abismo entre a economia real e o setor financeiro, com enormes capitais a se acumular e circular livremente no mundo globalizado como uma nuvem pouco transparente e ameaçadora. Dessa nuvem não chove a riqueza benéfica dos investimentos nem a bonança para o planeta. Muito pelo contrário, ela tende a se reproduzir predominantemente através da dinâmica perversa dos artificios financeiros: dinheiro cria dinheiro sem produzir trabalho ou justiça social” (Bernabucci, 2013, p. 52).

Porém, pode-se afirmar que a esfera financeira é um espaço que possibilita a valorização pelo circuito $D - D'$, fugindo à valorização produtiva fundada no circuito $D - M - D'$. Os trabalhos citados anteriormente e relacionados aos das “teorias da financeirização” não indicam uma “completa” autonomia ou uma “exclusividade” na valorização fictícia do capital, ao menos do ponto de vista da totalidade, não negando, portanto, o trabalho como categoria central na produção de valor e mais-valia. Isso acontece sim em trabalhos de autores pós-modernos, muitos deles ligados a Gorz, Negri, Lazzarato, dentre outros.

Como vimos, existe uma relação contraditória que produz uma lógica própria à valorização financeira e, neste caso, não passa pela acumulação real (produtiva), mas, por outro lado, há uma relação que prende a valorização financeira à esfera produtiva, pois depende dela, na medida em que se apropria de mais valia produzida pela mercadoria força de trabalho.

Acreditamos no fato de que, quando o capital a juros (autonomizado) ultrapassa os limites necessários ao funcionamento “normal” do capital industrial é que estamos diante da conversão do capital a juros em capital especulativo parasitário. Esse, ganha uma lógica especulativa própria e que, no atual momento do capitalismo, passa a influenciar intensamente a acumulação produtiva (real).

Assim, na atualidade, de formas auxiliares do capital industrial, aquelas formas autonomizadas deste, tornam-se centrais. Ao tratarmos do período em questão, que estamos chamando de financeirização, o capital fictício e especulativo parasitário tornam-se essenciais na análise do sistema econômico atual.

O que antes era *capital industrial*, síntese das formas autonomizadas de *capital produtivo*, *capital comercial* e *capital a juros* e hegemônico pelo primeiro (o capital produtivo), converte-se em *capital especulativo*, síntese de várias formas de capital, uma das quais, a hegemônica, o *capital especulativo parasitário* [...]. O *capital industrial*, cuja lógica era a apropriação baseada na produção de mais-valia, converte-se, não em capital parasitário, mas em *capital especulativo*. Na verdade, enquanto este é síntese, o *capital especulativo parasitário*, dentro dele, é a dimensão daquele que se remunera parasitariamente; é, portanto, seu aspecto parasitário e domina toda a sua lógica (a lógica do *capital especulativo*, como síntese) (Carcanholo; Nakatani, 1999, p. 301-302).

Assim, o capital especulativo parasitário e o capital fictício são elementos fundamentais para a devida compreensão do atual momento do capitalismo, ainda que seja difícil precisar qual é a magnitude exata desta ou daquela forma de capital. De todas as formas, Marques e Natakani (2013, s.p.) nos indicam que o

o montante total dos derivativos no conceito OTC – *Over The Counter* –, também chamado de operações de balcão nos mercados financeiros, atingiu 647,7 trilhões de dólares, cerca de dez vezes o PIB mundial de 2011. [...] a chamada crise de 2008 não teve repercussão significativa nesse mercado de derivativos. Ou seja, a superacumulação de capital, que foi direcionada para a esfera financeira, continua a comandar o sistema financeiro internacional, especulativo e parasitário, extraindo excedentes dos países atrasados ou emergentes, na forma de remessas de lucros, pagamento de juros e de royalties (Grifo nosso).

Assim, acreditamos que essas e outras características não podem ser menosprezadas, bem como as consequências que elas provocam em todas as fases do ciclo do capital industrial e, conseqüentemente, na sociedade.

Considerações finais

Procuramos ao longo do texto apresentar alguns elementos que nos permitem caracterizar a atual fase do capitalismo contemporâneo, indicando que a financeirização é um dos eixos centrais do atual processo de transformação capitalista. Resgatamos algumas características da financeirização e sua relação dialética com a esfera produtiva do capital. Após isso, indicamos, mesmo que brevemente, alguns argumentos dos defensores e críticos das teorias da financeirização, assinalando que, a nosso ver, o capital fictício e o capital especulativo parasitário são os pilares fundamentais da financeirização mundial hoje.

O capital fictício nasce como existência generalizada do capital a juros. E quando este ultrapassa os limites necessários ao funcionamento normal do capital industrial, não contribuindo para financiar a produção de valor nem a comercialização das mercadorias, notamos a existência de um capital ilusório que se multiplica sem substância real por detrás.

Neste sentido, esse capital é real na perspectiva de quem o detém, mas é fictício na perspectiva da totalidade do movimento capitalista. Ao olharmos o exponencial crescimento da esfera financeira percebemos que estamos, de fato, diante de um quadro diferente. Um novo quadro que caracterizamos como uma nova fase, em que o crescimento da esfera financeira, fictícia, é um dos seus eixos centrais.

E é essa dinâmica que nos confere a possibilidade de caracterizar a atual etapa capitalista como especulativa e parasitária, também marcada pela insuficiente capacidade do capital produtivo de gerar o necessário excedente para atender às exigências de remuneração do chamado capital fictício. E isso apresenta não só consequências na relação intracapitalista, mas também na que existe entre o capital e o trabalho. A relação de exploração se intensifica, os mecanismos de geração de valor são levados ao extremo, aumenta-se a fadiga e a dinâmica da precarização do trabalho se impõe ainda mais.

Ao mesmo tempo, o crescimento da esfera financeira não implica dizer que o crescimento econômico e o investimento produtivo não tenham crescido nas últimas décadas, mas sim que eles foram muito menores que o primeiro. Isso marca a influência das finanças sobre o capital produtivo, não significando, naturalmente, que as contradições capitalistas desapareceram ou que o trabalho tenha deixado de ser a fonte de riqueza. Pelo contrário. Na atual fase capitalista, o capital fictício e o capital especulativo parasitário retiram parcelas consideráveis de mais-valia, fazendo com que a esfera financeira apresente uma magnitude muito maior.

Essas mudanças também se expressam nas relações no interior da burguesia em que novas frações da classe burguesa passaram a deter maior poder político no interior dos Estados e a comandar o imperialismo em nível mundial. Mas, esses são outros desdobramentos que precisam ser melhor estudados à luz dos autores clássicos.

Referências bibliográficas

ASTARITA, Rolando. Crítica de la tesis de la financiarización. Mimeo, 2008. Disponível em: <<http://rolandoastarita.com/dt-Critica%20tesis%20de%20la%20financiarizacion.htm>>.

BERNABUCCI, Claudio. O estopim das crises. *Carta Capital*, n. 752, 12 jun. 2013.

BONNET, Alberto R. El fetichismo del capital-dinero. Um comentário sobre el debate Chesnais-Husson. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 49-79, jun. 2002.

BRAGA, José Carlos de Souza. A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. *Economia e Sociedade*, Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, n. 2, p. 25-57, ago. 1993.

CARCANHOLO, Reinaldo A. *Capital: essência e aparência*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v. 2.

_____. Capitalismo especulativo e alternativas para América Latina. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 11, Vitória. Vitória: Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), 2006a.

_____. Resenha: Uma nova fase do capitalismo? *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, n. 19, jul. 2006b.

_____; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 284-302, 1999.

_____; _____. Capital especulativo parasitario versus capital financiero. *Revista Problemas del Desarrollo (Rev. Latinoamericana de Economía)*, México, DF, v. 32, n. 124, p. 9-31, jan./mar. 2001. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/docs/24722.pdf>>.

_____; SABADINI, Mauricio de S. Capital fictício e lucros fictícios. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 24, jun. 2009.

CHESNAIS, François. *Mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Introdução geral. In: CHESNAIS, F (Org.). *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998a.

_____. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. IN: CHESNAIS, F. (Org.). *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998b.

_____. Introdução geral. In: CHESNAIS (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento de mundialização do capital. In: CHESNAIS, F.; BRUNHOFF, S.; DUMÉNIL, G.; HUSSON, M.; DOMINIQUE, L. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010a.

CHESNAIS, François. Prefácio. In: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (Org.). *O Brasil sob a nova ordem*. São Paulo: Saraiva, 2010b.

CIPOLLA, Francisco Paulo; PINTO, Geane Carolina Rodrigues. Crítica das teorias da financeirização. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 27, out. 2010.

COGGIOLA, Osvaldo; MARTINS, José. *Dinâmica da globalização*. Florianópolis: UFSC, 2006.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crises e novo. In: UMA NOVA fase do capitalismo? São Paulo; Campinas: Xamã e CEMAR, 2003.

GERMER, Claus M. Dinheiro, capital e dinheiro de crédito – o dinheiro segundo Marx. Tese (Doutoramento)-Unicamp, 1995.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. Los límites del capitalismo y la teoría marxista. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

KATZ, Cláudio. *Enigmas contemporâneos de las finanzas y la moneda*. Buenos Aires: 2002. Mimeo.

KATZ, Frederico Jayme. *Questionando as teorias da dependência e da financeirização: o Brasil na encruzilhada do desenvolvimento do capitalismo*. São Paulo: Plêiade, 2011.

KLAGSBRUNN, Vitor H. Considerações sobre a categoria dinheiro de crédito. *Ensaio FEE*, v. 13, n. 2, p. 592-615, 1992.

LAPAVITSAS, Costas. *El capitalismo financiarizado: expansión y crisis*. Madrid: Maia Ediciones, 2009.

MARQUES, Rosa Maria. O regime de acumulação sob a dominância financeira e a nova ordem no Brasil. In: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (Org.). *O Brasil sob a nova ordem*. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____; NAKATANI, Paulo. *O que é capital fictício e sua crise*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

_____; _____. Capital fictício e capitais estrangeiros no Brasil. In: ENCONTRO DA SEP, 13, Belo Horizonte, maio 2013. *Anais...*

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro III, v. IV, V e VI.

_____. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro III, v. IV, V e VI.

NAKATANI, Paulo; SABADINI, Mauricio de Souza. Sistema financeiro e mercado de capitais. In: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (Org.). *O Brasil sob a nova ordem*. São Paulo: Saraiva, 2010.

PAULANI, Leda. A autonomização das formas verdadeiramente sociais na teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo. *Revista Economia*, Brasília, DF, v.12, n.1, jan./abr. 2011.

_____. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 23, p. 25-39, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a03v2366.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2013.

PRADO, Eleutério F. S. *O que é financeirização?* Mimeo. 2013a. Disponível em: <http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2013/09/exame-crc3adtico-da-teoria-da-financeirizac3a7c3a3o.pdf>.

_____. *Exame crítico da teoria da financeirização*. Mimeo. 2013b. Disponível em: <http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2013/09/exame-crc3adtico-da-teoria-da-financeirizac3a7c3a3o.pdf>.

PINTO, Nelson Prado A. *O capital financeiro na economia contemporânea: uma revisão teórica e histórica de seu papel no desenvolvimento recente dos Estados Unidos*. Tese (Doutoramento)—Unicamp, 1994.

SABADINI, Mauricio de S. Sobre o conceito de capital financeiro (I) (versão preliminar). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 17, Rio de Janeiro, jun. 2012. *Anais...* Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), jun. 2012.



Economia ecológica e valoração da natureza

Ademar Ribeiro Romeiro ¹

Introdução

A valoração econômica de bens e serviços ecossistêmicos teoricamente tem uma importância crucial para a economia ambiental (neoclássica) como condição necessária e suficiente para resolver problemas ambientais vistos como problemas de externalidade negativa. Com efeito, uma vez que os bens e serviços ecossistêmicos públicos passem a ter os respectivos valores corretamente precificados, de modo a refletir a escassez relativa dos mesmos, estariam dadas, então, as condições necessárias para sua alocação eficiente pelas forças de mercado. Desse modo, na medida em que estes bens e serviços se tornam escassos (esgotamento e/ou degradação) seus preços se elevam criando os estímulos necessários para a introdução de alternativas (recursos substitutos e/ou redução da poluição). Assume-se que este processo de ajuste é isento de riscos de perdas irreversíveis potencialmente catastróficas².

Para a economia ecológica, diferentemente, mesmo que fosse possível esta correta precificação, e não é, ainda assim ela não seria condição necessária e suficiente para resolver os desafios ambientais na medida em que os ecossistemas possuem outras dimensões de valor além da econômica, cujas métricas de mensuração não são monetárias: as dimensões sociocultural e, principalmente, ecológica. Assume-se, no caso desta última, que existe um risco de perdas irreversíveis potencialmente catastróficas que deve ser levado em conta.

Para os ecologistas esta última dimensão era até certo momento a única considerada em sua luta pela preservação do meio ambiente. No entanto, a publicação do trabalho de Costanza, R. et al. (1997) na prestigiosa revista *Nature* teve um grande e positivo impacto. Foi recebido nos meios acadêmicos da área de ciências naturais com entusiasmo por muitos, pois, apesar da precariedade

(1) Professor do Instituto de Economia da Unicamp.

(2) Para uma apresentação mais aprofundada deste ponto ver Romeiro (2012).

metodológica admitida por seus autores, mostrava de modo bastante espetacular o valor econômico de serviços gerados por ecossistemas cuja preservação era até então defendida com base em argumentos puramente ecológicos. Nesse sentido, a revelação da dimensão econômica do valor dos ecossistemas como produtores de serviços foi vista como um importante elemento a complementar sua dimensão propriamente ecológica de valor, desse modo contribuindo como justificativa adicional para a implementação de políticas mais efetivas de proteção de recursos naturais.

As métricas de valoração

A métrica de valoração da dimensão ecológica de um dado ecossistema é aquela da sua importância relativa para resiliência ecossistêmica, que indica os limites da sustentabilidade: cada ecossistema em particular deve ser avaliado segundo sua contribuição relativa para a resiliência do ecossistema maior do qual é parte, o que implica ter em conta um horizonte de tempo de muito longo prazo. A métrica de valoração da dimensão sociocultural é aquela da identidade cultural de uma dada comunidade ou sociedade. O valor desta identidade cultural não é redutível à métrica monetária como serviço cultural a ser comprado ou não. Finalmente, a métrica de valoração da dimensão econômica é o valor monetário dos serviços produzidos por um dado ecossistema.

Portanto, o valor da dimensão econômica não pode ser considerado isoladamente dos valores das duas outras dimensões no processo de decisão. Há uma correlação entre o valor ecológico (sustentabilidade) e valor econômico, uma vez que um ecossistema muito importante para a sustentabilidade provavelmente também possui funções ecossistêmicas que geram importantes serviços ecossistêmicos. No entanto, raramente é possível calcular integralmente o valor econômico de um ecossistema devido a duas razões instrumentais: (a) as limitações da ciência diante da complexidade ecossistêmica, que tornam incompletas as avaliações das funções ecossistêmicas que se traduzem em serviços ecossistêmicos mensuráveis monetariamente; (b) as deficiências metodológicas da própria valoração monetária: o valor monetário de um dado serviço ecossistêmico é temporal e espacialmente contingente, bem como pode variar dependendo do método de valoração utilizado.

Nesse sentido, podem existir situações em que, por exemplo, a ciência tem razoável segurança em relação à importância de dado ecossistema para a preservação da biodiversidade (dimensão ecológica) sem, no entanto, permitir uma plena ponderação de sua dimensão econômica por não ter condições de identificar todas suas funções ecossistêmicas passíveis de gerar serviços. Serviços estes que seriam imediatamente perdidos com sua supressão, sendo que o valor monetário somado dos serviços identificados não geraria um valor suficientemente alto que justificasse a preservação face ao seu custo de oportunidade. Portanto, neste caso uma análise unidimensional custo-benefício ampliada levaria à decisão pela não-preservação, pondo em risco a biodiversidade.

O fator escala é importante também na relação entre estas duas dimensões, ecológica e econômica. Por exemplo, por um lado, a recuperação da Mata Atlântica numa escala que abranja todo Estado de São Paulo de acordo com o Código Florestal, dificilmente se justificaria apenas pelo valor monetário dos serviços ecossistêmicos que proporcionaria; neste caso, portanto, sua dimensão ecológica, ou seja, a importância desta recuperação para a resiliência ecossistêmica da Mata Atlântica e sua biodiversidade atestada pela ciência, é a principal justificativa para o cumprimento da lei. Por outro lado, numa escala espacialmente menor pode ocorrer um quadro oposto, em que a importância da dimensão ecológica do ecossistema é menor do que aquela da sua dimensão econômica, cujo valor pode ser suficientemente alto para justificar sua preservação. Este é o caso da bacia de captação Cantareira-Mantiqueira, que abastece a região macrometropolitana de São Paulo, onde a importância relativa da recuperação florestal da área para a resiliência ecossistêmica da Mata Atlântica no Estado tem um peso menor como justificativa para a preservação do que aquele do principal serviço ecossistêmico que esta recuperação proporcionaria: a produção de água. Este último é percebido claramente como possuindo um valor monetário suficientemente alto vis-à-vis ao custo de oportunidade desta recuperação para justificar uma política de PSA (pagamento por serviços ambientais).

Em todo processo de decisão sobre a preservação integral ou parcial de um dado ecossistema se confronta, de um lado, seu valor tal como percebido pelos tomadores de decisão e de, outro, seu custo de oportunidade, isto é, os benefícios perdidos com a decisão pela preservação. As situações de dificuldade mais comuns no processo de tomada de decisão decorrem das incertezas relativas

à importância da dimensão ecológica vis-à-vis ao custo de oportunidade da preservação. Especialmente devido ao fato que via de regra os benefícios da preservação são diferidos no tempo relativamente aos benefícios da não-preservação.

As fontes do valor subjacentes a cada uma destas dimensões de valor são antropocêntricas, incluído aí aquela subjacente à dimensão ecológica, uma vez que esta é valorada principalmente em função de sua importância (utilidade), sendo insubstituível, para a sobrevivência da espécie humana. No entanto, é possível reconhecer, deontologicamente, um valor às espécies que se considere como não úteis: uma obrigação moral, um dever, dos seres humanos em relação à preservação destas; trata-se ainda de uma visão antropocêntrica de valor ecológico, embora não-utilitária, na medida em que é baseada em preferências humanas religiosa e/ou filosoficamente determinadas.

Esta visão pluridimensional do valor do meio ambiente é, portanto, radicalmente distinta da visão de valor subjacente à abordagem unidimensional da economia ambiental baseada nos pressupostos da economia do bem estar, o “mainstream” neoclássico. Nesta última abordagem as dimensões ecológica e sociocultural são redutíveis à dimensão econômica, na medida em que estas são vistas como produtoras de bens e serviços substituíveis que devem ser valoradas, portanto, pela disposição a pagar dos agentes econômicos. Nesse esquema analítico se reconhecem duas fontes de valor, uma utilitária (valor de uso) e outra não-utilitária (valor de existência). Neste segundo caso, não se questiona, entretanto, as causas da motivação a pagar por algo sem utilidade, apenas por existir, considerando-se somente a disposição dos agentes econômicos em abrir mão de outros bens substitutos em benefício deste. Nesse sentido, não se pode dizer, e pouco importaria, que o valor de existência resulte de algum valor intrínseco da natureza ou de alguma motivação deontológica. Portanto, na visão neoclássica o valor da natureza, de uso ou de existência, resulta das preferências humanas entre bens substitutos valorados com base numa métrica monetária única. Não existe risco de perdas ambientais irreversíveis potencialmente catastróficas, uma vez que os bens e serviços ecossistêmicos são substituíveis entre si ou por capital. Desse modo, as deficiências dos métodos de valoração monetária não comprometem processos de decisão que devem ser baseados inteiramente em análises custo-benefício monetários.

Na abordagem pluridimensional aqui adotada o processo de valoração se desdobra portanto em duas ou três fases, dependendo da presença ou não da dimensão sociocultural. A primeira, de valoração da dimensão ecológica, é uma fase em que o ecossistema em jogo é avaliado com base no estado da arte dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis – uma avaliação ecossistêmica. Dependendo do grau de complexidade e incerteza os procedimentos metodológicos serão distintos. No caso da dimensão sociocultural o ponto de partida é o reconhecimento de sua existência pela sociedade. A partir de então a avaliação de sua importância relativa deve ser feita com base em métodos participativos. Finalmente, em terceiro vem a fase da valoração econômica a ser realizada com base num conjunto de métodos de valoração monetária baseados direta ou indiretamente na disposição a pagar dos indivíduos. No entanto, esta será tanto mais completa quando for o quadro dos serviços ecossistêmicos identificados na primeira fase através da avaliação ecossistêmica³.

Avaliação ecossistêmica e as dimensões ecológica e econômica

Complexidade ecossistêmica

Como foi dito acima, a avaliação ecossistêmica é essencial para a mensuração tanto da dimensão ecológica como da econômica. No caso da primeira se trata de avaliar a importância ecológica do que está em jogo para a sustentabilidade de longo prazo. No caso da segunda o conhecimento aprofundado da dinâmica ecológica decorrente da complexidade dos ecossistemas é uma condição necessária para a identificação dos serviços ecossistêmicos presentes, sem o que haveria uma forte subestimação do valor total que produzem.

É preciso considerar que os ecossistemas resultam de interações dinâmicas e contínuas entre seres vivos e não-vivos em seus ambientes físicos e biológicos; interações não apenas entre organismos, mas entre a totalidade complexa dos fatores físicos que formam cada espaço ecossistêmico (Tansley, 1935). São sistemas adaptativos complexos, nos quais propriedades sistêmicas macroscópicas como estrutura, relação produtividade-diversidade e padrões

(3) Para uma exposição didática destas etapas e métodos de valoração ver Romeiro e Maia (201?). Para uma discussão conceitual e metodológica mais ampla ver Andrade (2013). Ver também Romeiro (2004) para uma apresentação de diversas perspectivas de avaliação e contabilização de impactos ambientais.

de fluxos de nutrientes emergem de interações entre seus componentes, sendo comum a existência de efeitos de retroalimentação (“*feedback*”) positivos e negativos, responsáveis por um equilíbrio dinâmico evolutivo.

O conjunto de indivíduos e comunidades de plantas e animais (recursos bióticos), sua idade e distribuição espacial, juntamente com os recursos minerais, terra e energia solar (recursos abióticos), compõem a **estrutura ecossistêmica**, a qual fornece as fundações sobre as quais os processos ecológicos ocorrem (Daly; Farley, 2004). A maioria dos ecossistemas apresenta milhares de elementos estruturais, cada um exibindo variados graus de complexidade. Estes elementos, por sua vez, exibem comportamentos evolucionários e não mecanicistas (Costanza et al., 1993). Devido a isso, os ecossistemas são caracterizados por comportamentos não lineares, o que faz com que não seja possível fazer previsões de intervenções baseadas apenas em conhecimentos sobre cada componente individualmente.

Como sistemas complexos, os ecossistemas apresentam várias características (ou propriedades), como variabilidade, resiliência, sensibilidade, persistência e confiabilidade. Dentre elas, as propriedades de variabilidade e resiliência apresentam importância crucial para uma análise integrada das interconexões entre ecossistemas, sistema econômico e bem-estar humano.

A **variabilidade** dos ecossistemas consiste nas mudanças dos estoques e fluxos ao longo do tempo, devido, principalmente, a fatores estocásticos, intrínsecos e extrínsecos, enquanto que a **resiliência** pode ser considerada como a habilidade de os ecossistemas retornarem ao seu estado natural após um evento de perturbação natural, sendo que quanto menor o período de recuperação, maior é a resiliência de determinado ecossistema. Pode também ser definida como a medida da magnitude dos distúrbios que podem ser absorvidos por um ecossistema sem que o mesmo mude seu patamar de equilíbrio estável.

O ponto de mudança de patamar (ou de ruptura) é definido como o **limiar** de resiliência do ecossistema. Os limiares, ou pontos de ruptura (*breakpoints*), são aqueles pontos-limite além dos quais há um dramático e repentino desvio em relação ao comportamento médio dos ecossistemas (MA, 2003). O grande problema está em que estes limiares não são conhecidos na maioria dos casos, em especial quando se trata de macro-ecossistemas regulatórios como aquele

responsável pela estabilidade climática. Nos casos em que o risco de perdas irreversíveis decorrentes de sua ruptura é muito elevado a única solução é a adoção de políticas baseada no Princípio da Precaução.

O entendimento da dinâmica dos ecossistemas requer um esforço de mapeamento das chamadas **funções** ecossistêmicas, as quais podem ser definidas como as constantes interações existentes entre os elementos estruturais de um ecossistema, incluindo transferência de energia, ciclagem de nutrientes, regulação de gás, regulação climática e do ciclo da água. Estas funções se traduzem em **serviços** ecossistêmicos, na medida em que beneficiam as sociedades humanas. Dentre eles pode-se citar a provisão de alimentos, a regulação climática, a formação do solo, etc. (De Groot et al., 2002). São, em última instância, fluxos de materiais, energia e informações derivados dos ecossistemas naturais e cultivados que, combinados com os demais tipos de capital (humano, manufaturado e social) produzem o bem-estar humano.

Os processos (funções) e serviços ecossistêmicos nem sempre apresentam uma relação biunívoca, sendo que um único serviço ecossistêmico pode ser o produto de duas ou mais funções, ou uma única função pode gerar mais que um serviço ecossistêmico. A natureza interdependente das funções ecossistêmicas faz com que a análise de seus serviços requeira a compreensão das interconexões existentes entre os seus componentes. Além disso, o fato de que as funções e serviços ecossistêmicos ocorrerem em várias escalas espaciais e temporais torna suas análises uma tarefa ainda mais complexa.

Serviços ecossistêmicos

Os serviços ecossistêmicos podem ser classificados de maneira semelhante às funções ecossistêmicas das quais resultam. Por exemplo, os **serviços de provisão**, incluem os produtos obtidos dos ecossistemas, tais como alimentos e fibras, madeira para combustível, recursos genéticos, produtos farmacêuticos, etc. Sua sustentabilidade não deve ser medida apenas em termos de fluxos, isto é, quantidade de produtos obtidos em determinado período. Deve-se proceder a uma análise que considere a qualidade e o estado do estoque do capital natural que serve como base para sua geração, atentando para restrições quanto à sustentabilidade ecológica. Outro exemplo são os **serviços de regulação**, como manutenção da

qualidade do ar, regulação climática, controle de erosão, dispersão e assimilação de poluentes, reprodução vegetal (polinização), etc. Diferentemente dos serviços de provisão, sua avaliação não se dá pelo seu “nível” de produção, mas sim pela análise da capacidade dos ecossistemas regularem determinados serviços.

Tendo em vista a importância dos fluxos de serviços gerados pelos ecossistemas para o bem-estar humano e para o suporte da vida no planeta, é inegável a necessidade de valorá-los economicamente de modo a fornecer subsídios para políticas ambientais. No entanto, como foi visto acima, é preciso ter clareza de que estes valores somente podem refletir parte do que está em jogo. Este reconhecimento por parte da abordagem econômico-ecológica é um de seus elementos diferenciadores centrais em relação à abordagem convencional (neoclássica).

Além da subavaliação dos serviços ecossistêmicos decorrente da insuficiência e/ou desconsideração dos conhecimentos ecológicos disponíveis, existe também a possibilidade, frequente, de insuficiência de informações que permitem a mensuração de serviços ecossistêmicos não obstante bem identificados. Um exemplo notável desta situação é aquele da valoração dos solos agrícolas.

A valoração tradicionalmente realizada se baseia no entendimento do solo como um simples depósito de nutrientes⁴. Ou seja, apenas um único serviço ecossistêmico é considerado. Desse modo, o valor do solo perdido por erosão é calculado com base numa estimativa de seu conteúdo em nutrientes, fundamentalmente nitrogênio, fósforo e potássio (NPK). Estes nutrientes perdidos podem ser repostos – valoração pelo método do custo de reposição, substituídos por fertilizantes químicos industrializados. Esta representação reducionista do solo tem o atrativo adicional para os economistas convencionais de confirmar a premissa sobre a possibilidade de substituição perfeita entre capital (fertilizantes químicos) e capital natural (fertilidade natural dos solos), premissa esta fundamental no esquema teórico da economia ambiental neoclássica.

(4) Esta visão predominou nos meios agrônômicos entusiasmados com as perspectivas da química agrícola abertas com a descoberta da Lei do Mínimo por Justus Von Liebig.

Ao se levar em conta um modelo ecológico do solo mais próximo da realidade, consultando os ecólogos, o economista ecológico se vê diante de um quadro de valoração bem mais complexo. O solo é um complexo ecossistema que produz diversos serviços ecossistêmicos, alguns dos quais beneficiam diretamente os agricultores. Além disso, estes serviços são apenas imperfeitamente substituíveis por capital, quando o são. Portanto, a erosão implica não apenas a perda de nutrientes contidos no solo, mas a redução da oferta e mesmo a destruição de outros serviços ecossistêmicos, entre os quais estão: 1) infiltração e capacidade de estocagem de água disponível para as culturas; 2) estruturação física favorável ao bom enraizamento das plantas; 3) capacidade de mobilização de nutrientes; e 4) oferta de metabólitos fitossanitários. Estes serviços resultam das atividades interconectadas de uma miríade de seres que compõem um complexo ecossistema. A principal dificuldade de valoração econômica de muitos destes serviços resulta da falta de levantamento sistemático de informações sobre parâmetros como teor de matéria orgânica do solo, porosidade, taxa de infiltração, entre outras.

O sistema de plantio direto, uma prática largamente difundida no país atualmente, se baseia no segundo destes serviços. As diferenças de custo entre este sistema e o sistema convencional de preparo de solo dá uma medida de seu valor, embora o primeiro implique em melhoras no solo que podem favorecer o rendimento das culturas de modo geral. O primeiro destes serviços pode assumir também um valor muito significativo em regiões agrícolas sujeitas a veranicos⁵. Na sua ausência a solução substituta é a irrigação de apoio. Seu custo, portanto, dá uma medida do valor monetário do serviço capacidade de estocagem de água do solo. É determinar o nível de degradação deste serviço ecossistêmico através de modelagem usando a equação universal de perda de solo associada à modelagem hidrológica sobre taxa de infiltração.

Modelagem econômico-ecológica

Um modelo pode ser descrito como uma representação de um sistema (Wätzold et al., 2006), capaz de dar conta de seus elementos estruturais e suas relações internas, além de inter-relações destes com os ambientes subjacentes.

(5) Veranico se caracteriza por um curto período de seca durante a estação chuvosa que pode causar uma redução considerável no rendimento das culturas.

As especificações dos elementos estruturais e dos relacionamentos internos e externos determinam em que medida um modelo pode ser considerado integrado e interdisciplinar. No caso da modelagem econômico-ecológica, três requisitos são necessários: i) profundo conhecimento das disciplinas envolvidas (no caso, economia e ecologia); ii) identificação e estruturação adequada do problema a ser investigado, e; iii) entendimento mútuo entre os pesquisadores (economistas e ecólogos) sobre as escalas e os propósitos da ferramenta da modelagem.

O conhecimento limitado de disciplinas individuais em abordagens integradas tem levado a simplificações, reducionismos e dificuldades em lidar com a complexidade dos sistemas ecológicos e econômicos. As diferentes disciplinas possuem distintas idiossincrasias e o desafio está na construção de uma linguagem comum capaz de abarcar as visões isoladas envolvidas. No caso da valoração dos serviços ecossistêmicos, o conhecimento dos processos ecológicos torna-se uma condição essencial para o entendimento da dinâmica desencadeada por intervenções antrópicas nos ecossistemas. A partir dessas mudanças, é possível utilizar esquemas valorativos que superem as limitações impostas pelas abordagens estritamente econômicas ou ecológicas.

Além de considerar a dinâmica ecológica, uma verdadeira valoração dinâmico-integrada deve incluir também as visões que diferentes grupos de indivíduos têm sobre as diversas categorias de serviços ecossistêmicos e suas dimensões culturais e éticas. Não basta apenas ampliar o cenário de valoração, incorporando aspectos de dimensões ecológicas e biofísicas. É preciso reconhecer que os seres humanos possuem uma racionalidade limitada e que é necessário ponderar quesitos de ordem social.

Segundo Costanza e Ruth (1998), a modelagem econômico-ecológica pode variar entre simples modelos conceituais, que fornecem um entendimento geral do comportamento de um dado sistema, a aplicações realistas, cujo objetivo é avaliar diferentes propostas de política. Os três atributos de um modelo que permitem avaliar a eficiência da ferramenta da modelagem econômico-ecológica são o realismo (simulação de um sistema de uma maneira qualitativamente realística), a precisão (simulação de um sistema de uma maneira quantitativamente precisa) e a generalidade (representação um amplo intervalo de comportamentos sistêmicos com o mesmo modelo). Nenhum modelo poderá

maximizar simultaneamente estes três atributos e a escolha de qual deles é mais importante dependerá dos propósitos fundamentais para o qual o modelo está sendo construído.

O objetivo imediato da modelagem econômico-ecológica é a representação das interações entre os ecossistemas e a atividade humana, ilustrando de que maneira as intervenções antrópicas modificam os ecossistemas e como diferentes configurações ecossistêmicas contribuem para o bem-estar humano (Bockstael et al., 1995). As diferenças mais pronunciadas entre economistas e ecólogos podem ser reconciliadas a partir do momento em que se tenha uma compreensão mais ampla dessas relações mútuas e dos desdobramentos espaciais e temporais da ação humana sobre os ecossistemas.

As disciplinas de economia e ecologia possuem algumas características comuns, o que teoricamente poderia contribuir para a integração de suas contribuições para o tratamento da questão dos ecossistemas e seus serviços. Ambas buscam analisar e prever atributos e trajetórias de sistemas complexos, cujas dinâmicas são governadas pela alocação de recursos escassos e onde o comportamento de agentes individuais e fluxos de energia e matéria são essenciais.

Apesar das similaridades, existem significativas diferenças entre as duas disciplinas, mormente ligadas a diferenças no uso de unidades de medida, diferenças no foco em diferentes populações de interesse, distinções no tratamento de riscos e incertezas e paradigmas de análises. Ecólogos usualmente criticam os economistas pela sua excessiva concentração na dimensão antropocêntrica dos valores ecossistêmicos e a conseqüente desconsideração de importantes processos ecológicos, ao mesmo tempo em que economistas criticam ecólogos e demais cientistas naturais pela sua resistência em calcular as contribuições relativas de várias características dos ecossistemas para o bem-estar humano e a não consideração de qualquer tipo de preferência humana no processo de valoração. Neste sentido, a modelagem econômico-ecológica oferece os meios para a integração das perspectivas econômica e ecológica. O notável desenvolvimento de ferramentas computacionais que são capazes de simular as interações entre vários sistemas vem contribuindo decisivamente para tornar viável operacionalmente esta ferramenta analítica.

Considerações finais

Do que foi visto acima merece ser destacado o fato de que, metodologicamente, é mais complicado e caro valorar os ecossistemas a partir de uma abordagem econômico-ecológica. Nesse sentido, a abordagem reducionista de valoração ambiental neoclássica oferece uma “vantagem”, ao permitir respostas mais rápidas, a um custo menor, às demandas de valoração do meio ambiente.

No entanto, na medida em que fique mais claro o quanto esta abordagem subestima e distorce o valor dos ecossistemas, procedimentos de valoração como o proposto passam a ser vistos como mais adequados. Por outro lado, os avanços científicos e tecnológicos, a maior disponibilidade de informações, vêm reduzindo o custo deste procedimento. Por último, mesmo quando por falta de conhecimentos científicos e/ou de meios de verificação, **não é possível** avaliar e ponderar todos os valores presentes num dado ecossistema, a exposição clara dos limites da valoração realizada, com a indicação dos serviços ecossistêmicos que embora conhecidos não foi possível avaliá-los, já representa em si mesma uma informação extremamente relevante para a tomada de decisão.

Referências bibliográficas

ANDRADE, D. C. Valoração econômico-ecológica. Bases conceituais e metodológicas. São Paulo: Editora Annablume. Coleção Cidadania e Meio Ambiente. Série EcoEco, 2013.

BOCKSTAEL, N.; COSTANZA, R.; STRAND, I.; BOYNTON, W.; BELL, K.; WAINGER, L. Ecological economic modeling and valuation of ecosystems. *Ecological Economics*, p. 143-159, 1995.

COSTANZA, R.; D'ARGE, R.; DE GROOT, R. S.; FARBER, S.; GRASSO, M.; HANNON, B.; LIMBURG, K.; NAEEM, S.; O'NEILL, R. V.; PARUELO, J.; RASKIN, R. G.; SUTTON, P.; VAN DEN BELT, M. The value of the world's ecosystem services and natural capital. *Nature*, n. 387, p. 253-260, 1997.

_____; RUTH, M. Using dynamic modeling to scope environmental problems and build consensus. *Environmental Management*, v. 22, n. 2, p. 183-195, 1998.

_____, WAINGER, L.; FOLKE, C.; MÄLER, K.G. Modeling complex ecological

economic systems: toward an evolutionary dynamic understanding of people and nature. *BioScience*, 43, p. 545-555, 1993.

DALY, H. E.; FARLEY, J. *Ecological economics: principles and applications*. Washington, DC: Island Press, 2004.

DE GROOT, R. S.; WILSON, M. A.; BOUMANS, R. M. J. A typology for the classification, description, and valuation of ecosystem functions, goods and services. *Ecological Economics*, 41, p. 393-408, 2002.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT (MA). *Ecosystem and human well-being: a framework for assessment*. Washington, DC: Island Press, 2003.

ROMEIRO, A. R. *Avaliação e contabilização de impactos ambientais*. Campinas: Org. Editora da Unicamp / São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

_____; MAIA, A. G. *Avaliação de custos e benefícios ambientais*. Brasília: ENAP (Escola Nacional de Administração Pública), 2011.

_____. *Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica*. *Estudos Avançados* (USP), v. 26, p. 65-92, 2012.

TANSLEY, A. G. The use and abuse of vegetational concepts and terms. *Ecology*, 3, p. 284-307, 1935.

WÄTZOLD, F.; DRECHSLER, M.; ARMSTRONG, C. W.; BAUMGÄRTNER, S.; GRIMM, V.; HUTH, A.; PERRINGS, C.; POSSINGHAM, H. P.; SHOGREN, J. F.; SKONHOFT, A.; VERBOOM-VASILJEV, J.; WISSEL, C. Ecological-economic modeling for biodiversity management: potential, pitfalls, and prospects. *Conservation Biology*, v. 20, n. 4, p. 1034-1041, 2006.



SEGUNDA SEÇÃO

**NOVAS AGENDAS DE PESQUISA
E DESAFIOS PARA
CENTROS EM FORMAÇÃO**



Interiorização e interdisciplinaridade: desafios para a pesquisa em economia no contexto da expansão do ensino superior no Brasil

Daniel do Val Cosentino ¹
Thiago Fontelas Rosado Gambi ²

Introdução

Este texto traz uma breve reflexão sobre a concretização da pesquisa em economia no contexto de um curso interdisciplinar oferecido no interior do país. Trata-se do Bacharelado em Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria, oferecido pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), no campus de Varginha, sul de Minas Gerais. É impossível refletir sobre o tema sem antes passar pela discussão sobre a interiorização do ensino superior no Brasil e a interdisciplinaridade que está na base desse curso. A interiorização e a interdisciplinaridade produzem uma estrutura peculiar que terá efeitos significativos sobre a produção da pesquisa em economia. Elas serão discutidas nos dois primeiros itens deste texto. A seguir, será apresentada a estrutura peculiar gerada concretamente no campus de Varginha e suas possibilidades de pesquisa.

Interiorização

As universidades federais no Brasil vivem um processo de interiorização e expansão. Segundo o MEC (2013, p. 25), entre 2003 e 2010, foram criadas 14 novas universidades federais, sendo que o número total de instituições subiu de 45, em 2003, para 59, em 2010. Para os fins desta reflexão, mais importante do que a expansão quantitativa das universidades federais é sua interiorização. No mesmo período, o número de municípios atendidos pelas universidades federais praticamente dobrou, passando de 114, em 2003, para 220, em 2010.

(1) Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Ouro Preto. Doutorando em História Econômica (USP). Foi professor da Universidade Federal de Alfenas entre 2009 e 2013.

(2) Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas. Doutor em História Econômica (USP).

A interiorização das universidades federais abrange todo o território nacional. Ela provoca uma tensão entre expansão e qualidade do ensino³, na medida em que essa qualidade está associada à realização da pesquisa e esta, por sua vez, é produzida majoritariamente nas capitais e não no interior. A princípio, o processo de interiorização do ensino deveria ser acompanhado pelo processo de interiorização da pesquisa, restaria verificar a viabilidade dessa combinação.

A expansão e interiorização das universidades federais é um processo que se enquadra na política de democratização do acesso ao ensino superior brasileiro promovida pelo governo federal desde meados dos anos 1990 (Rodríguez; Martins, 2005). O próprio Plano Nacional de Educação proposto pelo Executivo ao Legislativo em 1998⁴ já previa que sozinho o setor privado não daria conta de ampliar as vagas no ensino superior em quantidade suficiente para atender à crescente demanda dos egressos do ensino médio. O diagnóstico do plano se baseava nessa demanda crescente e na baixa porcentagem de alunos matriculados no ensino superior no Brasil⁵. Nesse contexto, o documento reconhecia que “a manutenção de universidades de pesquisa” não se realizaria “sem o fortalecimento do setor público” (MEC, 1998, p. 49).

Era a ideia de que as instituições privadas⁶ seriam as responsáveis pela expansão quantitativa do ensino superior, enquanto às universidades públicas caberia a expansão qualitativa do sistema por meio do ensino articulado à pesquisa. De fato, as universidades federais são as responsáveis por quase toda a pesquisa realizada no país. De acordo com dados do Censo da Educação Superior de 2005, 97% da produção científica brasileira está concentrada nos programas de pós-graduação das universidades públicas (MEC, 2007, p. 7). Contudo, a ampliação do ensino superior no Brasil implica na interiorização das universidades federais e a interiorização lança um desafio à pesquisa realizada nessas instituições.

Em primeiro lugar, a prioridade do REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) é o ensino. O exame do documento, bem como de

(3) Para a tensão entre expansão e qualidade do ensino, cf. Santos (2003).

(4) A proposta foi aprovada pela Câmara em 2000. Cf. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>.

(5) Em 1998, a porcentagem de jovens entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior chega a 40% na Argentina, 26% na Venezuela e 21% no Chile e na Bolívia. Já no Brasil, esse número não chegava a 12%. Cf. MEC (1998).

(6) Para a participação das universidades comunitárias nesse processo, cf. Machado (2009).

suas diretrizes,⁷ nos permite afirmar que os objetivos gerais do programa são o aumento do número de vagas (principalmente em cursos noturnos), a inserção social, bem como a universalização do ensino superior e a ampliação do acesso ao conhecimento. O objetivo geral da política levada a cabo pelo governo federal desde 2007 é

criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (MEC, 2007, p. 10).

Vale notar que no documento que apresenta as diretrizes do REUNI a palavra “pesquisa” aparece uma única vez, assim mesmo no item em que é feito um diagnóstico do ensino superior no Brasil. Portanto, estamos diante de uma política que pretende expandir a Universidade, mas que trata sobretudo do ensino. Já o tratamento da pós-graduação e, por extensão, da pesquisa, é norteador por outra política, apresentada no IV Plano Nacional de Pós-Graduação (IV PNPG). No entanto, em que pese essa argumentação, é sintomática, no documento, a falta de referência à pesquisa como atividade articulada ao ensino na universidade pública.

A dissociação entre políticas para a expansão do ensino e da pesquisa abre uma brecha para que as universidades federais avancem apenas no eixo do ensino em vez de avançar em ambos simultaneamente. Desse modo, o REUNI abre a possibilidade da existência da dicotomia entre “universidade de ensino” e “universidade de pesquisa” no âmbito das universidades federais brasileiras. E essa possibilidade fica ainda mais concreta dadas as dificuldades impostas à pesquisa pelo processo de interiorização dessas instituições, a partir da criação de novas universidades ou campi avançados.

No entanto, a dissociação entre a expansão do ensino e da pesquisa é mascarada no discurso dos documentos oficiais e, contraditoriamente, nos concursos públicos para professor. Apesar do foco no ensino, via ampliação do

(7) Cf. Decreto 6.096, de abril de 2007, e o documento do MEC, de agosto de 2007, que estabelece as Diretrizes Gerais do REUNI. Todos os documentos podem ser acessados no sítio do MEC, disponível em: <http://www.mec.gov.br/>.

número de vagas e manutenção do aluno nas universidades federais, está implícita no REUNI a ideia de que a Universidade que se interioriza também deve fazer pesquisa, atividade que garantiria o status de Universidade e a qualidade daquela ampliação.

Em síntese, temos um quadro de expansão das universidades federais tanto no ensino como na pesquisa, puxados pelo REUNI e pelo IV PNPG, respectivamente, e essa expansão ocorre não só nos campi consolidados das universidades federais, geralmente localizados nas capitais, mas também avança para o interior do país. Como não há um planejamento específico para a interiorização das universidades federais, conclui-se que esse processo de expansão não deve diferir da expansão levada a cabo nos campi das capitais, ou seja, deve contemplar tanto o ensino quanto a pesquisa.

A questão inicial se recoloca agora em outros termos e diz respeito ao conflito entre a lógica da expansão do REUNI, voltada para o ensino, e do PNPG, voltada para a pesquisa, no contexto da interiorização das universidades federais, ou seja, em que medida os limites da interiorização fazem prevalecer a lógica da expansão do ensino sobre a da pesquisa? Em outras palavras, em que medida as lógicas de expansão do REUNI e do PNPG criam, na prática, “universidades de ensino” no interior e “universidades de pesquisa” nas capitais?

Mas a grande questão que se coloca é se este processo é completo, se abrange a ideia da Universidade em sua essência. Isto é, se significa de fato uma expansão e interiorização de ensino e pesquisa simultaneamente. Em tese, a dicotomia “universidade de ensino” no interior e “universidade de pesquisa” nas capitais não está colocada e poderia ser apresentada como uma falsa questão, pois toda Universidade, de acordo com a política de expansão do ensino superior brasileiro, deveria realizar atividades de ensino e pesquisa seja na capital, seja no interior. E, de fato, ensino e pesquisa estão sempre presentes nos discursos da expansão e interiorização.

Temos então um discurso que homogeneiza a expansão, mas uma prática que acaba condenando a universidade do interior a ter que lutar muito para estabelecer a pesquisa. Assim, a democratização coloca em xeque a implantação efetiva da Universidade que faz ensino e pesquisa, aquela que aparece nos

documentos, e também abre espaço para a dicotomia entre “universidade de ensino” no interior e “universidade de pesquisa” nas capitais. No discurso, o objetivo da expansão do ensino e da pesquisa é comum, mas na prática, começam a aparecer as diferenças de natureza entre as instituições de ensino e, inclusive, dentro delas mesmas. Lück (2004, p. 3) reconhece essas diferenças ao dizer

que é impossível exigir de uma instituição de ensino superior o mesmo padrão de excelência e investimentos em todos os campos do saber e nos diferentes níveis de atividades que desenvolve. Daí a importância de se considerar os diferentes perfis de instituições e, mesmo dentro de cada instituição, diferentes modalidades de projetos de inserção social.

É evidente que tal democratização é meritória, mas ela tensiona a relação entre ensino e qualidade da formação. Na medida em que essa qualidade está intimamente relacionada à pesquisa, ela tensiona a relação entre ensino e pesquisa. Há, portanto, uma contradição entre a democratização, via expansão e interiorização das universidades federais, e as possibilidades efetivas de pesquisa, sobretudo nos novos campi resultantes desse processo. A tensão entre ensino e pesquisa, sobretudo no interior, se manifesta em pelo menos cinco pontos: 1) inadequação da infra-estrutura física. Um exemplo é a insuficiência do acervo das bibliotecas dos campi para a pesquisa; 2) lacunas da atividade docente. Falta de vocação para a pesquisa e rotatividade do corpo docente; 3) pressão para que prevaleça a atividade de ensino. No contexto do privilégio da ampliação do número de vagas e da distribuição de recursos proporcionais à ampliação da oferta de vagas, a impressão é de que há certa pressão sobre os docentes para que assumam mais horas de ensino em detrimento das horas dedicadas à pesquisa; 4) ingresso de alunos com deficiência na formação básica, o que exige um acompanhamento mais próximo do discente por parte do docente. São, portanto, mais horas dedicadas ao ensino mais uma vez em detrimento da pesquisa; 5) a implantação de novos cursos, o que consome muitas horas de trabalho na montagem do currículo e no acompanhamento da atividade de ensino. No interior, a situação é ainda mais dramática porque o ensino e a pesquisa estão sendo construídos, enquanto na capital eles já estão consolidados.

Interdisciplinaridade

Ao lado da interiorização, a interdisciplinaridade marca a produção de pesquisa em economia na Unifal-MG, pois define a estrutura do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia e do Bacharelado em Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria⁸, e a constituição de seu corpo docente.

No Brasil, pelas peculiaridades da construção de sua formação universitária⁹, e evidentemente pela ainda forte presença de características fordistas de sua sociedade, o viés do conhecimento especializado e do ensino disciplinar-profissional predominou na montagem dos departamentos e na concepção dos currículos dos cursos superiores, fornecendo um conhecimento visto como simplista, fragmentado e distanciado da possibilidade de transformação social ou de adequação às novas demandas econômicas. Nas palavras de Naomar Almeida Filho (2007, p. 1),

os programas das carreiras profissionais mostram-se cada vez mais estreitos, bitolados, com pouca flexibilidade e criatividade, distanciado das demandas da sociedade, e longe, mas muito longe mesmo, de cumprir o mandato histórico da Universidade como formadora da inteligência e da cultura nacional.

Seguindo o exemplo da Europa pós-fordista e no embalo do discurso inovador surgiram no país questionamentos em relação à arquitetura da formação universitária e à concepção disciplinar da produção do conhecimento e de seu ensino. O projeto de criação de cursos interdisciplinares no Brasil se coloca diante de todos os dilemas envolvidos nas transformações sócio-econômicas das últimas décadas e no processo de reestruturação da Universidade brasileira. O BICE e o Bacharelado em Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria da Unifal-MG são cursos concebidos a partir das reformas universitárias contidas no REUNI do Ministério da Educação. Portanto, são projetos recentes, iniciados em 2009 no contexto da ampliação da oferta de vagas das instituições federais

(8) Mais informações sobre os cursos podem ser encontradas, respectivamente, em www.unifal-mg.edu.br/bice/ e www.unifal-mg.edu.br/economia.

(9) Segundo Naomar de Almeida Filho (2007), a universidade brasileira é inspirada pelo modelo francês e lusitano. A reforma feita durante o governo militar nos anos 1960 e a posterior desregulamentação nos anos 1990 criaram uma arquitetura de formação universitária bastante peculiar.

de ensino, bem como no contexto de reforma da educação superior com base na ideia e na concepção da *Universidade Nova*.

O BICE é um curso único. Primeiro porque não existem no Brasil outros Bacharelados Interdisciplinares na área de Ciências Sociais Aplicadas, depois porque a ideia original em torno da *Universidade Nova* propõe bacharelados interdisciplinares em Humanidades e Ciência e Tecnologia. Em outras palavras, cursos interdisciplinares que caminhem na formação interdisciplinar em licenciaturas e engenharias.

Portanto, trata-se de algo “novo dentro do próprio novo”. Por si só este aspecto já garantiria uma dificuldade a mais para construção de seu projeto pedagógico. Mas, além disso, a ideia original do BICE procura proporcionar uma formação inicial para estudantes que, após concluído o curso interdisciplinar, caminhariam para uma formação de segundo ciclo em cursos específicos de Economia com Ênfase em Controladoria, de Administração Pública ou de Ciências Atuariais. Logo, cursos com características e necessidades bastante diferentes. Assim, o desafio inicial colocava o problema de como proporcionar uma formação interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas adequada para alunos que seguiriam no futuro para a formação específica em um dos três cursos mencionados.

A resposta a esse desafio se traduz em um curso que busca a interdisciplinaridade, mas, muitas vezes, esbarra na multidisciplinaridade. Isso porque o BICE foi construído sempre pensando nas dificuldades e nas necessidades dos cursos específicos que, por sua vez, foram construídos a partir das regulamentações específicas e de exigências mínimas colocadas pelas instituições educacionais, notadamente, o Conselho Nacional de Educação (CNE)¹⁰, e pelos órgãos de classe, especialmente, o Conselho Federal de Economia.

As unidades curriculares do BICE e do Bacharelado em Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria estão divididas em quatro grandes núcleos: unidades curriculares comuns; unidades curriculares diretivas obrigatórias (que direcionam os alunos para um dos três cursos); unidades curriculares específicas (compostas de disciplinas dos cursos específicos);

(10) Cf. Resolução n. 4 do CNE, de 13 de julho de 2007, que institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em ciências econômicas.

unidades curriculares optativas (que apesar de serem disciplinas optativas, são disciplinas ligadas a umas das três áreas de formação após a conclusão do BICE).

A dinâmica das unidades curriculares comuns e diretivas obrigatórias do BICE corresponde aos primeiros seis semestres do curso. Ela foi concebida de modo que as três áreas dos bacharelados específicos fossem contempladas para promover a multidisciplinaridade e a construção da interdisciplinaridade na formação acadêmica do discente. Além disso, foi concebida para subsidiar a escolha do discente que se forma no Bacharelado Interdisciplinar e opta por continuar sua formação em um dos Bacharelados Específicos oferecidos.

Assim, podemos perceber que, apesar de se propor interdisciplinar, o curso é efetivamente multidisciplinar, pois concebe e oferta unidades curriculares das três áreas específicas de modo isolado. Ou seja, o BICE se estrutura, essencialmente em torno dos cursos específicos e não o contrário. Portanto, a lógica que prevalece é a dos cursos específicos, muito semelhantes aos tradicionais, e não a do curso interdisciplinar. O ideal seria que os cursos específicos se estruturassem a partir do BI, que seria pensado, essencialmente, a partir da interdisciplinaridade.

A dinâmica das unidades curriculares específicas do Bacharelado em Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria corresponde aos últimos três semestres do curso. Para cursá-las, o discente deve obedecer aos critérios de ingresso específicos estabelecidos no projeto pedagógico do BICE.

A dinâmica do conjunto das unidades curriculares comuns, diretivas obrigatórias e específicas do BICE e do Bacharelado em Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria corresponde aos nove semestres do curso. De acordo com seu Projeto Pedagógico, tal dinâmica procura preservar as características inovadoras do Bacharelado Interdisciplinar, contudo segue as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, conforme as exigências profissionais do economista.

Assim, as unidades curriculares do Bacharelado em Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria estão divididas em seis campos de formação interligados: formação geral; formação teórico-quantitativa; formação histórica; conteúdos teórico-práticos ligados à monografia e atividades complementares,

bem como à ênfase em Controladoria; unidades curriculares de escolha livre ou disciplinas optativas. O número de disciplinas de cada campo, assim como o percentual que cada um, corresponde ao conjunto total do curso que se enquadra às exigências do CNE. Nesse sentido, o que argumentamos é que o Projeto Pedagógico do curso fica no meio do caminho, propondo uma dinâmica multidisciplinar, entre a formação tradicional e a inovadora. Seria, dessa forma, a interdisciplinaridade possível diante das contradições e dos obstáculos institucionais que se apresentam.

Agenda de pesquisa

A multidisciplinaridade inscrita no projeto pedagógico do curso se reflete na constituição do corpo docente, em sua organização e produção de pesquisa. Foram contratados professores de formações diversas e não há uma organização departamental. Todos os professores estão atrelados ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). Há, todavia, uma organização informal de professores das diferentes áreas que caracterizam os cursos específicos oferecidos pelo Instituto.

Embora não haja separação formal entre o corpo docente do ICSA, quinze professores estão ligados ao núcleo a partir do qual se constitui a pesquisa em economia¹¹. Além das implicações mais gerais da interiorização e da interdisciplinaridade, para entender melhor o que tem sido feito nesse sentido no ICSA e suas perspectivas, é preciso esboçar minimamente um perfil desse grupo de professores.

Como não tem sido raro no processo de expansão das universidades federais, especialmente nas do interior, os concursos públicos não têm atraído número suficiente de candidatos com a titulação de doutor. A titulação dos professores do núcleo de economia do ICSA é um reflexo disso (Gráfico 1). A maioria do corpo docente, portanto, ainda está para se doutorar e os que já são doutores se titularam recentemente (Gráfico 2).

(11) A partir daqui, usaremos o termo corpo docente do ICSA para nos referirmos aos quinze professores do núcleo de economia.

Gráfico 1
Titulação do corpo docente do ICSA

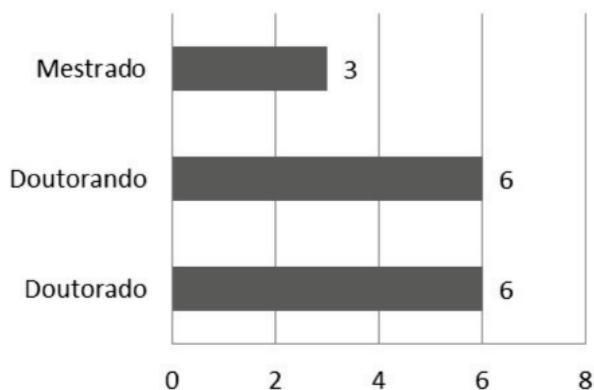
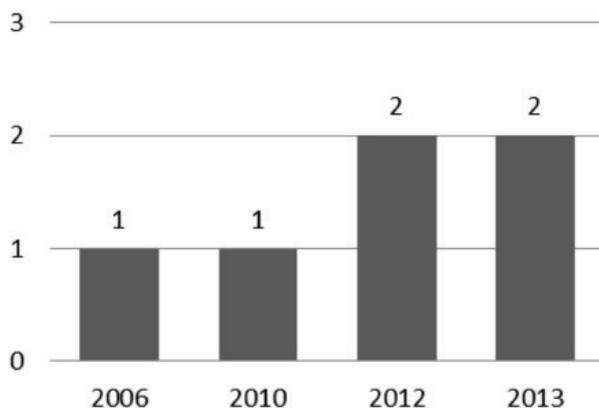


Gráfico 2
Ano de titulação dos doutores do ICSA



Do corpo docente atual, apenas um dos professores foi contratado já com o título de doutor. Os outros cinco se titularam depois do ingresso na Unifal-MG. Outros seis professores estão se doutorando e outros três professores são mestres. USP e UFMG predominam como instituições de origem desses docentes, assim como a formação em economia (Gráficos 3 e 4).

Gráfico 3
Instituições de origem do corpo docente do ICSA (maior titulação)

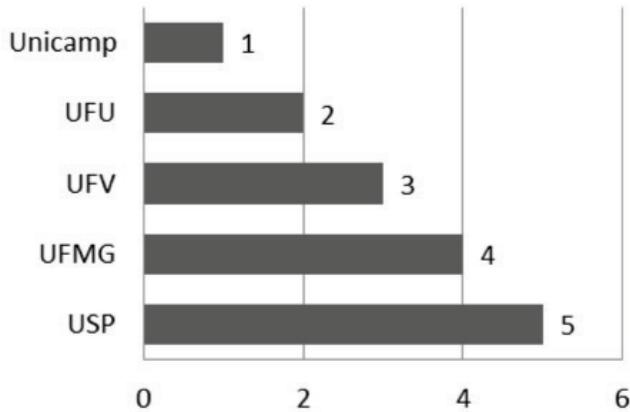
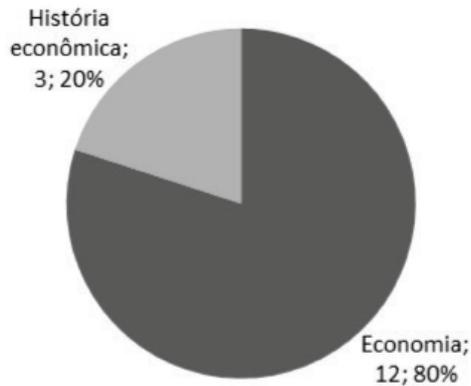


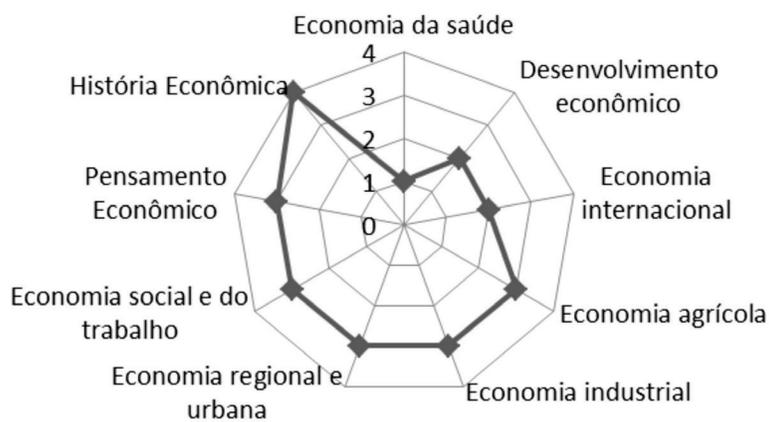
Gráfico 4
Área de formação do corpo docente do ICSA



Essa é uma característica marcante do corpo docente, pesquisadores recém-doutores, o que dificulta a definição de uma identidade nas pesquisas

do programa. Não obstante, é possível identificar os temas de pesquisa dos professores, ainda que isso não signifique propriamente a definição de uma agenda de pesquisa (Gráfico 5).

Gráfico 5
Temas de pesquisa do corpo docente do ICESA



Portanto, as áreas mais promissoras em termos de pesquisa em economia no âmbito do ICESA são história e pensamento econômico, economia social e do trabalho, economia regional e urbana, economia industrial e economia agrícola. O núcleo dos professores de economia criou a Revista Debate Econômico (REDE), cujo primeiro número sai em julho de 2013, como plataforma de divulgação de seus trabalhos e demais pesquisadores da área. Esses temas de pesquisa também aparecem invariavelmente na oferta de disciplinas optativas e em projetos de iniciação científica. Ainda é cedo para dizer quais das áreas referidas acima se consolidarão. Por enquanto, a única área que possui grupo de pesquisa cadastrado no CNPq é a de história e pensamento econômico¹². No entanto, a perspectiva é de que sejam criados novos grupos de pesquisa à medida que o corpo docente vá se titulando.

(12) Trata-se do Núcleo de Estudos em História Econômica e Economia Política (NEHeEP).

Considerações finais

É no quadro da interiorização e interdisciplinaridade que deve ser colocada a reflexão sobre a concretização da pesquisa em economia no contexto do Bacharelado em Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria, oferecido pela Unifal-MG.

O processo de interiorização do ensino superior, ao mesmo tempo em que leva a universidade a regiões que não tinham perspectivas de receber instituições desse tipo e viabiliza a formação superior de pessoas que não têm condições de acessá-la nas capitais, enfrenta problemas de infra-estrutura física e dificuldade de atrair e manter o corpo docente. Além disso, há uma pressão tácita para que prevaleça a atividade de ensino, muitas vezes em detrimento da pesquisa, para dar conta de atender a uma lógica da expansão estreitamente ligada à ampliação das vagas no ensino superior. A deficiência de formação dos ingressantes exige mais do professor em atividades de ensino e mesmo assim tal empenho não é garantia de solução do problema. O baixo índice de ingressantes nos cursos específicos oferecidos no ICSA é um reflexo da dificuldade de se concluir o BICE.

A implantação de cursos novos torna ainda mais difícil a situação da pesquisa no interior, pois exige a participação do professor em comissões e na elaboração de normas e regimentos. Essas atividades consomem muito tempo do professor em atividades administrativas e de acompanhamento ao discente que acabam influenciando negativamente o seu desempenho na pesquisa.

A interdisciplinaridade é outro desafio para a pesquisa na área de economia no âmbito do ICSA. Isso porque os professores caminham entre o curso tradicional e o interdisciplinar, numa dinâmica multidisciplinar que, em certa medida, exige que se saia da zona de conforto da economia ensinada nos manuais e se busque novas possibilidades de integração com outras ciências sociais. Além disso, a diversidade de formação do corpo docente do ICSA como um todo reduz as possibilidades de pesquisa especificamente na área de economia aos quinze professores desse núcleo.

Esses fatores estruturantes do Bacharelado em Ciências Econômicas com Ênfase em Controladoria, oferecido pelo ICSA, se refletem em sua agenda de pesquisa em economia. Embora seja possível detectar os principais temas de pesquisa do núcleo de professores de economia, essa pesquisa está em fase inicial

para alguns e ainda em construção para outros. Por isso, é cedo para definir uma agenda de pesquisa ou uma identidade para a pesquisa em economia realizada na Unifal-MG. Os caminhos da interiorização e da interdisciplinaridade dirão se isso será possível no futuro.

Referências bibliográficas

ALMEIDA FILHO, N. Protopia: Universidade Nova. In: ALMEIDA FILHO, Naomar. *Universidade Nova: textos críticos e esperançosos*. Brasília/Salvador: Editora UnB e EDUFBA, 2007.

_____.; SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução n. 4*, de 13 de julho de 2007. Institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, DF, 2007.

LÜCK, Esther Hermes. A interiorização na Universidade Federal Fluminense: uma vocação e um desafio. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 4, *Anais...* Florianópolis, 2004.

MACHADO, Ana Maria Netto. Universidades comunitárias: um modelo brasileiro para interiorizar a educação superior. In: SCHMIDT, João Pedro. *Instituições comunitárias: instituições públicas não-estatais*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes para a reestruturação e expansão das universidades federais*. Diretrizes gerais. Brasília: MEC, 2007.

_____. *Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012*. Brasília: MEC, 2012.

_____. *Plano Nacional de Educação*. Proposta do Executivo ao Congresso Nacional. Brasília: MEC, 1998.

_____. *Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010*. Brasília: MEC, 2004.

RODRÍGUEZ, Margarida Victoria; MARTINS, Liliana Gonzaga de Azevedo. As políticas de privatização e interiorização do ensino superior: massificação ou democratização da educação brasileira? *Revista de Educação*, v. 8, n. 8, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2003.

Graduação em ciências econômicas na Unifesp: perspectivas teóricas e de pesquisa

Cláudia Alessandra Tessari ¹
Júlio César Zorzenon Costa ²

Resumo

Este artigo tem o objetivo de apresentar o curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), curso bastante jovem, que iniciou suas atividades em março de 2011, oferecido pela Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, unidade localizada no campus Osasco da Unifesp. Mais especificamente, o texto mostra os primeiros anos de formação do curso, suas diretrizes, vocação, linhas de pesquisa e perspectivas. Tendo importante parte de seu corpo docente com formação no Instituto de Economia da Unicamp (IE-Unicamp) e na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEA-USP), o curso tem como principal preocupação a problemática do desenvolvimento econômico, questão que perpassa a maioria das disciplinas constitutivas da matriz curricular e as linhas de pesquisa desenvolvidas pelos docentes.

Palavras-chave: Ensino superior – Graduação; Ciências econômicas; Escola Paulista de Política; Economia e negócios; Unifesp.

Introdução

O curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de São Paulo é oferecido pela Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) localizada no campus Osasco da instituição.

O curso iniciou suas atividades em março de 2011, juntamente com o início das atividades do próprio campus onde está localizado. É oferecido nos turnos integral e noturno nos quais ingressam anualmente 80 alunos (40 em cada um dos referidos períodos). O ingresso se dá pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), baseado nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

(1) Professora de História Econômica e Economia Mundial da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Unifesp. Foi coordenadora do curso de Ciências Econômicas entre março de 2011 e fevereiro de 2013. Atualmente é vice-diretora acadêmica da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN-Unifesp).

(2) Professor de Formação Econômica e Economia Brasileira da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Unifesp. Atualmente é vice-coordenador do curso de Ciências Econômicas.

Grande parte do corpo discente é formada por alunos provenientes da Região Metropolitana de São Paulo, em especial da capital. Em pesquisa realizada com alunos ingressantes em 2011, 41,67% eram provenientes da capital no turno integral e 48,48% no turno noturno.

Se o local de origem é ponto de semelhança entre os alunos dos dois turnos, os perfis diferem em outros aspectos, tais como: idade de ingresso, renda familiar e proveniência escolar. Os alunos do turno integral são mais jovens, provenientes de escolas da rede particular de ensino e têm renda familiar mais alta. Enquanto no turno integral 63,9% dos ingressantes em 2011 tinham 18 anos ou menos, no noturno, a maior parcela, 39,4%, ingressou com idade entre 19 e 21 anos. Em relação à renda familiar, 80,6% dos alunos ingressantes no turno integral possuíam renda familiar acima de 5 salários mínimos. No noturno, a proporção de ingressantes nesta mesma faixa de renda era de 54,55%. No turno integral, 86,11% provieram de instituições privadas de ensino. No noturno, essa proporção correspondia a 59,26% dos estudantes (Cruz; Cespedes, 2013).

1 Expansão universitária e a criação do curso de Ciências Econômicas da Unifesp

A criação do curso de Ciências Econômicas da Unifesp se deu no contexto de expansão do ensino superior público vivido nos últimos dez anos. O Governo Federal, desde 2003, estabeleceu programas de expansão do ensino superior. A primeira fase, denominada de Expansão I, compreendeu o período de 2003 a 2007 e teve como principal meta a interiorização do ensino superior público federal.

A segunda fase iniciou-se em 2007 com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado pelo Decreto nº 6.096/2007. O Reuni tinha como objetivo principal criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação presencial, a partir do melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais. Também havia a possibilidade de criação de novos campi para o interior do país, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das universidades.

De 2003 a 2010, o número de Universidades Federais saltou de 45 para 59 e o de campi/unidades de 148 para 274, crescimento de 85%. A interiorização também proporcionou ampliação de municípios atendidos por universidades ou campus universitários federais. Este número passou de 114 para 272, o que corresponde a um crescimento de 138% (Brasil, 2012).

Foi neste contexto de expansão que se deu a criação do curso de Ciências Econômicas. A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), criada pela Lei n. 8.957, de 15 de dezembro de 1994, é oriunda da Escola Paulista de Medicina (EPM), uma das mais importantes escolas de Medicina do país, fundada em primeiro de junho de 1933. Vinculada ao Ministério da Educação (MEC), a Unifesp era, até 2005, uma universidade pública temática, oferecendo cursos em nível de graduação e pós-graduação no campo específico das ciências da saúde.

A partir de 2006, em resposta à demanda social e política de expansão das vagas públicas no ensino superior e de interiorização das atividades das universidades federais, a Unifesp desenvolveu seu projeto de ampliação, deixando de ser uma universidade temática (da área da saúde) para assumir a universalização de suas ações, tornando-se, com isto, uma instituição multicampi. Assim, foram criados, 5 novos campi: Baixada Santista (2006), Diadema (2007), Guarulhos (2007), São José dos Campos (2008) e Osasco (2010).

O campus Osasco, onde está situada a EPPEN, iniciou suas atividades em março de 2011 abrangendo cinco cursos de graduação: Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Relações Internacionais³.

2 Ciências Econômicas na Unifesp: interprofissionalização e especialização

2.1 Um projeto de campus multidisciplinar e interprofissional

O Projeto Pedagógico do curso de Ciências Econômicas é parte de um projeto mais amplo, o Projeto Pedagógico de Campus. Este projeto tem como pilares a multidisciplinaridade e a interprofissionalização. Segundo o *Projeto Pedagógico da Graduação - Campus Osasco*:

³ O curso de Ciências Atuariais, apesar de previsto quando da criação do campus, iniciou suas atividades somente em 2013.

a educação interprofissional é conceituada *como uma proposta onde duas ou mais profissões aprendem juntas sobre o trabalho conjunto e sobre as especificidades de cada uma, na melhoria da qualidade do trabalho. Configura-se*, assim, um estilo de educação que prioriza o trabalho em equipe, a interdisciplinaridade e o compromisso com a articulação das ações que deve ser alcançado com reconhecimento e respeito às especificidades de cada profissão (Brasil, 2009).

Os cursos de graduação do campus Osasco são caracterizados por uma formação na qual se articulam os chamados Eixos Comuns e os chamados Eixos Específicos. Os Eixos Comuns são constituídos de unidades curriculares obrigatórias e eletivas presentes em todas as graduações da EPPEN. Uma prática importante para esta experiência é a constituição intencional de turmas que mesclam alunos de todos os cursos:

são as classes ‘misturadas’, onde a questão fundamental é *o que um profissional da área de Ciências Sociais Aplicadas, independentemente de sua especificidade profissional deveria saber?* Nesta proposta, os alunos têm em todos os anos do curso momentos de aprendizagem conjunta (Brasil, 2009)

São quatro os Eixos Comuns que compõem o Projeto Pedagógico do Campus Osasco da Uniffesp:

• **Compreensão da Realidade Brasileira e Relações Internacionais** (CRBRI) – Tem como objetivo problematizar e compreender o processo de formação sociopolítica e econômica da sociedade brasileira por meio da análise histórica. Propicia a avaliação dos desafios contemporâneos brasileiros, abordando suas perspectivas internas e sua inserção internacional;

• **Formação Humanística** (FH) – Este eixo tem por objetivo permitir ao aluno a avaliação das grandes correntes sociológicas, antropológicas, filosóficas e psicológicas, buscando a compreensão de temas sociais e da interação societária. Apresenta as dinâmicas político-sociais, a formação dos grupos humanos e a reflexão acerca de sua diversidade, procura, ainda, discutir o processo de construção das habilidades cognitivas;

• **Formação Científica e Desenvolvimento de Pesquisa (FC)** – Este eixo visa promover o desenvolvimento da capacitação metodológica do corpo discente do ponto de vista qualitativo e quantitativo e a compreensão da dinâmica do pensamento, da teoria e do método científicos nas diversas áreas do saber e da pesquisa;

• **Célula de Negócios (CN)** – As disciplinas deste eixo visam promover a capacitação pró-ativa para a construção de cenários, elaboração de projetos e resolução de problemas, reforçando a dinâmica do trabalho organizacional e o desenvolvimento de habilidades de planejamento e prospecção (Brasil, 2011).

Os Eixos Comuns estão presentes em todos os anos de formação. Os três primeiros, Compreensão da Realidade Brasileira e Relações Internacionais (CRBRI), Formação Humanística (FH) e Formação Científica e Desenvolvimento de Pesquisa (FC), estão concentrados nos dois primeiros anos das matrizes curriculares dos cursos do Campus. O último, Célula de Negócios (CN) está concentrado nos dois últimos anos, de maneira a permitir que o corpo discente, já tendo cumprido mais da metade da carga horária dos cursos, possa trazer para as aulas, realizadas em turmas mistas, diferentes pontos de vista e ferramentais próprios de suas áreas de formação. As disciplinas deste eixo têm dinâmicas de ensino-aprendizagem baseadas em simulações, jogos de empresas e estudos de caso.

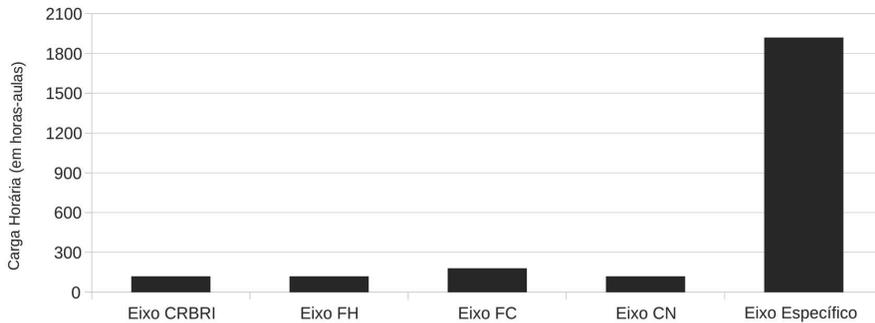
Os Eixos Específicos são compostos pelas disciplinas próprias a cada curso de graduação. Para ampliar a possibilidade de formação multidisciplinar e interprofissional, as disciplinas dos Eixos Específicos podem ser frequentadas como disciplinas eletivas por alunos originários de outros cursos.

2.2 A matriz curricular do curso de Ciências Econômicas: interprofissionalização, multidisciplinaridade e especialização

A matriz curricular do curso de Ciências Econômicas da Unifesp deve ser compreendida, portanto, no âmbito do Projeto Pedagógico do Campus Osasco. Com carga horária total de 3.000 horas-aula, é constituída de disciplinas dos Eixos Comuns e dos Eixos Específicos. Em ambos os eixos há disciplinas

obrigatórias e eletivas. As disciplinas obrigatórias dos Eixos Comuns totalizam 540 horas-aula, ou 22% da carga horária total do curso de Ciências Econômicas. As disciplinas obrigatórias do Eixo Específico, totalizam 1920 horas ou 78% da carga horária obrigatória, incluindo as horas-aula atribuídas para a elaboração da Monografia de final de curso (Gráfico 1).

Gráfico 1
Unifesp - Eixos comuns e eixos específicos na graduação em Ciências Econômicas - 2013



As disciplinas eletivas (420 horas-aula) e as atividades complementares (120) totalizam, juntas, 18% da carga horária total com o objetivo de propiciar a flexibilização curricular e promover a progressiva autonomia do estudante na escolha do seu percurso de formação. Vale lembrar que os estudantes podem cursar como eletivas qualquer disciplina da EPPEN, o que favorece a composição de formações particularizadas de acordo com os seus interesses específicos.

Se analisarmos a matriz curricular pelas áreas de formação destacadas nas *Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado* (Brasil, 2007), podemos observar que os conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa são os que possuem maior carga horária, correspondendo a 44% da carga horária total obrigatória da formação do estudante de Ciências Econômicas da Unifesp. Tal fato, explicita o objetivo deste curso de oferecer sólida formação teórica. Este aspecto é corroborado pela significativa carga horária dos conteúdos de Formação Histórica, que ocupam 20% da carga horária obrigatória. O Quadro 1 apresenta a Matriz curricular do curso.

Quadro 1
Unifesp: Matriz curricular da graduação em Ciências Econômicas - 2013

Área de formação	Unidades curriculares	Horas-aula	Horas-aula total
Geral	Universalismos, desigualdades e diferenças(Eixo FH)	60	510
	Fundamentos do Estado e do Mercado(Eixo FH)	60	
	Processo Histórico Brasileiro(Eixo CRBRI)	60	
	O Brasil e a Conjuntura Internacional(Eixo CRBRI)	60	
	Estrutura e Dinâmica das Organizações(Eixo CN)	30	
	Matemática 1 (Eixo FC)	60	
	Estatística 1 (Eixo FC)	60	
	Economia e Direito(Eixo específico)	60	
	Contabilidade Financeira(Eixo específico)	60	
Teórico-Quantitativas	Introdução à Economia(Eixo específico)	60	1080
	Matemática 2(Eixo específico)	60	
	Estatística 2 (Eixo específico)	60	
	Econometria 1(Eixo específico)	60	
	Econometria 2(Eixo específico)	60	
	Contabilidade Social(Eixo específico)	60	
	Macroeconomia 1(Eixo específico)	60	
	Macroeconomia 2(Eixo específico)	60	
	Macroeconomia 3(Eixo específico)	60	
	Microeconomia 1(Eixo específico)	60	
	Microeconomia 2(Eixo específico)	60	
	Microeconomia 3(Eixo específico)	60	
	Economia Internacional(Eixo específico)	60	
	Economia Monetária(Eixo específico)	60	
	Economia do Setor Público(Eixo específico)	60	
	Desenvolvimento Econômico(Eixo específico)	60	
	Matemática Financeira(Eixo específico)	60	
Investimentos Financeiros(Eixo específico)	60		
Históricas	Economia Política (Eixo específico)	60	480
	História do Pensamento Econômico(Eixo específico)	60	
	História Econômica Geral 1(Eixo específico)	60	
	História Econômica Geral 2(Eixo específico)	60	
	Formação Econômica do Brasil 1(Eixo específico)	60	
	Formação Econômica do Brasil 2(Eixo específico)	60	
	Economia Brasileira 1(Eixo específico)	60	
	Economia Brasileira 2(Eixo específico)	60	
Teórico-Práticas	Pensamento e Metodologia científica(Eixo FC)	60	390
	Elaboração e Gestão de Projetos(Eixo CN)	30	
	Laboratório de Gestão 1 - Análise de conjuntura econômica(Eixo CN)	60	
	Monografia(Eixo específico)	240	
	7 Eletivas	420	420
	Atividades complementares	120	120
	CARGA HORÁRIA TOTAL		3000

O Curso de Ciências econômicas da EPPEN-Unifesp pretende, portanto apresentar uma posição de equilíbrio entre as formações teórica, quantitativa e histórica. Isto se baseia na preocupação de formar economistas que tenham capacidade de desempenhar diferentes possibilidades profissionais, tanto no mercado de trabalho como na pesquisa institucional ou acadêmica e na docência. Procura dessa forma, aliar rigor acadêmico com senso prático- crítico, na perspectiva de construção do profissional versátil, tão almejado pela prática e pelos discursos desenvolvidos na atualidade.

3 A inserção do curso na região de Osasco-SP e a preocupação com o desenvolvimento

Tendo parte importante de seu corpo docente com formação no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp) e na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), o curso tem como principal preocupação a problemática do desenvolvimento econômico, questão que perpassa a maioria das disciplinas constitutivas da matriz curricular e as linhas de pesquisa desenvolvidas pelos docentes. Esta problemática está intrinsecamente relacionada à inserção local e regional do curso.

A dinâmica socioeconômica do município de Osasco e da sub-região Oeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), onde está localizado o curso, deve ser compreendida no contexto da própria RMSP. A RMSP é o maior polo econômico nacional. Seu Produto Interno Bruto (PIB) atingiu, em 2011 o total de R\$ 708,61 bilhões, o que corresponde a cerca de 17,1% do PIB nacional e 57% do PIB estadual.

Atualmente, a metrópole centraliza o capital privado atuante no território nacional: aqui estão as sedes brasileiras dos mais importantes complexos industriais, comerciais e financeiros, do país. São Paulo continua a ser sede dos grandes bancos, das maiores empresas de seguros, da 6ª Bolsa de Valores mais importante do mundo. No entanto, em décadas recentes, muitas das organizações industriais deslocaram suas unidades produtivas para outras regiões, da própria RMSP, do interior do Estado ou de outras regiões brasileiras.

Esses processos coetâneos de centralização do capital e de desconcentração da atividade industrial fizeram surgir, intensificaram e condensaram na Região Metropolitana uma série de serviços sofisticados, definidos pela dependência em relação à circulação de informações: planejamento, publicidade, marketing, seguro, finanças e consultorias, entre outros (Diniz; Diniz, 2006).

O município de Osasco, que fica a 20 km do marco zero da capital paulista, é a vigésima sexta cidade mais populosa do país e a sexta mais populosa do Estado, com 691.652 habitantes (estimativa do IBGE para 2013), e possui o 12º maior PIB municipal brasileiro com R\$ 36,389 bilhões, em 2010, segundo o IBGE.

Na região metropolitana de São Paulo, Osasco é a sede da sub-região Oeste, integrada pelos municípios de Barueri, Carapicuíba, Cotia, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba e Vargem Grande Paulista. Além de ser a sede de uma importante sub-região, Osasco também é a porta de entrada de pessoas e veículos que chegam da região oeste do interior do estado para a capital. A área de influência de Osasco abrange uma população de cerca de 1,210 milhão de habitantes, em uma área de 140 Km², isso sem levar em conta sua influência sobre outros municípios próximos mas que não fazem parte da região metropolitana de São Paulo, como os municípios do Médio Tietê – Cabreúva, Itu, Salto, São Roque, entre outros.

A sub-região Oeste, da qual Osasco é sede, possui uma infraestrutura viária importante. Partem dela as principais rodovias de ligação com o interior paulista (Rodovias Raposo Tavares e Castello Branco), além de ser cortada pelo sistema Anhanguera-Bandeirantes e também ser servida pelo trecho do Rodoanel Metropolitano Mário Covas (sistema viário que visa otimizar o transporte e distribuição de cargas na região Metropolitana de São Paulo, possibilitando rápido deslocamento para as cinco rodovias interligadas por esse anel viário). Além do mais, o município tem fácil acesso às marginais Pinheiros e Tietê, importantes vias do município de São Paulo.

A economia de Osasco, como uma das partes constituintes da Região Metropolitana de São Paulo, passou por um processo semelhante ao de toda RMSP: muitas empresas fecharam as suas unidades produtivas, mantendo no município apenas as áreas de gestão e de comando.

O município de Osasco, como boa parte da sub-região Oeste da RMSP, tem uma longa tradição na área de serviços. A inauguração da Rodovia Castelo Branco, concebida como a primeira autopista brasileira, em finais dos anos de 1960, no momento em que a RMSP industrial começava a sua transição para uma maior concentração nas atividades de serviços e comércio, fez de Osasco e região um importante polo de atração de empresas do setor terciário e dos setores administrativos de grandes conglomerados empresariais. A maior expressão disto é a instalação do Centro Empresarial de Alphaville, localizado nos municípios de Barueri e Santana de Parnaíba.

No município de Osasco estão instaladas grandes empresas, tais como a matriz do Banco Bradesco, o SBT, a Rede TV e grandes centros de distribuição, como o do McDonalds, do Ponto Frio e da Coca-Cola. Além das grandes companhias, a economia osasquense conta com uma infinidade de micro e pequenas empresas e com várias cooperativas de empreendimentos de economia solidária. Possui, ainda, três grandes Shopping Centers (construídos em áreas pertencentes, anteriormente, a grandes indústrias). Apesar de Osasco ter conhecido o fechamento e o deslocamento de um grande número de fábricas, o município continua sediando as unidades produtivas de grandes indústrias como a CIMAF e a OSRAM.

O processo de reestruturação produtiva conhecido em Osasco e em seu entorno fez com que a participação da indústria na composição do PIB municipal baixasse de 17,5% em 2000 para 10,4% em 2009 ao passo que a participação do setor de serviços saltasse, neste mesmo período, de 75,4% para 83,6%.

Apesar de possuir o 12º maior PIB municipal brasileiro e de ter um IDH considerado alto⁴, a análise pormenorizada da situação do município, e da sub-região da qual ele é sede, denota, contudo, uma heterogeneidade socioeconômica, expressa por acentuadas disparidades urbanas. Enquanto em alguns espaços é possível notar a presença de condomínios residenciais de alto padrão e de centros

(4) Em 2000, o IDH municipal era de 0,706, maior que o IDH nacional (0,612) e que o estadual (0,702). (PNUD; IPEA; FJP, 2000). Já em 2010, o IDH municipal era de 0,776, ainda acima do nacional (0,727) porém abaixo do IDH do Estado de São Paulo (0,783), fazendo que o município caísse 30 posições no ranking municipal estadual. (PNUD; Ipea; FJP, 2013).

comerciais e empresariais, servidos por uma eficiente infraestrutura⁵, em vários outros espaços, de maneira contraposta, verifica-se a presença de grandes áreas habitadas por população de baixa renda, nas quais a infraestrutura de saneamento básico, transporte, saúde, educação e habitação é bastante precária (Constantino, 2009, p. 39).

A rede ferroviária metropolitana, precária e insuficiente, é a garantidora da mobilidade no espaço da metrópole para a população de baixa renda. Por este motivo a presença da estrada de ferro em Osasco ajuda a explicar a localização da moradia das camadas populares, uma vez que esse meio de transporte possibilita o deslocamento para outras áreas da metrópole, para onde grande parte da população se dirige em busca de trabalho ou emprego (Bógus; Pasternak, 2009, p. 31).

Em 2007, 64,2 mil pessoas ainda viviam abaixo da linha da pobreza em Osasco, recebendo até meio salário mínimo per capita mensalmente. Os índices de pobreza são altos bem como o de exclusão social, ao passo que os índices de emprego formal e escolaridade são baixos (Cazzuni; Coelho; Guerra, 2007, p. 61).

O perfil econômico e as características sociais e demográficas da região metropolitana de São Paulo, centralizando a sede dos mais importantes complexos econômicos, concentrando uma série de serviços típicos da nova sociedade de informação e, por outro lado, apresentando uma série de problemas urbanos típicos de áreas que passaram por rápido crescimento sem o necessário planejamento, demandam instituições de ensino e pesquisa voltadas não só para atender a necessidade de pessoal qualificado por parte das organizações públicas e privadas, mas também para atender a demanda por estudos problematizadores dessa heterogeneidade socioeconômica. O curso de Ciências Econômicas desde o início de suas atividades passou a ter no seu horizonte de atuação contemplar as necessidades multifacetadas de um país - e de uma região - em desenvolvimento e em transformação acelerada. Sua matriz curricular, desta forma, foi pensada de maneira a articular a sólida formação para o mercado de trabalho (público

(5) É na região de Osasco, nos municípios de Barueri e Santana de Parnaíba, que ficam os bairros Alphaville, bairros de alto padrão formados por uma série de condomínios fechados além de um centro industrial e empresarial.

ou privado) com as perspectivas de estudos comprometidos com a problemática do desenvolvimento local, regional e nacional. Imbuídas, assim, deste objetivo, consolidam-se no interior do curso, apesar de seu curto tempo de existência, pesquisas baseadas em três grandes linhas: i) Políticas públicas; ii) Desenvolvimento regional e ambiental; e iii) Desenvolvimento: Teoria e História.

Estas linhas de pesquisa são desenvolvidas no Centro de Análises do Desenvolvimento, centro de estudos que abriga professores majoritariamente do curso de Ciências Econômicas e do Eixo Comum Compreensão da Realidade Brasileira e Relações Internacionais e que em setembro de 2013 ainda estava em formação, na etapa de formalização na estrutura da Unifesp.

O Centro de Análises do Desenvolvimento, elaborava, em outubro de 2013, o seu primeiro produto: um Banco de Dados da sub-região Oeste da RMSP que subsidiará e, ao mesmo tempo, será alimentado, pelas pesquisas desenvolvidas nas três linhas. O primeiro projeto da linha *Políticas Públicas*, cujo foco é a análise de viabilidade e de impacto de políticas governamentais municipais, estaduais e federais, é a elaboração de um Índice de Qualidade dos Gastos Públicos da região. De maneira semelhante, a linha *Desenvolvimento regional e ambiental*, que tem como foco a análise de competitividade regional e as questões da sustentabilidade, tem como primeiro projeto a elaboração de um Índice de Competitividade municipal aplicado aos municípios da sub-região Oeste da RMSP. Já a linha *Desenvolvimento: Teoria e História* tem seus primeiros projetos na área de História Econômica, com atenção voltada para a reestruturação produtiva da RMSP e estudos da formação do capitalismo no Brasil em seus aspectos institucionais.

Os desafios que o curso enfrenta atualmente são aqueles típicos de um curso nos seus primeiros anos de atividade: a consolidação de sua graduação e a estruturação de suas primeiras linhas de pesquisa. Serão estes primeiros frutos da pesquisa coletiva que permitirão consolidar o perfil do curso de Ciências Econômicas da Unifesp e suas perspectivas teóricas.

Documentos citados e Referências bibliográficas

BÓGUS, Lúcia Maria Machado; PASTERNAK, Suzana. *Como anda São Paulo*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Resolução n. 4*, de 13 de julho de 2007.

BRASIL. Universidade Federal de São Paulo. Pró-reitoria de Graduação. *Projeto Pedagógico da Graduação – Campus Osasco*. São Paulo, 2009.

BRASIL. Universidade Federal de São Paulo. *Projeto Pedagógico da Graduação – Campus Osasco*. Osasco/SP, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. *Análise sobre a expansão das universidades federais. 2003-2012*. Relatório da Comissão constituída pela Portaria n. 126/2012. Brasília, 2012.

CAZZUNI, Dulce; COELHO, Rodrigo; GUERRA, Alexandre (Org.). *Atlas da exclusão social de Osasco. Alternativas de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão*. Osasco, SP: SDTI/PMO, 2007.

CONSTANTINO, Wagner. *A porção Oeste da Região Metropolitana de São Paulo no contexto do desadensamento da metrópole – o surgimento de uma nova centralidade em Osasco*. Dissertação (Mestrado)–Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 2009.

CRUZ, Fernanda M. da; CESPEDES, Juliana G. *O perfil socioeconômico e cultural dos estudantes da Universidade Federal de São Paulo*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013.

DINIZ, Clélio Campolina; DINIZ, Bernardo Palhares Campolina. *A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, reespecialização e novas funções*. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Escritório no Brasil. LC/BRS/R.178, dez. 2006.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2000*.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*.



Alguns aspectos do ensino e da pesquisa de economia no Brasil

Vitor Eduardo Schincariol ¹

1

Este relato pessoal sobre os rumos e perspectivas do ensino e pesquisa de Economia no Brasil será feito a partir de uma posição infrequente entre os docentes de Economia, que é o caso particular de um Bacharel em História, que lecionou Economia e História em diferentes cursos universitários ao longo dos últimos dez anos, e com uma experiência de trabalho de quatro anos numa das regiões mais pobres do país. Acredito que esta posição específica de ter estado na fronteira que une estes dois campos de conhecimento (Economia e História), bem como os diferentes locais de ensino pelos quais passei ensinando ramos do conhecimento de ambos campos, possibilitaram-me experiências que têm por si mesmas um caráter pedagógico, úteis de relembrar e divulgar. Isto refere-se não apenas às discussões sobre os atuais rumos de ensino e pesquisa de Economia nos já consolidados grandes centros do país, mas particularmente aos centros que se encontram em formação e que venham a buscar respostas novas aos dilemas e fracassos eventualmente encontrados em experiências anteriores, ou mesmo em curso. De qualquer forma, trata-se da minha vivência particular de dez anos de ensino de Economia no país, que aqui retomarei excepcionalmente sob uma forma mais livre dos constrangimentos formais que regem a maioria das publicações atuais.

2

Um dos primeiros aspectos de minha experiência que creio conveniente lembrar, a partir de minha vida de ainda estudante de graduação em História na Universidade de São Paulo, era a grande falta de diálogo entre as carreiras de História e Economia nesta Universidade. Ambos os cursos tinham seus grandes

(1) Bacharelado em Ciências Econômicas na Universidade Federal do ABC / Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas e Sociais.

méritos, com seus docentes qualificados, visões abrangentes, tradição de rigor e boas bibliotecas. Porém, os cursos não somente se ignoravam ao nível do ensino de graduação, no sentido da ausência da obrigatoriedade da frequência cruzada de seus alunos. Ambos os cursos não enfatizavam experiências cruzadas entre Economia e História dentro de suas próprias grades. A Economia da FEA-USP priorizava cada vez mais os métodos quantitativos e o ensino de finanças e legava as “Histórias” a um papel secundário – ao estilo estado-unidense. A carreira de História não apresentava ao nem exigia do discente disciplinas como uma “História do Pensamento Econômico”, “Formação Econômica do Brasil”, nem cursos introdutórios à Estatística e Contabilidade Social, expressando a influência “culturalista” da terceira fase da Escola dos Annales. O curso de História tinha em sua grade de matérias obrigatórias apenas uma História Econômica, disciplina geral que era ministrada por algum docente segundo suas perspectivas de pesquisa. Ou seja, não havia uma proposta sistemática entre os dois centros de criação de um diálogo comum a partir dos cursos de graduação, como se cada um não tivesse nada a ensinar ao outro. O que é absurdo, em ambas as direções.

Assim, tal postura excessivamente corporativista e fechada ao *diferente* acarreta em consequências ruins para todos. No nível da formação dos docentes de História a atuar no ensino primário e médio, dá-se uma menor preparação técnica, com prejuízo das capacidades metodológico-quantitativas, com especial impacto negativo no ensino de problemas de Economia em sala de aula. É o caso no qual a Economia como campo de saber tem muito a contribuir mas no caso em tela não o fazia. Na formação do profissional economista, por sua vez, a situação mencionada gera um empobrecimento da capacidade de reflexão e estruturação do pensamento diacrônico, importante como elemento de compreensão da realidade social, a orientar de modo mais rico a tomada de decisões dentro e fora do ambiente de trabalho. Na formação dos ingressantes em Programas de Pós-Graduação em Economia ou História oriundos de algum dos dois cursos, a ausência do aspecto diacrônico e estruturante na elucidação científica de algum fenômeno humano – por um lado –, bem como a falta da consideração técnica e especializada dos diversos aspectos econômicos, em seus diferentes planos e temporalidades – por outro – tornam-se facetas igualmente empobrecedoras da atividade intelectual.

De fato, onde quer que se dê a ausência de canais comunicativos entre a Economia e outras áreas a fins do conhecimento social, ao nível do ensino, certamente obter-se-ão profissionais com horizontes analíticos mais limitados. O prejuízo é geral, inclusive para o desempenho de atividades práticas ao nível do mercado de trabalho corporativo. No caso em tela, a Economia como campo de saber “científico” específico, bem como as diferentes atividades profissionais que o economista pode exercer, serão todas prejudicadas *em seu alcance explicativo* se em seu processo intelectual-formativo a monotematização, a especialização e a formalização matemática não forem de alguma forma tocadas pelas outras contribuições dos outros campos das Ciências Sociais. Estas, ao insistirem em enfatizar as *especificidades* do objeto *humano*, objeto este que não pode ser abordado com métodos derivados totalmente das Ciências Naturais (biologia, química, física), enriquecem o alcance explicativo do fenômeno econômico em suas múltiplas dimensões, *sem prejuízo* dos “saberes econômicos” acumulados. Não estou afirmando que a contribuição das “ciências duras” deve ser descartada, mas deve-se cuidar para evitar lances falsos que façam regredir as percepções mais fundamentais: o estudo dos homens não é exatamente igual ao estudo do mundo natural. Voltarei a este ponto novamente mais adiante.

3

Caberiam algumas palavras a mais sobre alguns aspectos ainda mais basilares da formação do futuro economista, agora lançando mão de minha experiência docente na região Nordeste. Não necessito enfatizar as dificuldades óbvias enfrentadas pelo ensino da Economia quando não estão presentes condições minimamente favoráveis no nível do Ensino Fundamental e Médio. Minha experiência no Estado de Alagoas foi bastante elucidativa quanto a isto. A começar pela ausência do ensino de Economia nas escolas públicas brasileiras, bem como na maior parte dos colégios particulares. Em sendo o exercício mental de um raciocínio ou tentativa de análise de economia algo em si bastante complexo, devido à própria dimensão do que vem a ser o “objeto” de estudo – a própria sociedade, em seu todo ou em seus aspectos específicos, igualmente complexos, e seu funcionamento abstrato formalizado de diferentes modos– a ausência do ensino de Economia nas matrizes curriculares do Ensino Médio é, a priori, elemento muito desfavorável. O ensino de Economia está presente na

grade dos correspondentes ensinos médios em muitos lugares do mundo – o Uruguai, por exemplo. Ora: se a isto unimos as atuais condições execráveis do ensino público brasileiro na maioria dos colégios públicos do país, com salas superlotadas, baixos salários e indisciplina, tem-se de fato uma *impossibilidade material* de fazer frutificar os recursos canalizados ao ensino e pesquisa de Economia no nível universitário. Boa parte de meus discentes alagoanos estava verdadeiramente interessada e disposta a corajosamente incorporar o conteúdo que se lhes apresentava, mas muitas vezes o que ocorria era que suas bagagens didáticas prévias eram muito fracas e os impediam de prosseguir minimamente com o curso. Nas condições de um ensino público agora municipalizado, podia-se ver que a região mais pobre tinha orçamentos municipais correspondentemente mais escassos, dando-se então o efeito em tela. (Desnecessário dizer que este efeito contribui, num nível sistêmico, a diminuir de forma invisível o próprio nível do ensino particular, que amiúde é tão ineficiente quanto o público.)

Um passado escolar errático ocasionava, em boa parte das vezes, apatia, que substituíra o entusiasmo inicial pelo curso de Economia. O resultado se podia notar nas altas taxas de evasão; no desempenho totalmente insuficiente de alunos que não dominavam a língua portuguesa e as operações matemáticas fundamentais; baixo número de formandos, etc. Esta situação, evidentemente, não é exclusiva ao Estado de Alagoas. Ainda dentro de minha experiência, outro elemento que considero digno de nota é o desestímulo à carreira de Economia quando a dinâmica econômica local é modorrenta, ocasionando-se uma escassez de postos de trabalho. No caso que conheci melhor, em Alagoas, havia uma nítida discrepância entre o nível de preparação prévia dos alunos que escolhiam o curso de Direito – mais concorrido na seleção – e os que escolhiam a carreira de Economia, menos concorrida.

Claramente, tal divisão era de perfil de classe, com a pequena elite local podendo ingressar no curso que melhores perspectivas rendia, o Direito, com seu passaporte de acesso às inúmeras carreiras do serviço público federal e estadual, particularmente no Judiciário. A Economia, com seu balanço entre uma preparação matemático-formal altamente técnica e ao mesmo contemplando as Humanidades, sofria – por isto mesmo! – da característica de ser mais difícil de acompanhar, e prometendo chances numericamente inferiores de obtenção

de emprego. Os alunos do curso de Direito vinham de famílias de advogados e cursaram escolas particulares. Os alunos de Economia, em boa parte, eram os primeiros da família na Universidade, oriundos de colégio público. Não tinham, como seus colegas mais sortudos, nem um “capital intelectual” herdado, nem os recursos correntes para diminuir o hiato. Davam-se as condições, então, para uma formação de economistas mais difícil, premida pelas idiosincrasias das realidades locais.

Assim, as condições econômicas são um determinante do desempenho da carreira. Um projeto pedagógico, um plano de ensino são frases vazias quando o entorno não confere condições elementares de ensino. Trata-se de um aspecto interessante que julgo ser a regra em muitas outras áreas brasileiras não industrializadas e altamente dependentes de recursos do governo federal. A formação de bons economistas e de boa pesquisa econômica se vê, assim, prejudicada quando há fracas oportunidades de trabalho no setor privado, quando o ensino público é deplorável, desestimulando e dificultando a escolha dos ingressantes universitários.

4

Todavia, e usando aqui um trocadilho caro à área, não somente do lado da “oferta” problemas podem ser detectados. O lado da “demanda” – leia-se a própria Universidade – também pode apresentar vícios, inerentes seja à lógica operativa das Instituições de Ensino, e em particular as públicas, seja ao mercado de trabalho como um todo. Pode-se atribuir uma falha sistêmica ao Ensino de Economia atual o fato de que o profissional economista que ocupa os cargos de professor Universitário não foi em geral treinado, nem se debateu no plano teórico (ao nível de disciplinas cursadas), com o tema daquilo que vem a ser a profissão de docente. Nisto ele está junto de várias outras categorias profissionais, mas isto não diminui a importância do tema. Não há na matriz curricular de Economia o ensino de disciplinas voltadas às práticas pedagógicas. Nem há uma área de atuação escolar nas quais o aluno-economista possa trabalhar com facilidade (cursinhos pré-vestibulares, por exemplo). Ora, diferentemente de boa parte das carreiras de Humanidades (História, Geografia, Letras, Sociologia, Filosofia...), bem como outras que cobrem o Ensino Médio (Física, Biologia, Matemática...),

ao profissional formado em Economia não se lhe apresentou, ao longo de seus anos na Universidade, uma discussão formal ainda que introdutória sobre o tema da docência.

Não estou afirmando que os cursos de preparação pedagógica para futuros docentes das diversas áreas (“Licenciaturas”) sejam em geral eficientes na formação de professores, ou que um docente não se forme, afinal, pela “práxis”. Estou fazendo menção à necessidade de conferir ao futuro economista docente a *possibilidade* de que possa realizar alguma formação pedagógica, no nível de graduação, que eventualmente lhe sugira de forma lúcida que ele pode vir a tornar-se docente. Meus colegas de Universidade execravam, em geral, muitas das disciplinas realizadas na Faculdade de Pedagogia. Porém, todos concordavam que as aulas tediosas funcionavam como contra-exemplos daquilo que deveria em geral ser feito dentro de uma sala de aula. Além disto, aproveitava-se muito do material bibliográfico utilizado nestas aulas, e trocavam-se dicas e experiências de trabalho, que muitos já começavam a ter, mesmo antes de formarem-se. Não consigo ver como este ambiente, com seus defeitos e qualidades, não fosse propício, de várias formas até involuntárias, à formação de docentes mais responsáveis e eficientes.

Em minhas conversas com os alunos de Economia, é sistemática a queixa contra professores apáticos, dotados de métodos totalmente ineficientes, bem como ausentes e omissos, ignorantes das condições reais de recepção de seus discursos – quando os têm. Atribuo isto em parte às escolhas de “última hora” de alguns colegas pelo ensino, que em parte vejo ser um resultado das limitações acima apontadas. Perguntaria então o quanto destas características anômicas poder-se-iam explicar por uma quase completa ausência, ao nível da graduação, da problemática que envolve a docência de Economia, como uma atividade importante em si. Evidentemente, não estou ignorando o fato mais simples de que os baixos salários iniciais na Universidade, relativos ao mundo corporativo aberto ao economista formado, sejam um desestímulo natural à escolha das melhores inteligências para a docência. Estou mencionando os casos também numerosos daqueles que – como eu – fizeram a *opção* pelo ensino de Economia. A capacidade de raciocínio, memória e assimilação não são as mesmas aos dezoito e aos trinta e sete anos. O quanto antes a docência de Economia for incorporada ao nível consciente (e inconsciente!) por virtuais futuros docentes, melhor preparados estarão aqueles que efetivamente vierem a sê-lo.

5

Esta discussão sobre as condições de formação do economista nos remeteram ao problema das Instituições e seu entorno, e talvez seja conveniente utilizar algumas palavras a mais sobre elas. A Economia é um campo complexo do conhecimento humano, exigindo do aluno uma disposição, rara, tanto para as Ciências Sociais (“Humanidades”) quanto para as Matemáticas. Ora, a simples observação permite ver que não pode ocorrer facilmente a fusão destas duas propensões cognitivas num mesmo indivíduo. Este é dos dilemas mais frequentes entre todos aqueles envolvidos com o ensino e pesquisa de Economia, que se dividem, em geral, entre os simpatizantes da história e economia política, e os adeptos das finanças e métodos quantitativos. Creio que esta divisão dificilmente possa ser superada nas condições vigentes. Mas caberia uma reflexão especial sobre ela devido às dificuldades que elas põem aos alunos em seus primeiros anos de estudo na carreira, ocasionando principalmente a evasão.

Dentro deste quadro de dificuldades, penso ser crucial o papel da Universidade como *locus* de sociabilização e interação de estudantes, em suas diversas potencialidades, para facilitar, mediante a socialização, as dificuldades mencionadas – grupos de estudo, palestras, rodas de conversa, cafés... Neste sentido, é necessária sensibilidade na organização do espaço universitário. Um colega atual da Universidade Federal do ABC uma vez revelou sua satisfação ao ver que o campus de São Bernardo do Campo possuía escadas internas claras, com luz solar, até mesmo “aconchegantes”... Isto porque, segundo ele, as escadas formam um dos locais nos quais suas intuições intelectuais mais ocorreram quando estudante. Pelo seu caráter espontâneo, atingiam eventualmente formas mais elaboradas do que próprios encontros marcados, provas ou seminários. “Aprendi muito lendo e conversando nas escadas.”

Estas não são meras palavras. Permita-se uma digressão. Meu colega de trabalho entendeu com sensibilidade o que é a Universidade, e a importância destes elementos aparentemente intangíveis na construção de uma nova instituição de ensino. Considerá-la como um espaço de socialização significa antes de mais nada tornar a Universidade acessível pelo transporte coletivo e tolerável por muitas horas – pelo dia todo, de fato, e por uma boa parte da noite. Ora, isto significa a construção física de ambientes funcionais e seguros e que atendam também a

algum critério estético razoável. Uma instituição pública que em certa feita teve a oportunidade de conhecer distava quase trinta quilômetros das áreas mais povoadas da cidade; poucas linhas de ônibus serviam-na no horário noturno, e as últimas saíam às dez da noite, com óbvio prejuízo para os teimosos alunos que insistiam em permanecer até o fim da aula. Os pontos de ônibus ficavam rentes à rodovia principal que ligava a Universidade à cidade, com óbvios riscos de atropelamento. Ora, num espaço de difícil acesso, pouco iluminado, que lembra antes um acúmulo infundável de prédios onde se realizam apenas afazeres burocráticos, como as dificuldades mencionadas para o aprendizado de Economia – e de outras carreiras, de fato – vão ser minimizadas? Como criar grupos de estudo, fazer conviver mais intimamente docentes e discentes, em definitiva, como *socializar*, em semelhantes espaços construídos por burocratas que ignoram as condições mais mínimas necessárias a um aprendizado elementar? A quem ocorreria a construção de semelhante projeto pedagógico-arquitetônico? Evidentemente, a indivíduos e forças sociais desinteressadas tanto no conhecimento como numa estratégia para transformações sociais, quanto nas próprias transformações sociais. Não de modo estranho, o projeto desta instituição datava do pós-golpe de 1 de abril de 1964. Não estranhei, semelhantemente, quando me foi dito que as verbas federais recebidas recentemente haviam sido utilizadas para a construção de novas salas para os docentes, postergando por mais algum tempo (quanto?) a reforma das salas de aula, em péssimas condições.

Como se vê, as forças que alimentaram o regime autoritário plantado em 1964 deixaram suas consequências. Será mesmo neutro para a tomada de decisões no plano individual a internalização e naturalização pelo futuro economista deste tipo de construção de espaços segmentados, separados, acessados de forma segura apenas por proprietários de veículos particulares? No plano inconsciente, é bem mais provável que seu descrédito por tal tipo de organização seja canalizado contra a própria coletividade, ajudando a reproduzir tal lógica desde sua posição futura como tomador de decisões, ainda que para acatar ordens superiores.

6

Temos todos notado o campo da Economia como particularmente colonizado e prejudicado pela perspectiva oficial da CAPES e CNPq, que é a de

premiarem os pesquisadores que mais resultados de pesquisas apresentem, em termos nominais. Em parte isto ocorre porque vêm da Economia os discursos legitimadores de um mundo premido pelas (supostas) necessidades de maior produção e produtividade. Trata-se de manter a coerência. Os critérios atuais dos sistemas de bolsas e incentivos e da organização dos concursos para professores doutores têm exigido muito, sob critérios não totalmente arrazoados. Duas tendências obtusas nascem disto: (1) os cursos de doutorado são desvalorizados, sendo apenas a porta de entrada para o mundo da pesquisa, que deverá traduzir-se em números; (2) os títulos de doutorado são obtidos ao tic-tac do relógio, em evidente prejuízo àquilo que poderia ter sido melhor dito com mais tempo de reflexão.

Outras consequências negativas são notadas. Docentes experientes, formados na tradição universitária mais antiga, têm sido convidados a se desligarem de programas de pós-graduação. Os que permanecem são convidados a inflar seus números, de diferentes maneiras sub-reptícias. A experiência dos mais antigos, passada na forma do contato direto dentro e fora das salas de aula, é preterida em função de uma “colonização do mundo da vida [universitária]”, nos termos de Habermas. Tem-se então um festival de artifícios grotescos, tal como num desfile de modas, para reciclar duas, três vezes, os mesmos resultados da mesma pesquisa, embelezando o “Currículo Lattes”. Para os que simplesmente “rodam modelos”, não parece tão ruim; mas têm outra opinião aqueles que buscam relacionar tais modelos a aspectos concretos da realidade social tangível, não facilmente formalizáveis a partir de “receitas prontas”.

Ainda, a exigência da produção em série vem sendo acompanhada por um abandono da formação do estudante iniciante, relegando-se-o a um segundo plano, para a finalização “daquele último artigo”. Presenciei muitos docentes recém-ingressados na Universidade repassando metade de suas aulas de graduação a algum orientando, visivelmente menos capacitado. Os resultados eram uma preparação mais fraca ao nível da graduação, que comprometia depois a qualidade da pós-graduação na mesma instituição que proclamava querer reforçá-la! Do outro lado, tinha-se um docente menos comprometido com o espaço público de ensino e muitas vezes mais interessado na consecução de seus interesses pessoais.

A construção do conhecimento de Economia é especialmente impactada por esta lógica de acumulação fordista. Tal como afirmei acima, trata-se de uma área especialmente complexa do conhecimento humano, cujo leito é tributário de muitos afluentes. Não se pode exigir do aluno e mesmo do pesquisador médio uma capacidade analítica que ignore a necessária atuação subjacente e inconsciente do tempo na formulação de suas intuições perceptivas, que depois serão vertidas num discurso que eventualmente venha a ser formalizado matematicamente. Na verdade, nem os “grandes” poderiam em geral dar conta de exigências tão mortificantes, se fossem submetidos a elas.

Nas palavras de Milton Santos, uma vez proferidas em palestra na Universidade de São Paulo, o resultado disto só pode ser “a produção de lixo”. Ou seja, de montanhas de papel impresso que provavelmente não estarão espelhando ou traduzindo, de fato, um cabedal de reflexões maturadas pelo tempo e cuja construção deveria estar vinculada à construção social de um conhecimento da realidade objetiva, a fim de fazer o possível para remediar suas principais tragédias. Evidentemente, há limites implícitos à formalização econométrica. O refinamento dos métodos quantitativos, em si mesmos bem-vindos, podem converte-se rapidamente, contudo, em saborosas gracinhas como “torcer os dados”, “martelar as séries”, “tornar a realidade adequável ao modelo”, “rodar ‘n’ vezes a equação” etc., numa frívola busca por imitação dos métodos falsificáveis da Física e Química, porque reproduzíveis literalmente. Mas não se passa o mesmo com os dados não estocásticos das Contas Nacionais ou a maioria dos agregados econômicos. Na Economia, os métodos devem ser encarados de uma forma bastante mais modesta.

De fato, a análise econômica é uma atividade difícil, como se pode notar particularmente na precariedade dos textos dos alunos iniciantes e mesmo dos pesquisadores mais inexperientes. Tiranizada pelo fator tempo e individualizada, produz angústia, particularmente entre os estudantes de pós-graduação, cuja pressa em atender aos desígnios dos “de cima” (mercado de trabalho, CAPES/CNPq etc.) conduz a trabalhos metodológica e teoricamente fracos, com hipóteses construídas ao arpejo da qualidade em toque de caixa, não raro desvinculadas de problemas econômicos realmente importantes, ou mesmo de problemas econômicos. No pior dos casos, um trabalho em Economia pode ter hoje o título de Doutorado apenas por meio da reprodução de “modelitos” genéricos (em

geral neoclássicos) com alto grau de embonecamento algébrico nos quais se “encaixam” os dados por vezes “martelados” da realidade supostamente referida. Estas opções de trabalho na verdade configuram a pretensão fútil de retirar a Economia do campo mais amplo da Ciência Social.

Ora, a Economia como campo de saber exige também treino em diferentes áreas do conhecimento – a História, a Sociologia, a Psicologia Social, a Estatística, e mesmo a Física e Biologia – que amadurecem ao longo de décadas, em um pesquisador sério com inteligência média. Qualquer critério de avaliação “objetivo”, ainda de caráter “quantitativo”, vem a ser portanto temerário. Estabelecida a pesquisa econômica sob tais critérios, ela se tornará repetitiva, demasiado formalizada e pouco atinente à especificidade do pretense objeto de estudo, desvinculada dos canais interpretativos relacionados à mudança social necessária num país subdesenvolvido, porque premida pela exigência quantitativa, quando não “temperada” pelo falso suposto da neutralidade. Em geral, a suposta neutralidade casa-se com a escolha de objetos irrelevantes de estudo, sem interesse social, a título de uma “ciência livre”. Conforma-se assim como arenoso o terreno orientador da atividade de pesquisa e ensino em Economia.

Ernesto Laclau condensou seu interessante “giro epistemológico” crítico ao marxismo ortodoxo na afirmação de que “*no existe un actor social cuya voluntad coincida con el propio funcionamiento de la sociedad concebida como totalidad*” (2009, p. 52). Se é assim, todo curso de Economia organizado com recursos públicos (particularmente os recém-criados) deveria primar pela heterogeneidade das diversas correntes teóricas existentes, bem como um espaço à discussão dos novos “giros epistemológicos”. Isto denotaria honestidade acadêmica. Tem-se cada vez mais sucumbido à maneira estado-unidense de ensinar Economia, assumindo como naturais ou “totalizantes” os pressupostos derivados da experiência daquele país, que são “enxertados” nas diferentes disciplinas formativas da graduação, mediante os duvidosos “manuais” e em decorrência da concentração de bolsas de estudos internacionais aos países anglo-saxões. Em termos mais claros: todos nós assistimos a uma poderosa “novo-classização” do ensino de Economia nos últimos anos, cuja raiz remonta à tomada de poder pelas forças da reação personificadas em Reagan e Thatcher, com o sufocamento de importantes experiências intelectuais alternativas, inclusive oriundas de nossas próprias realidades sulamericanas. Derivações incessantes de uma mesma matriz

“IS-LM” hickisiana têm menos a ver com uma suposta unificação global de uma “ciência econômica universal” de perfil “newtoniano” do que com uma supressão sub-reptícia de alternativas mentais ao predomínio das finanças nas periferias. Esta tendência, ao pretender-se “totalizante”, termina por ser “totalitária”. Não há nada de errado com o ensino “neoclássico” da Economia em si mesmo. Mas há algo errado quando se o assume como o único discurso possível nas instituições de ensino superior financiadas pela coletividade que o mesmo neoliberalismo buscava atacar, curiosamente afirmando que não existiam. Ao assumir-se a impossibilidade da totalização, pela diversidade de interesses e experiências, tem-se um terreno sólido para uma radicalização democrática ao nível do ensino.

7

Tenho notado que o afastamento da Economia dos problemas humanos mais urgentes tem afastado muitos jovens da carreira. Noto que o aluno do Ensino Médio intuitivamente considera o curso de Economia como uma espécie de curso de Administração mais profundo, que deve ser evitado pelo peso das matemáticas e por uma alocação mais duvidosa no mercado de trabalho, particularmente nas áreas mais pobres. Posso lembrar de muitos casos de abandono do curso de Economia em favor de outros, mas não me recordo de nenhum que fez o movimento inverso, em minha experiência nordestina.

A construção da figura do economista como um profissional de discurso hermético e defensor do *statu quo* tem afastado parte da juventude, que está mais propensa a “mudar o mundo” e não vê no discurso econômico qualquer tradução de seus anseios. Decerto, muitos jovens os abandonam ao ingressarem na vida adulta; mas muitos não, e aí está o problema. Em parte, isto é compreensível pelas especificidades e atribuição do economista, chamado a opinar sobre fatores tão complexos como a macroeconomia. Mas não se pode negar que o modo pelo qual as disciplinas foram “colonizadas” pelas tendências *reaganômicas* gera apatia. Há uma constante frustração com a Macroeconomia e Microeconomia, das quais os aspectos diacrônicos (keynesianos...) foram retirados, inserindo-se em seu lugar uma formalização tão intensiva e pressupostos tão estáticos que os vínculos com qualquer realidade social palpável (de duvidosa mensuração) tornam-se difíceis de notar (ver o texto de Wilson do Nascimento Barbosa que consta na bibliografia). Nada mais entediador do que algo imutável ou que não

contempla a mudança. O aparato teórico neoclássico sugere uma descrição de um fenômeno econômico fechado *ex ante*, não passível de alteração. A realidade para ele é única, não contém impurezas acumuladas pela história, a demandarem talvez outros caminhos. Isto não é, em definitivo, convidativo para as mentes mais aptas à dúvida e ao questionamento.

É diante deste tipo de “estranhamento” entre fatos e instrumentos descritivos que buscarei finalizar este texto com minhas percepções pessoais com relação a alguns dos problemas do ensino e pesquisa em Economia no Brasil. Já se construiu um consenso de que temos que rever nossos paradigmas anteriores, sejam eles da tradição marxista, keynesiana ou estruturalista, ou quaisquer outros “heterodoxos” ou “ortodoxos”, diante da crise ambiental. A dimensão atingida pela economia industrial moderna está levando o mundo à escassez de terras férteis, água e recursos minerais, com enormes impactos sobre todo o ecossistema (sociedade + natureza). O ferramental analítico econômico – principalmente o tripé Macroeconomia, Microeconomia e História Econômica – evoluiu lentamente em condições anteriores nas quais a escassez e a entropia não haviam sido bem compreendidas ou sequer consideradas. Isto se deve ao fato de que o mundo de nossos mestres passados ainda continha muitos espaços abertos para crescimentos e avanços sobre os recursos naturais. Este espaço acabou. Assistiremos a rendimentos decrescentes progressivos em escala crescente, acossados – e não remediados – pelo papel dialético da tecnologia, que, barateando e jogando para cima a produtividade hoje, conduz a crescentes perdas entrópicas em todos os níveis pelo aumento do volume de consumo propiciado pelo barateamento anterior (o chamado “Paradoxo de Jevons”). Não me parece que isto esteja sendo considerado com a importância que deve ter.

As disciplinas que atinam ao problema são ainda marginais no curso de Economia. São vistas como excêntricas. Mas os aspectos entrópicos globais estão às vistas de todos. Exemplo. O Oriente Médio já se avizinha como uma área em desertificação, e sem o petróleo futuro, poderá colapsar ou usar seu poder nuclear como mecanismo de ameaça (estou falando do Estado de Israel). Sob o título pomposo das “vantagens comparativas”, queimamos metade de um dos maiores biomas do planeta, a Amazônia, para exportar soja e importar artigos eletrônicos de rápido desgaste programado pelos oligopólios fabricantes (“obsolescência programada”). Comprometeu-se assim o regime futuro de chuvas por todo

o globo. A má-consciência pode descansar lembrando que o desmatamento diminuiu nos últimos anos. Mas não se trata de impedi-lo de uma vez? Analogias estão se repetindo.

Minha experiência como docente de Economia no Brasil atual me leva à opinião de que o discurso econômico – inclusive a maioria dos “heterodoxos” – ainda não assumiu a centralidade destes fatos na estrutura organizativa de seu aparelho analítico de seu discurso. Falei há pouco das tendências “totalizadoras” na difusão da Economia, sob pulsão de um determinado recorte teórico. Elas parecem tão fortes que levaram a uma uniformização otimista e sombria de aspectos inferenciais até mesmo entre marxistas, quanto ao papel promissor da técnica. Por exemplo, a substituição exitosa do petróleo como fonte de energia e *matéria*. Não foram poucos os colegas marxistas a descansarem neste esplêndido berço supostamente analítico, que facilita seus sonhos noturnos ao prometer um futuro – algum futuro. Mas, no nível empírico, vê-se que até agora não houve sinal disto, com o petróleo aumentando sua participação na pauta energética mundial mesmo que paralelamente à elevação de seu preço. Na verdade, intervenções imperialistas “tópicas” para garantir seu controle têm ditado o rumo das relações internacionais atuais, como se viu com Iraque, Líbia e agora na Síria. E já se vão muitos anos desde a chamada “Terceira Revolução Industrial”.

O discurso econômico permanece conservador, pálido, talvez porque os principais “epígonos” se mostrem mais recalcitrantes em dar os necessários saltos epistemológicos no fim de suas carreiras. Com tais sortes de reserva, compromete-se uma compreensão adequada. Parece-me que isto tem causado o mencionado afastamento de muitos jovens da profissão, em busca de carreiras que pareçam atender melhor a suas angústias. A Economia é vítima de seu próprio refinamento e complexidade, por um lado, mas por outro este refinamento parece desconectado dos problemas mais urgentes, o que tende a afastar um outro grupo de estudantes. Esta era a impressão de Joan Robinson em 1977 (ver bibliografia). Sendo a minha impressão atual, penso ser uma agenda ainda em construção, infelizmente.

Neste sentido, a readequação do aparato analítico da Economia deve considerar um diálogo cada vez maior com outros ramos do conhecimento humano, tal como a geologia, a biologia, a física – como sugeriu Georgescu-Roegen. Como dito, não se trata de adotá-los como modelos a seguir; trata-se

de incorporar suas contribuições factuais para uma reavaliação de pressupostos analíticos. Dialeticamente (o termo ainda é válido...) a Economia *deve buscar o outro e manter-se*. Abrir-se mais como campo interdisciplinar, pois os eventos da escassez e da poluição têm um caráter complexo, cuja interpretação para fins de mitigação vem de diferentes aparelhos analíticos. Traduzindo isto em termos mais práticos, eu creio que não somente mais tempo deveria ser dedicado ao estudo da depleção e da poluição (entropia) – por todas as correntes da Economia – mas sim que os próprios troncos principais do campo deveriam ser reinterpretados à luz de um mundo finito, com uma população gigantesca vivendo sob um sistema social cuja lógica de funcionamento não leva em conta tais *limites ao crescimento*, porque nascida num momento anterior no qual tais condicionantes ainda não podiam ser vistos. Reinterpretar o papel da aplicação da tecnologia parece ser uma das tarefas mais urgentes. Em suma. Não se pode aceitar de forma tão cândida o senso comum de que “a tecnologia resolverá” (ver o texto organizado por Kozo Mayumi e outros autores, na bibliografia).

Vimos nas últimas décadas um mundo de plenas revoluções tecnológicas, constantes e rápidas, e um agravamento dos problemas depletivos e de descarte no mesmo passo, não obstante a suposta preocupação por eles (ver minhas obras *Crescimento Econômico no Brasil, 2003-2010* [2012] e *Acumulação de Capital e Economia Ecológica* [2013] relacionados na bibliografia). É evidente que é o modelo societário e a subsunção da tecnologia que devem ser tema de reflexão. Talvez os próprios elementos filogenéticos de constituição do gênero humano devessem ser repensados para a construção de pressupostos mais realistas acerca de seu comportamento econômico, à luz daquilo que parece ser uma *pulsão de morte* coletiva dirigida à natureza, já que coletivamente estamos destruindo-a por meio do próprio uso da tecnologia para sustentar um padrão de consumo que, diz o mandato, deve ser crescente. Ora, não há limites? Por que um certo ramo do pensamento econômico se propôs a afirmar que não? Da psicologia – em particular, psicanálise – podem-se adicionar induções contributivas. Tivesse o assim chamado “marxismo ocidental” se interessado mais pela Economia, talvez tivesse nos poupado desta reflexão. De qualquer forma, a aproximação da Economia junto à Sociologia e Psicologia Social modernas parecem hoje óbvias, tornando o “homem econômico” apenas uma das hipóteses de trabalho mais fracas disponíveis.

O que estou querendo dizer é que a confiança do corpo teórico-textual na “infallibilidade dos mercados”, à luz das recorrentes crises ambientais e econômicas, deve ser compreendida num marco que é anterior à própria criação de uma “ideologia”. Num determinado recorte, tal confiança seria análoga aos princípios religiosos, cujas origens remontam à “solicitude ante nossos desejos instintuais” advindos das “necessidades de amparo e segurança da infância” que “prosseguem na vida adulta” (Freud, 2010 [1933], p. 334). A atuação inconsciente do princípio do prazer, que rege uma parte das atividades humanas, dentre as quais a ciência, tem tanto a dizer sobre a produção de ideias quanto os interesses mercantis. E eis que Freud vem em socorro da Ciência Social, na qual se situa a Economia. Quando a realidade não se comporta como se deseja, mui freqüentemente ao invés de formularem-se hipóteses mais realistas de trabalho, tende-se ao escapismo. Temos aí uma sugestão infreqüente na área.

Neste sentido é que uma nova interpretação da realidade econômica pode apresentar um campo fértil. A Economia aparece no centro desta discussão, com sua existência justificada de antemão. Porém, agarrar-se a hipóteses arcaicas ou místicas, ou a um corporativismo reticente, não trará outras consequências que o afastamento das melhores inteligências, bem como a queda da capacidade interpretativa daqueles que optarem pela carreira. Dar-se-ia, sim, um isolamento, mas de tipo perverso, contraproducente. A atividade da interpretação econômica tornou-se ainda mais difícil, reconheça-se. Os problemas antigos já haviam conduzido a impasses que nos pareciam suficientes. Agora, a um mundo de nações pobres e ricas, de desigualdades sociais crescentes, de desemprego estrutural, vêm somar-se os problemas entrópicos. A Economia não poderá trilhar estes novos rumos isolando-se dos outros ramos do conhecimento humano e proclamando a cura espontânea das mazelas sociais. Mas, bem pensada, a Economia será um dos lugares privilegiados de onde virão os novos discursos normatizadores da própria atividade econômica – ou, pelo menos, uma caixa de ressonância ainda privilegiada.

Assim, parece promissora a construção de uma nova Universidade brasileira e de um novo curso de Economia nos quais o imperativo da interdisciplinaridade é parte fundante de sua organicidade. Trata-se da construção de um ambiente mais propício para o tratamento dos dilemas aos quais fiz menção acima. Os alunos de Economia, tais como os de outros cursos, serão especialmente

mais capazes de compreender os problemas depletivos e entrópicos depois de cursarem as disciplinas de “Estrutura da Matéria” e “Origem da Vida”, ambas obrigatórias na primeira parte comum de suas formações, o “Bacharelado em Ciências e Humanidades” (BC&H). Daí afirmar o projeto pedagógico da UFABC que “o currículo deve ser organizado interdisciplinarmente contemplando as diversidades e especificidades dos campos do conhecimento” (Universidade Federal do ABC, 2006, p. 11). As tarefas de pesquisa que vejo necessárias neste quadro envolvem, então, uma consideração conjunta dos velhos problemas mais caros à análise social e econômica – o desenvolvimento, a industrialização, as desigualdades regionais e de classe, as relações econômicas internacionais, o poder dos oligopólios transnacionais e dos mercados financeiros face ao Estado, impedindo um aprofundamento da democracia, o racismo e o machismo etc. – junto das questões modernas da escassez física e da destruição do planeta pela atividade humana. Este é o enfoque conjunto que busco desenvolver em meu programa de pesquisa na Universidade Federal do ABC, no nível do ensino e pesquisa, na graduação e na pós-graduação. Que o projeto pedagógico desta Universidade seja particularmente adequado a tal programa, tem-se uma boa fortuna.

Bibliografia citada e sugerida

BARBOSA, Wilson do Nascimento. A corrente estruturalista-keynesiana de História Econômica. *Revista de Economia Política e História Econômica*, n. 16, p. 80, jan. 2009.

FREUD, Sigmund. Novas conferências introdutórias à psicanálise (1933). In: OBRAS Completas, v. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas [1971]. *The entropy law and the economic process*. Harvard University Press, 1991.

LACLAU, Ernesto. Populismo: ¿Qué nos dice el nombre? In: PANIZZA, Francisco (Org.). *El populismo como espejo de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

_____. What are the questions? *Journal of Economic Literature*, Dec. 1977.

MAYUMI, Kozo et al. *The Jevons Paradox and the Myth of Resources efficiency improvements*. London: Earthscan, 2008.

ROBINSON, Joan. The second crisis of economic theory. *American Economic Review*, Mar. 1972.

SCHINCARIOL, Vitor Eduardo. *Crescimento econômico no Brasil, 2003-2010*. Um balanço da política econômica e do padrão acumulativo. São Paulo: LCTE, 2012.

_____. *Acumulação de capital e economia ecológica*. São Paulo: LCTE, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. *Projeto pedagógico*. Santo André, 2006. Disponível em: <<http://www.ufabc.edu.br>>.

Uma experiência de agenda de pesquisa na crítica da economia política ¹

Márcio Lupatini²
Roberta Traspadini
Ellen Tristão
Janaína Elisa Patti de Faria
João Cesar Souza Ferreira
Carlos Henrique Lopes Rodrigues
Thiago Marques Mandarino

Introdução

A partir da temática desta Edição Especial da Revista Leituras de Economia Política, o Grupo de Estudos de Crítica da Economia Política (GECEP) apresenta sua proposta de um grupo de perspectiva crítica, cuja preocupação central é desvelar os principais condicionantes e contradições da acumulação de capital no capitalismo contemporâneo. Os desafios são muitos. Além de uma proposta que caminha na contracorrente da ortodoxia econômica, do mainstream, o GECEP conta com um grupo de jovens pesquisadores e estudantes vinculados a uma também jovem universidade (UFVJM), e neste cenário as demandas cotidianas na consolidação não só do grupo, mas também de cursos de graduação com reduzido quadro docente, retardam os avanços na pesquisa e mesmo colocam este importante sustentáculo da Universidade em segundo plano. Apesar das batalhas diárias, a batalha das ideias é um horizonte que temos como primordial e o GECEP é o resultado (ainda em construção) desta caminhada. Nas páginas que se seguem apresentaremos o perfil do Grupo e seus desafios na pesquisa, com intuito de contribuir com a perspectiva crítica da pesquisa.

(1) *Pesquisadores do GECEP*: além dos autores deste texto, são pesquisadores do Grupo: Fernando Leitão Rocha Junior (UFVJM) e Ricardo Lara (UFSC). *Estudantes do GECEP*: Alane Gonçalves Vieira, Bruno Tomaz Manfrim, Cristiane Ataíde Moreira, Flávia Félix Barbosa, Hugo Figueiredo Rievers, Lázaro Brito Borges, Louise Winkelströter, Luana Pereira Nunes Grangeiro, Maurício Beirão da Rocha Oliveira, Petrus Alves Freitas, Rachel Silva Rodrigues, Ricardo Pereira Scopel, Sandra Rodrigues dos Santos, Sônia Alves de Matos, Swelen Yasmin Delgado de Aguilar, Tasiana Rodrigues Soares, Thaila Cancio Araujo, Thamires Laure Magalhães, Thiago José Nogueira Rodrigues dos Santos, Verônica Brazões Xavier e Wesley Pereira Lobo.

(2) Todos os autores deste texto são pesquisadores do GECEP e servidores da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

O Grupo de Estudos de Crítica da Economia Política (GECEP) teve origem em 2009³. A sua constituição é decorrência de atividades de estudo e pesquisa acumuladas entre segundo semestre de 2007 e meados de 2009, as quais congregaram professores e estudantes, sobretudo dos Cursos de Ciências Econômicas e de Serviço Social, ingressos na recém criada Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (FACSAE), Campus do Mucuri (Teófilo Otoni-MG) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)⁴.

O GECEP desenvolve pesquisas na área da crítica da economia política, as quais procuram compreender tanto a dinâmica do capitalismo contemporâneo quanto as particularidades da formação econômica e social da América Latina e do Brasil. O Grupo atualmente está organizado em seis linhas de pesquisa, a saber: Teoria do Valor e Processo de Trabalho; Capitalismo Contemporâneo; Manifestações do Imperialismo no Capitalismo Dependente; América Latina: história, memória e atualidade do desenvolvimento desigual e combinado; História Econômica do Brasil; Logística e Circulação de Capital.

Os pesquisadores do Grupo produziram, entre 2009 e 2012, mais de sete dezenas de publicações bibliográficas (entre livro, capítulos de livros, artigos em periódicos, artigos completos em eventos nacionais e internacionais), os quais foram apresentados e discutidos em várias Universidades Públicas Brasileiras (UFRJ, UFPR, UNESP, UFU, UNICAMP, USP, UnB, entre outras), e em alguns países (Argentina e Alemanha), e uma centena e meia de atividades técnicas. Cabe destacar que os estudantes integrantes do GECEP publicaram mais de uma dezena

(3) Registro do GECEP no CNPq: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=00286035MV7HOY>>. Contato: <gecep_ufvjm@googlegroups.com>.

(4) A origem da UFVJM remonta os anos 1950. “Fundada em 30 de setembro de 1953 por Juscelino Kubitschek de Oliveira e federalizada em 17 de dezembro de 1960, a Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina (Fafeod) transformou-se em Faculdades Federais Integradas de Diamantina (Fafeid) em 04 de outubro de 2002, que foram elevadas à condição de Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) em 06 de setembro de 2005, tendo sido publicada a transformação no Diário Oficial da União em 08 de setembro de 2005, através da Lei n. 11.173, de 06 de setembro de 2005” (www.ufvjm.edu.br). Apesar de sua origem ser datada nos anos 1950, esta ganha formato de Universidade em meados dos anos 2000, e desde então tem uma rápida expansão, tanto no Campus sede, em Diamantina-MG, como no primeiro Campus no interior, Campus do Mucuri, localizado em Teófilo Otoni, MG – no qual está a FACSAE, com cinco cursos de graduação: Ciências Econômicas, Serviço Social, Administração, Ciências Contábeis e Matemática (licenciatura), e o início das atividades ocorreu no segundo semestre de 2006 –, e mais recentemente com seus dois novos Campi, em Unai e Janaúba, MG (maiores detalhes podem ser obtidos em www.ufvjm.edu.br).

de trabalhos, dos quais três artigos foram aprovados em eventos internacionais, e duas dezenas de produções técnicas. Atualmente o GECEP possui quatro bolsistas de iniciação científica (IC), e outros três bolsistas já encerraram suas pesquisas de IC junto ao Grupo.

1 Perspectiva teórica

1.1 Introdução

Nas últimas décadas, as contradições do capital se acirraram, sobretudo desde a sua crise de 1960/70. Desde esta crise o capital não conseguiu recuperar o ritmo de acumulação experimentado nas duas décadas posteriores a Segunda Guerra Mundial. Este ritmo não se recuperou, mesmo com a abertura de novos espaços para valorização, com intensas transformações no processo produtivo e com sua intensa cruzada contra a classe trabalhadora. Este último aspecto produziu significativos impactos na organização desta classe e nas suas condições de vida, expressas tanto nas altas taxas de desemprego, na precarização das relações de trabalho, na reconfiguração pró-capital de uma parcela significativa dos sindicatos, na concentração funcional da renda, na mercantilização crescente da educação, da saúde, das aposentadorias (previdência privada), dos recursos naturais, dos conhecimentos científicos e tecnológicos, dentre outras.

A crise atual, eclodida em 2007/8, deve ser compreendida em um movimento mais amplo do capital, a saber: a particularidade da acumulação e reprodução do capital no pós-guerra, suas contradições expressas na crise de 1960/70 e a saída do capital perante esta crise. Ou seja, a crise não tem como causas fundantes – ainda que tenha contribuição em sua manifestação – a implantação de políticas inadequadas, o processo de desregulamentação monetária, financeira e dos fluxos de capital, os novos produtos financeiros (como mercado de derivativos), o ciclo de “exuberância irracional”, dentre outros elencados pela literatura, mas sim é resultado do próprio movimento do capital em sua particularidade no período contemporâneo.

Neste processo, entendemos que um aspecto constitutivo importante é a autonomização das formas funcionais do capital na particularidade histórica do período contemporâneo: na particularidade contemporânea, as formas capital a juros e, sobretudo, capital fictício são cada vez mais parte significativa do capital

global. Ou seja, a reprodução do capital ocorre sob a lógica e os imperativos destas formas, o que indicamos como um processo de exacerbação da autonomização das formas do capital sobre base monopolista no período contemporâneo. Se estas formas constituem grande parte do capital global e, ao mesmo tempo, não contribuem diretamente na produção de mais-valia – pois fundamentalmente são formas que apenas se apropriam da mais-valia gerada no seio do capital produtivo –, a consequência inevitável é a exacerbação das contradições do capital e de suas crises no capitalismo contemporâneo.

É sob a lógica e os imperativos destas formas do capital que devemos compreender as transformações do processo produtivo (processo de automação crescente com introdução de tecnologias com base microeletrônica, desterritorialização da produção, recriação e intensificação de extração de mais-valia sob a forma absoluta etc.), a reconfiguração do Estado capitalista nos marcos do neoliberalismo, precarização das relações de trabalho, dentre outros aspectos.

Desta forma, defendemos que a crítica da economia política não é só necessária, mas imprescindível para compreensão do capitalismo contemporâneo e suas particularidades. Desnudar esta forma social e suas contradições no período contemporâneo nos exige estudos aprofundados da obra de Karl Marx, de Friedrich Engels, dos teóricos críticos do imperialismo, em sua “fase clássica”, cuja obra de maior relevo é de Vladimir I. Lenin, e de autores desta tradição no pós-guerra e no período contemporâneo. Sem esta perspectiva, o que percebemos é que os estudos ou ficam restritos a apologética burguesa ou captam, ainda de forma articulada e bem realizada, apenas as manifestações das contradições do movimento do capital, sendo que o imperativo é compreender a totalidade do capitalismo contemporâneo em sua unidade essência e aparência, conteúdo e formas de manifestação. Entender estas formas de manifestação como a totalidade é ficar restrito ao processo de mistificação do capital. Sem a crítica da economia política não é possível superar esta dimensão da mistificação do capital.

Ademais, a compreensão da dinâmica do capitalismo contemporâneo sobre a apropriação privada dos territórios e dos sujeitos no papel de trabalhadores subsumidos à sua lógica (apresentada como único e onipotente caminho), nos remete à inexorável relação entre o geral e o particular, na captação da totalidade do

complexo movimento das relações sociais de produção e de seus desdobramentos ao longo do processo de desenvolvimento histórico.

Com base no método, diferenciar processos históricos de contextos históricos, requer investigar o particular-geral em várias dimensões: 1) o modo de produção capitalista como um modo particular entre tantos outros; 2) as fases e os desdobramentos do particular modo de produção capitalista e suas repercussões sobre os territórios; 3) a função particular de cada peça que compõe a engrenagem da dinâmica geral de reprodução ampliada do capital, enquanto gênese e atualidade do modo de produção capitalista (continentes e países); 4) as particulares formas-conteúdos de resistência à ordem burguesa, suas memórias e suas histórias, como elementos constitutivos das manifestações da luta de classes no continente.

Captar o movimento, conectar o geral e o particular com suas diferenciadas e complementares determinações, nos exige revisitar os clássicos do pensamento marxista, à luz dos acontecimentos do nosso tempo e da nossa materialidade concreta. Ou seja, exige colocá-los em permanente diálogo com as especificidades históricas de uma região que, ao mesmo tempo em que foi indevidamente invadida desde fora, mostra desde dentro, sua incessante capacidade de resistir e consolidar, dentro e para além da ordem burguesa, outro mundo necessário e possível. Somam-se, portanto, aos clássicos do pensamento marxista, os grandes referenciais latino-americanos e brasileiros que têm como referencial a crítica da economia política.

1.2 Linhas de pesquisa

O GECEP conta hoje com seis linhas de pesquisas ativas, que incorporam pesquisadores e estudantes. Os objetivos e temáticas de cada linha serão apresentados nas páginas a seguir de forma sucinta.

Teoria do valor e processo de trabalho

Objetivo: A partir da configuração do capitalismo contemporâneo e da certeza da permanência da lei do valor no centro do processo de acumulação capitalista, esta linha de pesquisa aborda as principais modificações no processo

produtivo na produção de mais-valia e nas formas contemporâneas de apropriação deste excedente. O objetivo desta abordagem é contribuir com o entendimento da especificidade desta fase do modo de produção capitalista, que assume traços específicos a partir de 1970, e seus impactos nas relações sociais, mais especificamente na contradição entre desenvolvimento genérico e individual do ser social.

Principais referências: Karl Marx, György Lukács, Isaak Rubin, Benedito de Moraes Neto, Ricardo Antunes, André Gorz, Ernest Mandel, István Mészáros, Benjamin Coriat, José Paulo Netto, Reinaldo Carcanholo, Sérgio Lessa, Gilmaísa Costa, Maurizio Lazzarato.

Temáticas: Os temas centrais desta linha são: trabalho produtivo e improdutivo, reestruturação produtiva, reificação das relações sociais, subsunção do trabalho ao capital, apropriação capitalista de atividades imanentemente humanas (afeto, artes, conhecimento), setor de serviços, desenvolvimento desigual entre gênero e indivíduo.

Capitalismo contemporâneo

Objetivo: O tema em investigação se refere à compreensão do capitalismo contemporâneo – compreendido como o período após a crise do capital 1960/70 –, no qual o capital acirrou suas contradições. Os estudos para compreensão deste se concentram nos seguintes eixos: a) análise do processo de trabalho na contemporaneidade; b) processo global da produção capitalista no período contemporâneo; c) as crises capitalistas: a crise do capital de 1960/70 e a particularidade das crises capitalistas recentes, com sua expressão máxima na crise atual (2007/8-).

Principais referências: Karl Marx, Vladimir Ilitch Lenin, Rudolf Hilferding, Ernst Mandel, José Paulo Netto, François Chesnais, Alex Callinicos, David Harvey, Reinaldo Carcanholo, Paulo Nakatani, Marcelo Carcanholo, Maurício Sabadini, Costas Lapavistas, Benedito de Moraes Neto, Eleutério Prado, Ricardo Antunes.

Temáticas: Particularidade da acumulação e reprodução do capital no pós-guerra e sua crise nos anos 1960/70. Acirramento entre produção e realização (apropriação) do capital na contemporaneidade. Intensificação da concentração e centralização do capital. Particularidade da autonomização das formas do capital no capitalismo contemporâneo: a lógica do capital a juros e do capital fictício. As manifestações contemporâneas do capital fictício no período atual. O debate sobre capital financeiro. O debate sobre “financeirização”. “Reestruturação” produtiva: qual a sua gênese e seu papel na produção do capital? Limites e contradições no processo de extração de mais-valia (forma absoluta e relativa) para a acumulação de capital. Processo de trabalho e transição socialista: ainda em pauta a contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção.

Manifestações do imperialismo no capitalismo dependente

Objetivo: A partir da investigação das diferentes abordagens teóricas dadas ao Imperialismo – fenômeno inexoravelmente global que subordina todas as nações ao processo de acumulação do capital financeiro – pretende-se analisar as principais formas de extração de mais-valia nos países de capitalismo dependente e o grau de autonomia política e econômica destas frente à intensificação da concentração e centralização do capital e ao movimento do capital.

Principais Referências: Vladimir I. Lenin, Karl Marx, Rudolf Hilferding, Nicolai Bukharin, Rosa Luxemburgo, Paul Baran, Paul Sweezy, Harry Magdoff, Joseph Schumpeter, François Chesnais, Ernest Mandel, Isaak Rubin, Ellen Wood, Leo Panitch, David Harvey, Tom Kemp, Eric Hobsbawm, Atilio Borón, Florestan Fernandes.

Temáticas: Teorias do Imperialismo; Desenvolvimento desigual e combinado; industrializações atrasadas e capitalismo dependente; Estado e capital monopolista; Imperialismo e Novo Imperialismo; transnacionalização do capital e os investimentos diretos estrangeiros; desnacionalização das economias dependentes; trabalho produtivo e improdutivo; manifestações atuais de formas de acumulação primitiva/originária no capitalismo dependente.

América Latina: história, memória e atualidade do desenvolvimento desigual e combinado

Objetivo: Estudar o papel da América Latina nas diversas fases do capitalismo e recuperar a trajetória histórica do continente dentro e fora da ordem capitalista. Ontem e hoje, América Latina volta à cena em condições mais intensas de dependência, de subsunção formal à ordem geral e manifesta a forma de ser da engrenagem do desenvolvimento desigual e combinado, com base na vida concreta e no pulsar da luta de classes no continente. Após perversos resultados da dinâmica neoliberal na intensificação da sangria do território latino e de seus povos (veias abertas), é necessário tomar partido no posicionamento crítico de uma investigação comprometida com a classe trabalhadora e os povos originários na defesa de seus territórios, de suas autonomias e da capacidade de internacionalização de sua práxis sobre o necessário e possível *bem viver (sumak kawsay)*.

Principais referências: Karl Marx, Vladimir Ilitch Lenin, Rosa Luxemburgo, Ernest Mandel, Karel Kosik, José Martí, José Carlos Mariátegui, Che Guevara, André Gunder Frank, Enrique Dussel, Ruy Mauro Marini, Samir Amin, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos.

Temáticas: materialismo histórico dialético; práxis; modos de produção; sociedades pré-colombianas; formação econômica capitalista da América Latina; Estados nacionais-sociedade na América Latina; integração dos mercados x integração dos povos; luta de classes, reforma e revolução.

História Econômica do Brasil

Objetivo: A partir do método do materialismo histórico-dialético e articuladamente com a Crítica da Economia Política, a presente linha de pesquisa objetiva apreender as especificidades da formação nacional e do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Principais referências: Karl Marx, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Ruy Mauro Marini e Caio Prado Jr..

Temáticas: O longo e inconcluso processo de “formação” nacional, ancorado num passado colonial escravista e consolidado através uma revolução burguesa atrasada, transformaram a dependência externa e a desigualdade interna

em elementos funcionais à dinâmica de acumulação do capital, tanto o internacional quanto o representado pela parca burguesia brasileira associada, antidemocrática e antinacional. Por conseguinte, compreender o processo de formação nacional, o subdesenvolvimento, a dependência e as vicissitudes do desenvolvimento capitalista no Brasil, faz-se mister para articular a crítica da economia política às particularidades brasileiras e, apreendendo o modo de produção em seu tempo e local históricos, às possibilidades e caminhos de transformações sociais.

Logística e circulação de capital

Objetivo: Estudar o papel da logística na aceleração da circulação do capital e suas contradições. Além disso, tem-se como objetivo compreender as implicações na “rotatividade” da força de trabalho nos grandes grupos monopolistas no Brasil, assim como analisar o papel da logística nas opções de desenvolvimento capitalista no Brasil, a partir do pressuposto dos gargalos estruturais que ora se apresentam e são transplantados para as condições da reprodução da força de trabalho e sua precarização das relações laborais.

Principais referências:

Karl Marx, David Harvey, Terezinha Ferrari, Henry Ford, Frederick Winslow Taylor, Jules Henri Fayol.

Temáticas: Força de trabalho e rotatividade; manifestações e consequências da logística no processo intermediário e final de circulação e distribuição de mercadoria; as contradições postas no sistema



Reinaldo Carcanholo: I SECEP, março de 2012

capitalista, apresentados em sua extrema espoliação da força de trabalho no final do processo de distribuição e circulação de mercadoria; o papel da logística na opção de desenvolvimento capitalista dependente do Brasil e suas contradições.

2 Funcionamento e atividades do GECEP

O GECEP se reúne uma vez por semana para: a) estudos e discussões teórica e empírica sobre temas relacionados às linhas de pesquisa, as quais são desenvolvidas articuladamente; b) socialização, discussão e andamento dos Projetos de Pesquisa; c) socialização e discussão das publicações do GECEP, como Relatório de pesquisas, artigos, capítulos de livros etc.

As principais atividades do Grupo são:

1) Reuniões semanais de estudo em temas do capitalismo contemporâneo, formação econô-mica e social da América Latina e do Brasil, e textos clássicos da crítica da economia política;

2) Participação em debates no âmbito nacional e internacional de pesquisadores e estudantes a partir da produção teórica do Grupo;

3) Orientação e formação de jovens pesquisadores, tanto nas atividades de Iniciação Científica, assim como na preparação para inserção em Programas de Pós-graduação e inserção profissional em geral;

4) Realização bianual do Seminário Nacional de Crítica da Economia Política, reunindo pesquisadores de todo o Brasil em nossa Universidade (<http://www.secep.com.br>).

Sobre este Seminário, vale dizer que em sua primeira edição – *I Seminário de Crítica da Economia Política: questões contemporâneas* (I SECEP) – realizou-se no período de 28 a 30 de março de 2012, no Campus do Mucuri, Teófilo Otoni-MG, da UFVJM, com a presença de aproximadamente 500 pessoas. A realização do I SECEP foi de responsabilidade do Grupo de Estudos de Crítica da Economia Política (GECEP), do Grupo de Estudos em História do Pensamento Econômico (GEHPE), da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e da *Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico* (SEPLA).

O I SECEP foi concebido como continuidade das atividades do GECEP, dos Ciclos de Debate de Crítica da Economia Política, o qual reuniram pesquisadores de outras universidades e docentes do curso de Ciências Econômicas e do Curso de Serviço Social da FACSAB/UFVJM, e teve como objetivo reunir pesquisadores da área de crítica da economia política para debates e discussões acerca do capitalismo contemporâneo e sua crise, atentando-se para a particularidade latino-americana e brasileira, e ao processo de trabalho e relações laborais na atualidade.

Este I Seminário teve como tema de abertura: “Crítica da Economia Política: questões contemporâneas”, discutidos pelos professores Cláudio Gontijo (CORECON-MG/UFMG), José Paulo Netto (ENFF/UFRJ) e Reinaldo Carcanholo (SEPLA/UFES). Foram abordados ainda os temas “Teoria do Valor” e “Imperialismo e América Latina” pelos professores convidados Eleutério Prado (SEP/USP), Marcelo Carcanholo (UFF), Mauro Iasi (UFRJ) e Manoel Rebêlo (UFMS), além de dois minicursos: a) “Crise da Economia e da Ciência Econômica”, ministrado pelo professor Marcelo Carcanholo (UFF) e; b) “Crítica da Economia Política e seu papel na contemporaneidade” ministrado pelo professor José Paulo Netto (ENFF/UFRJ). Durante o dia ocorreram também oito Mesas Temáticas com apresentação de artigos de pesquisadores. O evento reuniu quase uma centena de pesquisadores de todo o Brasil, de instituições como: UFRJ, USP, UNICAMP, UFES, UFF, UNESP, UFBA, UFU, UFSC, UFMS, UFPE, UFRB, IFES-ES, além de pesquisadores da própria UFVJM.

3 Homenagem ao mestre Reinaldo Carcanholo

Para encerrar este texto, cabe-nos agora sanar uma dívida: elaborar uma homenagem, ainda que singela, ao Professor Reinaldo A. Carcanholo (1945-2013). Professor que muito contribuiu à consolidação de nosso Curso de Ciências Econômicas na UFVJM, para as temáticas e debates abordados no Grupo de Estudos de Crítica da Economia Política e, devemos reconhecer, à própria dinâmica de nossas vidas acadêmicas, de estudo e de práticas pedagógica e política, às quais ele foi um exemplo a ser seguido.

Em seu prefácio ao livro de Reinaldo Carcanholo: “*Capital: essência e aparência*”, v. 2, José Paulo Netto define Reinaldo como um Professor, encerrando sua homenagem com os seguintes dizeres:

Reinaldo, no seu magistério, restituiu a plenitude originária e radical à palavra professor: muito além de ser aquele que “dá a conhecer”, que “transmite algum ensinamento”, foi, antes, aquele que *professa, que declara* e que *comunica* a ciência rigorosa e a consciência da verdade e, unindo-as e socializando-as, torna-as *sabedoria da emancipação*. [...] Reinaldo, na universidade foi o cada vez mais raro exemplo do grande professor que é, necessariamente, um homem *culto* (Netto, 2013, p. 8-9).

As palavras acima dizem muito do papel de Reinaldo junto ao GECEP, pois foi na Universidade que pudemos conviver com este Professor, nosso mestre. Existem muitas concepções sobre o significado da palavra mestre, para nós do GECEP ser mestre significa ser rigoroso, mas afetuoso, comprometido com o conhecimento universal, transformador, e com as causas populares, potencializador de propostas individuais-coletivas, fomentador de sonhos, exímio no exemplo pedagógico, enfim, ser companheiro, no sentido completo da palavra. Encontramos esses e outros tantos atributos no Mestre Reinaldo Carcanholo.

Junto ao GECEP, Reinaldo não só concebeu o I Seminário de Crítica da Economia Política, realizado em março de 2012, como abriu o evento e apresentou artigo em uma das mesas temáticas. Mesmo já fragilizado pela doença responsável pela sua morte prematura, esteve conosco em todas as atividades do Seminário, sempre a enriquecer o debate. Neste evento, mas também em suas participações anteriores em Bancas de Concurso, Ciclos de Debates de Crítica da Economia Política, Mesa Redonda, ou nos diversos encontros críticos pelo país (CEMARX, ENEP/SEP, dentre outros), Reinaldo incentivava-nos, a nos ensinar, aconselhar e mesmo em descontraídas conversas que muito nos diziam sobre a militância de um intelectual comunista num momento de permanente contrarrevolução burguesa. Como jovens docentes, como estudantes de um Curso distante dos grandes centros, o apoio e a presença deste mestre não só nos foi cara, mas primordial para a continuidade de nossos passos na consolidação de um espaço de Crítica da Economia Política.

Sua trajetória histórica vinculou: *vida acadêmica*: foi professor em duas Universidades brasileiras (Universidade Federal da Paraíba/Campina Grande e Universidade Federal do Espírito Santo) e em outras cinco Universidades Latino-Americanas (Chile, Costa Rica, México, Honduras e Nicarágua), com grande compromisso na formação dos estudantes, em sua atividade na UFES destacamos

sua atuação junto ao PET, no qual foi tutor por 20 anos; *vida política*: com importante inserção militante na América Latina e Brasil, seja frente as ditaduras e hoje junto a movimentos sociais, destaca-se seu papel junto a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; e *vida pessoal* – todas em prol do saber emancipatório para classe trabalhadora. Reinaldo nos deixou como legado o compromisso de pensar a frente do nosso tempo, ancorados nos rigorosos e vitais ensinamentos dos nossos clássicos marxistas, sem nunca deixar de voltar ao próprio Marx, como referência obrigatória para a compreensão teórico-prática do que temos, e do que queremos viver. Em seu papel como nosso mestre, ensinou-nos em todas as esferas do conhecimento, da teoria à apreensão estética, das artes e da cultura, pois como afirma Netto (2013), Reinaldo era um *homem culto*, mas que transbordava a todos esta cultura e o que possuía de melhor. O conhecemos dentro dos muros da universidade, mas o universo por ele a nós apresentado transcende, e muito, estes limites.

Nosso Mestre exige, com base no seu exemplo, que jamais esqueçamos quem somos, o que queremos e o que não negociamos: nossos princípios como intelectuais orgânicos que realizam a práxis em prol da classe trabalhadora. Ensina-nos que a clareza política, a tomada de partido tanto na ciência quanto na vida em sua totalidade exigem um compromisso no discernimento sobre as táticas de sobrevivência e a estratégia de ação permanente rumo ao comunismo. O legado do mestre Reinaldo exige compromisso com o rigor teórico e com a ação política na formação de quadros que nos permitam avançar na compreensão real da complexa sociedade na qual vivemos. É por isto e por muito mais que nossos estudos, nossas investigações, como coletivo GECEP têm como alicerce a história de vida do Mestre e Professor Reinaldo Antônio Carcanholo.

Reinaldo Carcanholo, patrono do GECEP, presente, presente, presente!!!!

Referência bibliográfica

NETTO, J. P. A guisa de prefácio, um breve adeus ao *Professor*. In: CARCANHOLO, R. *Capital: essência e aparência*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v. 2.



Superpopulação relativa, dependência e desemprego estrutural no Brasil

Pedro Henrique Evangelista Duarte ¹

Introdução

A pesquisa “Superpopulação relativa e desemprego estrutural no Brasil”, desenvolvida na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás – FACE/UFG –, tem por objetivo central, dentro do arcabouço da economia política, elaborar um estudo voltado à retomada da tradição marxista como elo para a compreensão dos elementos característicos da economia capitalista, em especial na sua manifestação periférica e, particularmente, no que diz respeito a seus reflexos sobre as relações de trabalho. Nesse sentido, a pesquisa se orienta à tentativa de compreensão dos fatores histórico-estruturais que caracterizam as relações de trabalho no Brasil, e como tais fatores nos auxiliam no entendimento dos desdobramentos das relações capital-trabalho na contemporaneidade.

Do ponto de vista institucional, a pesquisa é realizada como parte do Núcleo de Pesquisa Econômica – NEPEC. O NEPEC foi criado, a partir da aglutinação de professores com formação diferenciada e atuação em diversas linhas de pesquisa, com o objetivo de buscar um direcionamento na convergência em torno de uma linha de pesquisa geral – o desenvolvimento econômico regional – e a partir de então desenvolver uma série de pesquisas que dialoguem com o núcleo centralizador. Nessa perspectiva, a pesquisa “Superpopulação relativa e desemprego estrutural” se alinha com o debate em torno da economia política e economia do trabalho, promovendo o esforço de ressaltar os elementos convergentes nessas diferentes áreas.

(1) Professor Assistente do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás. Pesquisador Associado do ICDD – International Center for Development and Decent Work. Contato: <pheduarte@ufg.br>.

A partir desses elementos, assume-se a importância do debate proposto, não apenas no que diz respeito à análise de fatos concretos da economia brasileira, bem como das relações de trabalho, mas além, para a retomada da tradição marxista – comumente marginalizada no debate econômico – como fundamentação teórica primordial para a compreensão das descontinuidades e dos desafios que o avanço do capital representa na sociedade moderna. É somente a partir dessa retomada – e tem-se tal fato como base dessa proposta – é que se considera possível apontar para possíveis alternativas frente aos problemas colocados no período atual.

1 Debate teórico-histórico

O processo histórico de conformação do modo de produção capitalista, a partir do estabelecimento dos mecanismos de apropriação dos meios de produção e do valor excedente, e da imposição da força de trabalho como mera mercadoria, se constituiu fundamentado na consolidação de relações de exploração capital-trabalho. A produção do valor, resultado final do trabalho no interior do processo produtivo, e a apropriação de parte do mesmo pela classe detentora dos meios de produção, se tornou o elemento fundante sobre o qual se estruturou não apenas a reprodução do capital mas, para além disso, a própria reprodução ampliada do sistema, que se desdobra num esquema onde a intensificação da exploração do trabalho se firma como elemento predominante desse processo.

Ao elaborar uma interpretação sobre o funcionamento do modo de produção capitalista, calcada na crítica à teoria do valor clássica desenvolvida por Adam Smith e David Ricardo, Karl Marx discorreu sobre a forma pela qual se estabelece a relação entre capital e trabalho no interior do capitalismo – relação essa circunscrita à compra e venda de força de trabalho e à produção de valor – de tal modo que, ao se consolidar como detentor dos meios de produção, as forças capitalistas determinavam não apenas o ritmo da produção de mercadorias em si, mas o próprio ritmo de produção e reprodução da força de trabalho. Assim, ao impor a subordinação do trabalho ao capital, as relações capitalistas de produção determinaram a forma e o sentido da reprodução da força de trabalho que, da mesma forma, se dariam em função das necessidades do capital. De modo que

[a] força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo, não pode librar-se dele. Sua escravização ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado (Marx, 1980, p. 714).

É a partir desse enfoque que ganha corpo a tese da formação de uma superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva, como resultado dos desdobramentos do modo de produção capitalista. A ideia introduzida por Marx se fundamenta na lógica de que, à medida que o sistema capitalista se desenvolve e complexifica as relações de produção, a partir da introdução de técnicas e métodos produtivos mais avançados, é modificada a *composição orgânica do capital*² – relação que expressa, da perspectiva do valor, a proporção em que o capital se reparte em valor dos meios de produção, ou capital constante, e valor da força de trabalho, ou capital variável -, conduzindo a um processo de decréscimo relativo da parte variável do capital em relação ao capital total. Em outras palavras, com o progresso da acumulação e da concentração de capital que o acompanha, e que conduz à ampliação da produtividade social do trabalho, uma proporção cada vez menor de trabalhadores seria agregada ao processo produtivo, em relação a proporções crescentes de capital constante. Levando em conta a manutenção da taxa de crescimento da população que resulta, em cada período, na inclusão de contingentes populacionais no mercado de trabalho, a tendência de elevação da produtividade no sistema capitalista, a partir da introdução de métodos produtivos modernos, traria em si a tendência à redução relativa da massa de trabalhadores incluídos dentro do processo produtivo – e, portanto, de redução do capital variável em relação ao capital constante – e, em consequência, ao surgimento de uma *superpopulação relativa*, ou *exército industrial de reserva*.

(2) Ao explicar a composição do capital no processo produtivo, Marx fundamenta tal compreensão a partir de um duplo sentido, expressa nos conceitos de *composição técnica do capital* e *composição orgânica do capital*: o primeiro, do ponto de vista da matéria – relação entre meios de produção e força de trabalho viva - e o segundo da perspectiva do valor – relação entre o valor dos meios de produção e valor da força de trabalho. De acordo com o autor, ambas formas de composição do capital se mantinham constantes nos estágios iniciais do modo de produção capitalistas, de modo que qualquer novo investimento em capital resultava em contratação de mão-de-obra na mesma proporção, conduzindo a uma tendência à elevação dos salários. No entanto, tal relação tenderia a se modificar ao longo do processo de desenvolvimento capitalista.

Assim, a *superpopulação relativa*, entendida enquanto parte da mão-de-obra não empregada que está permanentemente à disposição do capital e que, por isso, se submete a formas de trabalho extremamente precárias e vive sob condições espúrias e degradantes, é resultado do movimento cíclico e contraditório do capital: cíclico porque se estende a cada etapa do desenvolvimento das forças capitalistas, e contraditório porque é somente através da exploração do trabalho que o capital pode se reproduzir – ou, dito em outras palavras, é apenas o trabalho vivo que pode produzir mais-valia. Para além de resultado do avanço do sistema capitalista, a existência de uma superpopulação relativa seria condição relevante para as consecutivas etapas de reprodução do capital, dado que a existência de um contingente populacional cada vez mais extenso não só condiciona uma permanente disponibilidade de mão de obra a ser explorada pelo capital nos momentos de ampliação de sua base técnica, mas também cria constantemente pressões sobre os salários.

De acordo com a análise empreendida por Marx, a superpopulação relativa se manifestaria a partir de diversos matizes, de modo que, dentro das fases alternadas do ciclo industrial, todo trabalhador faria parte dela durante o tempo em que estivesse *desempregado ou parcialmente empregado*. Continuamente, a categoria assumiria três principais formas³:

1. *Forma flutuante*: composta pelos trabalhadores que, nos centros da indústria moderna, fábricas, manufaturas, etc., seriam ora repelidos, ora extraídos em quantidade maior, de modo que, em seu conjunto, aumentaria o número de empregados, mas em proporção decrescente em relação ao aumento da escala de produção;

2. *Forma latente*: parte da população rural que encontra-se na iminência de transferir-se para os centros urbanos, quando a produção capitalista se apodera da agricultura ou nela vai penetrando, diminuindo a procura absoluta da população trabalhadora rural à medida que se acumula o capital que nela funciona;

3. *Forma estagnada*: parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupações totalmente irregulares, os quais se tornaram supérfluos na grande indústria, na agricultura e nos ramos em decadência, situando-se como

(3) Cf. Marx (2009).

reservatório inesgotável de força de trabalho disponível submetida a condições de duração máxima de trabalho e mínima de salários.

Além dessas três formas, Marx ainda chama a atenção para a esfera do pauperismo, cuja lógica de circunscreve ao *mais profundo sedimento da superpopulação relativa*, composto pelos aptos ao trabalho, órfãos e filhos de indigentes, e os degradados, desmoralizados e incapazes de trabalhar. O pauperismo seria o *asilo dos inválidos* do exército ativo de trabalhadores – para o conjunto daqueles com uma possibilidade de inserção precária - e o *peso morto* do exército industrial de reserva – para o conjunto de marginalizados cuja inserção seria impossível. De modo que, mesmo considerando sua não funcionalidade enquanto mão-de-obra disponível para o sistema, ainda constituiria condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza, enquanto elemento resultante da acumulação e reprodução ampliada do capital.

Tendo em mente a categoria delimitada no âmbito da teoria do valor, o debate sobre a formação da superpopulação relativa ganhou eco na análise do desenvolvimento capitalista periférico latino-americano através da *teoria da marginalidade*. Partindo da ideia de que os trabalhadores e os meios de produção são os fatores fundamentais de todas as formas sociais de produção, e a forma pela qual se opera a combinação de tais fatores estabelece, de um lado, a distinção entre as diferentes épocas econômicas pelas quais atravessa a estrutura social, e de outro, o tamanho da população que pode-se considerar adequada para determinada estrutura produtiva – de tal forma que a parte da população que excede tais limites permanece em mero estado virtual dado a sua não vinculação aos fatores de produção – a *marginalidade* decorreria de um processo inserção de parte da massa trabalhadora excedente em formas peculiares de trabalho, vinculadas ou não ao setor capitalista de produção.

O ponto fulcral da análise empreendida pela teoria da marginalidade se trata do esforço de compreensão da determinação de uma superpopulação relativa em condições específicas do desenvolvimento capitalista – no caso, o capitalismo periférico e dependente. Ainda que a superpopulação seja uma lei de tendência do modo de produção capitalista, ela se expressa de distintas formas, mantendo sua essência, a depender da forma pela qual o sistema capitalista se consolida. Nesses termos, assumindo as especificidades do desenvolvimento capitalista latino-

americano, marcado pela dependência no plano externo e pela heterogeneidade estrutural no plano interno, a superpopulação relativa se manifestaria a partir de uma crescente exclusão social de parte relevante da população, ou seja, de uma marginalização direta de parte da população do processo produtivo. Assim, o fenômeno da marginalidade diz respeito às formas de inserção peculiares de grupos marginais – compostos pela parte mais pobre da população - na divisão social do trabalho, tendo como categoria explicativa principal a dinâmica da acumulação de capital.

A ideia postulada pela teoria da marginalidade é de que os entraves colocados à superação da condição periférica e dependente criaram as condições para um tipo de desenvolvimento que fosse predominantemente marcado por ser *superexcludente*, dada de um lado pela fraca potencialidade do sistema em articular a força de trabalho nas estruturas produtivas de cunho moderno, características dos setores dinâmicos da economia, e de outro por ser articulado à manutenção e reprodução de relações de produção não tipicamente capitalistas. A condição de dependência, ao submeter a economia interna à dinâmica das trocas internacionais e ao domínio dos setores econômicos pelos grupos monopolísticos internacionais, fez com que as modalidades produtivas que se tornaram hegemônicas no processo de acumulação não resultassem de um desenvolvimento orgânico, previamente maturado nas formações sociais latino-americanas, mas decorresse de enxertos advindos da dinâmica econômica predominante dos países centrais.

Tal processo teria se intensificado com a industrialização que, se num primeiro momento não promoveu impactos relevantes na estrutura do mercado de trabalho, num segundo momento promoveu um duplo efeito sobre a formação do excedente de mão de obra: num primeiro plano, a modernização do setor agrícola, conjugado à rigidez da estrutura fundiária, expulsou grande contingente de trabalhadores para as cidades; num segundo plano, a instalação de indústrias com elevada densidade de capital promoveu a elevação da composição orgânica do capital, reduzindo a capacidade de absorção de mão de obra. No entanto – e aqui se encontra a lógica da marginalidade – organiza-se ao redor dos setores modernos, e subordinados a estes de maneira direta ou indireta, um espectro de atividades cuja expansão se apóia na utilização extensiva da força de trabalho, o que caracteriza de modo particular as ocupações autônomas – que, ao contrário de serem destruídas, foram recriadas. Assim,

[Os] fatores que conduzem de modo inevitável à marginalização da população (...) não são somente as tendências redutivas do mercado de trabalho das novas empresas industriais, mas também a relativa marginalização de certos ramos de produção dentro do novo esquema de industrialização dependente. [De modo que] os esquemas interpretativos antes analisados equacionam a dependência enquanto um problema estrutural, ou seja, enquanto uma forma que vincula os países periféricos aos centrais, onde aqueles não aparecem como meros reflexos mecânicos da dinâmica operada nos países dominantes. (...) A problemática da marginalidade deve ser elaborada em estreita conexão com estes processos, na medida em que a situação de dependência é central na forma de acumulação que marca os países latino-americanos (Kowarick, 1985, p. 74-75).

De modo que a noção de marginalidade – partindo da constatação de que o capitalismo periférico generaliza processos de acumulação onde formas econômicas mais “evoluídas” se combinam com as mais “arcaicas”, originando um único modo de produção – se refere ao conjunto da força de trabalho que não é absorvida pelas formas típicas que o capitalismo, no seu processo de acumulação, tende a generalizar – em outras palavras, conjuga os trabalhadores que participam de unidades produtivas cujo arcaísmo tecnológico e das relações de trabalho dificilmente permitem defini-las como tipicamente capitalistas (Ibidem, p. 85-86). Nesse sentido, a força de trabalho pertencente à massa marginal seria aquela não vinculada aos setores tipicamente capitalistas – enquadrados tanto pelo nível do avanço tecnológico quanto das relações de trabalho estabelecidas – mas que, por estarem agregados dentro de um modo único de produção capitalista, seriam de modo direto e indireto subordinados ao setor capitalista. Do que se quer dizer que, de um lado, a expansão desses setores estaria vinculada à própria dinâmica expansiva do setor capitalista, e de outro, que dada a mobilidade existente entre as massas marginal e não-marginal, aquela estaria permanentemente disponível nos momentos de crescimento do setor capitalista.

Importa destacar a partir da teoria da marginalidade o esforço empreendido no sentido de tentar compreender a formação da superpopulação relativa em economias capitalistas periféricas, onde o desenvolvimento industrial, dada sua incompletude e a convivência com setores de baixa composição orgânica do capital e, em consequência, de baixa produtividade, limita a capacidade de

integração da massa trabalhadora aos setores dinâmicos, de modo que esta, para garantir sua condição de reprodução, se vincula a formas de trabalho marginais – caracterizados especialmente pelas elevadas intensidade e jornada do trabalho, pela instabilidade e pelos baixos níveis de remuneração – que orbitam e se submetem à dinâmica própria dos setores hegemônicos da economia. Assim, ainda que seja demarcada a existência da superpopulação relativa enquanto tendência geral do modo de produção capitalista, a teoria da marginalidade ressalta a especificidade do capitalismo dependente e periférico, pontuando que a população excedente não apenas é resultado da ampliação da composição orgânica do capital, mas também é um resultado dos próprios limites do desenvolvimento periférico – e, nesse sentido, se coloca enquanto população excedente já no início do desenvolvimento industrial. De tal maneira que o mercado de trabalho dessas economias nasce com o excedente estrutural de trabalho.

2 Justificativa e objeto de estudo

No escopo da discussão apresentada no item anterior, é possível dizer que na economia brasileira, no processo conjunto de industrialização e formação do mercado de trabalho, houve uma clara consolidação de um extenso excedente estrutural de mão de obra, que respondia basicamente a três aspectos: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a não modificação da estrutura fundiária e eclosão de um processo de industrialização com heterogeneidade estrutural. Assim, a economia brasileira manifestaria as determinações não apenas da formação de uma superpopulação relativa – a partir do aumento da composição orgânica do capital – mas também de uma massa marginal – resultado dos elementos específicos próprios de sua característica dependente e periférica.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, o fim do trabalho escravo contribuiu, num primeiro momento, para a eclosão de um problema de escassez de mão de obra dado que, até então, sua reprodução era garantida via tráfico e hereditariedade, mesmo que o segundo aspecto fosse limitado pelo baixo tempo de vida do escravo. Ainda que se tenha implementado uma série de mecanismos no sentido de contornar essa escassez, a resolução da questão só se pode concretizar com a opção pela imigração, a partir da criação do regime de colonato. De modo que o fim do trabalho escravo sem a fixação do trabalhador ex-escravo

ao campo – dado os limites impostos pela Lei de Terras – e a entrada de uma massa de imigrantes no Brasil, bem como a mobilização da força de trabalho livre nacional, em torno de um núcleo produtivo que começava a ser dominado pelas forças capitalistas, fez com que aqui se formasse um mercado de trabalho *sui generis*, com a existência de um conjunto de trabalhadores extremamente heterogênea, ocupando funções nas atividades rurais e urbanas, ao mesmo tempo em que tais atividades se misturavam entre capitalistas e não capitalistas. Nesse sentido, a expulsão de parte da população do campo conjugado à internalização de um elevado contingente de mão de obra vinda da Europa resultou, de um lado, na resolução do problema da escassez de trabalho na produção agrícola, e de outro, fez surgir segmentos de mercado de trabalho paralelos e permeados por relações não capitalistas – partindo de uma segmentação pautada não pela divisão técnica do trabalho, mas por critérios sociais e raciais definidos pela ideologia dominante – que asseguravam trabalho contínuo para ambos segmentos a um custo monetário mínimo. A existência de uma força de trabalho à margem do sistema gerava uma superabundância da oferta de trabalho, que cumpria o papel de exército de reserva (Barbosa, 2008, p. 167-169).

O segundo aspecto se vincula de forma estreita ao primeiro. À medida que o capital se apropriava de modo mais intenso das relações de trabalho no campo, criou-se uma série de entraves à manutenção da população nas áreas rurais, fosse tanto por não empreender mecanismos que permitisse sua fixação autônoma à terra, fosse pela opção ao trabalho imigrante feita dos proprietários de terra, ou ainda pela própria marginalização social do ex-escravo. A manutenção de uma estrutura fundiária rígida e em favor dos grandes proprietários de terra foi elemento fundamental para a transição de parte da população para as zonas urbanas, elemento que se tornaria mais intenso quando a demanda de mão de obra na produção cafeeira tivesse sido cumprida. De modo adicional, a manutenção da mesma estrutura em regiões em decadência – como o Norte e o Nordeste – foi elemento central na mobilização de parte de sua população excedente para a região Sudeste, então a região mais dinâmica da economia. Assim, não apenas se criou um fluxo intenso de pessoas que migraram para as cidades no intuito de garantir suas condições de reprodução, mas também impôs-se a esse contingente a condição de vinculação a formas precárias de trabalho, colocados os limites à geração de postos de trabalho nas áreas urbanas.

Por fim, cabe considerar os elementos próprios ao padrão de industrialização adotado no Brasil, em especial a partir da década de 1940. Ao se estabelecer voltado ao atendimento de mercados consumidores específicos, num primeiro momento – como resultado do processo de substituição de importações – e ao ter setores estratégicos dominados pelo mercado internacional, num segundo momento, a indústria brasileira nasce como uma intensa desarticulação entre seus setores produtivos, na medida em que era fundada em um projeto que não tinha como objetivo o desenvolvimento articulado da economia, mas tão somente a consolidação de determinados setores de interesse do capital externo. Nesse sentido, o desenvolvimento intenso de determinados setores em detrimento de outros consolidou um modelo de industrialização centrado na heterogeneidade estrutural – de modo que, dentro da economia brasileira, conviviam não apenas setores com elevados desníveis de produtividade, mas também setores caracterizados por atividades capitalistas e não capitalistas. O que cabe destacar é que, mesmo que o desenvolvimento capitalista conduzisse a uma ampliação dos setores mais avançados do ponto de vista da composição do capital – o que reduziria relativamente o componente da força de trabalho vinculada ao setor primário da economia, em oposição ao crescimento da força de trabalho nos setores secundário e terciário – a não difusão do capitalismo pelo conjunto de atividades da economia e, com isso, a manutenção de atividades ou de baixa composição orgânica, ou com relações de produção não capitalista, impediria a integração do conjunto da força de trabalho ao sistema capitalista. De modo que não apenas se consolida uma estrutura industrial cujos limites de expansão se esbarram nos limites de absorção da força de trabalho – elevando seu excedente estrutural – como parte dessa mão de obra encontra colocação apenas nos setores marginalizados da economia e sociedade.

Partindo desses três aspectos, o que se verifica é que o mercado de trabalho brasileiro, na esteira da eclosão da atividade industrial, se forma e se consolida tendo como característica mais marcante a existência de um excedente estrutural. Nesses termos, a argumentação central do projeto é de que o excedente estrutural de mão de obra no Brasil, expressão do desemprego estrutural – ou de sua superpopulação relativa – é resultado da conjunção de dois fatores: de um lado, os desdobramentos do modo capitalista de produção periférico que, ao não criar as condições para a integração da massa trabalhadora aos setores

capitalistas, trouxe à tona o surgimento de um conjunto de atividades que, subordinadas ao setor capitalista, matinha parte desse conjunto de trabalhadores vinculados a atividades instáveis, precárias e marginalizadas; e de outro, o próprio desenvolvimento dos setores onde predominavam as atividades capitalistas que, na lógica das leis de tendência apontadas por Marx, reduziam a porcentagem relativa de absorção da mão de obra na medida da ampliação da composição orgânica do capital. Do que se quer dizer que, em economias periféricas como a brasileira, o conjunto de desempregados estruturais está para além daqueles que, diretamente, estão à procura de trabalho; ela também se refere ao conjunto que, pela própria imposição das forças capitalistas, se vincula às atividades marcadas pela precarização e pela instabilidade.

Com base nos elementos apresentados anteriormente, o objeto de estudo da pesquisa se centra na análise do desemprego estrutural no Brasil, a partir das formas categoriais definidas dentro do conceito de superpopulação relativa. Em outras palavras, propõe-se uma análise do desemprego estrutural fundamentado no conceito de superpopulação relativa, partindo da noção de que o mesmo, mais que compreender o conjunto da população vinculada ao exército ativo de trabalhadores que se encontra desempregada, agrega também aqueles trabalhadores que, como alternativa à garantia de suas condições de reprodução, se vincula à formas de trabalho precárias a instáveis, as quais compõe o conjunto de atividades marginais. De modo que procurar-se-á nas formas flutuante, latente e estagnada o conjunto de trabalhadores que compõe o exército de desempregados estruturais. A partir dessa análise, pretende-se não apenas lançar os olhos, à luz da teoria marxista, sobre a estrutura das relações de trabalho no Brasil, e a complexidade que a mesma ganha à medida que se consolida o aparato das políticas neoliberais, mas também verificar a funcionalidade da existência de um exército de trabalhadores desempregados ou subempregados para o avanço do capitalismo periférico na contemporaneidade.

O desenvolvimento do projeto de pesquisa fundado nessa perspectiva se justifica, num primeiro plano, na necessidade de se lançar novo olhar sobre a forma de compreender o significado do desemprego estrutural. Levando em conta as indefinições que permeiam a utilização do termo, o que se propõe é, a partir uma análise fundada na teoria marxista, uma nova forma de caracterização do desemprego estrutural, utilizando o mesmo para a definição do conjunto de

trabalhadores que, no interior da estrutural do sistema capitalista de produção, se encontram ou desempregados ou submetidos a formas de trabalho precário. Nesse sentido, o que se pretende é apontar a degradação da classe trabalhadora num sistema que se desenvolve única e exclusivamente para a reprodução do capital. Num segundo plano, e de forma conectada ao primeiro, é mister tentar entender a nova lógica de organização do mundo do trabalho, em especial a partir dos processos decorrentes da implementação das políticas neoliberais – reestruturação e racionalização produtiva, multifuncionalidade e rotatividade do trabalho, e desconstrução dos mecanismos de regulação do trabalho – e que se direcionam tanto ao crescimento do exército industrial de reserva quanto à ampliação da precarização do trabalho.

3 Objetivo da pesquisa

O objetivo central da pesquisa é realizar uma análise do desemprego estrutural no Brasil, buscando entender suas formas de manifestação ao longo da história e sua funcionalidade no sistema capitalista de produção. A proposta central é realizar tal análise a partir do aporte conceitual definido dentro do campo marxista, em especial a partir dos conceitos de superpopulação relativa e das teses definidas dentro da teoria da marginalidade. Em outras palavras, o que se pretende é propor uma compreensão da ideia de desemprego estrutural, fundamentada a partir do conceito de superpopulação relativa e dos elementos específico à periferia latino-americana introduzidos pela teoria da marginalidade, que permita uma análise crítica das relações de trabalho no capitalismo brasileiro, bem como uma análise das tendências e dos desdobramentos no mundo do trabalho ao longo das duas últimas décadas.

Para a consecução do objetivo geral, pretende-se desenvolver a pesquisa em três principais etapas. Na primeira etapa, realizar o resgate da contribuição marxista para compreensão das relações de trabalho no modo de produção capitalista na periferia, em especial aquelas que se dedicaram a tal análise, como as teorias da dependência da marginalidade. É dentro desse objetivo que se pretende buscar as noções de superpopulação relativa e de massa marginal como elementos conceituais para a definição do desemprego estrutural no Brasil. A segunda etapa se voltará a análise do desenvolvimento capitalista no Brasil, especificamente a partir da abolição da escravidão, momento histórico que, segundo a perspectiva

teórica aqui abordada, agrega os elementos e processos que resultarão na formação das relações de trabalho capitalistas no Brasil, e de modo mais específico, os desdobramentos históricos e políticos que resultarão na formação do excedente de mão de obra. A partir das análises teórico-históricas empreendidas nas duas primeiras fases, a terceira fase tratará de compreender a análise da evolução da questão do trabalho no Brasil, buscando entender, de um lado, os fatores gerais da formação do excedente de mão de obra no capitalismo periférico brasileiro, bem como o conjunto de fatores que, a cada momento histórico, contribuem ora para a manutenção, ora para o reforço desse excedente, permitindo sua caracterização enquanto processo estrutural da economia brasileira.

A partir dessas três etapas é que se pretende elaborar, ao longo dos próximos anos, um panorama do desemprego estrutural no Brasil, apontando seus elementos, seus determinantes e suas diversas manifestações na história da economia brasileira, bem como o papel que cumpriu no estabelecimento das relações capital-trabalho e que culminou, especialmente ao longo dos últimos anos, nas pressões diversas sobre a desregulamentação, flexibilização e desarticulação das relações de trabalho.

Considerações finais

No presente momento, as duas primeiras fases da pesquisa estão sendo desenvolvidas, concomitantemente. Dos resultados alcançados até então, é possível perceber que, historicamente, a etapa inicial do trabalho assalariado no Brasil – e em decorrência do conjunto de elementos característicos da transição do regime de trabalho escravo para o novo regime – se dá já com formação do excedente de mão de obra. Vale dizer, tomando o surgimento do trabalho assalariado como o ponto inicial da formação de um “mercado de trabalho”, tal momento histórico se consolida já com formação de excedente de mão de obra, seja, de um lado, por conta da não absorção da mão de obra existente no Brasil – e que, posteriormente, se direcionou para a região Sudeste, então região mais dinâmica da economia brasileira – seja por conta do elevado número de imigrantes introduzidos nas lavouras cafeeiras. Uma vez sendo todo esse contingente populacional mais que suficiente para a demanda de mão de obra existente, conclui-se que tal processo se desdobrou com excedente de mão de obra. Se a política de imigração foi ou não deliberada no sentido de formar um mercado de trabalho com excedente de

mão de obra – tal como apontado por Florestan Fernandes – dando a ele, assim, uma característica tipicamente capitalista, é tema para outro debate, a despeito de sua estreita vinculação com os argumentos aqui desenvolvidos.

Nesse sentido, a experiência brasileira não seria um caso clássico do processo descrito por Marx na formulação da categoria *superpopulação relativa*. O que, de outro lado, não quer dizer que no Brasil não houve formação (ou intensificação) do excedente em decorrência do desenvolvimento capitalista e, portanto, da elevação da composição orgânica do capital. O que a pesquisa permite até então apontar é uma convergência desses dois fatores na explicação e compreensão do excedente de mão de obra no Brasil. O que nos conduz para a uma terceira hipótese: a de que, apesar de sua característica estrutural, tal excedente pode ser, em diferentes momentos históricos, determinados por fatores distintos – no entanto, todos eles vindo a, juntamente com a superpopulação relativa, intensificar as discontinuidades das relações de trabalho no Brasil. Elementos que buscaremos, no desenrolar dos próximos anos, explicitar de forma mais robusta.

Referências adicionais

ALVES, G. *Trabalho e subjetividade* – o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ANTUNES, R. *O continente do labor*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. (Org.). *A dialética do labor* – Escritos de Marx e Engels. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. *Os sentidos do trabalho* – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. Perdizes, São Paulo: Cortez Editora, 2003.

DEDECCA, C. S. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 25, n. 1 (97), p. 94-111, jan./mar. 2005.

_____. *Reorganização econômica e mercado de trabalho no Brasil*. Convênio IPEA/Fundap/Iesp, 2000.

- DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, 2012.
- KOWARICK, L. Capitalismo, dependência e marginalidade urbana na América Latina: uma contribuição teórica. *Estudos CEBRAP*, n. 8, abr. 1974.
- MARTINS, C. E. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- OFFE, C. *Capitalismo desorganizado – Transformações contemporâneas do trabalho e da política*. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. 3. reimpr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- RANIERI, J. *Trabalho e dialética – Hegel, Marx e a teoria social do devir*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- SALAMA, P. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- SALM, C. Evolução do mercado de trabalho, 1969/1972. *Estudos CEBRAP*, n. 8, abr. 1974.
- SAMPAIO JR., P. A. Metástase da crise e a profundidade da reversão neocolonial. Dossiê: A crise atual do capitalismo. *Revista Crítica e Sociedade*, v. 1, n. 3, edição especial, 2011.
- SOUZA, M. B. A atualidade do debate da marginalidade social: notas contra o domínio do pragmatismo e do individualismo nos estudos das relações de trabalho. In: SEMINÁRIOS DO TRABALHO, 6. *Anais...* Marília: Unesp, 26 a 30 de maio de 2008.
- VALENCIA, A. S. *El mundo del trabajo em tensión – Flexibilidad laboral y fractura social en la década de 2000*. 1. ed. Madri, Espanha: Plaza y Valdes Editores, 2007.
- _____. *La reestructuración del mundo del trabajo – superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo*. 1. ed. México: Editorial Itaca, 2003.



A agenda de pesquisa da missão do Ipea na Venezuela ¹

Pedro Silva Barros ²

Resumo

O artigo busca apresentar a agenda de pesquisa da Missão do Ipea na Venezuela. Parte-se da contextualização das relações bilaterais entre Brasil e Venezuela e do momento institucional do Ipea no início da década de 2010 como decisivos tanto para a criação do escritório do instituto em Caracas como para a definição de seu plano de trabalho. São descritas as principais pesquisas e atividades desenvolvidas nos três primeiros anos da Missão, analisadas as formas de relacionamento com diferentes instituições governamentais e a debatida a dinâmica que levou à expansão dos temas pesquisados.

Abstract

The article aims to present the research agenda of the Mission of Ipea in Venezuela. It starts contextualizing the bilateral relations between Brazil and Venezuela as well as the institutional moment of Ipea in the beginning of 2010's decade as an important moment for the creation of the Office in Caracas and its working plan. After that, the article describes the most important researches and activities developed by the Office in Caracas on its first three years. Then, it analyses the office's relationship with some government institutions and discuss the dynamic responsible for the expansion the theme agenda researched.

A abertura do escritório do Ipea na Venezuela foi derivada da confluência, ocorrida no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), do processo de maior protagonismo internacional do Brasil, com ativismo de diferentes agências públicas, da consolidação da Aliança Estratégica Brasil-Venezuela, da vinculação do Ipea à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República e da estruturação da área

(1) Parte dos pontos abordados neste artigo já havia sido tratado em Barros (2011) e Barros e Dasso (2012).

(2) Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e titular da Missão do Ipea na Venezuela desde seu início, em setembro de 2010. Professor licenciado do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutor em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em economia pela PUC-SP, graduado em Economia e em Direito pela USP. Contato: <pedro.barros@ipea.gov.br>.

de estudos internacionais no instituto. A agenda de pesquisa foi construída a partir das prioridades das relações bilaterais e das demandas do governo venezuelano expressas nos acordos de cooperação assinados entre o Ipea e instituições públicas do país. Num segundo momento, foram incluídas pesquisas sobre as relações do Brasil com outros países caribenhos, também respaldadas por acordos governamentais de cooperação técnica. Durante todo o processo houve intensa interação com instituições públicas brasileiras que tem representação na Venezuela, se relacionam sistematicamente com o país ou tem interesses relacionados ao potencial de desenvolvimento da região de fronteira.

Na última década o Brasil experimentou uma nova maneira de relacionar-se com os países da região, dando prioridade a novos parceiros regionais, como a Venezuela. A aproximação inédita entre Brasil e Venezuela resultou em uma nova modalidade de política bilateral, ancorada não apenas nas tradicionais instituições públicas de relações internacionais, mas também na participação de outras entidades, na direção de um novo paradigma para as relações exteriores. Embrapa, Caixa Econômica Federal e Ipea instalaram escritórios na Venezuela, impulsionando a internacionalização de políticas públicas brasileiras. Ademais, revela uma nova modalidade de política externa, fundada na percepção do direito ao desenvolvimento, que encontra na cooperação técnica uma forma de aproximação com países vizinhos. Esse texto tem como objetivo central apresentar a agenda de pesquisa da Missão do Ipea na Venezuela, buscando examinar como essa experiência contribui ao serviço público brasileiro e a sua política cooperação internacional.

A política brasileira para a integração e as relações bilaterais com a Venezuela

Nos últimos anos, o Brasil ampliou a sua agenda internacional e o protagonismo nas discussões sobre comércio, finanças, ambiente, segurança, entre outras. A legitimidade dessa política ativa é construída sem confrontação direta com os países centrais e por alianças com países latino-americanos, caribenhos, africanos e asiáticos visando uma redistribuição do poder nos espaços multilaterais. Se nas relações com os países árabes ou orientais as aproximações são definidas de acordo com a temática em discussão, na América Latina, em especial na América do Sul, a decisão brasileira é de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao dos vizinhos.

Nesse sentido, é importante destacar que a cooperação bilateral é um dos principais instrumentos à disposição da concertação política entre os Estados. Em particular, a política de cooperação técnica para o desenvolvimento é um instrumento de consolidação de alianças. No caso da América do Sul, a cooperação técnica tem um caráter estrutural cujo objetivo é uma política de desenvolvimento comum.

Com a priorização da América do Sul para as relações de cooperação, um dos países estratégicos para o governo brasileiro passou a ser a Venezuela. Essa atenção especial não é resultado do acaso. Os potenciais de integração são enormes. Os dois países compartilham a maior reserva de biodiversidade do mundo, a Amazônia, e um enorme potencial energético. As certificações das reservas de Petróleo da Faixa Petrolífera do Orinoco e as descobertas de petróleo em águas profundas no Brasil apontam ao grande potencial de cooperação e desenvolvimento de cadeias produtivas articuladas, podendo transformar a América do Sul em um dos grandes polos tecnológicos em matéria energética. E, inegavelmente, os dois países, atualmente, priorizam a integração latino-americana e são protagonistas em diversos processos de integração regional, tais como: CELAC, Unasul, Mercosul, ALBA, Petrocaribe, entre outros.

Segundo o governo brasileiro, a cooperação técnica internacional

deve contribuir com o crescimento sustentável e com o desenvolvimento social dos países. Nesse sentido, a colaboração com outras nações em desenvolvimento passa a ser um instrumento que, além de permitir a ampliação do intercâmbio, deve buscar a criação, o uso e a disseminação de conhecimentos técnicos, da capacitação de recursos humanos e do fortalecimento das instituições nos países beneficiados (Presidência da República do Brasil, 2007, p. 135).

Tendo por base essa concepção da cooperação internacional, Brasil e Venezuela, no Comunicado Conjunto de 14 de fevereiro de 2005, assinado em Caracas, que estabeleceu a implantação de uma Aliança Estratégica entre os dois países. Os presidentes definiram que:

Brasil e Venezuela entendem que seu objetivo comum fundamental é a redução e eliminação da pobreza que aflige a milhares de seus cidadãos e que constitui o maior obstáculo ao fortalecimento e prosperidade de nossas nações. Com o objetivo de superá-lo, ambos os Governos se

comprometeram a implementar uma estratégia, um plano e um programa conjunto orientados a satisfazer as necessidades vitais da população, tais como alimentação adequada, saúde, educação, habitação e acesso aos bens culturais (Comunicado Conjunto Brasil – Venezuela, 14 fev. 2005).

Assim, a cooperação entre os dois países passou a ter quatro eixos prioritários, conforme Declaração Conjunta de março de 2008:

a nova dimensão do relacionamento bilateral deve ser ancorada em quatro vertentes estratégicas de atuação, a saber: cooperação industrial, cooperação agrícola, cooperação educacional e desenvolvimento da Amazônia (Comunicado Conjunto, 26 mar. 2008).

Nesse contexto, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez Frías acordaram em 2009, visando aumentar a cooperação técnica entre Brasil e Venezuela, a instalação de um escritório do Ipea em Caracas. Essa decisão corrobora com o esforço brasileiro por estabelecer um novo paradigma para a cooperação Sul-Sul: a aliança para o desenvolvimento integrado.

A presença da instituição no país vizinho faz parte de um esforço de cooperação que conta com o apoio de outras organizações públicas brasileiras.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), presente na Venezuela desde 2008, desenvolve atividades de cooperação que incluem uma agenda com experimentos para verificar as cultivares que mais se adaptam às lavouras do país vizinho, sistema de integração lavoura-pecuária, genética animal e plantio direto. Outra instituição pública brasileira que também atua na Venezuela é a Caixa Econômica Federal (CEF) que coopera, desde 2009, com projetos de bancarização, de habitação, de desenvolvimento urbano e de cooperação bancária em zona de fronteira. Desde 2011, o Ipea atua de forma articulada com ambas na Venezuela.

Esse esforço em incluir outras organizações públicas, ademais da estrutura tradicional do Ministério das Relações Exteriores (MRE), encontra respaldo na decisão do presidente Lula de difundir experiências exitosas de políticas públicas brasileiras e de promover uma cooperação internacional sem condicionais, demandas que estão além das atribuições do MRE, e na proposta de internacionalização de diferentes órgãos da administração pública.

O Ipea como ator da política externa brasileira

O Ipea³ é uma fundação pública federal, vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), da Presidência da República. Historicamente, as atividades de pesquisa do Instituto fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais. O Ipea é uma instituição pública de relevância no cenário nacional, embora o instituto não tivesse exercido protagonismo na temática de relações internacionais.

Nos últimos anos, porém, alguns fatos foram paulatinamente aproximando o Ipea das relações internacionais. A vinculação à SAE, em 2007, a seleção por meio de concurso público, iniciado em 2008, de técnicos especialistas em economia e relações internacionais e a criação da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte), em 2009, foram os principais passos no sentido de incorporar à agenda do Ipea a mudança contemporânea na ordem econômica global e seu impacto na América Latina. Todo esse movimento vai ao encontro do esforço de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento e marca da atual política externa brasileira.

Atualmente, o Ipea possui 7 grandes eixos temáticos e dois deles merecem destaque no que concerne à cooperação internacional: “Inserção Internacional Soberana” (Ipea, 2010, cap. 8) e “Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia” (Ipea, 2010, cap. 3). O eixo temático que trata da “Inserção Internacional Soberana”, diz respeito à necessidade de que um país seja autônomo para “decidir acerca de suas políticas internas e também daquelas que envolvem o relacionamento com outros países e povos do mundo”.

Já o eixo “Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia”, aponta para o Estado como ator estratégico no desenvolvimento de um país, ao deixar patente que “por mais que as economias e alguns processos sociopolíticos estejam internacionalizados, importantes dimensões da vida social permanecem sob custódia das políticas nacionais, afiançando a ideia de que o Estado-Nação é ainda a principal referência no que se refere à regulação das diversas dinâmicas que se desenrolam em seu espaço territorial”.

(3) O atual Ipea foi criado em setembro de 1964, com o nome Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (Epea), para subsidiar a formulação da política econômica do Ministério do Planejamento e do governo federal como um todo.

Esses dois eixos temáticos, em especial, estabeleceram um norte para a inserção do Ipea na área de relações internacionais, ampliando e diversificando sua agenda de cooperação de internacional, diretamente relacionada com sua missão institucional: produzir e articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

Uma das estratégias utilizadas pelo Ipea para dar conta dessa nova agenda foi, em consonância com o governo brasileiro, particularmente com a Presidência da República e com o Ministério de Relações Exteriores (MRE), estabelecer Missão Transitória e Administrativa no Exterior.

A Missão do Ipea na Venezuela está vinculada ao Oitavo Objetivo do Milênio das Nações Unidas (cooperação internacional para o desenvolvimento); ao objetivo constitucional do Brasil (Integração da América Latina), à prioridade da política externa brasileira (integração da América do Sul) e à sua diretriz de cooperação Sul-Sul.

A criação da Missão do Ipea na Venezuela atua amparada em Acordos de Cooperação Técnica (ACT) envolvendo instituições governamentais e planos de trabalhos confeccionados em comum acordo.

A estratégia da Missão objetiva, além de cooperar com o desenvolvimento dos países contemplados, diminuir o déficit de conhecimento do Brasil (seja da Administração Pública ou acadêmico) sobre nossos parceiros, condição *sine qua non* para alcançar o objetivo anunciado pela Presidenta Dilma Rousseff em sua posse, em 2011:

O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao nosso continente. Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul⁴.

Na última década, os países da América do Sul têm se esforçado para construir instrumentos de integração que vão além da liberalização comercial, recuperando mecanismos regionais de desenvolvimento e criando novos, notadamente a Unasul. O combate às assimetrias existentes na região e também

(4) Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/853564-leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso.shtml>>.

no Brasil tornou-se cada vez mais importante. Por um lado, o potencial de recursos minerais, agrícolas, de biodiversidade e a base industrial relativa (como no Brasil, Argentina e Colômbia); de outro, os problemas seculares: pobreza e exclusão diante da concentração da renda, riqueza e poder econômico. A relativa abundância desses recursos, em um contexto de grandes desigualdades pode ser considerada um paradoxo, o qual se reflete nas graves dificuldades de superar a fragilidade institucional e organizacional de vários Estados da região. Nesse sentido, o Ipea tem muito a colaborar com a integração sul-americana, na medida em que é uma instituição de reconhecida trajetória nas áreas de políticas públicas e planejamento governamental.

Antecedentes da Missão do Ipea na Venezuela

Conformando o esforço por integrar o Ipea no contexto das prioridades brasileiras para as relações Sul-Sul, foi anunciada pela primeira vez em outubro de 2009, em comunicado conjunto dos presidentes do Brasil e da Venezuela, a intenção compartilhada de instalar um escritório do Instituto em território venezuelano. O objetivo era facilitar o intercâmbio de informações e experiências adquiridas no Brasil na área de pesquisa econômica voltada para o desenvolvimento, com ênfase no seu aproveitamento para as políticas públicas nacionais.

Em maio de 2010, foi realizada uma grande missão interministerial à Venezuela liderada pelo ministro Samuel Pinheiro Guimarães. Na ocasião foi assinada a Ata Compromisso entre a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) do Brasil e Ministério da Energia e Petróleo da Venezuela que definiu como prioridade para a atuação do Ipea na Venezuela o planejamento territorial da faixa petrolífera do Orinoco e da área gasífera do estado de Sucre. Nesse mesmo momento, também se definiu que a contraparte do Ipea seria a Petróleos de Venezuela S. A. (PDVSA), estatal petrolífera responsável pelo desenvolvimento integral das duas regiões.

Posteriormente, ocorreu uma visita técnica de diretores do Ipea, em junho de 2010, quando foram definidas as temáticas para a cooperação.

Em agosto de 2010, firmou-se o Acordo PDVSA-Ipea, quando houve um detalhamento maior das áreas temáticas e foram definidas as atribuições da Missão do Ipea na Venezuela: estreitar vínculos institucionais com organizações

governamentais e de pesquisa da Venezuela; assessorar a administração pública venezuelana em políticas públicas; organizar cursos de formação em políticas públicas e planejamento; organizar estudos e seminários para impulsionar a integração entre o norte do Brasil e o sul da Venezuela; estudar o desenvolvimento de cadeias produtivas associadas à atividade petrolífera; e pesquisar integração regional e comparada.

Em 7 de setembro de 2010, foi instalado em Caracas, o escritório do Ipea, com a presença física de um técnico de planejamento e pesquisa do instituto, com o objetivo central de facilitar o intercâmbio e realizar estudos *in loco*, alcançando temáticas e perspectivas que dificilmente seriam tratadas apenas a partir do Brasil. Também foi realizada chamada pública para seleção de pesquisadores bolsistas que fariam um diagnóstico da Faixa Petrolífera do Orinoco e do estado de Sucre nas sete áreas temáticas da cooperação.

Em fevereiro de 2011, a Missão recebeu um novo impulso, durante a visita a Caracas do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, e do assessor especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia. Nesse momento, o desenvolvimento agrícola, a política habitacional (prioridade atual do governo da Venezuela) e a integração norte do Brasil-sul da Venezuela foram definidos como prioritários para a cooperação bilateral. Também se definiu que as instituições públicas brasileiras presentes na Venezuela deveriam atuar de forma articulada.

A consolidação do Ipea na Venezuela

A partir do projeto inicial acordado com a Venezuela, mobilizaram-se especialistas brasileiros que passaram uma temporada em campo e apresentaram um projeto executivo abrangendo diagnóstico e propostas de cooperação nas sete áreas estabelecidas: matriz institucional, sistema de monitoramento e acompanhamento, macroeconomia e financiamento, fortalecimento da estrutura produtiva, infraestrutura, desenvolvimento regional, urbano e ambiental e desenvolvimento social. O estudo, concluído no final de dezembro de 2010, foi apresentado e discutido com diversos setores do governo venezuelano.

Em paralelo à cooperação prioritária para o planejamento territorial, a Missão ampliou sua rede de cooperação de forma a cumprir adequadamente

toda a agenda de pesquisa. Em nenhum outro país há tantas instituições públicas brasileiras como na Venezuela: além do MRE, adidâncias do Exército, da Marinha e da Força Aérea, Polícia Federal, Agência Brasileira de Inteligência, Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Embrapa e Ipea.

Já em novembro de 2010, em parceria com diversas instituições públicas dos dois países, foi realizada na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) a primeira fase do Seminário Integração Amazônia-Orinoco. Foram analisadas as relações comerciais, produtivas e a infraestrutura entre o Norte do Brasil e o Sul da Venezuela com o objetivo de avaliar e propor políticas públicas para a complementação econômica. A missão do Ipea na Venezuela elaborou dois relatórios de pesquisa. O primeiro aborda a necessidade de redefinição da estratégia para a integração da infraestrutura no norte da América do Sul, propondo a substituição do eixo Escudo Guianense pelo eixo Amazônia-Orinoco no âmbito da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA)⁵. O segundo, em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia e Indústrias Intermediárias (MCTI, hoje Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação) da Venezuela, trata das oportunidades de integração produtiva em agroindústria, construção civil, mineração e metalomecânica e da cooperação entre a Zona Franca de Manaus e a Zona Franca de Puerto Ordaz⁶. Em 2011, foi realizada a segunda fase do seminário em Caracas e, em 2013, instituído um subgrupo de trabalho entre os ministérios da indústria dos dois países, com forte participação do Ipea.

Com o próprio MCTI foi assinado um memorando de entendimento para cooperação na criação do Instituto Venezuelano de Investigação em Economia Produtiva. Além de estudos em conjunto, dois funcionários do MCTI realizaram curso de políticas públicas de oito semanas no Ipea em Brasília como parte da preparação para a formação da nova instituição foi realizado de um curso em Caracas sobre ciência, tecnologia e inovação, em parceria com a Cepal, para 50 funcionários do ministério e a apresentação do processo do planejamento estratégico do Ipea, também na Venezuela.

(5) <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/110511_relato_brasilvenezuela_integrinfrestrutura.pdf>.

(6) <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/110511_brasilvenezuela_integraproductivas.pdf>.

Desde novembro de 2010, o Instituto tem realizado atividades conjuntas com o Banco Central da Venezuela sobre macroeconomia e integração financeira. Pesquisadores do Ipea estiveram no BCV para reunião técnica em março de 2011 e foi estabelecida uma agenda conjunta de cooperação, que incluiu um curso sobre o Mercosul e Negociações Internacionais para mais de quarenta técnicos do BCV em setembro de 2012.

O Programa de Trabalho Ipea-Venezuela, inicialmente concentrou-se na Assessoria para o “Planejamento Territorial da Faixa Petrolífera do rio Orinoco e do estado de Sucre”. A faixa petrolífera possui altíssimas reservas de petróleo e gás, talvez em montante superior às do Pré-Sal brasileiro e estão praticamente situadas na superfície. No entanto, o petróleo é muito pesado (entre 8 e 16 graus API), mas já existem tecnologias produzidas tanto na Venezuela com em outros países para torná-lo mais leve.

Ampliação da agenda da Missão do Ipea na Venezuela

A agenda de pesquisa e cooperação foi ampliando com o tempo. Outros temas, eventos e acordos com entidades regionais foram realizados com o apoio direto de nossa missão. Realização de reuniões técnicas sobre metodologias para mensuração da inflação, apoio a cursos sobre políticas científica, tecnológica e de inovação; organização de dez sessões do seminário ALBA-Mercosul; presença debates, seminários e reuniões técnicas sobre integração regional na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Guiana, Honduras, República Dominicana e Suriname. Foram também realizados Acordos de Cooperação com duas organizações internacionais que tem sede em Caracas, o SELA (Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe), com a CAF (Corporação Andina de Fomento, hoje Banco de Desenvolvimento da América Latina) e, a partir da Missão do Ipea na Venezuela, executa-se os acordos de cooperação para formação técnica e estudos conjuntos com os governos da República Dominicana e do Suriname, financiados pela Agência Brasileira de Cooperação.

Em junho de 2011, a presidenta Dilma Rousseff e o presidente Hugo Chávez determinaram a continuidade aos estudos sobre integração Norte do Brasil – Sul de Venezuela como forma de oferecer subsídios a formulação de um Plano de Desenvolvimento Integrado para as duas regiões e foi firmado o

memorando de entendimento PDVSA-Ipea-Caixa⁷, para assessorar o programa de desenvolvimento habitacional. Em dezembro do mesmo ano outro memorando PDVSA-Ipea-Embrapa, para assessorar no tema de desenvolvimento agrícola conjunto.

A Missão do Ipea na Venezuela tem se aproximado de várias instituições do Governo Bolivariano. Com a PDVSA, principal parceiro do Ipea na Venezuela, há assessoria no planejamento da Faixa Petrolífera do Orinoco e do estado de Sucre, com a produção de estudos sobre as possibilidades de integração com o Brasil e, articulados com a Caixa Econômica Federal e a Embrapa, coopera-se com os temas de desenvolvimento agrícola e habitacional. Duas áreas prioritárias da Venezuela, duas áreas em que o Brasil apresentou excelentes resultados nos últimos anos.

Com os Ministérios de Ciência e Tecnologia e Indústria foram realizados estudos conjuntos sobre integração produtiva entre o Norte do Brasil e o Sul da Venezuela, há assessoria para a criação de um Instituto Venezuelano de Economia Produtiva.

Também foram realizados diversos cursos sobre Políticas Públicas e Planejamento Estratégico Participativo, com a presença de mais de 400 funcionários públicos e acadêmicos venezuelanos. Os referidos cursos foram realizados para a PDVSA (em Caracas e em Cumaná⁸), para os Ministérios de Ciência, Tecnologia e Inovação e de Indústria (em Caracas) e para a Universidad de los Andes (em Mérida) e também para o Ministério de Economia, Desenvolvimento e Planejamento da República Dominicana e trinta de instituições do país caribenho⁹.

O Ipea também interage com organizações internacionais sediadas na Venezuela. O Ipea faz parte da delegação brasileira junto ao Sistema Econômico da América Latina e Caribe (SELA), participa de suas reuniões e seminários e,

(7) <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/visita-ao-brasil-do-presidente-da-republica-da-venezuela-hugo-chavez-brasilia-6-de-junho-de-2011-2013-comunicado-conjunto>>.

(8) Capital do estado de Sucre, é o ponto litoral venezuelano mais próximo ao Brasil e onde está sendo construído o Estaleiro da ALBA (AstiALBA), com financiamento do BNDES. Nesse curso, ademais dos funcionários da PDVSA e da PDVSA Naval, também estiveram presentes funcionários do governo estadual, de diferentes ministérios, de 12 dos 15 municípios do estado.

(9) <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17660>.

por decisão de seu Conselho Latino-Americano, faz a avaliação da instituição. Com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), foi assinado um Acordo Marco em 2011, foram feitas apresentações conjuntas sobre o potencial de integração entre o Norte do Brasil e o Sul da Venezuela no âmbito do fórum de governos locais (FCCR) do Mercosul e a instituição financiará estudos do Ipea para a integração produtiva de setores específicos (indústria naval-fluvial, complexo fertilizantes-soja e granito) entre os estados de Amazonas e Roraima, no Brasil, e Bolívar, na Venezuela.

As iniciativas venezuelanas em relação à integração regional têm influenciado a agenda latino-americana. Alguns dos processos postos em curso pela Venezuela, entretanto, são pouco conhecidos no Brasil, por exemplo, a ALBA (Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América) e o Sucre (Sistema Único de Compensação Regional). A agenda latino-americana também tem sido estudada no âmbito do Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA) e da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC). O primeiro tem sede permanente em Caracas e o segundo esteve sob a presidência pro tempore da Venezuela e as reuniões ministeriais preparatórias foram realizadas nessa cidade durante o ano de 2011, culminando com a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe (CELAC), a Missão do Ipea na Venezuela acompanhou a delegação brasileira e participou das reuniões preparatórias.

A Missão do Ipea na Venezuela tem acompanhado o processo de ingresso pleno da Venezuela no Mercosul¹⁰ e a sua primeira presidência pro tempore, durante o segundo semestre de 2013. Devido ao grande interesse dos gestores públicos em aprofundar conhecimento sobre o bloco e às demandas dos governos da Venezuela e do norte do Brasil por formação do seu pessoal, o a Missão do Ipea na Venezuela promoveu cursos de formação sobre o Mercosul em Caracas¹¹, Puerto Ordaz¹² e em Boa Vista¹³.

(10) <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/52719-bem-vinda-ao-mercosul-venezuela.shtml>>.

(11) <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15553>.

(12) <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16949>.

(13) <http://setrabes.rr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10764:governo-e-ipea-realizam-na-proxima-semana-curso-sobre-mercosul&catid=183&Itemid=157>.

Com relação à cooperação acadêmica, foram realizadas dez sessões de Seminários ALBA-Mercosul sobre integração latino-americana com a Universidade Bolivariana da Venezuela, três conferências na Universidade Central da Venezuela (UCV) e um curso na Universidade Los Andes (ULA). Está no prelo um livro sobre relações Brasil-Venezuela com a participação de dois professores venezuelanos, além dos próprios pesquisadores do Ipea e será promovido um curso sobre tema no Instituto Cultural Brasil-Venezuela, em Caracas.

Em março de 2012 também houve uma iniciativa conjunta do Ministério de Relações Exteriores (MRE), do Ipea e da Caixa, com a realização de um seminário que reuniu representantes dos governos brasileiro e venezuelano¹⁴. Seu objetivo foi proporcionar o compartilhamento do aprendizado obtido a partir do Projeto de Cooperação Brasil-Venezuela e disseminar os conhecimentos adquiridos entre as equipes envolvidas. Dois pontos destacados como importantes nas ações de cooperação foram a busca por soluções para o déficit habitacional e a troca de informações sobre a experiência brasileira do Minha Casa Minha Vida e do programa venezuelano de habitação Gran Misión Vivienda. Esta política pública venezuelana também foi objeto de seminário promovido em conjunto com a Casa da Cidade, em São Paulo¹⁵.

Nos temas industriais setoriais, privilegiou-se as áreas naval e petroquímica. Foi realizado um diagnóstico da indústria naval venezuelana, uma análise dos possíveis impactos das externalidades do Astialba na oferta nacional da Venezuela e na criação de elos de integração com a indústria brasileira e um levantamento do potencial da indústria naval fluvial com o aumento do fluxos no Rio Orinoco em função do aumento da produção de petróleo da Faixa, particularmente associado ao novo polo naval de Manaus. O informe inicial do diagnóstico apresentado em maio de 2012 e estão sendo mantidas reuniões com PDVSA Naval e Suframa, que está planejando com o governo do Amazonas o Polo Naval Fluvial de Manaus. Por fim, o tema petroquímico foi tratado com

(14) <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=13626>.

(15) <<http://www.casadacidade.org.br/debate-290713-minha-vida-e-gran-mision-vivienda-venezuela-programas-irmaos-propostas-distintas/>; <http://www.youtube.com/watch?v=K1xTV5Q-5F4>>.

profundidade a partir da análise e comparação da estrutura jurídica da indústria petroquímica no Brasil e na Venezuela e do diagnóstico das principais cadeias industriais petroquímicas dos dois países. Deu-se ênfase na petroquímica intermediária, identificada nos estudos preliminares como a prioridade para o desenvolvimento do setor na Venezuela e com alta potencialidade de cooperação com o Brasil. Foi realizado workshop com mais de 20 funcionários do Ministério de Petróleo e Mineração, PDVSA e Pequiven, em setembro de 2012, e apresentadas sugestões de políticas públicas e corporativas para o desenvolvimento do setor na Venezuela e para a cooperação com o Brasil. A versão final com análise comparativa e diagnóstico preliminares foi entregue para o Ministério de Petróleo e Mineração da Venezuela e para a Pequiven.

Atual agenda de pesquisa e perspectivas

A agenda de pesquisa hodierna da Missão Ipea na Venezuela está concentrada nos estudos sobre integração de infraestrutura e produtiva entre o sul da Venezuela e o norte do Brasil e no desenvolvimento da faixa de fronteira, no acompanhamento dos processo de integração regional do norte da América do Sul nos âmbitos do Mercosul e da Unasul e em estudos que envolvem a análise da dinâmica do comércio bilateral, identificação de oportunidades de integração produtiva e mapeamento da presença brasileira, além da Venezuela, na Guiana, República Dominicana e Suriname.

Nos últimos meses foram realizados seminários e oficinas de trabalho em Manaus¹⁶, Boa Vista¹⁷ e Puerto Ordaz¹⁸ sobre a integração entre os dois países. Nesses espaços foram apresentados e debatidos os estudos prévios do Ipea e três relatórios mais completas foram produzidos para a reunião entre os ministros de indústria dos dois países realizada em Manaus em agosto de 2013¹⁹. Nos próximos meses serão publicados na forma de Texto de Discussão pelo Ipea os trabalhos sobre integração produtiva, infraestrutura para integração Brasil-Venezuela e políticas públicas para o desenvolvimento da faixa de fronteira Roraima-Bolívar.

(16) <http://www.suframa.gov.br/suf_pub_noticias.cfm?id=13055>.

(17) <<http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=141811>>.

(18) <<http://www.mercociudades.org/pt-br/node/4374>>.

(19) <http://www.suframa.gov.br/suf_pub_noticias.cfm?id=14796>.

O acompanhamento das presidências pro tempore da Venezuela no Mercosul e do Suriname na Unasul prioriza os temas que tratam das possibilidades de integração com o norte do Brasil e da região da Ilha das Guianas como um todo.

Os estudos sobre a evolução recente das economias da Rep. Dominicana, Guiana e do Suriname e de sua inserção internacional partem da elaboração de um diagnóstico da economia dos três países caribenhos, incluindo análise da situação macroeconômica e do setor externo, das relações comerciais com o mundo e com os principais parceiros bilaterais e regionais, do investimento externo direto e do financiamento, além da infraestrutura e dos principais projetos em realização ou em discussão. Primeira fase concluída em agosto de 2013 e serão apresentados em Santo Domingo, Georgetown e Paramaribo. A apresentação dos estudos e os debates derivados balizaram a pesquisa de campo e a elaboração do mapa da presença brasileira nesses países e as possibilidades de integração produtiva. Esse projeto é respaldado por acordos governamentais de cooperação técnica, conta com apoio da ABC e é articulado com as embaixadas do Brasil nos três países.

Toda a agenda de pesquisa da Missão do Ipea na Venezuela foi formulada e é executada com o objetivo de fornecer subsídios para as políticas públicas de integração do Brasil e para o desenvolvimento articulado da região.

Bibliografia

BARROS, Pedro S. Venezuela: a missão do Ipea no exterior *Desafios do Desenvolvimento*, Brasília, Ipea, n. 66, 2011. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2510:catid=28&Itemid=23>.

_____; DASSO Jr. Aragon. A missão do Ipea no contexto das relações Brasil – Venezuela: um novo formato de cooperação. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 5, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.mn.gov.br/contentproducao/aplicacao/searh_eg/imprensa/pdf/048.pdf>.

BRASIL. Presidência da República. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*: relatório nacional de acompanhamento. Brasília: Ipea, set. 2007.

IPEA. *Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro*, Brasília: Ipea, 2010. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro, Livro 10).

MRE. *Comunicado Conjunto/Aliança Estratégica Brasil-Venezuela e Declaración dos Governos do Brasil e da Venezuela/Implementación da Aliança Estratégica*, 14 fev. 2005. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/america>>. Acesso em: 2 nov. 2011.

_____. *Comunicado Conjunto Visita do Presidente Hugo Chávez Frías ao Brasil*, em 26 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/america>>. Acesso em: 2 nov. 2011.